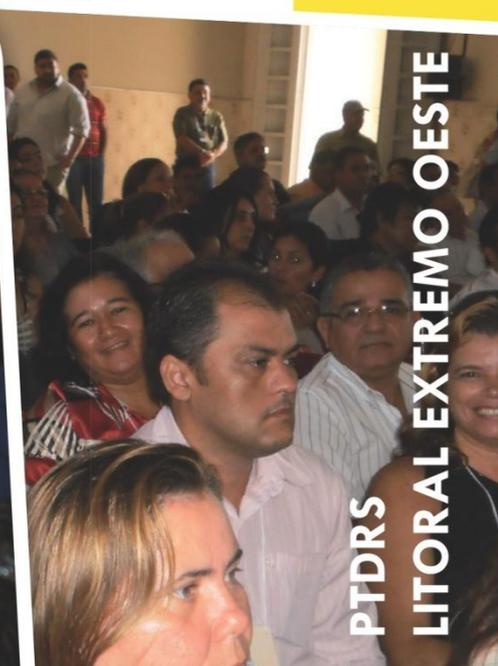


Plano Territorial
Desenvolvimento Rural
Sustentável
Território
LITORAL EXTREMO OESTE



PTDRS
LITORAL EXTREMO OESTE

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ
Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica do Instituto Agropolos
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Cleber Leite Pereira	Técnico – SDA/ Agropolos
Graça Duarte de Almeida	Coordenadora CODET/SDA
Josafa Martins de Oliveira	Coordenador Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Marcos Antonio Vieira de Castro	Secretario CEDR
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território
Litoral Extremo Oeste – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do
Ceará, 2011.
378p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO LITORAL EXTREMO OESTE**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral do Território Litoral Extremo Oeste

Núcleo Dirigente do Territorial do Litoral Extremo Oeste

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

COMITÊS TEMÁTICOS

Comitê de Ações Fundiárias

Comitê de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura e Meio Ambiente

Comitê de Organização Sustentável da Produção e Economia Solidária

Comitê de Saúde e Saneamento

Comitê de Segurança Pública e Cidadania

Comitê de Turismo e Artesanato

ASSESSORA TÉCNICA TERRITORIAL

Maria da Conceição do Nascimento

Licenciada em Ciências
Sociais

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Antonio Vitorino Linhares de Oliveira Filho

Cientista Social

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônoma

João Batista Vianey Silveira Moura

Geógrafo

Josefa Jéssica Macena Alves

Tec em Saneamento Ambiental

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Mauricio Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Selma Freire de Brito

Bióloga

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

A G R A D E C I M E N T O S

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santanna

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
ASA	Articulação do Semiárido
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CMDS	Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
CNDRRA (I)	Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I)
COGER	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONAB	Conselho Nacional de Abastecimento
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CREDE	Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPE	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MinCid	Ministério das Cidades
MP	Ministério Público
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
P1MC	Programa Cisternas de Placa para Captação de Chuvas
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PBF	Programa Bolsa Família

LISTA DE SIGLAS

PDRS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE	Proteção Social Especial
PSF	Programa Saúde da Família
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMACE	Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará
Semob	Secretaria de Transporte e de Mobilização Humana
Sesa	Secretaria Estadual de Saúde do Ceará
SINDAG	Sindicato da Indústria de Defensores Agrícolas
SISAGUA	Sistema Integrado de Vigilância de Qualidade da Água
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUS	Sistema Único de Saúde
UC	Unidades de Conservação
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Mapa Adaptado do Litoral Extremo Oeste e sua localização no Ceará	41
FIGURA 2	Mapa Adaptado dos Municípios de Chaval, Barroquinha e Camocim	43
FIGURA 3	Mapa Adaptado dos Municípios de Granja, Martinópolis e Uruoca	44
FIGURA 4	Mapa Adaptado dos Municípios de Acarau, Cruz e Jijoca de Jericoacoara	47
FIGURA 5	Mapa Adaptado dos Municípios de Marco, Bela Cruz, Morrinhos	48
FIGURA 6	Mortalidade Geral por Grupo de Causas no Território Litoral Extremo Oeste e do Ceará no ano de 2008.	99
FIGURA 7	Situação de nascimento no Território Litoral Extremo Oeste (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10-19 anos) em 2008	102
FIGURA 8	Representação gráfica do Mapa do Território Litoral Extremo Oeste apresentando os principais tipos de clima	173
FIGURA 9	Representação gráfica do mapa do território do Litoral Extremo Oeste apresentando a compartimentação geoambiental	175
FIGURA 10	Quantidade de Poços profundos por Micro Território	179
FIGURA 11	Representação gráfica do mapa das bacias Hidrográficas do Território	183
FIGURA 12	Representação gráfica do mapa dos principais tipos de solos encontrados no Território	186
FIGURA 13	Representação gráfica do mapa do território do Litoral Extremo Oeste apresentando as principais unidades fitoecológicas	187
FIGURA 14	Representação gráfica do mapa das áreas susceptíveis a desertificação no território.	195
FIGURA 15	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000	212
FIGURA 16	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.	212
FIGURA 17	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000.	213
FIGURA 18	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000	213
FIGURA 19	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008	219
FIGURA 20	Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Litoral Extremo Oeste , 2008	225
FIGURA 21	Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Extremo Oeste , 2010	239
FIGURA 22	Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Extremo Oeste , 2008	255
FIGURA 23	Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Extremo Oeste , 2008	255
FIGURA 24	Comparativos entre os partidos e entre os gestores homens e mulheres.	299
FIGURA 25	Consolidação dos mandatos dos vereadores, período 1996 a 2012	306
FIGURA 26	Comparativo entre os micros territórios	315
FIGURA 27	Comparativo entre os Micros Territórios da Arrecadação Orçamentária dos Municípios – 2005-2009	319
FIGURA 28	Comparativo entre os Micros Territórios da Receita Tributária dos Municípios – 2005 - 2008	321
FIGURA 29	Comparativo dos Repasses e Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009 por Micro Território	324
FIGURA 30	Percentual de Recursos Plano Plurianual as Secretarias e Conselhos - 2010	329
FIGURA 31	Elementos do Processo da Gestão Social	335
FIGURA 32	Instancias Colegiadas	336

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território do Litoral Extremo Oeste por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	25
TABELA 2	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010	27
TABELA 2.1	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste – 2010	28
TABELA 2.2	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010	29
TABELA 2.3	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010	31
TABELA 2.4	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste – 2010	32
TABELA 2.5	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010	33
TABELA 3	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Litoral Extremo Oeste, 2010	35
TABELA 4	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Litoral Extremo Oeste, 2010	36
TABELA 5	Micro Territórios, Municípios, Área, Acesso e Distância a Capital Fortaleza (Km) do Território do Litoral Extremo Oeste.	40
TABELA 6	Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas no Território do Litoral Extremo em Oeste 2008 e 2009	89
TABELA 7	Morbidade Proporcional por Grupos de Causas no Território do Litoral Extremo Oeste em 2008 e 2009	91
TABELA 8	Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território do Litoral Extremo Oeste em 2008	95
TABELA 9	Informações sobre Condições de Nascimento em 2009	98
TABELA 10	Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território do Litoral Extremo Oeste dados de 2008, 2009 e 2010.	113
TABELA 11	Oferta de profissionais Médicos/Especialidades por 1.000 habitantes no Território do Litoral Extremo Oeste, 2008	115
TABELA 12	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria Profissional 1.000 habitantes no Território do Litoral Extremo Oeste, 2009.	117
TABELA 13	Percentual de Municípios com Abastecimento d água e com esgotamento sanitário dos Municípios do Território do Litoral Extremo Oeste, 2006.	119
TABELA 14	População alfabetizada no Estado por Grupo de Idades	122
TABELA 15	População alfabetizada no Ceará por faixa etária e zona de moradia	123
TABELA 16	Total de matrículas por Redes de Ensino, Zona Urbana e Rural na Educação Infantil: Creche e Pré-Escola	124
TABELA 17	Caracterização dos Estabelecimentos de Educação Infantil	127
TABELA 18	Total de matrículas por Redes de Ensino, Zonas Rural e Urbana no Ensino Fundamental 1ª ao 5ª e 6ª a 9ª	132
TABELA 19	Caracterização dos Estabelecimentos Escolares de Ensino Fundamental	133
TABELA 20	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB do Ensino fundamental	136
TABELA 21	Docentes do Ensino Fundamental por Grau de Formação	138
TABELA 22	Total de Matrículas por Redes de Ensino, Zona Urbana e Rural do Ensino Médio Integrado a EP e Normal	139
TABELA 23	Caracterização dos Estabelecimentos Escolares de Ensino Médio	141
TABELA 24	Total de Matrículas por Redes de Ensino, Zona Urbana e Rural e Educação de Jovens e Adultos: Presencial, Semipresencial e Integrado a EP	143
TABELA 25	Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zona Urbana e Rural, Educação Especial	145
TABELA 26	Equipamentos Culturais do Território Litoral Extremo Oeste	151
TABELA 27	Dados climáticos do território	171

LISTA DE TABELAS

TABELA 28	Poços profundos, barragens convencionais e barragens subterrâneas, cisternas de placa e cisternas calçadão, ligações de água nos domicílios rurais e urbanos, açudes, no Território Litoral Extremo Oeste	179
TABELA 29	Principais reservatórios encontrados no território	180
TABELA 30	Características de Adutoras presentes no Território Litoral Extremo Oeste	180
TABELA 31	Dados de % de domicílios com abastecimento de água e % de domicílios com esgotamento sanitário por município do Território Litoral Extremo Oeste.	180
TABELA 32	Obras de abastecimento do Projeto São José nos municípios do território	181
TABELA 33	Participação municipal na etapa regional do Pacto das águas	182
TABELA 34	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	205
TABELA 35	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000	206
TABELA 36	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.	207
TABELA 37	Classificação da tendência de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano	209
TABELA 38	Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, para o período de 1991-2000	211
TABELA 39	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2006-2008.	216
TABELA 40	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2006-2008	218
TABELA 41	Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2004-2008	221
TABELA 42	Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2007-2008.	223
TABELA 43	Produto Interno Bruto per capita, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2004-2008.	226
TABELA 44	População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.	228
TABELA 45	Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000	229
TABELA 46	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, extrativa mineral e indústria de transformação, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009	230
TABELA 47	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, construção civil, comércio, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009	231
TABELA 48	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, administração pública, agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009	232
TABELA 49	Renda per capita e taxa de crescimento da renda per capita, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000	234
TABELA 50	Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Litoral Extremo Oeste , 2006-2009	238
TABELA 51	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território	242

LISTA DE TABELAS

	Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	
TABELA 52	Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	242
TABELA 53	Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	243
TABELA 54	Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.	244
TABELA 55	Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	246
TABELA 56	Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.	247
TABELA 57	Produção do pescado marítimo e estuarino, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2007-2008	248
TABELA 58	Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	251
TABELA 59	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2005	254
TABELA 60	Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	258
TABELA 61	Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, implantados em 2008 e 2009	258
TABELA 62	Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território Litoral Extremo Oeste , implantados no município de Acaraú, em 2010	259
TABELA 63	Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território Litoral Extremo Oeste , implantados no município de Jijoca de Jericoacoara, em 2010.	260
TABELA 64	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.	262
TABELA 65	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009	264
TABELA 66	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.	268
TABELA 67	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.	270
TABELA 68	Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	271
TABELA 69	Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	272
TABELA 70	Atrativos turísticos, segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios	273
TABELA 71	Atrativos turísticos, segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios	274
TABELA 72	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	274
TABELA 73	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	275
TABELA 74	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o	276

LISTA DE TABELAS

	estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	
TABELA 75	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009	278
TABELA 76	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008	280
TABELA 77	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.	281
TABELA 78	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.	282
TABELA 79	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.	283
TABELA 80	Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Litoral Extremo Oeste , agosto de 2010	285
TABELA 81	Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Extremo Oeste , 1996-2009	286
TABELA 82	Aduoras construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Extremo Oeste , 1996-2008	286
TABELA 83	Poços construídos pela SOHIDRA no Território Litoral Extremo Oeste , 2009	287

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Número de cisternas construídas e repasses do Programa Cisternas de Placas, Ano 2010	61
QUADRO 2	Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família, Ano 2010	64
QUADRO 3	Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)	65
QUADRO 4	Programas Complementares articulados em nível federal	68
QUADRO 5	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	70
QUADRO 6	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social, Ano base 2010	72
QUADRO 7	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social (BPC e PETI) e bolsa Família com repasse direto aos beneficiários, 2010	75
QUADRO 8	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	77
QUADRO 9	Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS, 2000 a 2009	78
QUADRO 10	Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS, Urbano e Rural 2007 e 2008	79
QUADRO 11	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010	83
QUADRO 12 -	Etapas de Ensino, Faixa Etária, Duração da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Brasil	133
QUADRO 13	Instituições de Ensino Superior cadastradas no E-mec do Território Litoral Extremo Oeste	150
QUADRO 14	Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Sociocultural Educacional	159
QUADRO 15	Aspectos geoecológicos do estuário do rio Acaraú	179
QUADRO 16	Tipos de solo encontrados no território	187
QUADRO 17	Vegetação predominante no Território Litoral Extremo Oeste	190
QUADRO 18	Programas Ambientais no Território	199
QUADRO 19	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	200
QUADRO 20	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica	288
QUADRO 21	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1993-1996	297
QUADRO 22	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997- 2000	297
QUADRO 23	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2001-2004	298
QUADRO 24:	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005-2008	298
QUADRO 25	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009-2012	299
QUADRO 26	Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012	299
QUADRO 27:	Predominância de mandatos de vereadores, período 1997 a 2000	302
QUADRO 28	Predominância de mandatos de vereadores, período 2001 a 2004	303
QUADRO 29	Predominância de mandatos de vereadores, período 2005 a 2008	304
QUADRO 30	Predominância de mandatos de vereadores, período 2009 a 2012.	305
QUADRO 31	Predominância de mandatos dos vereadores, período 1996 a 2012	306
QUADRO 32	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	311
QUADRO 33	Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território	312
QUADRO 34	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração	314
QUADRO 35	Transferências governamentais – 2005-2009	317
QUADRO 36	Comparativo das transferências governamentais entre os Micros Territórios – 2005 – 2009	318
QUADRO 37	Receita orçamentária arrecadada pelos municípios- 2005 – 2008	319
QUADRO 38	Receita orçamentária arrecadada pelos municípios- 2005 - 2008	321
QUADRO 39	Receita tributária arrecadada pelos municípios- 2005 – 2008	321
QUADRO 40	Comparativo entre os Micros Territórios da Receita Tributária dos Municípios – 2005 - 2008	322
QUADRO 41	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	324
QUADRO 42	Comparativo dos Repasses e Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009por Micro Território	325

LISTA DE QUADROS

QUADRO 43	Recursos Plano Plurianual – 2010	328
QUADRO 44	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	332
QUADRO 45	Constituição da Plenária Geral do Colegiado Territorial	339
QUADRO 46	Constituição dos Comitês Temáticos do Colegiado Territorial	341
QUADRO 47	Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Político Institucional	343
QUADRO 48	Objetivos Estratégicos	350
QUADRO 49	Eixo Educação e Cultura	353
QUADRO 50	Eixo Esporte e Lazer	354
QUADRO 51	Eixo Saúde e Saneamento	356
QUADRO 52	Eixo Segurança Pública e Cidadania	357
QUADRO 53	Eixo Meio Ambiente	359
QUADRO 54	Eixo Agricultura Familiar ,Agroecologia e Organização Sustentável da Produção	362
QUADRO 55	Eixo Ações Fundiárias	362
QUADRO 56	Eixo de Infraestrutura	363
QUADRO 57	Eixo: Turismo e Artesanato	365
QUADRO 58	Eixo de Gestão Territorial	367
QUADRO 59	Projetos Priorizados pelo Território	368

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	17
1	INTRODUÇÃO	19
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO	21
PARTE I	O TERRITÓRIO	23
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	41
5	Formação Histórica	43
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	53
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	57
6	Aspectos Sociais	59
7	Aspectos da Saúde	89
8	Aspectos Educacionais	123
9	Aspectos Culturais	151
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	158
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	161
11	Aspectos Geoambientais	163
12	Aspectos Antrópicos	194
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	201
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	203
14	Aspectos Socioeconômicos	205
15	Aspectos do Setor Produtivo	237
16	Situação Fundiária	255
17	Financiamento e Comercialização	260
18	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria	267
19	Infraestrutura Elétrica, Hidrica e de Estradas	280
20	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	289
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	293
21	Territorialização e Gestão Pública	295
22	Infraestrutura Institucional	315
23	Governabilidade e Gestão Social	335
24	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	342
PARTE III	PLANEJAMENTO	345
25	Visão de Futuro	349
26	Objetivos Estratégicos	351
27	Diretrizes Principais	352
28	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	368
29	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	369
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	375
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	377
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as

políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território do Litoral Extremo Oeste não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de

atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Litoral Extremo Oeste, utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegura a participação de todos os atores institucionais do território, para que sejam ouvidos, tenham as suas opiniões respeitadas e os dados sejam o mais aproximado possível da realidade.

Os passos metodológicos para a construção do plano seguiram as orientações estabelecidas pelo MDA. A primeira etapa consistiu em cinco fases: a primeira na preparação da ambiência de planejamento que teve como marco inicial a disseminação da estratégia de desenvolvimento territorial que culminou com a realização de um Seminário Territorial no período de dezembro de 2008 em cada Território.

A segunda fase consistiu na sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009.

A terceira fase, em julho de 2009, resultou na mobilização dos atores territoriais em Plenárias Territoriais para constituição dos Colegiados.

A quarta fase objetivou a implantação do Colegiado, a Posse da Plenária, a Eleição do Núcleo Dirigente e a contextualização do Plano Territorial, em outubro de 2009 durante as Oficinas Territoriais.

Na quinta fase ocorre a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da elaboração do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos; o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A 2ª etapa teve como objetivo a construção do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documentador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A 3ª etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

A 4ª etapa ocorre a reformulação da equipe técnica para a elaboração do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos com a eleição dos três primeiros a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I
O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos
Características Estratégicas
Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab./km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Litoral Extremo Oeste correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território do Litoral Extremo Oeste por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

MICRO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento (%)
Barroquinha	14812	15418	15558	14475	-2,3
Camocim	58470	60784	61278	60163	2,9
Chaval	12215	12609	12644	12617	3,3
TOTAL	85497	88811	89480	87255	2,1
MICRO II					
Granja	51410	53486	53952	52670	2,5
Martinópolis	10304	10892	11118	10220	-0,8
TOTAL	61714	64378	65070	62890	1,9

MICRO III					
Acaraú	52123	54257	54753	57542	10,4
Cruz	22144	23208	23540	22480	1,5
Jijoca de Jericoacoara	15442	16447	16880	17002	10,1
TOTAL	89709	93912	95173	97024	8,2
MICRO IV					
Bela Cruz	29566	30687	30900	30873	4,4
Marco	23107	24250	24622	24707	6,9
Morrinhos	21111	22269	22695	20703	-1,9
TOTAL	73784	77206	78217	76283	3,4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Litoral Extremo Oeste destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Litoral Extremo Oeste.

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Barroquinha U	738	360	378	924	465	459	1127	568	559
Barroquinha R	341	159	182	482	264	218	675	351	324
Camocim U	3407	1749	1658	3933	1972	1961	4822	2454	2368
Camocim R	1329	690	639	1541	796	745	2099	1081	1018
Chaval U	760	395	365	794	389	405	1049	500	549
Chaval R	244	117	127	308	169	139	401	196	205
TOTAL U	4905	2504	2401	5651	2826	2825	6998	3522	3476
TOTAL R	1914	966	948	2331	1229	1102	3175	1628	1547
MICRO II									
Granja U	2239	1135	1104	2446	1251	1195	3121	1532	1589
Granja R	2522	1251	1271	2966	1544	1422	3652	1844	1808
Martinópolis U	672	344	328	752	366	386	991	514	477
Martinópolis R	222	111	111	242	134	108	305	154	151
TOTAL U	2911	1479	1432	3198	1617	1581	4112	2046	2066
TOTAL R	2744	1362	1382	3208	1678	1530	3957	1998	1959
MICRO III									
Acaraú U	2335	1160	1175	2448	1267	1181	3040	1540	1500
Acaraú R	2474	1227	1247	2836	1467	1369	3504	1809	1695
Cruz U	730	364	366	814	425	389	1008	528	480
Cruz R	1098	589	509	1267	633	634	1571	817	754
Jijoca de Jericoacoara U	470	260	210	491	269	222	597	303	294
Jijoca de Jericoacoara R	1058	568	490	1034	532	502	1247	615	632
TOTAL U	3535	1784	1751	3753	1961	1792	4645	2371	2274
TOTAL R	4630	2384	2246	5137	2632	2505	6322	3241	3081
MICRO IV									
Bela Cruz U	969	492	477	1088	575	513	1388	726	662
Bela Cruz R	1484	744	740	1682	885	797	2162	1085	1077
Marco U	1469	778	691	1537	766	771	1736	888	848
Marco R	1038	543	495	1067	556	511	1136	609	527
Morrinhos	895	461	434	899	458	441	1046	519	527
Morrinhos	1087	542	545	1239	640	599	1449	743	706

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	3333	1731	1602	3524	1799	1725	4170	2133	2037
TOTAL R	3609	1829	1780	3988	2081	1907	4747	2437	2310
TOTAL URBANO TERRITORIO	14684	7498	7186	16126	8203	7923	19925	10072	9853
TOTAL RURAL TERRITORIO	12897	6541	6356	14664	7620	7044	18201	9304	8897

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Litoral Extremo Oeste

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste – 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Barroquinha U	1017	535	482	877	439	438	768	361	407
Barroquinha R	569	322	247	452	249	203	362	186	176
Camocim U	4626	2289	2337	4470	2215	2255	3942	1896	2046
Camocim R	1857	996	861	1467	780	687	1152	604	548
Chaval U	1010	486	524	855	440	415	726	325	401
Chaval R	426	230	196	308	154	154	234	122	112
TOTAL U	6653	3310	3343	6202	3094	3108	5436	2582	2854
TOTAL R	2852	1548	1304	2227	1183	1044	1748	912	836
MICRO II									
Granja U	2812	1406	1406	2325	1147	1178	2042	1015	1027
Granja R	3108	1671	1437	2377	1296	1081	1987	1077	910
Martinópolis U	886	476	410	710	344	366	600	292	308
Martinópolis R	291	165	126	220	116	104	167	95	72
TOTAL U	3698	1882	1816	3035	1491	1544	2642	1307	1335
TOTAL R	3399	1836	1563	2597	1412	1185	2154	1172	982
MICRO III									
Acaraú U	3063	1522	1541	2879	1431	1448	2565	1307	1258
Acaraú R	3285	1754	1531	2885	1539	1346	2541	1296	1245
Cruz U	928	431	497	869	412	457	847	384	463
Cruz R	1472	738	734	1115	530	585	982	446	536

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Jijoca de Jericoacoara U	564	257	307	572	248	324	528	239	289
Jijoca de Jericoacoara R	1253	629	624	1232	648	584	1117	557	560
TOTAL U	4555	2210	2345	4320	2091	2229	3940	1930	2010
TOTAL R	6010	3121	2889	5232	2717	2515	4640	2299	2341
MICRO IV									
Bela Cruz U	1350	679	671	1243	615	628	1099	531	568
Bela Cruz R	2074	1093	981	1704	870	834	1425	737	688
Marco U	1669	873	796	1634	801	833	1342	676	666
Marco R	1095	581	514	934	493	441	696	350	346
Morrinhos	958	483	475	983	504	479	814	394	420
Morrinhos	1209	622	587	1091	556	535	828	433	395
TOTAL U	3977	2035	1942	3860	1920	1940	3255	1601	1654
TOTAL R	4378	2296	2082	3729	1919	1810	2949	1520	1429
TOTAL URBANO TERRITORIO	18883	9437	9446	17417	8596	8821	15273	7420	7853
TOTAL RURAL TERRITORIO	16639	8801	7838	13785	7231	6554	11491	5903	5588

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Litoral Extremo Oeste

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Barroquinha U	792	403	389	676	340	336	541	265	276
Barroquinha R	289	145	144	240	127	113	227	115	112
Camocim U	3662	1766	1896	3232	1525	1707	2866	1367	1499
Camocim R	1089	583	506	905	489	416	824	441	383
Chaval U	714	338	376	609	277	332	567	284	283
Chaval R	228	113	115	207	114	93	204	111	93

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	5168	2507	2661	4517	2142	2375	3974	1916	2058
TOTAL R	1606	841	765	1352	730	622	1255	667	588
MICRO II									
Granja U	1915	972	943	1672	826	846	1464	699	765
Granja R	1794	935	859	1513	807	706	1294	713	581
Martinópoles U	570	280	290	499	249	250	452	209	243
Martinópoles R	120	63	57	109	62	47	108	63	45
TOTAL U	2485	1252	1233	2171	1075	1096	1916	908	1008
TOTAL R	1914	998	916	1622	869	753	1402	776	626
MICRO III									
Acaraú U	2268	1146	1122	1886	914	972	1657	825	832
Acaraú R	2117	1089	1028	1799	931	868	1520	770	750
Cruz U	763	371	392	624	294	330	575	278	297
Cruz R	929	477	452	806	412	394	758	389	369
Jijoca de Jericoacoara U	467	213	254	396	193	203	331	159	172
Jijoca de Jericoacoara R	875	437	438	792	408	384	679	345	334
TOTAL U	3498	1730	1768	2906	1401	1505	2563	1262	1301
TOTAL R	3921	2003	1918	3397	1751	1646	2957	1504	1453
MICRO IV									
Bela Cruz U	936	448	488	859	432	427	779	381	398
Bela Cruz R	1299	692	607	1047	569	478	971	525	446
Marco U	1123	581	542	976	481	495	844	420	424
Marco R	620	323	297	518	266	252	472	253	219
Morrinhos	676	334	342	551	246	305	526	254	272
Morrinhos	709	378	331	630	323	307	532	266	266
TOTAL U	2735	1363	1372	2386	1159	1227	2149	1055	1094
TOTAL R	2628	1393	1235	2195	1158	1037	1975	1044	931
TOTAL URBANO TERRITORIO	13886	6852	7034	11980	5777	6203	10602	5141	5461
TOTAL RURAL TERRITORIO	10069	5235	4834	8566	4508	4058	7589	3991	3598

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Litoral Extremo Oeste

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Barroquinha U	432	207	225	368	173	195	365	157	208
Barroquinha R	191	119	72	191	95	96	188	103	85
Camocim U	2320	1074	1246	1714	790	924	1455	681	774
Camocim R	684	359	325	532	243	289	486	256	230
Chaval U	496	239	257	306	146	160	284	128	156
Chaval R	171	90	81	143	76	67	145	88	57
TOTAL U	3248	1520	1728	2388	1109	1279	2104	966	1138
TOTAL R	1046	568	478	866	414	452	819	447	372
MICRO II									
Granja U	1238	570	668	909	421	488	871	435	436
Granja R	1123	591	532	919	485	434	948	480	468
Martinópolis U	403	190	213	286	135	151	245	113	132
Martinópolis R	113	63	50	77	40	37	62	35	27
TOTAL U	1641	760	881	1195	556	639	1116	548	568
TOTAL R	1236	654	582	996	525	471	1010	515	495
MICRO III									
Acaraú U	1407	655	752	1008	511	497	936	454	482
Acaraú R	1341	709	632	1026	500	526	978	504	474
Cruz U	557	255	302	400	171	229	368	178	190
Cruz R	647	341	306	458	209	249	449	229	220
Jijoca de Jericoacoara U	275	129	146	192	97	95	173	78	95
Jijoca de Jericoacoara R	548	297	251	402	192	210	347	163	184
TOTAL U	2239	1039	1200	1600	779	821	1477	710	767
TOTAL R	2536	1347	1189	1886	901	985	1774	896	878
MICRO IV									
Bela Cruz U	692	332	360	539	254	285	506	238	268
Bela Cruz R	914	476	438	634	308	326	584	288	296
Marco U	782	383	399	508	234	274	409	194	215
Marco R	402	227	175	261	134	127	240	122	118
Morrinhos	437	217	220	366	186	180	309	123	186
Morrinhos	531	281	250	350	169	181	352	177	175
TOTAL U	1911	932	979	1413	674	739	1224	555	669
TOTAL R	1847	984	863	1245	611	634	1176	587	589
TOTAL URBANO TERRITORIO	9039	4251	4788	6596	3118	3478	5921	2779	3142
TOTAL RURAL TERRITORIO	6665	3553	3112	4993	2451	2542	4779	2445	2334

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Litoral Extremo Oeste.

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Barroquinha U	346	169	177	277	130	147	220	101	119
Barroquinha R	144	88	56	134	63	71	76	44	32
Camocim U	1311	600	711	974	453	521	742	312	430
Camocim R	443	220	223	376	209	167	274	144	130
Chaval U	298	129	169	261	132	129	191	75	116
Chaval R	110	58	52	111	56	55	88	44	44
TOTAL U	1955	898	1057	1512	715	797	1153	488	665
TOTAL R	697	366	331	621	328	293	438	232	206
MICRO II									
Granja U	854	393	461	664	295	369	513	234	279
Granja R	778	426	352	677	347	330	458	252	206
Martinópolis U	265	101	164	208	95	113	155	68	87
Martinópolis R	54	31	23	51	30	21	29	15	14
TOTAL U	1119	494	625	872	390	482	668	302	366
TOTAL R	832	457	375	728	377	351	487	267	220
MICRO III									
Acaraú U	799	382	417	607	279	328	539	226	313
Acaraú R	933	468	465	711	379	332	578	284	294
Cruz U	350	148	202	242	122	120	170	73	97
Cruz R	433	233	200	324	164	160	279	141	138
Jijoca de Jericoacoara U	155	70	85	125	61	64	98	49	49
Jijoca de Jericoacoara R	271	143	128	201	108	93	165	83	82
TOTAL U	1304	600	704	974	462	512	807	348	459
TOTAL R	1637	844	793	1236	651	585	1022	508	514
MICRO IV									
Bela Cruz U	432	176	256	343	164	179	290	143	147
Bela Cruz R	614	329	285	481	262	219	335	175	160
Marco U	400	196	204	334	139	195	263	123	140
Marco R	248	140	108	188	104	84	134	53	81

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Morrinhos	302	147	155	292	133	159	222	103	119
Morrinhos	322	168	154	302	158	144	198	113	85
TOTAL U	1134	519	615	969	436	533	775	369	406
TOTAL R	1184	637	547	971	524	447	667	341	326
TOTAL URBANO TERRITORIO	5512	2511	3001	4327	2003	2324	3403	1507	1896
TOTAL RURAL TERRITORIO	4350	2304	2046	3556	1880	1676	2614	1348	1266

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Litoral Extremo Oeste e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território do Litoral Extremo Oeste - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I						
Barroquinha U	149	76	73	153	68	85
Barroquinha R	63	34	29	82	40	42
Camocim U	546	247	299	635	253	382
Camocim R	208	109	99	235	127	108
Chaval U	123	61	62	125	55	70
Chaval R	58	29	29	61	28	33
TOTAL U	818	384	434	913	376	537
TOTAL R	329	172	157	378	195	183
MICRO II						
Granja U	377	167	210	430	184	246
Granja R	291	151	140	346	162	184
Martinópoles U	135	48	87	178	80	98
Martinópoles R	18	10	8	19	9	10
TOTAL U	512	215	297	608	264	344
TOTAL R	309	161	148	365	171	194

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO III						
Acaraú U	371	167	204	434	193	241
Acaraú R	339	186	153	442	211	231
Cruz U	163	70	93	161	73	88
Cruz R	136	72	64	186	94	92
Jijoca de Jericoacoara U	58	27	31	64	30	34
Jijoca de Jericoacoara R	110	52	58	115	61	54
TOTAL U	592	264	328	659	296	363
TOTAL R	585	310	275	743	366	377
MICRO IV						
Bela Cruz U	211	90	121	273	138	135
Bela Cruz R	193	92	101	278	157	121
Marco U	180	72	108	229	117	112
Marco R	93	52	41	126	71	55
Morrinhos	152	62	90	184	105	79
Morrinhos	108	59	49	151	83	68
TOTAL R	543	224	319	686	360	326
TOTAL R	394	203	191	555	311	244
TOTAL URBANO TERRITORIO	2465	1087	1378	2866	1296	1570
TOTAL RURAL TERRITORIO	1617	846	771	2041	1043	998

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Litoral Extremo Oeste, 2010.

MUNICÍPIOS	POP TOTAL	URBANA	RURAL	Densidade dem.	% urbano	% rural
MICRO I						
Barroquinha	14475	9771	4704	37,8	67,5	32,5
Camocim	60163	44647	15516	53,5	74,2	25,8
Chaval	12617	9170	3447	53,0	72,7	27,3
TOTAL	87255	63588	23667		72,9	27,1
MICRO II						
Granja	52670	25902	26768	19,5	49,2	50,8
Martinópolis	10220	8009	2211	34,2	78,4	21,6
TOTAL	62890	33911	28979		53,9	46,1
MICRO III						
Acaraú	57542	28237	29305	68,3	49,1	50,9
Cruz	22480	9570	12910	67,1	42,6	57,4
Jijoca de Jericoacoara	17002	5556	11446	84,2	32,7	67,3
TOTAL	97024	43363	53661		44,7	55,3
MICRO IV						
Bela Cruz	30873	12992	17881	36,7	42,1	57,9
Marco	24707	15435	9272	43,0	62,5	37,5
Morrinhos	20703	9615	11088	50,6	46,4	53,6
TOTAL	76283	38042	38241		49,9	50,1
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	236197	115316	120881		48,8	51,2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Litoral Extremo Oeste, 2010.

MUNICIPIOS	TAXA GEOMÉTRICA TOTAL 2010	TAXA GEOMÉTRICA URBANA 2010	TAXA GEOMÉTRICA RURAL 2010
MICRO I			
Barroquinha	0,4	0,7	-0,3
Camocim	0,8	0,9	0,5
Chaval	0,4	0,8	-0,6
MICRO II			
Granja	0,8	1,4	0,3
Martinópoles	1,7	2,1	0,4
MICRO III			
Acaraú	1,6	1,4	1,9
Cruz	1,3	1,5	1,1
Jijoca de Jericoacoara	3,5	4,9	2,8
MICRO IV			
Bela Cruz	0,9	1,2	0,6
Marco	1,9	2,8	0,6
Morrinhos	1,4	2,2	0,9

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada,

separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território Litoral Extremo Oeste localiza-se numa área de 8.666,728 km² na região oeste do Estado do Ceará e abrange 12 (doze) municípios: Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinho, Uruoca. Abaixo Na Figura 1 observa-se a localização do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, estes integrandos quatro Micro territórios conforme discriminado a seguir:

- Micro I formado pelos municípios: Chaval, Barroquinha, Camocim;
- Micro II, formado pelos municípios de Granja, Martinópole e Uruoca;
- Micro III formado pelos municípios de Acaraú, Cruz e Jijoca de Jericoacoara;
- Micro-IV formado pelos municípios de Marcos, Bela Cruz e Morrinhos.

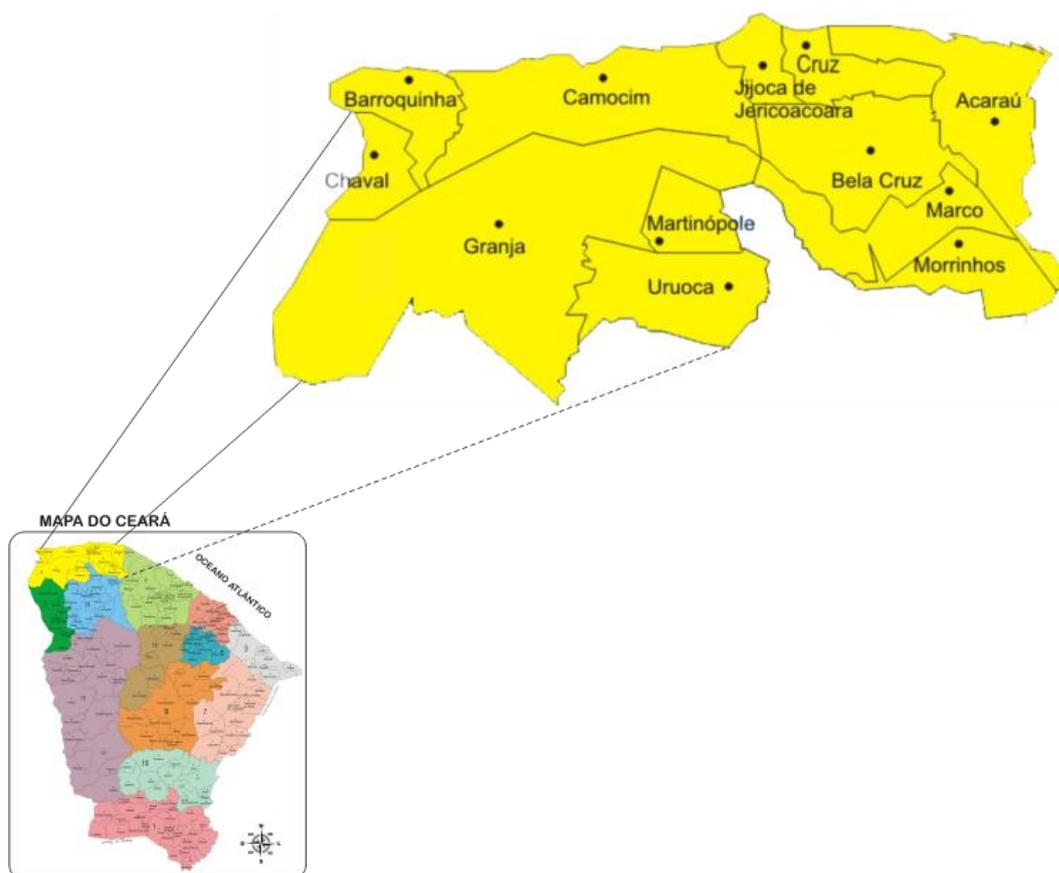


Figura 1: Mapa Adaptado do Litoral Extremo Oeste e sua localização no Ceará
Fonte: IPECE, 2010.

O Território do Litoral Extremo Oeste tem acesso por via terrestre, principalmente pelas rodovias CE 292, CE 386, CE 060, BR 116, BR 122 e BR 230, como pode ser visto na Tabela 5, a área de cada município e as vias de acesso, bem como a distância em linha reta à capital do Estado.

Tabela 5 – Micro Territórios, Municípios, Área, Acesso e Distância a Capital Fortaleza (Km) do Território do Litoral Extremo Oeste

Micro Territórios	Municípios	Área (Km ²)	Vias de Acesso	Distância à Capital (Km)
MICRO I	Chaval	238,3	BR-222/CE-168	425,3
	Barroquinha	386,426	BR-222/CE-71/085	413,3
	Camocim	1.123,94	BR-222/CE-71	379,3
MICRO II	Granja	2.687,20	BR-222/CE-71/368	352,3
	Martinópolis	298,948	BR-222/CE-71/362	334,3
	Uruoca	696,97	BR-222/CE-362	310,3
MICRO III	Acaraú	255,7	BR-222/CE-085	255,7
	Cruz	334,833	BR-222/CE-354	242,5
	Jijoca de Jericoacoara	207,858	BR-222/CE-354	249,9
MICRO IV	Marco	574,148	BR-222/CE-178	234,5
	Bela Cruz	841,718	BR-222/CE-168	242,5
	Morrinhos	408,878	BR-222/CE-354	220,7

Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD, 2003.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú é uma das microrregiões do Ceará pertencente à Mesorregião Noroeste, reside numa área de 8.666,728 km². Há uma grande variação quanto à origem, formação, colonização e desenvolvimento, cada cidade que compõem o Território Litoral Extremo Oeste apresenta características próprias e algumas semelhanças, o contexto histórico dos 12 municípios que compõem este Território estão descritos e seus espaços configurados através das Figuras 2, 3 e 4, representando cada um dos micro território, abaixo a seguir.

5.1 Micro Território I

O município de Chaval faz extremidade com o estado do Piauí e com os municípios de Granja e Barroquinha. Sobre a origem do topônimo do município não se sabe ao certo como surgiu. Alguns procuram justificá-la. Poderia ter origem em "*chavascal*" ou seria um derivado de "*chave*", mas chaval que quer dizer: "*lugar que fecha um território*", o que seria plenamente aplicável ao mencionado lugar que se situa próximo ao limite com o Piauí, uma espécie de recanto ao cotovelo. A região foi desde tempos remotos ocupada pelos índios Tremembés. Seus primeiros povoadores foram homens vindos de Iboaçú no ano de 1873, dentre eles o Padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo considerado o principal fundador de Chaval (IBGE, Cidades, 2009).

O município de Barroquinha faz fronteira com o município de Granja, possui saída para o Oceano Atlântico. Uma de suas praias mais famosas é denominada de Bitupita. Sobre o contexto de sua formação e a origem do topônimo provém, geologicamente, de pequenas massas erodidas ou barrocas, donde certamente terá se formado o nome Barroquinha. À margem do Riacho Tabocal, onde se fixou a povoação, inicialmente com o nome de Paço Imperial. O distrito criado com a denominação de Barroquinha, pelo ato provincial de 07-06-1883 e por lei municipal nº 3, de 30-03-1893, foi subordinado ao município de Camocim. Mais tarde, porém, foi elevado à

categoria de município com a denominação de Barroquinha (IBGE, Cidades, 2009).

O município de Camocim é faz fronteira com quatro outros municípios: Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Bela Cruz. Possui saída para o Oceano Atlântico. Inicialmente situava-se ao sul da capitania, doada em 1535, ao historiador João de Barros, associado a Aires da Cunha e Fernando Alvares de Andrade, a região do Camocim permaneceu praticamente inabitada até 1792, quando se registraram tentativas de aldeamento dos índios Tremembé, que dominavam a costa. Entre 1838 e 1873, diversas famílias, inclusive algumas imigradas do interior, fixaram-se na região, atraídas pelo litoral, onde esperavam encontrar terras férteis. Aos poucos, desenvolveu-se o primitivo núcleo humano. De simples distrito policial, criado por volta de 1868, passou Camocim à categoria de distrito de paz, em 1878, e um ano depois, à de Município (IBGE, Cidades, 2009).

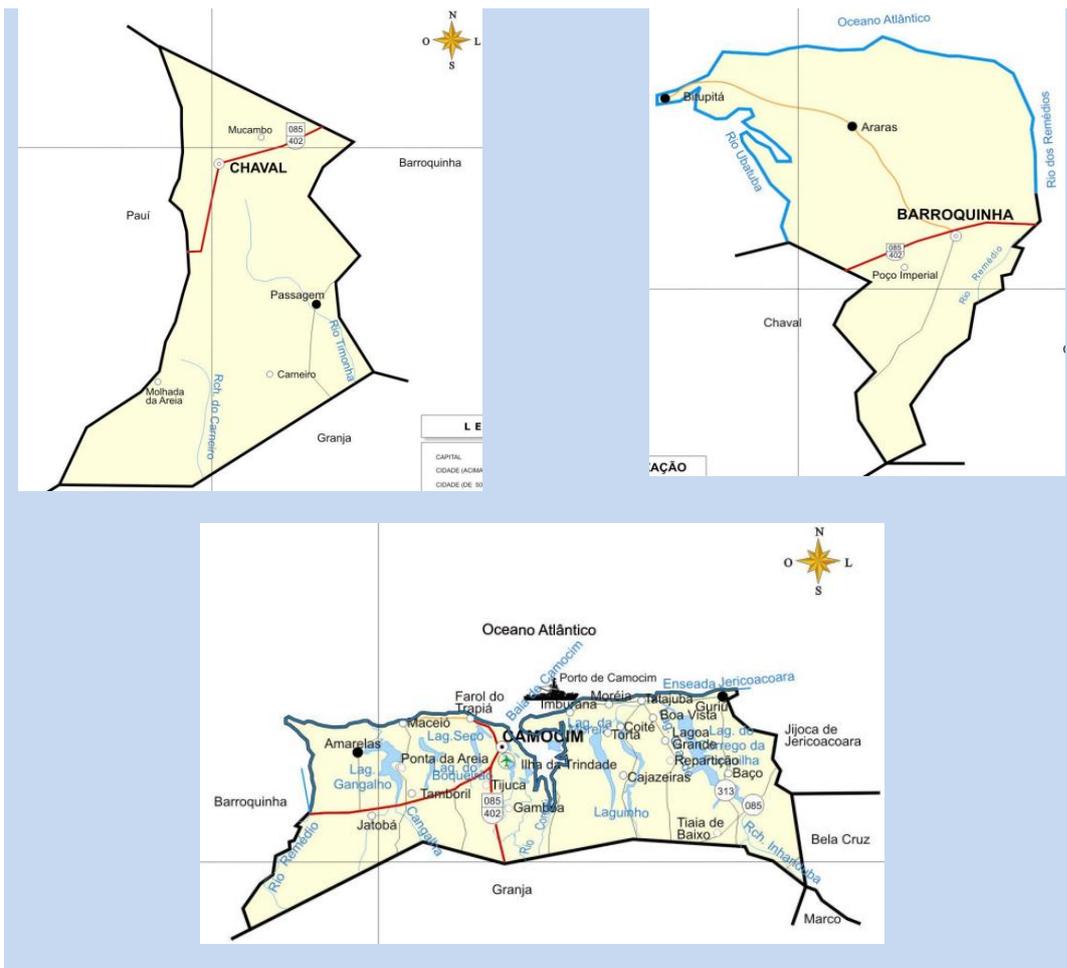


FIGURA 2: Mapa Adaptado dos Municípios de Chaval, Barroquinha e Camocim
Fonte: PBM, 2008.

5.2 Micro Território II

O povoamento do município de Granja, antigamente chamado Macavoqueira e Santa Cruz do Coreaú, foi um dos mais antigos que se procedeu na Capitania do Ceará Grande. Várias tribos habitavam a vasta região beneficiada pelas ribeiras férteis do rio Coreaú. No ano de 1702, Miguel Machado e seu irmão, receberam, datado de 3 de agosto daquele ano, no Recife, uma doação de cinco léguas de terras com uma de largo na margem oriental do rio Coreaú, medindo-as o desembargador Cristovão Soares Reimão. Figuram como primeiros colonizadores desta região portugueses e baianos que às voltas com os indígenas localizaram-se à margem do rio Coreaú, onde hoje erguida está a cidade de Granja. A povoação que se chamou também Ribeira do Coreaú foi elevada à categoria de vila por alvará de 27 de junho de 1776, com a denominação de Granja. Como fatos marcantes que enriquecem a história de Granja destacam-se a inauguração da ferrovia aos 15 de janeiro de 1881 e em agosto de 1889 a visita que fez à cidade Conde D'Eu, neto do Rei da França (IBGE, Cidades, 2009).

O município de Martinópole surgiu por volta da metade do século XIX, originando-se de uma fazenda com poucos habitantes que se instalaram nas proximidades de uma lagoa chamada Angica. Está localizado entre os municípios de Granja, Uruoca e Senador Sá. O ano de 1877 foi assolado por uma seca degradante – muitos migrantes procedentes de Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Crateús, Riachão (atualmente Uruoca), chegavam a Angica atraídos pela água da lagoa e ali fixaram residência. Os primeiros a chegar pertenciam às famílias Paulino Sampaio, Porfírio Gomes e, em seguida chegaram as famílias Brito, Feijó, Melo e outras. A palavra Angica originou-se de uma árvore conhecida popularmente com "angico", pertencente à família das leguminosas monosáceas existente nas margens de uma lagoa que servia de sombra para o gado. Em outubro de 1917, a população oficializou a mudança do nome Angica para "Martinópolis" originário da junção da palavra Martins em referência ao padre Vicente Martins da Costa, pároco de Granja que muitos serviços prestou ao povoado; e da palavra Polis que, em grego quer dizer cidade. Martinópole significa, portanto, cidade de Martins. Pouco

tempo depois se constatou a existência de uma cidade com o mesmo nome no Estado de São Paulo. Ocorreram trocas de correspondências e documentos entre as duas cidades homônimas, o que resultou na alteração do nome de nossa cidade para "*Martinópolis*", no singular (IBGE, cidades, 2009).

O município faz fronteira com dois municípios do Litoral Extremo Oeste: Granja e Martinópolis. Uruoca era um distrito do município de Granja, quando a lei nº 3.560, de 26 de março de 1957 deu-lhe a categoria municipal. Por iniciativa particular, foi erigida a capela da cidade. Seu Orago é Nossa Senhora do Livramento. Sua inauguração se deu em 1882. Inicialmente o povoado chamou-se Riachão. O decreto-lei nº 1.114 de 30 de dezembro de 1943, mudou o nome para Uruoca que em linguagem tupi significa "*abrigo ou casa dos galináceos*". Em vão foram as propostas de que o lugar recebesse o nome das famílias mais importantes ali residentes, como Rochalândia ou Valdelândia. Venceu o nome de Uruoca (IBGE Cidades, 2009).

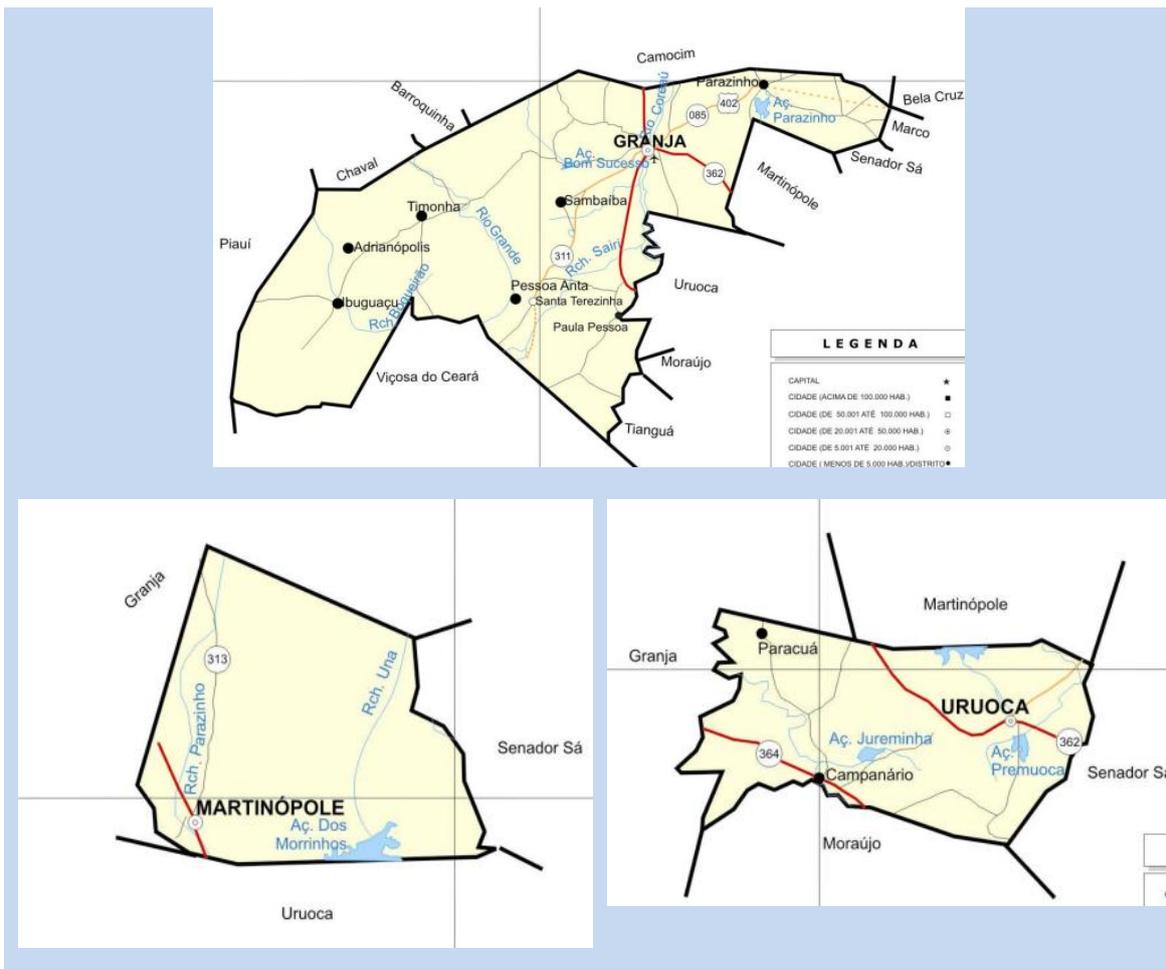


FIGURA 3: Mapa Adaptado dos Municípios de Granja, Martinópolis e Uruoca

Fonte: PBM, 2008.

5.3 Micro Território III

Acaraú é um município localizado próximo à foz do rio de mesmo nome. Possui também grande extensão de seu território com acesso para o mar conforme o Mapa 09. É o maior produtor de lagosta do Brasil. A cidade sobrevive da pesca, agricultura e da pecuária. Seus distritos são: Acaraú, Aranaú, Juritianha e Lagoa do Carneiro. Os primeiros habitantes fundadores do Acaraú, na opinião do Barão de Studart, eram pescadores vindos do Sul. Atraídos pela fartura dos barcos pesqueiros (Acaraú-pesqueiro ou comedouro de peixe grosso, segundo Pompeu Sobrinho, citado por Renato Braga em o Município, ano I, nº 1) instalaram-se inicialmente no lugar denominado Presídio, transferindo-se mais tarde para melhor situação, em local mais seguro, ao fundo do delta formado pelo rio Acaraú. O primitivo núcleo da Barra do Acaracu servia de ancoradouro a pequenas embarcações, vindo a chamar-se Porto dos Barcos de Acaracu. Localizada à margem direita do rio, ficava a povoação encravada na légua de terra adquirida em 23 de dezembro de 1793 por José Monteiro de Melo ao padre Basílio Francisco dos Santos e seus irmãos, capitão Manuel José dos Santos e D. Maria Joaquina, casada com Antônio José Peixoto, todos moradores em Lisboa, pela quantia de um conto e duzentos mil réis. Monteiro de Melo, ao morrer, em 1806, legou esse patrimônio a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da freguesia, que nesse tempo era a de Sobral. A origem do topônimo: palavra indígena, composta de Acará (Garças) e Hu (Água), significado Rio das Graças (Paulinho Nogueira) (IBGE, cidades, 2009).

Cruz ocupa a margem esquerda do rio do mesmo nome. Chamou-se primitivamente São Francisco da Cruz, nome cujas origens envolvem lendas de sua contemporaneidade ascendente. Reza a tradição oral que por ocasião da calamitosa estiagem de 1825 e acometido pela fome, morreu naquele local certo retirante, oportunidade em que moradores tributaram-lhe, a título de póstumas e meritórias honrarias uma cruz da qual nasceriam versões milagrentas. Em segunda versão e em vez do anônimo retirante, diz-se ter sido assassinado no local certo sogro pela mão traiçoeira do próprio genro. A este dedicaram igualmente os moradores o tradicional monumento da cruz,

correndo na voz popular os prodígios originários dos que vão de forma sofrida. A origem do topônimo é em homenagem a um retirante que morreu de fome (IBGE, cidades, 2009). O município faz fronteira com Acaraú, Jijoca de Jericoacoara e Bela Cruz conforme apresenta o Mapa 10.

Jijoca de Jericoacoara foi distrito do município de Acaraú. Criado pela Lei municipal nº 94, de 29 de junho de 1923. A vila fica na enseada desse nome, o ponto mais setentrional da costa cearense, na qual, em 1614, depois de desembarcar no Iguape (hoje Jacaúna, no Município de Aquiráz) e de demorar-se no Ceará (Fortim de São Sebastião, de Soares Moreno), esteve Jerônimo de Albuquerque e ali ergueu ao pé do serrote uma pequena fortaleza, com estacas de madeira o forte de Nossa Senhora do Rosário, tendo-se celebrado a 5 de outubro festas em louvor da Santa. No mesmo ano esse fortim fora atacado (18 de junho), pela gente de Du Prat, pirata francês, compondo a tripulação de uma nau, porém é repelida heroicamente, posta em fuga os 200 homens por eles desembarcados, dos quais 12 foram mortos e cerca de 30 feridos, graças ao valor das poucos defensores do forte, à frente deles o citado Jerônimo de Albuquerque e o capitão Manuel d'Eça. A enseada é contornada de serrotes, no topo de um dos quais, a 120 metros do nível do mar, se acha instalado um farol inaugurado em 16 de novembro de 1952, tendo sido construído sob a direção do capitão Jorge Leite da Silva. O topônimo, segundo Pompeu Sobrinho (Revista do Instituto do Ceará, v. 59, p. 186) foi registrado no começo do século XVII, mas provavelmente já existia desde o fim da precedente. Etimologicamente, Jericuacuara ou, como ordinariamente se escreve, Jeriquaquara é expressão tupi que Teodoro Sampaio interpreta: y urucua tartaruga, cuara buraco, refúgio ou esconderijo. Portanto, “*refúgio das tartarugas*”. Conforme o mapa 09 faz fronteira com os municípios de Cruz, Camocim, e Bela Cruz.

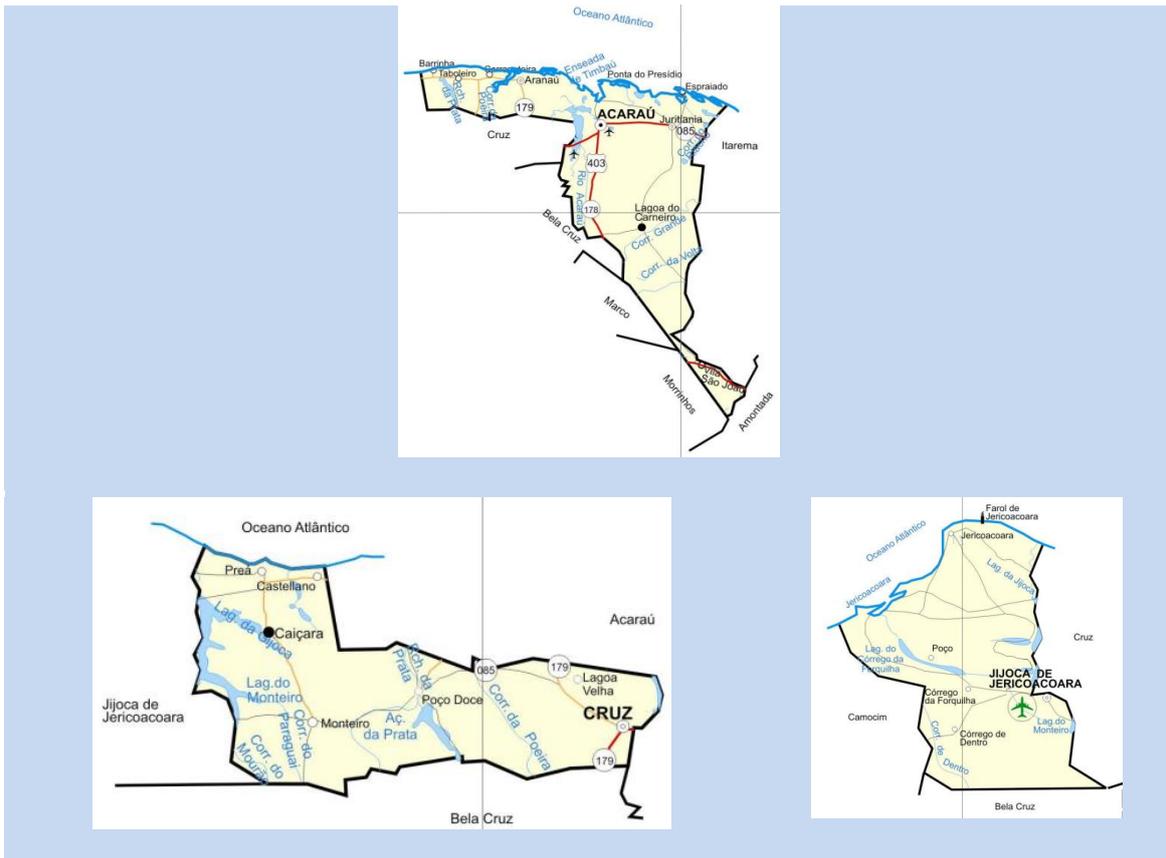


FIGURA 4: Mapa Adaptado dos Municípios de Acaraú, Cruz e Jijoca de Jericoacoara
 Fonte: PBM, 2008.

5.4 Micro Território IV

As terras onde atualmente se encontra o município de Marco pertenciam a Santana do Acaraú, eram provavelmente ocupadas por índios Tremembés que estendiam seus domínios desde a Ribeira do Acaraú até a Serra Grande. Esses mesmos índios foram aldeados nas proximidades de Camocim pelos jesuítas depois mudaram para as praias do Acaraú. Em 1713, por ocasião da revolta dos Anacés, os Acriús se rebelaram causando sérios prejuízos aos moradores da ribeira, os quais se refugiaram na Ibiapaba. O nome da cidade vem do marco que foi posto meia légua para o sul do local onde está a cidade hoje, exatamente onde terminava as terras de Manoel Góes, um dos primeiros da ribeira do Acaraú. Com o passar dos anos foram-se aglomerando as primeiras habitações numa pitoresca elevação à margem esquerda do rio Acaraú, em torno da Capela erigida e 1870 com a

denominação de São Manuel de Marco, transformando em distrito do município de Santana do Acaraú (IBGE Cidades, 2009).

O município de Bela Cruz denominava-se primitivamente como Alto da Genoveva, nome que provém de uma mulata então residente no sítio de origem. Em 1798, quando neste sítio missionava Frei Vidal da Penha (final do Século XVIII), mudou-se a denominação para Santa Cruz do Acaraú, em alusão ao cruzeiro de praxe, sempre erguido nos lugares por onde peregrinava esse andante missionário. A origem do topônimo Santa Cruz do Acaraú foi o primeiro nome, depois adotado Alto da Genoveva, conforme mencionado acima em homenagem a uma mulata que ali residia. No entanto, um missionário religioso o trocou por Bela Cruz permanecendo até hoje (IBGE, Cidades, 2009).

O Município de Morrinhos tem sua origem datada por volta do século XIX e teve como fator de agregação da população o rio Acaraú. A elevação do povoado à vila provém do Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e a município conforme Lei nº 3.798, de 6 de setembro de 1957, tendo sido instalado a 9 de fevereiro de 1958. Morrinhos está localizada a uma altitude de 35 metros. Distrito criado com a denominação de Morrinho, pelo ato estadual de 19-07-1897, era anteriormente subordinado ao município de Santana de Acaraú (IBGE, Cidades, 2009).

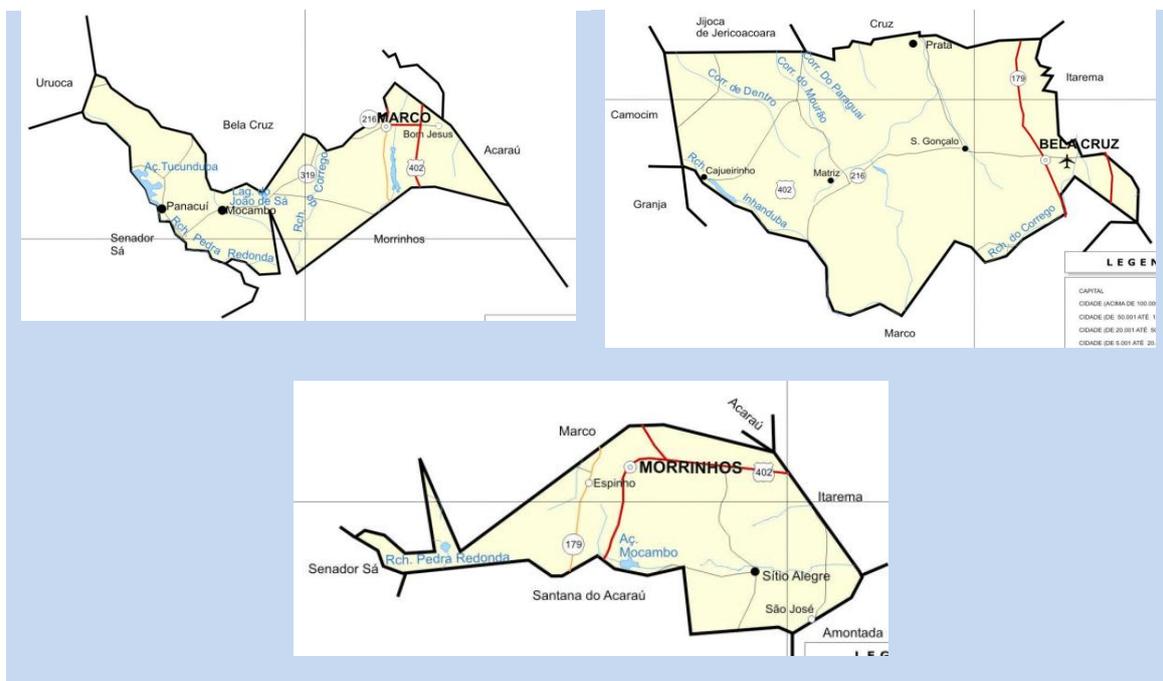
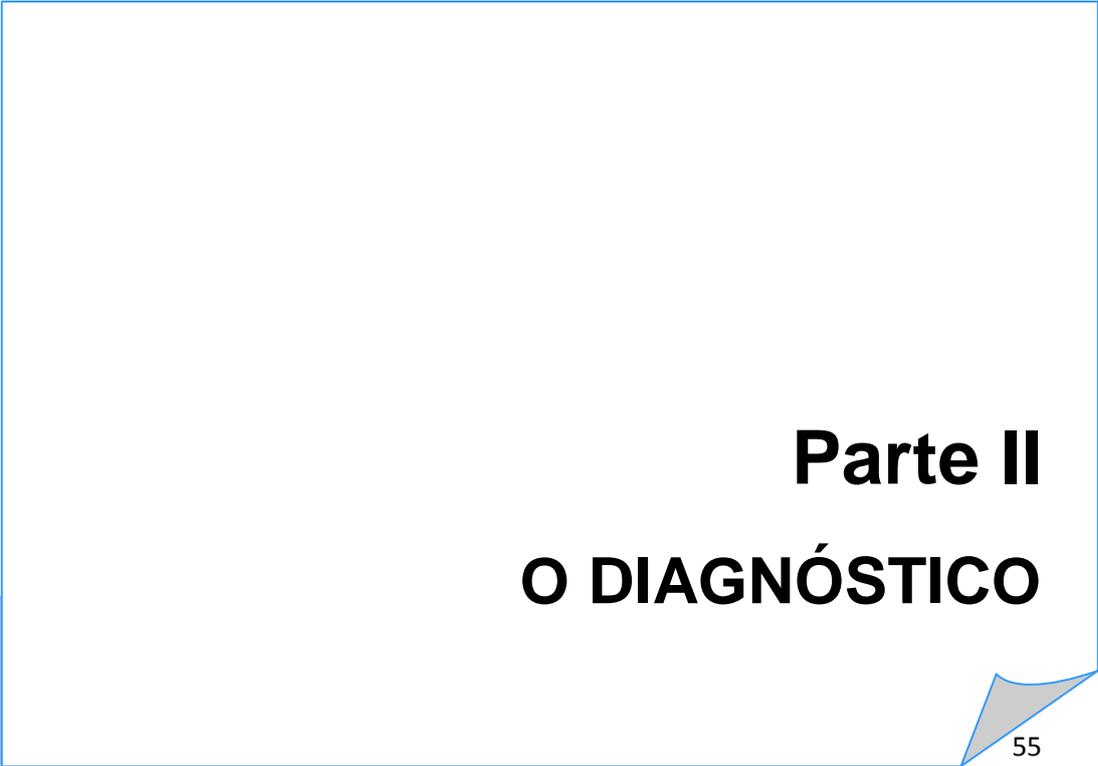


FIGURA 5: Mapa Adaptado dos Municípios de Marco, Bela Cruz, Morrinhos
Fonte: PBM, 2008.

A influência da Igreja Católica no processo de formação histórica do Território Litoral Extremo Oeste no processo de formação e desenvolvimento dos seus municípios, não só caráter religioso, como também na arquitetura de suas edificações. A construção de igrejas e capelas aos moldes do estilo tardo-renascentista ou maneirista português, conhecidos como “estilo chão”, cuja estética caracteriza as fachadas compostas por figuras geométricas básicas, frontões triangulares, janelas próximas ao quadrado e paredes marcadas pelo contraste entre a pedra e as superfícies brancas, de caráter bidimensional. A decoração é escassa e circunscrita em geral aos portais, ainda que os interiores sejam ricos em altares, pinturas e azulejos (Arquitetura do Brasil, Wikipédia, 2009).



Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

EDUCACIONAL

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 2008, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e a seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica/institucional contra cortes

orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Direitos Fundamentais e Ações Sociais Públicas

6. 1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citamos como exemplos:

6. 1.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semiárido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e

municípios firmem convênios com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

- Ressalte-se que no Litoral Extremo Oeste os municípios que receberam esta cisternas, quando observados sobre o critério de pluviosidade, verificou-se que a região, sob esta ótica, não pertencia a região semiárida; é importante lembrar que adotar o critério de pluviosidade é vulnerável, pois o território é composto por 12 municípios, e deste 12 somente 2 municípios não tem área semiárida, Cruz e Jijoca de Jericoacoara, porém o restante dos municípios, ou seja os outros dez possuem áreas em região semiáridas uns mais outros menos, como é o caso dos municípios de Morrinhos e Uruoca quase 100% da área desses municípios são semiárida, embora a pluviosidade seja considerável. Vale ressaltar que essa região enviou um documento para o MDA mostrando que os municípios estão em áreas semiáridas, solicitando que o critério de pluviosidade não seja considerado para esta área do Extremo Oeste.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais. No território já foram construídas duas mil, trezentos e vinte e uma cisternas via Articulação do Semiárido - ASA, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 3 milhões e quatrocentos mil reais, conforme Quadro 1.

Município	Nº de cisternas	Repasse MDS
Acaraú	-	-
Barroquinha	106	156.146,48
Bela Cruz	470	692.347,60
Camocim	-	-
Chaval	168	247.477,44
Cruz	-	-
Granja	553	814.613,24
Jijoca de Jericoacoara	-	-
Marco	409	602.489,72
Martinópolis	-	-
Morrinhos	466	686.455,28
Uruoca	149	219.488,92
Total do Território	2.321	3.419.018,68
Total do Estado	54.666	80.527.391

Quadro 1: Número de cisternas construídas e repasses do Programa Cisternas de Placas, Ano 2010

Fonte: MDS em números, Relatório de Informações Sintético, 2010.

Em todo o Estado do Ceará foram construídas 54.666 cisternas, cujos repasses do MDS ultrapassaram 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no Território em termos percentuais, estão 2,35% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa, em termos percentuais, 2,35%.

6. 1.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção

dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Bela Cruz (1) e Marco (1), cujos repasses do MDS somaram R\$ 435.000,00. Em Acaraú foi instalada uma incubadora (1 projeto) com repasse de R\$ 139.948,41.

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da agricultura familiar).

6. 1.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias:

Município	Nº De Famílias	Repasse Mensal	Repasse Até Nov/2010
Acaraú	8.125	862.494,00	9.287.646,00
Barroquinha	2.178	232.454,00	2.524.262,00
Bela Cruz	4.273	444.923,00	4.839.829,00
Camocim	7.849	789.277,00	8.525.570,00
Chaval	2.044	215.201,00	2.320.768,00
Cruz	3.458	354.636,00	3.827.383,00
Granja	6.941	747.663,00	8.057.541,00
Jijoca de Jericoacoara	2.292	230.481,00	2.356.824
Marco	3.485	389.295,00	4.178.856,00
Martinópolis	1.476	161.442,00	1.773.458,00
Morrinhos	2.903	313.364,00	3.393.019,00
Uruoca	2.066	212.818,00	2.338.017,00
Total do Território	47.090	4.954.048,00	53.423.173,00
Total do Estado	1.022.259	101.079.328	1.174.401.644

Quadro 2: Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família, Ano 2010

Fonte: MDS em números, Relatório de Informações Sintético, 2010.

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando até o mês de referência novembro de 2010 ultrapassou R\$ 53 milhões de reais. Somente no mês de novembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 4,5 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício aproxima-se de 47 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme se vê no Quadro 3 :

Município	Estimativa de famílias pobres - Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
Acaraú	9.531	85,25	7.093	8.125	114,55
Barroquinha	2.565	84,91	1.897	2.178	114,81
Bela Cruz	5.552	76,96	4.129	4.273	103,49
Camocim	10.645	73,73	7.658	7.849	102,49
Chaval	2.315	88,29	1.765	2.044	115,81
Cruz	4.171	82,91	3.035	3.458	113,94
Granja	10.094	68,76	7.772	6.941	89,31
Jijoca de Jericoacoara	3.224	71,09	2.427	2.292	94,44
Marco	4.104	84,92	2.996	3.485	116,32
Martinópolis	2.026	72,85	1.521	1.476	97,04
Morrinhos	3.922	74,02	2.918	2.903	99,49
Uruoca	2.560	80,70	1.934	2.066	106,83
Total do Território	60.709	78,69	45.145	47.090	105,75
Total do Estado do Ceará	1.376.048	74,21	960.379	1.021.127	106,33

Quadro 3: Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)

Fonte: MDS em números, Relatório de Informações Sintético, 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de

trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de sessenta mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 79%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de 45 mil, ou seja 74,36% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, ou seja a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 5,75%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 4,41% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106,33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida, Carteira de Habilitação Popular (CHP) Pró-Jovem, P1MC desde que cadastrados no NIS (Número de identificação Social).

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades Essenciais.

Os municípios têm adotado ações de geração de renda para famílias atendidas pelo PBF, como a oferta de cursos de bijuterias, de doces e salgados, a exemplo de Chaval e Granja, através do Programa Estação, atendendo a 50 famílias. No entanto, os municípios dizem sentir dificuldades em ampliar e/ou ofertar novos cursos, pois, não podem ser utilizados recursos dos CRAS.

Técnicos que acompanham o PBF disseram que o controle social do Programa tem sido feito pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); que o programa tem sido importante para a diminuição da evasão

escolar e que algumas irregularidades ainda são constatadas: duplicidade de cadastro; pessoas ainda fora dos critérios e desatualização dos dados.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 4:

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

Quadro 4: Programas Complementares articulados em nível federal

Fonte: MDS, *on line*, 2010

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, porque passam a ter capacidade através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda de trilharem sozinhas o seu próprio caminho.

6. 1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

6. 1.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de

hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter complementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 5 indica que o Território recebeu 4% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 97.542.324,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 4,2% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 21.838 agricultores/as familiares, o que representa 6,39% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares ⁽³⁾	Nº de DAPS ⁽⁴⁾	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% ⁽⁵⁾
Acaraú	604.384	13.736	181.315	4.477	749	PAA Leite/DS/CD	20
Barroquinha	214.764	4.881	64.429	727	400	PAA Leite	7
Bela Cruz	344.080	7.820	103.224	1.582	174	PAA Leite/DS/CD LAF	11
Camocim	642.400	14.600	192.720	2.487	1.159	PAA Leite	21
Chaval	161.744	3.676	48.523	482	210	PAA Leite	5
Cruz	266.684	6.061	80.005	1.506	595	PAA Leite	9
Granja	650.012	14.773	195.004	4.638	1.809	PAA Leite/CD	22
Jijoca de Jericoacoara	177.760	4.040	53.328	1.280	1.119	PAA Leite	6
Marco	342.672	7.788	102.802	1.234	131	PAA Leite	11
Martinópolis	144.848	3.292	43.454	569	301	PAA Leite	5
Morrinhos	211.200	4.800	63.360	1.768	761	PAA Leite	7
Uruoca	163.636	3.719	49.091	1.088	551	PAA Leite	5
Total do Território	3.924.184	89.186	1.177.255	21.838	7.959		131
Total do Estado	97.542.324	2.209.826	29.262.697	341.510	167.337		3.251

Quadro 5: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e SAF/MDA – Organização das informações SAF/MDA 2009

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

6.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes

benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

Proteção Básica

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

Proteção Especial

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetora. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão

mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ NOV/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ NOV/2010
Acaraú	2	1	755.904,30	8.368.739,82
Barroquinha	1	0	159.337,76	1.614.400,18
Bela Cruz	1	1	415.704,14	4.684.594,49
Camocim	2	1	973.741,74	10.408.353,09
Chaval	1	0	146.401,81	1.587.225,71
Cruz	1	0	85.087,05	1.063.748,35
Granja	2	1	549.412,20	5.951.137,89
Jijoca de Jericocoara	1	1	84.416,39	1.003.637,64
Marco	2	1	260.642,63	2.921.910,38
Martinópole	1	0	95.275,59	1.023.955,59
Morrinhos	2	1	223.930,10	2.497.721,43
Uruoca	2	0	85.752,15	983.025,80
Total	18	7	3.835.605,86	42.108.450,37
Total do Estado do Ceará	354	99	106.700,940	933.701,745

Quadro 6 Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social, Ano base 2010

Fonte: MDS em números, Relatório de Informações Sintético, 2010

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente os municípios de Barroquinha, Chaval, Cruz, Martinópole e Uruoca não implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 5% dos CRAS e 9% dos CREAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas

condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho. Todos os municípios adotam programas como o Projovem, PETI, Idoso e em alguns municípios, há programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e ou grupos de gestantes.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); ProJovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até novembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 42 milhões de reais. Relacionando esses repasses para o Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que até nov/2010 significou em termos percentuais, cerca de 4,5%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural - na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

No Território, para o BPC foram destinados mais de 32 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 6.388 pessoas. O PETI destina pouco mais de 496 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 86 milhões de reais (Quadro 6), o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira,

como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 7,76%; atende 2,42% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 2,92%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 4,59% e repasses chegam a 5,14%.

MUNICÍPIO	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
			IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE
Acaraú	-	144.000,	117	639.306,80	1.120	6.086.136,50	8.125	9.287.646,00
Barroquinha	-	48.500,	115	620.156,23	168	782.177,33	2.178	2.524.262,00
Bela Cruz	-	47.000,	75	407.489,50	602	3.388.845,84	4.273	4.839.829,00
Camocim	-	30.000,	820	4.482.510,65	882	4.588.080,44	7.849	8.525.570,00
Chaval	-	38.000,	134	746.129,12	124	609.044,89	2.044	2.320.768,00
Cruz	-	67.500,	12	50.490,00	122	645.145,65	3.458	3.827.383,00
Granja	-	-	241	1.322.938,52	678	3.486.346,85	6.941	8.057.541,00
Jijoca de Jericoacoara	-	55.000,	31	168.270,00	94	515.099,39	2.292	2.356.824,00
Marco	-	31.000,	32	163.199,50	353	1.928.560,53	3.485	4.178.856,00
Martinópole	-	-	29	149.939,56	145	753.776,03	1.476	1.773.458,00
Morrinhos	-	35.500,	17	8.670,00	352	179.518,50	2.903	3.393.019,00
Uruoca	-	-	25	136.168,87	100	564.059,92	2.066	2.338.017,00
Total do Território		496.500,00	1648	8.895.268,75	4.740	23.526.791,87	47.090	53.423.173,00
Total do Estado do Ceará	-	6.391.500	67.911	304.006.627	103.249	457.005.057	1.013.241	973.449.044

Quadro 7: Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social (BPC e PETI) e bolsa Família com repasse direto aos beneficiários, 2010.

Fonte: MDS em números, Relatório de Informações Sintético, 2010

6.1.2.2 *Previdência Social*

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 8 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Dos anos de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios em cerca de 12.862 mil, significando em termos percentuais, 28%.

Município	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acaraú	9.043	9.159	9.719	9.657	9.559	9.999	10.087	10.093	10.356	10.633
Barroquinha	536	657	839	891	872	868	44	142	451	728
Bela Cruz	5.512	5.827	6.429	6.665	6.266	5.600	5.732	5.697	5.678	5.789
Camocim	7.057	7.142	7.455	7.574	7.712	7.834	8.342	8.593	8.795	9.166
Chaval	312	355	443	471	633	698	960	1.048	1.197	1.328
Cruz	0	0	0	0	313	368	568	727	1.019	1.352
Granja	5.039	5.306	5.702	5.817	5.972	6.063	6.254	6.455	6.762	6.896
Jijoca de Jericoacoara	416	479	589	604	591	544	673	748	933	1.053
Marco	3.734	3.764	3.837	3.722	3.639	3.412	3.547	3.591	3.666	3.801
Martinópolis	345	439	560	587	558	505	480	551	673	777
Morrinhos	959	1.140	1.534	1.923	2.187	2.219	2.447	2.570	2.724	2.886
Uruoca	305	422	574	824	1.079	1.193	1.406	1.548	1.657	1.711
Total	33.258	34.690	37.681	38.735	39.381	39.303	40.540	41.763	43.911	46.120

Quadro 8: Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS, 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social, Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão

pagador e clientela. Em percentuais, houve um aumento significativo de 25% e em recursos atingiu os 256 milhões de reais, conforme mostra o Quadro 9.

MUNICÍPIO	VALOR DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS NOS ANOS 2000-2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acaraú	17.598.292	21.110.907	24.541.143	29.988.607	32.148.239	36.576.771	41.937.485	45.383.896	50.228.260	57.966.805
Barroquinha	911.160	1.402.544	1.917.341	2.605.945	2.890.027	3.203.620	2.473.123	390.097	1.493.124	3.374.007
Bela Cruz	10.186.520	12.875.378	15.671.443	20.031.857	21.102.066	21.300.223	24.584.173	26.563.630	28.874.143	32.842.206
Camocim	15.210.064	18.025.302	20.726.905	25.035.946	28.021.615	31.401.394	36.425.232	41.008.808	45.597.228	53.337.912
Chaval	601.786	789.194	1.073.698	1.562.064	2.006.974	2.673.305	3.564.532	4.733.647	5.849.927	7.373.099
Cruz	0	0	0	0	804.746	1.283.867	1.967.672	3.153.987	4.568.842	6.929.021
Granja	9.762.130	12.187.173	14.445.786	17.805.549	19.600.716	22.393.628	26.434.516	29.112.493	33.177.640	38.567.086
Jijoca de Jericoacoara	705.909	1.038.100	1.369.216	1.836.616	1.952.032	2.079.456	2.727.118	3.408.220	4.337.627	5.774.891
Marco	7.261.803	8.842.342	9.997.148	11.791.833	12.389.031	13.046.516	15.074.066	16.487.958	18.263.056	21.147.191
Martinópolis	604.801	948.325	1.302.773	1.756.715	1.916.846	1.965.911	2.119.850	2.456.079	3.100.130	4.167.877
Morrinhos	1.642.669	2.362.423	3.476.728	5.218.327	7.059.181	8.084.263	9.954.735	11.366.647	13.027.074	15.773.194
Uruoca	460.547	824.817	1.303.856	2.025.767	3.383.866	4.283.984	5.501.224	6.812.931	8.038.600	9.573.305
Total	64.947.679	80.408.506	95.828.039	119.661.228	133.277.342	148.294.943	172.765.733	190.880.398	216.557.658	256.828.603

Quadro 9: Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS, 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social, Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Municípios	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Acaraú	10.093	10.356	1.904	2.013	8.189	8.343	45.384	50.228	9.472	35.912	35.912	39.415
Barroquinha	142	451	61	179	81	272	390	1.493	165	225	225	885
Bela Cruz	5.697	5.678	1.183	1.177	4.514	4.501	26.564	28.874	5.929	20.635	20.635	22.446
Camocim	8.593	8.795	3.884	4.084	4.709	4.711	41.009	45.597	20.605	20.404	20.404	22.442
Chaval	1.048	1.197	639	752	409	445	4.734	5.850	2.978	1.756	1.756	2.020
Cruz	727	1.019	111	149	616	870	3.154	4.569	572	2.582	2.582	3.754
Granja	6.455	6.762	1.317	1.432	5.138	5.330	29.112	33.178	6.711	22.402	22.402	25.386
Jijoca de Jericoacoara	748	933	139	179	609	754	3.408	4.338	711	2.697	2.697	3.388
Marco	3.591	3.666	710	745	2.881	2.921	16.488	18.263	3.755	12.733	12.733	14.006
Martinópolis	551	673	133	185	418	488	2.456	3.100	576	1.880	1.880	2.278
Morrinhos	4.874	5.005	1.245	1.307	3.629	3.698	22.145	24.649	6.328	15.817	8.711	9.955
Uruoca	1.548	1.657	343	386	1.205	1.271	6.813	8.039	1.667	5.145	5.145	5.988
Total	44.067	46.192	11.669	12.588	32.398	33.604	201.657	228.177	59.470	142.187	135.081	151.962

Quadro 10: Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS, Urbano e Rural 2007 e 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para a elevação importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI...).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 foram mais de R\$ 228 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 151 milhões de reais.

6.3 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de *policiamento comunitário* ou, ainda, na dos *conselhos de segurança pública*. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas, no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, mas no âmbito preventivo. Mas, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.

6.4 Direito ao Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe, que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciária/investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não tem condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos/ conhecimento da lei.

MUNICÍPIO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	DELEGACIAS	DEFENSORES PÚBLICOS
Acaraú	1	Regional	1
Barroquinha	1	Unidade Policial	0
Bela Cruz	1	Municipal	0
Camocim	2	Regional	2
Chaval	1	Municipal	0
Cruz	1	Municipal	0
Granja	2	Municipal	1
Jijoca de Jericoacoara	1	Municipal	0
Marco	1	-	0
Martinópolis	0	-	0
Morrinhos	1	-	0
Uruoca	1	Municipal	0
Total	13		4

Quadro 11: Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

Fonte: Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), *on line*, - 2010

No Território são treze promotores de justiça para o atendimento nos doze municípios. Somente o município de Martinópolis não tem promotoria pública. Os municípios de Camocim e Granja possuem duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em apenas nos municípios de Acaraú (1), Camocim (2) e Granja (1) para atender ao território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública e em Barroquinha há uma Unidade Policial que precisam ser melhor equipadas com recursos físicos e humanos. Há delegacias regionais em Acaraú e Camocim onde estão concentradas as investigações dos crimes da região (sete cidades estão

subordinadas à Delegacia de Camocim) e delegacias municipais em Bela Cruz, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara e Uruoca.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n^o de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros). As delegacias tem as suas estatísticas mensais através do Departamento de Polícia Interior, que são encaminhadas à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). A média de policiais lotados nos municípios são de três policiais.

Há dois presídios no Território: em Acaraú construído afastado da zona urbana e em Camocim, instalado em plena zona urbana.

6.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Obras e de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

Em Camocim há expulsão de moradores, principalmente da zona rural em virtude da instalação de empreendimentos de energia eólica e de carcinicultura.

Em praticamente todos os municípios foram instaladas as coordenadorias municipais de defesa social.

6.6 Direito à Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;
2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor;
3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A Acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

6.7 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - /CEDAW, ONU de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a

mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação. Outros instrumentos se somaram a esse no sentido de se garantir os direitos das mulheres: Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena, ONU); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, OEA); Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (CAIRO) (ONU); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (BEIJING, ONU).

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

6.1.7.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa: MDA/DFDA, INCRA, INSS, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, CEF, BNB, Ministério da Pesca e Aquicultura, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS. (articulação/integração de políticas públicas)

6. 1.7.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do Pronaf, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial, o Pronaf Mulher. No entanto, não se têm os dados oficiais do número de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado, porque não foram fornecidas as informações pelas instituições de crédito.

7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de variáveis além daquelas que são específicas da saúde, dentre os quais estão dados que vão desde a população, a escolaridade e o nível socioeconômico. Estes são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento, pois as informações interferem diretamente na formulação de Políticas Públicas propositivas com um forte substrato na equidade e na inclusão social. É importante perceber que o território é um espaço vivo e que se expressa na busca do equilíbrio entre seus diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessária uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos municípios que perfazem o Território Litoral Extremo Oeste.

Os indicadores estão agrupados em seis subconjuntos temáticos morbidade, mortalidade, condições de nascimento e seus fatores de risco, Infraestrutura, disponibilidade de profissionais de saúde médicos por

especialidade e demais categorias, saneamento e acesso à água – e são apresentados, na matriz, segundo a sua denominação, conceituação, método de cálculo, categorias de análise e fontes de dados. A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

7.1 Morbidades Crônicas

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. Avaliou-se as informações referentes à morbidade onde priorizamos algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas. Outro fato preocupante é que as pessoas que tem uma doença crônica geralmente tem outras morbidades associadas.

Tabela 6 – Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas no Território Litoral Extremo Oeste no Ano de Maior Número de Cadastros

Nº DE PESSOAS COM MORBIDADES CRÔNICAS			
Municípios	Ano	Hipertensão Arterial*	Diabetes*
MICRO TERRITORIO I			
Chaval	2007	441	146
Barroquinha	2003	195	55
Camocim	2007	719	298
TOTAL		1355	499
MICRO TERRITORIO II			
Granja	2007	588	277
Martinópolis	2003	78	32
Uruoca	2008	145	46
TOTAL		811	355
MICRO TERRITORIO III			
Acaraú	2007	708	235
Cruz	2002	39	20
Jijoca de Jericoacoara	2009	254	143
TOTAL		1001	398
MICRO TERRITORIO IV			
Marco	-	-	-
Bela Cruz	2003	374	163
Morrinhos	-	-	-
TOTAL		374	163
TOTAL DO TERRITORIO		3541	1415

Fonte: Cadernos De Informação Em Saúde - MS

*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior numero absoluto

Observa-se na Tabela 6 que os municípios que tem maior número de pessoas com hipertensão e diabetes são: Camocim, Acaraú, Granja e Chaval. Apesar dos numeros elevados, estes índices encontram-se bem abaixo da estimativa esperada, comparando-se ao Brasil. Os demais municípios possivelmente não tem cadastro da população que tem hipertensão e diabetes totalizado. Vale ressaltar que estas informações foram extraídas dos cadastros

constantes do Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros realizados devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos e demais despesas para os portadores dessas doenças crônicas.

7.2 Morbidades Transmissíveis

Outras morbidades analisadas foram relacionadas a doenças infectocontagiosas como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito, avalia-se a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde, sua resolutividade e na qualidade da atenção ao pré-natal, também por ter implicações severas após o nascimento, a leishmaniose em suas duas formas visceral e tegumentar, por fim a hanseníase, outra morbidade relevante para a avaliação em saúde.

Avaliou-se os índices das doenças transmissíveis nos municípios, quanto aos dados da dengue na Tabela 7 observa-se os casos de dengue dentro do período totalizaram 60, sendo os municípios de maior número de notificações Acaraú e Marco, portanto uma situação onde não se caracteriza uma epidemia de maior preocupação para as autoridades de saúde, uma sugestão colocada pelo comitê de saúde é a capacitação permanente dos agentes de endemias no controle da dengue.

O comitê de saúde destacou algumas situações como a subnotificação de casos de dengue, bem como a dificuldade para a realização da sorologia, exame que confirma a doença e o grande fluxo de pessoas que frequentam os municípios do território para desfrutar de suas belezas naturais, já que é uma região turística. Outro problema levantado foi a suspensão da vacinação canina e felina no ano de 2010 o que acarreta uma exposição da população a um maior risco de contrair a raiva.

Sobre a tuberculose, o total de casos no território é de 108. Os maiores números de casos da doença destacamos os municípios de Camocim e Acaraú. Taxas elevadas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Tabela 7 - Morbidade Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Litoral Extremo Oeste, 2009

Municípios	Dengue	Tuberculose	Sífilis Gestacional	Leishmaniose Visceral	Leishmaniose Tegumentar	Hanseníase
MICRO TERRITÓRIO I						
Chaval	1	3	5	6	0	3
Barroquinha	2	6	2	0	0	5
Camocim	9	25	3	6	1	13
TOTAL	12	34	10	12	1	21
MICRO TERRITÓRIO II						
Granja	0	12	0	3	0	4
Martinópole	0	1	0	0	0	1
Uruoca	1	11	0	4	0	6
TOTAL	1	24	0	7	0	11
MICRO TERRITÓRIO III						
Acaraú	17	21	5	0	1	0
Cruz	0	2	0	0	1	9
Jijoca	6	0	2	0	0	2
TOTAL	23	23	7	0	2	11
MICRO TERRITÓRIO IV						
Marco	12	8	1	6	0	3
Bela Cruz	4	10	1	4	0	1
Morrinhos	8	9	4	7	0	2
TOTAL	24	27	6	17	0	6
TOTAL DO TERRITÓRIO	60	108	23	36	3	49

Fonte: Cadernos de Informação em Saúde - MS 2009

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG que protege contra as formas graves da doença e a infecção concomitante pelo HIV

que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose, apesar de não ter sido pesquisado, o número de casos de AIDS.

Quando se questionou junto ao comitê de saúde sobre a situação da tuberculose, número de sintomáticos respiratórios (pessoas suspeitas), adesão ao tratamento e a qualidade do acompanhamento das Equipes de Saúde da Família- EqSF, a resposta foi que existe um trabalho de busca ativa efetivo e que as EqSF fazem um trabalho permanente, quanto a situação da avaliação dos contatos (pessoas que convivem com os doentes) é feito regularmente, porém há resistência da conclusão do tratamento principalmente dos alcoolistas.

Ao avaliar-se a situação da sífilis em gestantes observamos na Tabela 7 que o território totaliza 23 casos notificados, em destaque os municípios de Acaraú e Chaval. O Micro Território I concentra praticamente metade do total de casos descritos (10). Este indicador pode nos revelar as deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas, ter acesso a exames, consultas e tratamento necessários para um atendimento resolutivo, pois a sífilis é de uma doença sexualmente transmissível – DST, portanto envolve uma abordagem ampla estendendo-se ao(s) parceiro(s). Diversas complicações podem ser acarretadas se a doença não for tratada adequadamente.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento.

Especialmente neste território o comitê de saúde informou que há uma situação bastante preocupante, as crianças e adolescentes estão cada dia mais cedo iniciando sua vida sexual na prostituição, inclusive estimuladas pelos próprios pais. Além de uma situação de exploração a condição de vulnerabilidade leva a uma alta incidência de DST, entre outras doenças. Um ponto de relevante importância na discussão é a exploração da mão-de-obra da região por empresas que se instalam para a realização de grandes obras,

como construtoras de outros estados, e para o comitê isto afeta diretamente a dinâmica da comunidade, principalmente pelo elevado número de homens, estas empresas após concluírem seu trabalho deixam marcas profundas e grandes transtornos, pois interferem no modo de vida, nos valores e na história de muitas pessoas.

Para a Leishmaniose Visceral observou-se que no Território Litoral Extremo Oeste existiram 36 casos notificados em 2009, os maiores números foram encontrados nos municípios de Morrinhos e especialmente o Micro Território IV, concentra o maior número de casos totalizando 17. Houveram 3 casos de Leishmaniose Tegumentar, não sendo uma doença característica de área litorânea, entretanto recomendam-se como medida de extrema importância investigar as formas de combate ao vetor.

A Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea caracteriza-se por feridas na pele que se localizam com maior frequência nas partes descobertas do corpo. Tardiamente, podem surgir feridas nas mucosas do nariz, da boca e da garganta. Já, a Leishmaniose Visceral ou Calazar é uma doença infecciosa, transmitida somente pela picada de um inseto infectado, conhecido como mosquito-palha. Humanos e várias espécies de animais, inclusive silvestre, podem ser hospedeiros da doença, mas não transmitem por contato direto como mordidas, lambidas etc.

Para prevenir a Leishmaniose Visceral ou Calazar é preciso manter a casa, quintal e arredores limpos e livres de lixo, principalmente orgânico. Recomenda-se a aplicação de repelentes nas paredes, muros e quintais e uso de telas finas em portas e janelas. Repelentes naturais e baratos, como citronela e óleo de neem, são encontrados em agropecuárias e podem ser usados nos animais e no ambiente. (BRASIL, 2010)

A Hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa causada por um bacilo denominado *Mycobacterium Leprae*. Não é hereditária e sua evolução depende de características do sistema imunológico da pessoa que foi infectada. Quando diagnosticado a doença, o paciente sem tratamento elimina os bacilos através do aparelho respiratório superior (secreções nasais, gotículas de fala, tosse e espirro), sabe-se que o período de incubação da doença é bastante longo, variando de três a cinco anos, portanto, a

hanseníase tem cura, quanto mais precoce for diagnosticado mais fácil e rápida será a cura e o tratamento é feito nas unidades de saúde é gratuito.(BRASIL, 2008)

Com relação à hanseníase observa-se na Tabela 7 que o Território apresentou 49 casos, um numero significativo. Encontrou-se um maior número de notificações no município de Camocim, que teve em 2009, 13 casos. O controle precisa ser permanente devido as características de transmissão da hanseníase, podendo chegar até cinco anos para apresentar os primeiros sintomas e manifestações clínicas.

7.3 Mortalidade Proporcional

7.3.1 Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 óbitos por mil nascidos. No território, a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 18,8 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos, conforme podemos observar na Tabela 8. Avaliando a partir do parâmetro referido anteriormente, constatamos que o território classifica-se em relação a mortalidade infantil como uma taxa baixa, cabendo aos municípios que fazem parte deste território o empenho de criar condições que favoreçam minimamente a manutenção e melhoria do resultado alcançado.

Três municípios do território tem uma situação preocupante principalmente o município de Chaval (36,0), Granja (32,2) e Morrinhos (26,2) uma classificação média, portanto é necessária a intensificação de estratégias de monitoramento e busca das causas para os resultados.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil. De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1% e, em 2007, a taxa ficou em 29,7% por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2% por mil nascidos vivos um resultado inferior ao encontrado no Território Litoral Extremo Oeste (18,3).

Enfatiza-se que este indicador está diretamente interligado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, intimamente ligado ao desenvolvimento e perfil socioeconômico, além de estar relacionado aos níveis de saneamento os quais serão abordados mais adiante neste documento. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorridas nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8%, em 2008. Portanto, é importante o acompanhamento pré-natal, após o nascimento como a visita de puerperio, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida, observando seu crescimento e desenvolvimento. Segundo (SUCUPIRA, 2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela (o) enfermeira (o) nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

Ao discutirmos a situação da visita puerperal para o comitê apenas o município de Cruz informou que é realizada como rotina, os demais não souberam responder ou afirmaram que acontece, mas de forma sistemática. Sobre o questionamento da cobertura de pré-natal foi citado que existem situações de difícil controle por parte da EqSF, pois em algumas comunidades há elevado número de gestantes principalmente adolescentes.

7.3.2 Mortalidade proporcional por grupos de causas

A mortalidade proporcional por grupos de causas é a distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, o indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador pode-se contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avalia-se que as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no ano de 2008: doenças infecciosas e parasitárias, neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, e por fim, as demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou

refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subnotificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas.

Tabela 8 - Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas Distribuição do percentualno Território Litoral Extremo Oeste em 2008.

Municípios	Mortalidade Proporcional Geral – Percentual 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos Vivos	Doenças Infeciosas	Neoplasias	Aparelho Circulatorio	Aparelho Respiratório	Período Perinatal	Causas Externas	Demais Causas
MICRO TERRITORIO I										
Chaval	63	5,0	36,0	5,0	13,3	33,3	13,3	11,7	6,7	16,7
Barroquinha	56,0	3,6	14,0	5,8	15,4	40,4	9,6	1,9	11,5	15,4
Camocim	310	5,1	21,4	6,4	14,0	33,8	9,7	5,0	8,0	23,1
TOTAL/MEDIA	429	4,6	23,8	5,7	14,2	35,8	10,9	6,2	8,7	18,4
MICRO TERRITORIO II										
Granja	246	4,6	32,2	7,0	14,5	25,5	6,5	7,5	14,5	24,5
Martinópolis	65	6,0	19,6	14,3	14,3	20,4	16,4	-	10,2	24,5
Uruoca	63	4,6	10,2	7,9	15,9	17,5	22,2	1,6	11,1	23,8
TOTAL/MEDIA	374	5,1	20,7	9,7	14,9	21,1	15,0	4,6	11,9	24,3
MICRO TERRITORIO III										
Acaraú	256	4,7	7,3	4,5	12,7	38,0	6,9	0,8	20,0	17,1
Cruz	127	5,5	13,3	1,7	9,9	34,7	9,9	1,7	14,0	28,1
Jijoca de Jericoacoara	56	3,2	15,2	9,6	15,4	23,1	5,8	3,8	15,4	26,9
TOTAL/MEDIA	439	4,5	11,9	5,3	12,7	31,9	7,5	2,1	16,5	24,0
MICRO TERRITORIO IV										
Marco	107	4,4	24,0	6,8	15,5	20,4	13,6	7,8	9,7	26,2
Bela Cruz	146	4,8	5,8	6,3	16,8	33,6	7,0	2,1	15,4	18,9
Morrinhos	98	4,4	26,2	7,4	13,7	17,9	10,5	8,4	22,1	20,0
TOTAL/MEDIA	351	4,5	18,7	6,8	15,3	24,0	10,4	6,1	15,7	21,7
TOTAL/MEDIA DO TERITORIO	1593	4,7	18,8	6,9	14,3	28,2	11,0	4,7	13,2	22,1

Fonte: SIM - Sistema de Informação de Mortalidade situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

* Considerando óbitos coletados no SIM e SINASC.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%) e no Território Litoral Extremo Oeste (30,3%), mesmo concentrando um percentual um pouco inferior.

Ressalta-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte nas populações rurais especificamente, o que direciona atenção nas proposições a serem apontadas no Plano – PTDRS, a partir desta situação de mortalidade para este segmento da população.

Pode-se observar na Tabela 8, que a média das mortes relacionadas ao período Perinatal (4,7%), tem menos impacto diante das causas, seguidas das doenças infecciosas(6,9%), já as causas de morte com maior representatividade neste território estão relacionadas ao aparelho circulatório (28,2%), inferior ao resultado encontrado para o Estado (32,6%). Alguns municípios têm situação preocupante e apresentam um resultado bem acima da média do Território, como Barroquinha (40,4%) em que quase metade dos óbitos para o período são por doenças do aparelho circulatório, seguido de Acaraú (38,0%) e Cruz (34,7%). Este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência ao envelhecimento da população, conseqüentemente o aumento da expectativa de vida gerando mais problemas crônicos de saúde e próprios da idade avançada. De acordo com a Tabela 8, o percentual de óbitos por doenças do aparelho respiratório no território (11,0%) está acima da média do Estado (10,1%). Um município com um percentual que chega ao dobro da média do território é Uruoca. Uma recomendação necessária é a investigação mais detalhada sobre os tipos de doenças respiratórias que tem atingido estas comunidades, situações como alguns tipos de trabalho em alguns setores produtivos específicos e industrialização podem acarretar esse incremento. Um resultado bem abaixo da média do território encontramos em Jijoca de Jericoacoara (5,8%), praticamente um terço do maior resultado entre os municípios.

Foram solicitadas informações para o comitê de saúde sobre as formas estratégicas de controle, monitoramento e prevenção das doenças cardiovasculares, a este respeito, foi mencionado que alguns municípios fazem trabalhos de prevenção e promoção da saúde tanto com a população idosa como com os jovens e com a comunidade uma iniciativa destacada é a “brincaeróbica” atividade de lazer e física que é desenvolvida nos bairros semanalmente.

O comitê sugeriu que o documento fosse complementado com informações acerca da saúde do trabalhador, especificamente os acidentes de trabalho, contudo estas informações são incipientes e insuficientes para essa análise, porém pode se afirmar que a rede SUS de atenção a saúde do trabalhador ainda é muito frágil, deixa a desejar, algumas informações só poderíamos conseguir pelo INSS.

Quando se refere a situação da mortalidade por causas externas foi caracterizado pelos atores do comitê de saúde que as questões políticas envolvidas são um fator que atrapalha demais a fiscalização, uso de capacetes, blitz e que muitas pessoas que dirigem não possuem habilitação.

No território Litoral Extremo Oeste avaliando a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 a seguinte distribuição, apresentada na Figura 6:

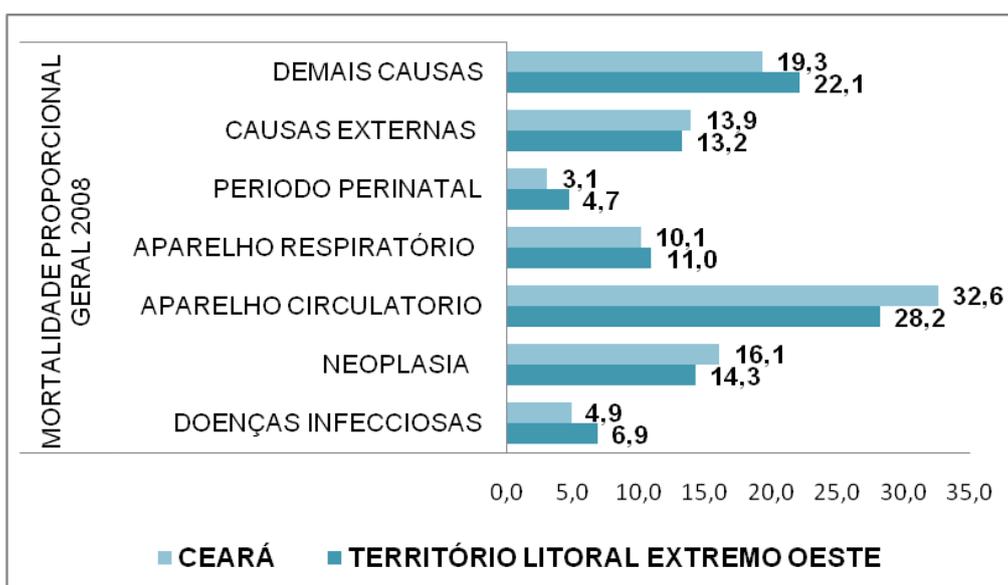


Figura 6 - Mortalidade por Grupos de Causas no Território Litoral Extremo Oeste e do Ceará em 2008

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008.

Uma alteração nas causas de mortalidade no território é a substituição progressiva de óbitos causados por doenças infecciosas e transmissíveis pelas doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência. Em destaque percebe-se na Tabela 8 o resultado do município de Cruz onde apenas 1,7 % dos óbitos estão relacionados a doenças infecciosas o que condiz com o perfil tanto do Estado do Ceará como do Brasil atualmente.

Com relação às causas externas para o percentual de mortalidade dentre as causas gerais temos que do total de óbitos 13,2% estão ligadas a acidentes e violências, já no Estado do Ceará temos um percentual similar de acordo com a Figura 4 que corresponde a 13,9% em 2008. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância. Com relação a mortalidade por causas externas evidencia-se aqui o município de Morrinhos com percentual 22,1 e Acaraú 20,0%.

7.4 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos, de acordo com a Tabela 9:

Tabela 9 – Informações sobre condições de Nascimento no Território Litoral Extremo Oeste em 2008.

Municípios	Informações Sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
MICRO TERRITÓRIO I						
Chaval	222	21,6	78,4	10,0	5,9	28,8
Barroquinha	215	24,2	75,8	4,7	3,3	24,7

Municípios	Informações Sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
Camocim	1027	34,5	65,5	7,8	5,7	24,8
TOTAL	1464	26,8	73,2	7,5	5,0	26,1
MICRO TERRITORIO II						
Granja	901	20,0	80,0	7,5	6,3	25,2
Martinópole	204	23,0	77,0	7,8	7,4	27,5
Uruoca	197	50,3	49,7	6,1	3,6	28,4
TOTAL	1302	31,1	68,9	7,1	5,8	27,0
MICRO TERRITORIO I						
Acaraú	965	26,9	73,1	4,4	5,2	23,7
Cruz	376	34,3	65,7	4,3	3,2	19,4
Jijoca de Jericoacoara	328	31,1	68,9	5,8	4,3	21,6
TOTAL	1669	30,8	69,2	4,8	4,2	21,6
MICRO TERRITORIO I						
Marco	500	27,6	72,4	5,6	3,6	23,4
Bela Cruz	514	30,2	69,8	5,7	4,7	21,0
Morrinhos	382	22,0	78,0	8,9	4,7	22,5
TOTAL	1396	26,6	73,4	6,7	4,3	22,3
TOTAL/ MEDIA DO TERITORIO	5831	28,8	71,2	6,6	4,8	24,3

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Ao avaliar os índices da Tabela 9, percebe-se que o percentual de partos cesáreos (28,8%) em relação aos partos vaginais (71,2%) está dentro da recomendação do Pacto pela Saúde no Estado que é de 30% em todos os municípios. O percentual alcançado pelo Ceará em 2008 foi que 42,7 % do total dos partos, foram cesáreos. Dos 12 municípios que perfazem o Território Litoral Extremo Oeste, cinco encontram-se acima da média do território e da meta estabelecida, sendo o município Uruoca o destaque com um resultado acima de 50%. Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é

útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados).

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), se atesta que 24,3% das mulheres que pariram em 2008, na Figura 7, eram adolescentes, o objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

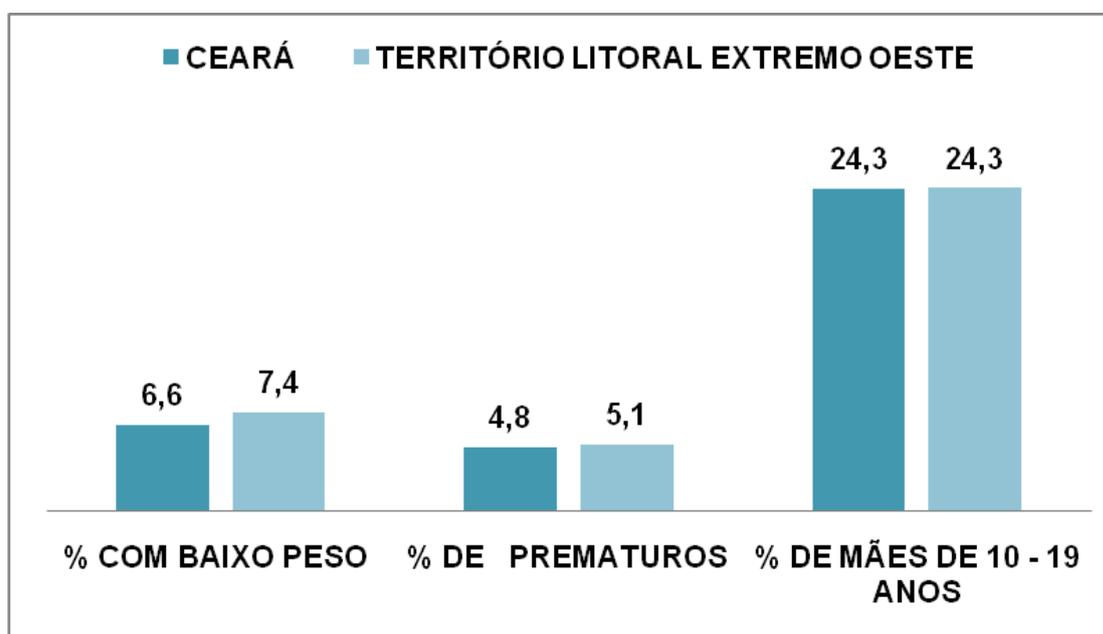


Figura 7 - Situação de nascimento no Território Litoral Extremo Oeste (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10-19 anos) em 2008
Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2010.

Os municípios apresentam um percentual acima da média encontrada, porém sem muita diferença percentual significativa, o município que apresenta maior resultado é Chaval, com 28,8% das parturientes ainda na adolescência. Relaciona-se este indicador a uma condição socioeducacional que é a escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.

O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Litoral Extremo Oeste foi de 4,8% e 6,6% respectivamente no mesmo período para o Estado do Ceará encontra-se o resultado de 5,6%.

Destaca-se aqui o município de Chaval onde 10% das crianças nascem com baixo peso percentual acima da média do território.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil.

A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

Sobre as iniciativas para o atendimento das crianças como a puericultura não se obteve resposta satisfatória, pois os representantes do comitê de saúde do território não souberam informar ou referiram que em seus municípios não era realizado o acompanhamento das crianças como é recomendado. Já sobre o planejamento familiar é fato que é uma prática consolidada em todos os municípios onde a unidade básica de saúde é responsável pelo serviço, apesar disso ainda existem dificuldades de acesso a alguns métodos principalmente a laqueadura e a vasectomia.

7.5 Critérios e Definições

7.5.1 Atenção Básica

7.5.1.1 Numero de equipes de saúde da família e cobertura

Sobre o total de Equipes de saúde da Família e a cobertura do percentual da população constata-se que o território tem 79 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 83,8%. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica bem abaixo da media do território como Granja (32,2%), Morrinhos (46,6%) e Acaraú (50,2%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS: Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

Ao questionar sobre o atendimento a população que não está coberta pela Equipe de Saúde da Família, foi respondido que os usuários são atendidos nos hospitais o que provoca conflitos no modelo da atenção proposto e na oferta de serviços de saúde à população, gera ainda insatisfação para os profissionais de saúde da atenção secundária, por exigir um grande esforço, devido a sobrecarga de trabalho, e para a comunidade que sabe que seus problemas não vão ser resolvidos em um serviço de pronto-atendimento.

7.5.1.2 Núcleo de apoio à Saúde da Família – NASF

Percebemos uma baixa cobertura no que se refere aos núcleos de apoio/ atendimento à Saúde da Família - NASF que totalizam apenas quatro dentre os 12 municípios que fazem parte deste Território. Existe uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às equipes de Saúde da Família completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima (Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Atualmente o que deve haver é uma parceria de atendimento em

conjunto, de planejamento de ações entre as equipes. Descreve-se a seguir as modalidades e os tipos de núcleos possíveis para atuação.

Modalidades - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades.

O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm até dezembro deste ano para implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

Núcleo - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.5.2 Atenção Especializada

7.5.2.1 Número de leitos hospitalares por habitante

O Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado, é um indicador que mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

Este Indicador serve para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

Encontra-se no Território Litoral Extremo Oeste uma média de 1,3 leitos para 1000 habitantes. Quando se compara este dado com o resultado do Estado do Ceará para o ano de 2008, o resultado é que existem 1,7 leitos-SUS para cada 1000 habitantes e 2,2 leitos em geral.

Solicitado as informações acerca da situação dos setores de regulação do SUS ao Comitê de Saúde do Território, foi colocado por este que existe em todos os municípios, porém uma grande dificuldade encontrada pelo caminho é a contra-referência.

7.5.2.2 Centro de Apoio Psicossocial – CAPS

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações inter setoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Destaca-se que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam nos Núcleos de apoio à Saúde da Família - NASF e pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Estas estruturas devem tanto identificar agravos e morbidades impactantes na situação de saúde e social do Território, bem como prevenir estas diversas situações. No caso de tratamento e reabilitação de pessoas drogaditas/ usuárias de drogas, o CAPS-AD (álcool e drogas) é a referência para acompanhar as pessoas que desejam uma nova perspectiva de vida. Vale ressaltar que existem algumas limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde

mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de Centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

Com relação ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS no Território Litoral Extremo Oeste existem seis estabelecimentos de saúde deste tipo em funcionamento de acordo com a pesquisa nos sites referidos. As modalidades de CAPS são: infantil, geral, álcool e outras drogas. Destaca-se que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam nos Núcleos de apoio à Saúde da Família - NASF e pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

7.5.3 Centro Especialidade Odontológicas – CEO

Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos

municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intraradiculares e fixas/ adesivas.

O funcionamento de cada Centro de Especialidade Odontológica é feito por um credenciamento passando a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de

2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

- >|Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais
- >|Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais
- >|Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

No Território Litoral Extremo Oeste existe três Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, em pelo menos um município de cada Micro Território, com exceção do Micro Território II. É necessário ampliar o acesso dos outros municípios que fazem parte do território a este serviço.

7.5.3.1 Farmácia Popular do Brasil

Com relação às farmácias populares não existem unidades implantadas no Território. Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as Unidades Próprias, em funcionamento desde junho de 2004, que são

desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o Sistema de Copagamento, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As Unidades Próprias são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no Sistema de Co-Pagamento, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

7.5.3.2 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de

saúde mental da população. No Território Litoral Extremo Oeste não há serviço móvel de urgência implantado.

As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

7.5.3.3 Unidades de Pronto Atendimento – UPA

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação. Sobre as unidades de pronto atendimento consta que apenas dois dos municípios tem o serviço de pronto atendimento implantado ou em fase de implantação.

7.6 Tipos de Estabelecimento

No Território Litoral Extremo Oeste existe vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria composta por Centros de Saúde/ Unidade básica de saúde (90), seguida de postos de saúde (16) e hospitais (9) .

Tabela 10 - Tipos de Estabelecimentos Atenção Básica e Especializada no Território Litoral Extremo Oeste dados de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	Tipo de Estabelecimento SUS / Outros													
	Atenção Básica						Atenção Especializada							
	Centro de Saúde Unid. Bas. de Saúde	Posto de Saúde	NASF	Farmácia Popular	% Cobertura EQSF	Nº Equipes de Saúde da Família -ESF	CEO	CAPS	Unidade Mista Parto Normal	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada	Hospital	Nº de Leitos por 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO I														
Chaval	5	-	-	-	100,0	5	-	1	1	-	-	-	-	2,3
Barroquinha	5	-	-	-	100,0	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Camocim	15	4	1	-	79,4	14	1	2	-	-	-	1	1	1,1
TOTAL/MEDIA	25	4	1	0	93,1	24,0	1	3	1	0	0	1	1	1,7
MICRO TERRITORIO II														
Granja	11	-	-	-	32,2	5	-	-	-	-	-	-	1	0,6
Martinópolis	5	-	-	-	102,0	4	-	-	-	-	-	-	2	1,5
Uruoca	5	-	-	-	101,0	4	-	-	1	-	-	-	-	0,8
TOTAL/MEDIA	21	0	-	-	78,4	13	0	0	1	0	0	0	3	1,0
MICRO TERRITORIO III														
Acaraú	17	1	1	-	50,8	8	1	1	-	-	-	-	1	1,4
Cruz	-	6	1	-	101,0	8	1	1	-	-	-	-	1	2,4
Jijoca de Jericoacoara	5	1	-	-	102,0	7	-	-	1	-	-	-	-	1,0
TOTAL/MEDIA	22	8	1	0	84,6	23	2	2	1	0	0	0	2	1,6
MICRO TERRITORIO IV														
Marco	7	1	-	-	101,0	8	-	-	-	-	-	-	1	1,3
Bela Cruz	8	2	1	-	89,0	8	1	-	-	-	-	-	1	1,0
Morrinhos	7	1	-	-	46,6	3	-	1	1	-	-	-	1	0,9
TOTAL/MEDIA	22	4	1	0	78,9	19	1	1	1	0	0	0,0	3	1,1
TOTAL/MEDIA DO TERITORIO	90	16	4	0	83,8	79	4	6	4	0	0	1	9	1,3

Fonte: CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Há também um déficit no que diz respeito às policlínicas, o serviço de saúde prestado pelas policlínicas são importantes para o atendimento a nível ambulatorial na atenção secundária, vários especialistas médicos e de outras categorias da saúde como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos fazem atendimento de usuários encaminhados pelos profissionais da estratégia Saúde da Família.

Com relação a atenção especializada a nível hospitalar temos no território nove hospitais, alguns são filantrópicos, outros são públicos e de referencia regional e outros privados. Temos também quatro unidades mistas ou de pronto atendimento.

Perguntamos aos representantes do comitê sobre o funcionamento das policlínicas estaduais, UPAS e Hospitais regionais, se já estão em funcionamento ou sobre uma previsão do atendimento destes serviços de saúde para a população, entretanto foi declarado que ainda nenhum destes serviços está funcionando no território.

7.7 Recursos Humanos

7.7.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes

No Território Litoral Extremo Oeste encontra-se várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os números que mais chamam a atenção são os de cirurgião geral (0,1) /19 especialistas para todo o território, pediatra (0,1) especialistas para todo o território, psiquiatra (0,0) /9 especialistas para todo o Território e radiologista (0,0) /15 especialistas para todo o território. Entretanto, quando se calcula o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que o Território está dentro das recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes. A disponibilidade de médicos atualmente no território no geral é 1,1 de profissionais por 1000 habitantes ou 310 profissionais para todo o território.

Percebemos na Tabela 11 que a disponibilidade geral com relação a estes profissionais praticamente concentra-se nos município de Marco e Bela Cruz ambos com 2,6, Camocim (1,3) / 66 médicos para todo o território. Em pior situação temos os municípios de Barroquinha e Granja com (0,4) / 17 médicos para todo o território e Chaval e Uruoca (0,5) / 6 médicos para todo o território. Com o novo modelo e proposta do Ministério da Saúde que recomenda a atuação em redes e linhas de cuidado, colocamos a importância de estruturar as redes de apoio à saúde no Território, sendo a presença de

alguns especialistas primordial para que a integralidade da atenção seja atendida em todos os níveis de atenção à saúde.

Sobre a Atenção Básica, temos que o número de profissionais atuando especialidade de médico de família é de 0,3 para cada 1000 habitantes ou 114 profissionais. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nos mais diversas regiões. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre estas causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter esta situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Tabela 11 – Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes no Território Litoral Extremo Oeste Em 2008.

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade								
	Anestesiista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Total Nº de Médicos
MICRO TERRITORIO I									
Chaval	-	-	0,1	-	0,4	-	-	-	0,5
Barroquinha	-	-	0,1	-	0,3	-	-	-	0,4
Camocim	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	1,3
TOTAL/MEDIA	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,7
MICRO TERRITORIO II									
Granja	-	-	0,1	0,1	0,1	-	-	-	0,4
Martinópolis	-	-	0,3	-	0,5	-	-	-	0,8
Uruoca	-	-	0,1	-	0,3	-	-	-	0,5
TOTAL/MEDIA	-	-	0,2	0,1	0,3	-	-	-	0,6
MICRO TERRITORIO III									
Acaraú	0,1	0,0	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	1,1
Cruz	0,0	0,1	0,3	0,1	0,3	-	0,0	0,0	0,9
Jijoca de Jericoacoara	-	-	0,1	-	0,5	-	-	0,1	0,7
TOTAL/MEDIA	0,05	0,05	0,2	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,9

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade								
	Anestesista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Total Nº de Médicos
MICRO TERRITORIO IV									
Marco	0,1	0,2	0,8	0,4	0,5	0,4	0,0	0,0	2,6
Bela Cruz	0,0	0,1	0,5	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	2,6
Morrinhos	-	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
TOTAL/MEDIA	0,05	0,1	0,5	0,2	0,3	0,1	0	0	2,1
TOTAL/ MEDIA DO TERRITORIO	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	1,1

Fonte: CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, situação da base de dados nacional em 10/04/2010

7.7.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisar-se as variações da situação da distribuição de profissionais de saúde de acordo com a Tabela 12 identifica-se muitas situações relativas a carência de algumas categoria principalmente entre fonoaudiólogo (0,0) /12 profissionais para todo o território, Assistente Social (0,0) / 11 profissionais para todo o território, nutricionista (0,0) /10 profissionais para todo o território, psicólogo (0,0) / 13 profissionais para todo o território, farmacêutico (0,1) / 33 profissionais para todo o território, e fisioterapeuta (0,1) 12 profissionais para todo o território. Nas categorias enfermeiro e dentista ainda se encontra um déficit, apesar de termos um maior numero destes profissionais para a população. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação nas profissões de saúde e sua inserção no mercado de trabalho, pois existe um amplo espaço a ser ocupado por cada categoria que tem a sua pratica já concretizada na área da saúde,

principalmente na prevenção de agravos relacionados a saúde mental, uso de drogas, como é o caso do serviço social e a psicologia.

Questionamos sobre a rotatividade de profissionais e verificou-se que as categorias que tem maior dificuldade de fixação nos municípios são as de médicos e dentistas.

Quanto a dificuldade de contratação claramente foi caracterizado que há muita dificuldade de contratação do profissional médico, alguns municípios são muito afastados da capital e este é um fator de peso para estes profissionais que tem seus projetos pessoais e um dos principais é a residência e trabalhando longe de Fortaleza o acesso a informações e oportunidades de estudo e crescimento profissional poderia ficar comprometida.

Tabela 12 – Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes no Território Litoral Extremo Oeste em 2008.

Municípios	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria							
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo
MICRO TERRITORIO I								
Chaval	0,8	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Barroquinha	0,3	0,3	0,1	-	-	-	-	0,1
Camocim	0,4	0,4	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
TOTAL/MEDIA	0,5	0,4	0,1	0,05	0,1	0,05	0,05	0,1
MICRO TERRITORIO II								
Granja	0,5	0,1	0	-	0,1	-	0,0	0,0
Martinópolis	0,5	0,8	0,2	-	0,2	-	-	-
Uruoca	0,6	0,3	0,1	-	0,1	-	-	-
TOTAL/MEDIA	0,5	0,4	0,1	-	0,1	-	0	0
MICRO TERRITORIO III								
Acaraú	0,6	0,3	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Cruz	0,7	0,5	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Jijoca de Jericoacoara	0,8	0,6	0,1	-	0,1	-	-	-
TOTAL/MEDIA	0,7	0,5	0,2	0	0,1	0,05	0,05	0,0
MICRO TERRITORIO IV								
Marco	0,7	0,3	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Bela Cruz	0,5	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Municípios	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria							
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo
Morrinhos	0,6	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL/MEDIA	0,6	0,2	0,1	0,0	0,07	0,03	0,03	0,0
TOTAL/ MEDIA DO TERITORIO	0,6	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

7.8 Saneamento Básico

7.8.1 Abastecimento e de Água

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água¹: (i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e (ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Sabe-se que o acesso a água potável é imprescindível para garantir a saúde de uma população, pois todo o processo de higienização, limpeza, desinfecção dos alimentos requer disponibilidade de água limpa, livre de possíveis contaminações. Outro fator que interfere na situação de saúde de uma população, principalmente na incidência de doenças infecto-contagiosas é

o saneamento básico, tratamento do esgoto e uma rede de abastecimento segura.

No Território Litoral Extremo Oeste, encontrou-se uma situação de boa cobertura no que diz respeito ao abastecimento de água nos domicílios, quase 90% deles tem acesso a água tratada em sua casa. O município de menor taxa de cobertura segundo a Tabela 13 foi Granja. Já quando se avalia o percentual de cobertura de domicílios com esgotamento sanitário percebeu-se uma disparidade expressiva. No Território a média foi 10,9% de cobertura. Um resultado muito baixo, encontra-se também sete municípios sem cobertura como Chaval, Granja, Acaraú, Cruz, Martinópolis, Morrinhos, Bela Cruz . É primordial o incentivo de políticas públicas voltadas para o saneamento com medidas que visem a qualidade do tratamento adequado ao esgoto produzido pela população. Encontra-se o maior percentual de cobertura em Uruoca e Camocim. Um baixo percentual de cobertura pode estar diretamente relacionado à incidência de doenças infecto contagiosas, e transmitidas por alimentos.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

Tabela 13 – Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Litoral Extremo Oeste em 2007

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
MICROTERRITÓRIO I		
Chaval	80,6	0,0
Barroquinha	85,3	17,4
Camocim	98,3	37,3
TOTAL/média	89,4	18,6
MICROTERRITÓRIO II		
Granja	61,9	0,0
Martinópolis	92,8	0,0
Uruoca	95,6	38,0

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
TOTAL/media	78,7	19,0
MICROTERRITORIO III		
Acaraú	90,8	0,0
Cruz	81,5	0,0
Jijoca de Jericoacoara	94,9	6,7
TOTAL/media	92,8	3,3
MICROTERRITORIO IV		
Marco	89,0	5,8
Bela Cruz	96,0	0,0
Morrinhos	82,5	0,0
TOTAL/media	85,7	2,9
MEDIA DO TERITORIO	86,7	10,9

Fonte: Secretaria de Infraestrutura, SEINFRA 2007

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

“A escola pública pode e deve voltar a exercer um papel central no nosso sistema educacional, desde que se faça uma avaliação correta dos seus problemas, um planejamento lúcido das prioridades e uma operacionalização adequada e corajosa das soluções que se fizerem necessárias.” (Jaime Pinsky, 1999, p. 112)

A análise dos aspectos educacionais de um território deve ser abordada em toda a sua multidimensionalidade. O que significa uma incursão para além da mera descrição de indicadores estatísticos, mas, que, sobretudo considere o cotidiano das relações sociais na(s) escola(s), no seu entorno, sua relação com a comunidade e impactos na implementação e controle social de políticas públicas.

Neste sentido, a ênfase aos aspectos educacionais do Território Litoral Extremo Oeste se pauta na possibilidade de construção coletiva de alternativas para uma educação pública e universal de qualidade mediante políticas educacionais democraticamente decididas e elaboradas.

Os aspectos educacionais, portanto foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativo à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Superior.

Os indicadores analisados na abordagem do diagnóstico referem-se ao nível de escolaridade, à infraestrutura, ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e à Formação Docente dos professores, esses dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Superior, foram abordadas as instituições que atuam no Território.

Em resumo, serão apresentados indicadores sobre a população alfabetizada por faixa etária no Estado do Ceará e quantitativo de matrículas nos diversos níveis de ensino e modalidades, redes de ensino e localização por Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e município. Em seguida, serão feitas discussões a cerca da qualidade do ensino.

Os municípios do Território Litoral Extremo Oeste divididos em 04 (quatro) micro territórios que, por sua vez, são atendidos por 02 (duas) CREDES, quais sejam:

- ✓ CREDE 04, localizada em Camocim atende aos Micro território I e II: Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópole e Uruoca;
- ✓ CREDE 03, sediada em Acaraú atende aos Micro território III e IV: Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Bela Cruz, Marco e Morrinhos

8.1 População Alfabetizada

Esse indicador é de extrema importância. Entende-se por população alfabetizada o percentual que sabe ler e escrever. Dados apresentados pelo IPECE informam que, no Ceará, no ano de 2008, 80,2% da população era alfabetizada, como é possível verificar na Tabela 14:

Tabela 14 – População Alfabetizada no Ceará por Sexo segundo os Grupos de Idade

Grupos de Idade (anos)	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	7.845.050	3.805.877	4.039.173	6.295.558	2.955.767	3.339.791
5 e 6	268.228	140.499	127.729	73.022	34.087	38.935
7 a 14	1.379.494	722.065	657.429	1.206.661	617.725	588.936
15 a 19	852.537	431.857	420.680	819.460	406.795	412.665
20 a 24	827.501	415.314	412.187	787.239	389.358	397.881
25 a 29	695.504	331.038	364.466	642.389	295.922	346.467
30 a 39	1.156.159	547.660	608.499	978.854	440.414	538.440
40 a 49	1.051.325	493.202	558.123	813.381	355.959	457.422
50 a 59	694.788	319.676	375.112	482.387	209.940	272.447
60 anos ou mais	919.514	404.566	514.948	492.165	205.567	286.598
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2003/2008).

Na ilustração da Tabela 15, é apresentada a população alfabetizada por situação do domicílio segundo os grupos de idade:

Tabela 15 – População Alfabetizada no Ceará por Faixa Etária e Zona de Moradia

Grupos de Idade (anos)	Pessoas de 5 anos ou mais de idade					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total	7.845.050	6.023.651	1.821.399	6.295.558	5.070.913	1.224.645
5 e 6	268.228	194.602	73.626	73.022	62.189	10.833
7 a 14	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19	852.537	652.485	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
60 anos ou mais	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2003/2008).

Do exposto, deduz-se da análise das tabelas que há mais mulheres alfabetizadas que homens, exceto na faixa etária compreendida no intervalo de 07 a 14 anos de idade e que a população residente em áreas urbanas – provavelmente por residirem na sede dos municípios – apresentam maior número de pessoas alfabetizadas quando comparado com áreas rurais.

8.2 Níveis de escolaridade

Em conformidade com o Artigo 21 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os níveis escolares compõem-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

Entende-se por educação básica, o aprendizado necessário ao desenvolvimento do (a) educando (a), de modo a assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes o conhecimento de meios para a progressão em estudos posteriores e no trabalho.

8.2.1 Educação Infantil

Corresponde à creche e pré-escola, que atendem respectivamente, crianças de 0 a 3 anos e 4 a 5 anos, devendo ser oferecida, prioritariamente, pelos municípios, desde que atendido, primeiro, o Ensino Fundamental.

Todavia, em termos financeiros e técnicos, tal responsabilidade deve ser compartilhada pelo município com a União e os Estados (Art. 30, Inciso VI da LDB 9.394/96 e Art. 211, Parágrafo 1º, Constituição Federal de 1988).

A Educação Infantil é, portanto, a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Segundo a LDB, a educação infantil é ofertada em 02 (duas) fases da infância, a primeira para crianças de até 03 (três) anos de idade em creches ou entidades equivalentes, a segunda para as crianças com idade de 04 (quatro) a 06 (seis) anos de idade em pré-escolas. A avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança sem, contudo, implicar na promoção para o acesso ao ensino fundamental.

Esse nível de escolaridade será analisado levando-se em consideração 03 (três) variáveis, quais sejam: quantitativo de matrículas, redes de ensino, zonas de localização e, posteriormente, disponibilidade de alimentação escolar, caracterização dos equipamentos escolares (bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes e salas de aula) e grau de formação de docentes. Conforme se percebe a Tabela 16 ilustra o total de matrículas por redes de ensino e zonas de localização:

Tabela 16 – Total de Matrículas por Redes de Ensino, Zona Urbana e Rural, Educação Infantil: Creche e Pré-Escola

Município	Escolas		Educação Infantil		Total
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	
MICROTERRITÓRIO I					
Barroquinha	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	89	153	242
		<i>Urbana</i>	277	392	669
	Total		366	545	911
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	13	05	18
Total Geral			379	550	929
Camocim	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	226	590	816
		<i>Urbana</i>	531	1.281	1.812
	Total		757	1.871	2.628
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	156	221	377
Total Geral			913	2.092	3.005
Chaval	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	54	105	159
		<i>Urbana</i>	260	309	569

Município	Escolas		Educação Infantil		Total
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	
	Total		314	414	728
	Particular	Urbana	04	06	10
Total Geral			318	420	738
Total Micro território I			1.610	3.062	4.672
MICROTERRITÓRIO II					
Granja	Estadual	Urbana	00	00	00
	Municipal	Rural	75	919	994
		Urbana	243	1.030	1.273
	Total		318	1.949	2.267
	Particular	Urbana	00	156	156
Total Geral			318	2.105	2.423
Martinópolis	Estadual	Urbana	00	00	00
	Municipal	Rural	00	108	108
		Urbana	135	287	422
	Total		135	395	530
	Particular	Urbana	00	00	00
Total Geral			135	395	530
Uruoca	Estadual	Urbana	00	00	00
	Municipal	Rural	158	211	369
		Urbana	147	167	314
	Total		305	378	683
	Particular	Urbana	18	08	26
Total Geral			323	386	709
Total Micro território II			776	2.886	3.662
Total CREDE 04			2.386	5.948	8.334
MICROTERRITÓRIO III					
Acarauá	Estadual	Rural	00	32	32
		Urbana	00	00	00
	Total		00	32	32
	Municipal	Rural	539	977	1.516
		Urbana	420	972	1.392
	Total		959	1.949	2.908
	Particular	Urbana	65	205	270
Total Geral			1.024	2.186	3.210
Cruz	Estadual	Rural	00	00	00
		Urbana	00	00	00
	Total		00	00	00
	Municipal	Rural	240	594	834
		Urbana	145	289	834
	Total		385	883	1.268
Particular	Urbana	21	38	59	
Total Geral			406	921	1.327
J. Jericoacoara	Estadual	Rural	00	00	00
		Urbana	00	00	00
	Total		00	00	00
	Municipal	Rural	228	371	599
		Urbana	175	222	397
	Total		403	593	996
Particular	Urbana	00	07	07	
Total Geral			403	600	1.003
Total Micro território III			1.833	3.707	5.540
MICROTERRITÓRIO IV					
Bela Cruz	Estadual	Rural	00	00	00
		Urbana	00	00	00
	Total		00	00	00

Município	Escolas		Educação Infantil		Total
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	275	536	811
		<i>Urbana</i>	174	316	490
	Total		449	852	1.301
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	28	78	106
Total Geral			477	930	1.407
Marco	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	00	00	00
		<i>Urbana</i>	00	00	00
	Total		00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	244	411	655
		<i>Urbana</i>	372	611	983
	Total		616	1.022	1.638
<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	25	90	115	
Total Geral			641	1.112	1.753
Morrinhos	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	00	00	00
		<i>Urbana</i>	00	00	00
	Total		00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	226	336	562
		<i>Urbana</i>	130	210	340
	Total		356	546	902
<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	31	76	107	
Total Geral			387	622	1.009
Total Micro território IV			1.505	2.664	4.169
Total CREDE 03			3.338	6.371	9.709

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

No Micro território I, são atendidas 4.672 crianças, sendo 1.610 matriculadas em creches e 3.062 em pré-escolas. Predominantemente, esses estabelecimentos escolares encontram-se localizados na zona urbana, indicando, portanto, a necessidade de ampliação da oferta de creches e pré-escolas na zona rural em conformidade com os relatos dos participantes de oficinas anteriores.

No Micro território II, são atendidas 3.662 crianças, sendo 776 matriculadas em creches e 2.886 em pré-escolas. No tocante às matrículas em creches, 42% (ou 543) se concentram na zona urbana; na zona rural verificou-se apenas 233 matrículas. Das 2.886 matrículas em pré-escolas, 1.648 concentram-se na zona urbana, representando o percentual de 57%, enquanto 1.238 (ou 43%) localizam-se na zona rural.

No Micro território III, das 5.540 crianças matriculadas na educação infantil, 1.833 estão em creches e 3.707 em pré-escolas. Do total de matrículas, 2.981 foram feitas na zona rural e o restante, 2.559, na zona urbana dos municípios. Verifica-se, portanto, que nos municípios de Acaraú, Cruz e Jijoca de Jericoacoara, há mais matrículas na zona rural que urbana. Acresce-se que,

nesses municípios se concentra o maior contingente populacional residente e domiciliado na zona rural, que é de 53.661 habitantes, em conformidade com a Tabela 6 (IBGE, Censo 2010).

No Micro território IV, percebeu-se 1.505 matrículas em creches, sendo: 745 na zona rural e 760 na zona urbana e 2.664 em pré-escolas, das quais: 1.283 foram feitas na zona rural e 1.381 na sede dos municípios.

Em geral, dos relatos dos participantes das oficinas junto ao comitê de educação do Território, pode-se assegurar segundo estes, que a oferta de vagas tanto para as creches como para pré-escolas é insuficiente para atender a real demanda existente. Contudo, foi afirmado que em Jijoca de Jericoacoara há oferta suficiente de creches e pré-escolas para crianças desse nível de modalidade de ensino. Acresce-se que as condições do transporte escolar são satisfatórias.

Em seguida, têm-se características quantitativas e qualitativas dos estabelecimentos escolares que ofertam vagas em creches e pré-escolas, equipamentos existentes e disponibilidade da merenda escolar, em conformidade com a Tabela 17:

Tabela 17 – Caracterização dos Estabelecimentos Escolares de Educação Infantil

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
MICROTERRITÓRIO I								
Barroquinha	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	04	02	00	00	00	04
		<i>Urbana</i>	04	00	00	00	00	04
	<i>Total</i>		08	02	00	00	00	08
	Particular	Urbana	01	01	00	00	00	00
Total			09	03	00	00	00	08
Camocim	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	42	01	01	00	01	42
		<i>Urbana</i>	16	03	02	00	00	16
	<i>Total</i>		58	04	03	00	01	58
	Particular	Urbana	09	08	01	01	02	00
Total			67	12	04	01	03	58
Chaval	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	08	00	00	00	00	08
		<i>Urbana</i>	05	00	00	00	00	05
	<i>Total</i>		13	00	00	00	00	13
	Particular	Urbana	01	01	00	00	01	00
Total			14	01	00	00	01	13
MICROTERRITÓRIO II								
Granja	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	29	00	01	00	00	29
		<i>Urbana</i>	12	03	00	00	00	12
	<i>Total</i>		41	03	01	00	00	41

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
	Particular	Urbana	05	04	01	00	01	02
Total			46	07	02	00	01	43
Martinópolis	Municipal	Rural	16	03	02	00	06	16
		Urbana	04	03	00	00	02	04
Total			20	06	02	00	08	20
Uruoca	Municipal	Rural	05	03	03	00	01	05
		Urbana	03	03	00	00	00	03
	Total		08	06	03	00	01	08
	Particular	Urbana	01	01	00	00	00	00
Total			09	07	03	00	01	08
Total CREDE 04			165	36	11	01	14	150
MICROTERRITÓRIO III								
Acarauá	Estadual	Rural	02	00	00	00	00	02
	Municipal	Rural	42	06	03	00	01	42
		Urbana	15	04	03	00	03	15
	Total		59	10	06	00	04	59
		Particular	Urbana	05	02	01	00	02
Total			64	12	07	00	06	59
Cruz	Municipal	Rural	19	10	00	00	08	19
		Urbana	04	04	04	00	04	04
	Total		23	14	04	00	12	23
		Particular	Urbana	01	01	01	00	01
Total			24	15	05	00	13	23
Jijoca de Jericoacoara	Municipal	Rural	08	00	00	00	00	08
		Urbana	03	00	00	00	00	03
	Total		11	00	00	00	00	11
		Particular	Rural	01	00	00	00	00
Total			12	00	00	00	00	11
MICROTERRITÓRIO IV								
Bela Cruz	Municipal	Rural	25	21	00	00	06	25
		Urbana	08	08	02	00	01	08
	Total		33	29	02	00	07	33
		Particular	Urbana	02	02	01	00	01
Total			35	31	03	00	08	34
Marco	Municipal	Rural	23	02	01	00	01	22
		Urbana	07	00	01	00	01	07
	Total		30	02	02	00	02	29
		Particular	Rural	01	01	01	00	00
Total			31	03	03	00	03	29
Morrinhos	Municipal	Rural	17	00	00	00	00	17
		Urbana	03	00	00	00	00	03
	Total		20	00	00	00	00	20
		Particular	Urbana	03	02	02	00	02
Total			23	02	02	00	02	21
Total CREDE 03			189	63	20	00	32	177

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2009.

Pode-se concluir com base nas tabelas e nos relatos dos participantes do comitê de educação que a modalidade educação infantil ofertada às crianças do Território Litoral Extremo Oeste é precária uma vez que as instalações prediais destinadas ao funcionamento de creches e pré-escolas

funcionam agregadas ao espaço destinado à educação básica, principalmente do ensino fundamental I. Conseqüentemente, crianças de várias idades e de diferentes níveis escolares ocupam, simultaneamente, espaços como: salas multimeios, computadores, pátios, etc..

Nas oficinas ocorridas no Território Litoral Extremo Oeste, estes e outros aspectos têm sido levantados pelo Comitê de Educação, Cultura e Infraestrutura e concordado por todos que os municípios não dispõem de recursos suficientes para atender esse público cada vez mais crescente, visto que as mães dessas crianças não têm com quem deixar seus filhos enquanto trabalham. Os representantes têm reivindicado soluções frente à escassez de recursos públicos municipais para atender a crescente demanda de crianças nas 02 (duas) fases da educação infantil: creches e pré-escolas.

Foi dito ainda, que as escolas situadas na sede de Cruz apresentam boas condições de instalações e que a oferta de vagas nesse nível escolar atende a demanda existente. Em geral, pais e responsáveis preocupam-se com o deslocamento dos seus filhos em escolas distantes de suas residências no caso da oferta de vagas fora da comunidade em que residem. Sugeriu-se a criação da função de *cuidadores* que possam acompanhar todo o percurso de deslocamento da residência dessas crianças até a escola, sobretudo aquelas localizadas em comunidades rurais.

No tocante às estradas, afirmou-se que, apesar dos serviços de manutenção, se encontram em condições precárias devido às chuvas ocorridas nos meses de fevereiro e março. A qualidade do transporte escolar melhorou significativamente com o Programa Caminhos da Escola.

As carências de espaços apropriados com instalações adequadas têm ocasionado a ocorrência de *turmas mistas* formadas por crianças de 04 a 06 anos. Foi explicado que outro fator causador da nucleação é a significativa redução populacional dessa faixa etária nas zonas rurais dos municípios do Território Litoral Extremo Oeste.

Afirmou-se que o Programa Pró-Infantil tem contribuído para a qualificação dos profissionais da educação infantil. Ainda que o maior número de profissionais sem a devida formação esteja nesse nível escolar. Ressaltou-

se que as ingerências de caráter político têm influenciado negativamente no processo de lotação desses profissionais.

Apesar dos incentivos do BNDES advindos da chancela do SELO UNICEF, há carência de equipamentos, material didático e de apoio didático, como brinquedotecas, em todos os municípios do Território Litoral Extremo Oeste.

No que concerne ao quantitativo alunos-professores, constatou-se, de acordo com relatos dos representantes presentes nas oficinas que, lamentavelmente, há um número de crianças maior do que os professores possam dar conta, salas lotadas na educação infantil.

Em referência à merenda escolar, apenas os Centros de Educação Infantil têm refeitórios adequados construídos com recursos do Programa Pró-Infância. Entretanto, é oferecido o mesmo cardápio para estudantes do ensino infantil e fundamental. Afirmou-se que a atuação dos Conselhos da Merenda Escolar tem contribuído favoravelmente para a melhoria da qualidade da alimentação escolar.

Nos últimos 02 (dois) anos, ampliou-se o número de refeitórios nas escolas, mas no caso específico de ocorrência de turmas mistas, as refeições são geralmente servidas no interior das salas de aula. Salienta-se que no que concerne aos espaços de repouso, banho e higiene pessoal deixam muito a desejar, pois não foram adaptados para atender crianças nessa idade escolar.

8.2.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental – ofertado prioritariamente pelo município – tem sua obrigatoriedade e gratuidade dispostas pela CF 1988 e reiteradas pela LDB 9.394/96, inicialmente com duração de 08 (oito) anos (7 a 14 anos). Seu objetivo mais amplo é apresentado no Artigo 32 dessa lei, e consiste em oportunizar a formação básica do indivíduo (Incisos I, II, III e IV). Todavia, em 17 de maio de 2005, foi aprovada a Lei 11.114/2005 que alterou os Artigos 6º, 30 e 87 da lei, tornando obrigatório esse nível de ensino com uma duração de nove anos.

Dessa forma, sua oferta passou a ser também para crianças a partir dos 6 anos de idade, e facultativa a partir dos 5 anos. Na mesma direção, a Resolução N° 3, de 03 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), define que o Ensino Fundamental de 9 anos e a Educação Infantil passarão a ser organizados conforme mostrado no quadro abaixo:

ETAPA DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA PREVISTA	DURAÇÃO
Educação Infantil	Até 5 anos de idade	-
Creche	Até 3 anos de idade	-
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	-
Ensino Fundamental	Até 14 anos de idade	9 anos
Anos iniciais	De 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	De 11 a 14 anos de idade	4 anos

Quadro 12: Etapas de Ensino, Faixa Etária, Duração da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Brasil

Fonte: Resolução 3/2005, CNE/CEB.

O Ensino Fundamental ofertado no Território Litoral Extremo Oeste será analisado levando-se em consideração o quantitativo de matrículas, redes de ensino, zonas de localização, disponibilidade de alimentação escolar, caracterização dos equipamentos escolares (bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes e salas de aula) e grau de formação de docentes. Também será apresentado o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)* e aspectos relacionados à Formação de Professores da Educação Básica que, regulamentada pela Resolução CNE/CP N° 01/2002 instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais* para esta formação em Curso de Licenciatura ou de Graduação Plena.

Inicialmente, será apresentada uma breve caracterização do ensino fundamental em especial, o total de matrículas por redes de ensino e zonas de localização, conforme se observa na Tabela 18:

Tabela 18 – Total de matrículas por Redes de Ensino, Zonas Rural e Urbana no Ensino Fundamental 1ª ao 5ª e 6ª a 9ª

CREDE/ Território/ Município	Escolas		Educação Fundamental		Total
	Rede	Zona	1ª. a 5ª.	6ª. a 9ª	
MICROTERRITÓRIO I					
Barroquinha	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	584	449	1.033
		<i>Urbana</i>	1.363	1.247	2.610
	Total		1.947	1.696	3.643
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	6	0	06
Total Geral			1.953	1.696	3.649
Camocim	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	0	0	0
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.169	1.572	3.741
		<i>Urbana</i>	4.192	3.700	7.892
	Total		6.361	5.272	11.633
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	423	245	668
Total Geral			6.784	5.517	12.301
Chaval	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	0	0
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	509	284	793
		<i>Urbana</i>	855	1.027	1.882
	Total		1.364	1.311	2.675
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	40	00	40
Total Geral			1.404	1.348	2.752
Total Micro território I			10.141	8.561	18.702
MICROTERRITÓRIO II					
Granja	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	339	339
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.402	1.378	3.780
		<i>Urbana</i>	3.480	3.661	7.141
	Total		5.882	5.039	10.921
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	255	176	431
Total Geral			6.137	5.554	11.691
Martinópole	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	444	328	772
		<i>Urbana</i>	975	780	1.755
Total Geral			1.419	1.108	2.527
Uruoca	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	709	573	1.282
		<i>Urbana</i>	661	708	1.369
	Total		1.370	1.281	2.651
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
Total Geral			1.370	1.281	2.651
Total Micro território II			8.926	7.943	16.869
Total CREDE 04			19.067	16.504	35.571
MICROTERRITÓRIO III					
Acarauá	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	44	10	54
		<i>Urbana</i>	00	267	267
	Total		44	277	321
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.897	2.416	5.313
		<i>Urbana</i>	3.073	2.358	5.431
	Total		5.970	4.774	10.744
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	419	261	680
Total Geral			6.433	5.312	11.745
Cruz	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.298	1.508	2.806
		<i>Urbana</i>	881	920	1.801
	Total		2.179	2.428	4.607

CREDE/ Território/ Município	Escolas		Educação Fundamental		Total
	Rede	Zona	1ª. a 5ª.	6ª. a 9ª	
	Particular	Urbana	74	68	142
Total Geral			2.253	2.496	4.749
J. Jericoacoara	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	831	1.064	1.895
	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	527	615	1.142
	<i>Total</i>		1.358	1.679	3.037
	<i>Particular</i>	<i>Rural</i>	4	0	4
Total Geral			1.362	1.679	3.041
Total Micro território III			10.048	9.487	19.535
MICROTERRITÓRIO IV					
Bela Cruz	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	219	219
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.412	1.770	3.182
		<i>Urbana</i>	1.095	965	2.060
	<i>Total</i>		2.507	2.735	5.242
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	148	99	247
Total Geral			2.655	3.053	5.708
Marco	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	00	00	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.017	390	1.407
		<i>Urbana</i>	1.997	2.400	4.397
	<i>Total</i>		3.014	2.790	5.804
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	232	156	388
Total Geral			3.246	2.946	6.192
Morrinhos	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	0	246	246
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.159	1.091	2.250
		<i>Urbana</i>	709	515	1.224
	<i>Total</i>		1.868	1.606	3.474
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	205	134	339
Total Geral			2.073	1.986	4.059
Total Micro território IV			7.974	7.985	15.959
Total CREDE 03			18.022	17.472	23.594

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2009.

O número de estabelecimentos de ensino fundamental I e II por dependências existentes, redes de ensino, zonas de localização, equipamentos escolares instalados e condições de alimentação escolar são apresentados em seguida como é possível visualizar na Tabela 19.

Tabela 19 – Caracterização dos Estabelecimentos Escolares de Ensino Fundamental

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
MICROTERRITÓRIO I								
Barroquinha	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	04	02	00	00	00	04
		<i>Urbana</i>	06	03	04	00	01	06
	<i>Total</i>		10	05	04	00	01	10
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	01	01	00	00	00	00
Total			11	06	04	00	01	10

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
Camocim	Municipal	Rural	39	03	01	00	01	39
		Urbana	15	09	06	00	02	15
	Total		54	12	07	00	03	54
	Particular	Urbana	08	07	01	01	02	00
Total			62	19	08	01	05	54
Chaval	Estadual	Urbana	-	-	-	-	-	-
	Municipal	Rural	09	00	00	00	00	09
		Urbana	08	01	00	00	01	08
	Total		18	02	00	00	02	17
	Particular	Urbana	01	01	00	00	01	00
Total			19	03	01	01	03	17
MICROTERRITÓRIO II								
Granja	Estadual	Urbana	01	01	01	1	00	01
	Municipal	Rural	28	00	01	00	00	28
		Urbana	21	05	02	00	02	21
	Total		50	06	04	00	02	50
	Particular	Urbana	03	03	01	00	01	00
Total			53	09	05	00	03	50
Martinópolis	Municipal	Rural	17	03	02	00	06	17
		Urbana	06	05	05	00	05	06
	Total		23	08	08	00	11	23
Uruoca	Municipal	Rural	05	03	04	00	01	05
		Urbana	04	04	02	00	01	04
Total			09	07	06	00	02	09
Total CREDE 04			177	52	32	02	25	163
MICROTERRITÓRIO III								
Acarauá	Estadual	Rural	02	00	00	00	00	02
		Urbana	01	01	01	01	01	01
	Municipal	Rural	42	06	03	00	02	42
		Urbana	16	05	04	00	03	16
	Total		61	11	08	01	06	61
Total			64	14	09	01	08	61
Cruz	Municipal	Rural	19	10	00	00	08	19
		Urbana	04	04	04	00	04	04
	Total		23	14	04	00	12	23
	Particular	Urbana	01	01	01	00	01	00
Total			24	15	05	00	13	23
Jijoca de Jericoacoara	Municipal	Rural	10	03	02	00	05	10
		Urbana	03	02	02	00	01	03
	Total		13	05	04	00	06	13
MICROTERRITÓRIO IV								
Bela Cruz	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	01
	Municipal	Rural	28	24	00	00	09	28
		Urbana	07	07	03	00	01	07
	Total		36	32	04	01	11	36
Total			37	33	05	01	12	37
Marco	Municipal	Rural	15	02	01	00	01	15
		Urbana	08	04	05	00	07	08
	Total		23	06	06	00	08	23
	Particular	Rural	01	01	01	00	01	00
Total			24	07	07	00	09	23
	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	01
	Municipal	Rural	18	01	01	00	00	18

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
Morrinhos		Urbana	02	02	02	00	02	02
	Total		21	04	04	01	03	21
	Particular	Urbana	03	02	02	00	02	01
Total			24	06	06	01	05	22
Total CREDE 03			186	80	36	03	53	179

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2009.

Constatou-se que em todos os municípios do Território Litoral Extremo Oeste, há carência de bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências, espaços lúdicos com jogos interativos e quadras poliesportivas. A Internet não é utilizada para fins pedagógicos devido à inexistência de laboratórios de informática.

Foi informado, pelo comitê de educação do Território, que o MEC em parceria com as prefeituras têm viabilizado a instalação de laboratórios de informática por intermédio do Proinf-Urbano e Rural em escolas do Ensino Fundamental I e II.

Em Cruz, existem 24 escolas com boas instalações e 17 quadras poliesportivas têm propiciado melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

No caso do acesso às escolas das zonas rurais, o transporte predominante é a D-20 em virtude, sobretudo, da condição das estradas que não raro são cortadas por riachos ou devido à incidência de terrenos rochosos (Morrinhos) e de areia (Jijoca de Jericoacoara e Camocim, em particular a comunidade de Tatajuba). Ademais, acresce-se que as estradas em geral estão em condições de intrafegabilidade em função do período chuvoso.

Houve consenso na necessidade de ampliação das “escolas ativas”.

Na análise da qualidade do ensino fundamental, convém considerar o IDEB. Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o IDEB mede a qualidade do ensino público no País, reunindo dois importantes conceitos para a qualidade da educação, quais sejam: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Nesse sentido, o IDEB revela a eficiência do aprendizado dos (as) alunos (as), atribuindo notas às escolas da rede pública de ensino, pois cada uma recebe uma nota que varia de 0 a 10. Por conseguinte, quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino. O ideal é que toda escola (pública) obtenha nota igual ou superior a 6.

A Tabela 20 traz o IDEB do Ensino Fundamental I nas escolas da rede pública das séries iniciais e finais, dos municípios do Território Litoral Extremo Oeste.

Tabela 20 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB do Ensino Fundamental

MUNICÍPIOS	ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	PROJEÇÕES							
					2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Barroquinha	Anos Iniciais	2,8	3,4	4,0	2,8	3,1	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
	Anos Finais	2,8	3,1	3,1	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
Camocim	Anos Iniciais	3,6	4,0	4,4	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
	Anos Finais	3,3	3,6	3,9	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5
Chaval	Anos Iniciais	2,8	3,4	3,8	2,8	3,2	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,1
	Anos Finais	3,0	3,0	3,2	3,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
Granja	Anos Iniciais	3,3	3,4	3,8	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	3,0	3,3	3,6	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
Martinópole	Anos Iniciais	3,0	4,0	4,4	3,0	3,4	3,8	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	Anos Finais	3,1	3,4	3,8	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
Uruoca	Anos Iniciais	3,1	3,8	4,4	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,2	3,7	3,5	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3
Acará	Anos Iniciais	3,3	3,7	4,0	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	3,4	3,5	3,6	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
Cruz	Anos Iniciais	3,6	4,2	4,9	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
	Anos Finais	3,9	4,0	4,5	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9
Jijoca de Jericoacoara	Anos Iniciais	3,7	4,4	4,9	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
	Anos Finais	3,5	4,4	4,7	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5
Bela Cruz	Anos Iniciais	3,8	3,5	4,4	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7	6,0
	Anos Finais	3,6	3,4	3,9	3,6	3,8	4,0	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6
Marco	Anos Iniciais	3,1	3,3	3,6	3,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	2,4	3,0	3,4	2,5	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,4
Morrinhos	Anos Iniciais	2,9	3,1	4,2	2,9	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	Anos Finais	2,7	3,3	3,8	2,8	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8

Fonte: MEC/INEP, 2010.

Os representantes dos Comitês de Educação, Cultura e Infraestrutura relataram que há enorme carência de professores nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática, Línguas e Educação Física. Foi ressaltada a

necessidade de incentivo do governo federal (MEC) em ampliar a oferta de ensino superior público e de qualidade em cursos de graduação em que exista carência de profissionais. Sugeriu-se maior oferta de ensino superior na modalidade de Educação a Distância - EAD.

Os participantes consideraram importante a criação de um espaço de discussão e de elaboração de um diagnóstico sobre as condições de oferta da educação básica no Território Litoral Extremo Oeste.

Outro fator importante relatado pelos presentes é a premente necessidade de aperfeiçoamento na seleção do núcleo gestor das escolas que contemple análise curricular, provas escritas, apresentação de planos de ação e que os candidatos estejam cursando (ou concluindo) especialização em gestão escolar.

Também foi considerado fundamental o resgate da participação dos pais (ou responsáveis) no cotidiano escolar seja através de palestras formativas que versem sobre psicologia da infância e da adolescência, dentre outros temas.

Os representantes dos comitês relataram a experiência do *Projeto Diretor de Turma* em execução no 1º. Ano do Ensino Médio das escolas estaduais.

Para a formação de Professores da Educação Básica, é exigido que o mesmo tenha nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade com a Lei 9.394/1996 (LDB). Os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino.

Um fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a competência e qualificação do corpo docente em sala de aula. A legislação promulgada desde 2002 a este respeito é que desde o ano de 2004 deveria estar funcionando o programa de aperfeiçoamento para o professor atuar em sala de aula com a devida formação.

A Tabela 21 apresenta o grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental, onde a realidade aponta que ainda existem fragilidades em

relação à qualificação dos professores, e que programas de apoio devem ser ministrados pela gerência do PAIC, acompanhamento e reciclagem das técnicas pedagógicas pelas secretarias municipais de educação, em benefício do fortalecimento de suas práticas pedagógicas.

Tabela 21 – Docentes do Ensino Fundamental por Grau de Formação

MUNICÍPIOS	DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL													
	TOTAL		GRAU DE FORMAÇÃO											
			FUNDAMENTAL				MÉDIO				SUPERIOR			
	2007	2008	INCOMPLETO		COMPLETO		MAGISTÉRIO COMPLETO		OUTRA FORMAÇÃO COMPLETA		LICENCIATURA COMPLETA		COMPLETO SEM LICENCIATURA	
2007			2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
BARROQUINHA	113	125	-	-	-	-	19	24	07	03	81	98	06	-
CAMOCIM	506	549	-	-	04	-	124	120	65	92	278	337	35	-
CHAVAL	104	130	-	-	03	-	18	16	32	38	49	76	02	-
GRANJA	451	496	-	01	13	14	212	239	73	93	142	149	11	-
MARTINÓPOLE	161	164	-	-	01	02	03	11	97	86	56	65	04	-
URUOCA	111	117	-	-	-	-	21	14	09	09	75	94	06	-
ACARAÚ	433	421	-	-	-	-	97	86	79	100	243	235	14	-
CRUZ	190	201	-	-	-	-	65	56	05	11	120	134	-	-
JIOCA DE JERICOACOARA	88	89	-	-	-	-	17	22	04	12	62	55	05	-
BELA CRUZ	286	274	-	-	-	-	80	86	18	13	175	175	13	-
MARCO	216	238	-	-	02	01	60	60	11	15	138	162	05	-
MORRINHOS	165	157	-	-	-	-	68	51	02	04	92	102	03	-

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2007-2008.

8.2.3 Ensino Médio

Conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino médio é a etapa final da educação básica e deve ter uma duração, de no mínimo, 03 (três) anos e 2.400 horas. Seu atendimento prioritário é de responsabilidade dos Estados, segundo estabelece o Artigo 211 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a LDB define as finalidades mais amplas desse nível de ensino nos seguintes termos:

I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

De acordo com um recente levantamento da Célula de Avaliação Institucional – CEAVI da SEDUC, a expansão desse nível de ensino é de 12,4%. Dois fatores explicam essa expansão, quais sejam: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio visando à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Atualmente, em conformidade com os relatos dos representantes dos Comitês de Educação e Cultura, pode-se inferir que o maior desafio posto às escolas e pais ou responsáveis dos educandos é a permanência e, posteriormente, a conclusão da educação básica, possibilitando, sobretudo, o desenvolvimento pessoal e social desses jovens no mercado de trabalho e na vida societária.

A Tabela 22 descreve o total de matrículas feitas nesse nível escolar por redes de ensino e zonas de localização:

Tabela 22 – Total de Matrículas por Redes de Ensino, Zona Urbana e Rural do Ensino Médio Integrado a EP e Normal

Município	Escolas		Ensino Médio Regular			Total
	Rede	Zona	Médio	Integrado a EP	Normal	
MICROTERRITÓRIO I						
Barroquinha	Estadual	Urbana	903			903
Total			903			903
Camocim	Estadual	Urbana	2.904	135		3.039
	Particular	Urbana	34			34
Total			2.938			3.073
Chaval	Estadual	Urbana	648			648
Total			648			648
Total Micro I			4.489			4.624
MICROTERRITÓRIO II						

Município	Escolas		Ensino Médio Regular			Total
	Rede	Zona	Médio	Integrado a EP	Normal	
Granja	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.249	35		2.284
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	57			57
Total			2.306	35		2.341
Martinópolis	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	470			470
Total			470			470
Uruoca	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	486			486
Total			486			486
Total Micro II			3.262	35		3.297
MICROTERRITÓRIO III						
Acarauá	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.239	180		2.419
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	146			146
Total			2.385	180		2.565
Cruz	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.276			1.276
Total			1.276			1.276
J. Jericoacoara	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	953			953
Total			953			953
Total Micro território III			4.614	180		4.794
MICROTERRITÓRIO IV						
Bela Cruz	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.316	259		1.575
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	54			54
Total			1.370	259		1.629
Marco	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.068			1.068
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	102			102
Total			1.170			1.170
Morrinhos	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	743			743
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	51			51
Total			794			794
Total Micro território IV			3.334	259		3.593
TOTAL DO TERRITÓRIO			15.699	474		16.308

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Foi dito pelos comitês, que houve elevação de matrículas nas escolas de ensino médio localizadas nas zonas rurais dos municípios do Território Litoral Extremo Oeste. Sugeriu-se a criação de escolas com a metodologia da educação do campo nessas comunidades. E nos últimos anos, percebe-se maior aporte de investimentos nesse nível escolar refletida nas reformas e modernização do parque tecnológico, construção de laboratórios de ciências, ampliação do acervo das bibliotecas, de recursos pedagógicos e audiovisuais.

Mas o maior problema nesse nível de escolaridade, de acordo com os participantes dos comitês, refere-se aos baixos salários dos professores seguido da carência de profissionais nas áreas de Ciências da Natureza, Educação Física e Línguas. Foi consensuada a necessidade de uma política de valorização dos profissionais do magistério e de fortalecimento da gestão escolar.

Em se tratando da Educação Profissional como modalidade de educação, pode-se afirmar, de maneira abrangente, que seus objetivos estão voltados para os seguintes níveis:

- **Básico:** modalidade de educação não formal, de duração variável, livre de regulamentação curricular e que independe do nível de escolarização que o aluno já possui;
- **Técnico:** com organização curricular própria, porém independente do Ensino Médio, sendo admitida sua oferta de forma concomitante ou seqüencialmente a esse nível de ensino;
- **Tecnológico:** curso de nível superior, que pode ter a duração de dois a dois anos e meio, e destinado a estudantes egressos do ensino médio ou técnico.

Da observação da Tabela 22, verifica-se que a modalidade ensino médio integrado à Educação Profissional, tem-se 609 matrículas nos municípios de Camocim (Micro território I), Granja (Micro território II), Acaraú (Micro território III) e Bela Cruz (Micro território IV). Em Granja, há oferta do (antigo) curso pedagógico. Em Acaraú há elevada procura por cursos profissionalizantes. Camocim e Granja do Micro território I e II, respectivamente, têm escolas de educação profissional.

Em seguida, vê-se o número de estabelecimentos de ensino médio por dependências existentes, redes de ensino, zonas de localização, equipamentos escolares instalados e condições de alimentação escolar.

Tabela 23 – Caracterização dos Estabelecimentos Escolares de Ensino Médio

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
MICROTERRITÓRIO I								
Barroquinha	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	01	01	01	01	01	01
Total			01	01	01	01	01	01
Camocim	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	03	03	03	03	03	03
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	01	01	00	00	01	00
Total			04	04	03	03	04	03
Chaval	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	01	01	01	01	01	01
Total			01	01	01	01	01	01
Total Micro Território I			06	06	05	05	06	05
MICROTERRITÓRIO II								

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
Granja	Estadual	Urbana	02	02	02	01	01	02
	Particular	Urbana	01	01	01	00	01	00
Total			03	03	03	01	02	02
Martinópole	Estadual	Urbana	01	01	01	01	00	01
	Total		01	01	01	01	00	01
Uruoca	Estadual	Urbana	01	01	01	01	00	01
	Total		01	01	01	01	00	01
Total Micro Território II			05	05	05	03	02	04
MICROTERRITÓRIO III								
Acaráú	Estadual	Urbana	03	03	03	03	03	02
	Particular	Urbana	01	01	01	00	01	00
Total			04	04	04	03	04	02
Cruz	Estadual	Urbana	01	01	02	01	01	01
	Total		01	01	02	01	00	00
J. de Jericoacoara	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	00
	Total		01	01	01	01	01	00
Total Micro Território III			06	06	07	05	05	02
MICROTERRITÓRIO IV								
Bela Cruz	Estadual	Urbana	02	02	02	02	02	02
	Particular	Urbana	01	01	01	00	01	01
Total			03	03	03	02	03	03
Marco	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	00
	Particular	Urbana	01	01	01	00	01	00
Total			02	02	02	01	02	00
Morrinhos	Estadual	Urbana	01	01	01	01	01	01
	Particular	Urbana	01	01	01	00	01	01
Total			02	02	02	01	02	02
Total Micro Território IV			07	07	07	04	07	05
Total Território			24	24	24	17	20	16

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2009.

Os participantes relataram o déficit de refeitórios e de cozinhas adequadas para a manipulação de alimentos. Existe carência de laboratórios de ciências no município de Morrinhos e em Jijoca de Jericoacoara foi apontada a necessidade de revitalização dos existentes.

No que diz respeito à alimentação escolar, os representantes dos Comitês de Educação e Cultura, informaram que as escolas têm dificuldades na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar em virtude, sobretudo da falta de organização dos produtores, da baixa oferta de alimentos e da inexistência de logística apropriada.

Mencionou-se a existência de financiamentos que visam à melhoria das instalações e a ampliação do acervo das bibliotecas escolares e públicas. No

tocante à educação indígena, somente em Acaraú essa modalidade de ensino é ofertada em duas escolas estaduais para a etnia *Tremembé*.

8.2.4 Educação de Jovens e Adultos

Com a LDB 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos – EJA constitui modalidade de Educação Básica, nos seguintes termos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Pode-se concluir que embora enfatize a EJA em apenas dois dos seus artigos (Art. 37 e 38), a referida lei representa avanços em relação a essa modalidade de educação, ao afirmar que ela pode voltar-se para o Ensino Fundamental (maiores de 15 anos) e para o Ensino Médio (alunos com idade superior a 18 anos de idade).

A Tabela 24 descreve o número de matrículas da EJA, nos tipos presencial e semipresencial, por dependência administrativa e zona de localização, conforme se verifica:

Tabela 24 – Total de Matrículas por Redes de Ensino, Zona Urbana e Rural e Educação de Jovens e Adultos: Presencial, Semipresencial e Integrado a EP.

Município	Escolas		EJA			Total
	Rede	Zona	Presencial	Semipresencial	Integrado a EP	
MICROTERRITÓRIO I						
Barroquinha	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	56			56
		<i>Urbana</i>	180			180
Total			236			236
Camocim	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	563	282		845
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	191			191
		<i>Urbana</i>	65			65
Total			819	282		1.101
Chaval	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	102			102
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	49			49

Município	Escolas		EJA			Total
	Rede	Zona	Presencial	Semipresencial	Integrado a EP	
		Urbana	138			138
Total			289			289
Total Micro Território I			1344	282		1626
MICROTERRITÓRIO II						
Granja	Estadual	Urbana	108	307		415
	Municipal	Rural	860			860
		Urbana	648			648
Total			1.616	307		1.923
Martinópolis	Estadual	Urbana	69			69
	Municipal	Rural	29			29
		Urbana	120	27		147
Total			218	27		245
Uruoca	Estadual	Urbana	16			16
	Municipal	Rural	163			163
		Urbana	96			96
Total			275			275
Total Micro Território II			2.109	334		2.443
MICROTERRITÓRIO III						
Acará	Estadual	Urbana	395	990		1.385
	Municipal	Rural	934			934
		Urbana	326			326
Total			1.655	990		2.645
Cruz	Municipal	Rural	89			89
Total			89			89
Jijoca de Jericoacoara	Municipal	Rural	62			62
		Urbana	49			49
Total			111			111
Total Micro território III			1.855	990		2.845
MICROTERRITÓRIO IV						
Bela Cruz	Estadual	Urbana	13			13
	Municipal	Rural	44			44
		Urbana	54	33		87
Total			111	33		144
Marco	Municipal	Rural	25			25
		Urbana	156			156
Total			181			181
Morrinhos	Estadual	Urbana	48			48
	Municipal	Urbana	75			75
Total			123			123
Total Micro Território IV			415	33		448
Total Território			5.723	1.639		7.362

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2009.

Como motivos da evasão na EJA foram citados: a gravidez na adolescência, a necessidade dos jovens de exercer atividade profissional como forma de complementação da renda familiar e o despreparo dos professores desse nível de escolaridade.

8.2.5 Educação Especial

Destacada na LDB nos artigos 58, 59 e 60, pode ser conceituada como modalidade de educação escolar, destinada aos educandos portadores de necessidades especiais, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, sendo também ofertada em instituições especializadas.

A lei estabelece o papel dos sistemas de ensino visando a garantir aos estudantes com necessidades especiais o pleno atendimento aos seus direitos, o que fica evidenciado no seguinte artigo:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

As matrículas nessa modalidade de educação por dependência administrativa e zona de localização, são apresentadas na Tabela 25:

Tabela 25 – Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zona Urbana e Rural, Educação Especial.

Município	Escolas		Educação Especial	Total
	Rede	Zona		
MICROTERRITÓRIO I				
Barroquinha	Municipal	Urbana	31	31
Camocim	Estadual	Urbana	50	50
Chaval	Municipal	Urbana	35	35
Total Micro território I				116
MICROTERRITÓRIO II				
	Rede	Zona		
Granja	Municipal	Urbana	18	18
Martinópolis	Municipal	Urbana	38	38
Uruoca	Municipal	Rural	19	19
		Urbana	22	22
Total Micro território II				97
MICROTERRITÓRIO III				
	Rede	Zona		
Acaraú	Municipal	Urbana	16	16
Cruz	-	-	00	00
Jijoca de Jericoacoara	-	-	00	00

Município	Escolas		Educação Especial	Total
	Rede	Zona		
Total Micro território III				16
MICROTERRITÓRIO IV				
	Rede	Zona		
Bela Cruz	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	78	78
Marco	-	-	-	-
Morrinhos	-	-	-	-
Total Micro território IV				78
TOTAL DO TERRITÓRIO				307

Fonte: Secretária da Educação Básica, SEDUC, 2009.

Como se pode observar na Tabela 25, 116 matrículas foram realizadas nos municípios do Micro território I; 97 no Micro território II; apenas 16 no município de Acaraú situado no Micro território III e, 78 matrículas feitas em Bela Cruz, na zona urbana. Isto quer dizer que nos municípios de Cruz, Jijoca de Jericocoara, Marco e Morrinhos não existe oferta de ensino nesse nível escolar.

Da observação da Tabela 25, deduz-se que é premente a necessidade de criação de programas que visem ao incentivo e à garantia às vagas assistidas pela Educação Especial. É salutar ressaltar ainda que, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, além de formação continuada para professores.

Ressalte-se que a Secretaria de Educação Especial – SEESP vinculada ao MEC desenvolve programas, projetos e ações visando à implementação, no Brasil, da *Política Nacional de Educação Especial*. A partir desta nova política pública, os alunos considerados público-alvo da Educação Especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a Secretaria desenvolve alguns programas, destacando-se: o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial (Presencial e à Distância), o Programa de

Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, o Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares visando à acessibilidade), o Programa BPC na Escola e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

No que concerne à problemática da acessibilidade, ressalte-se também o desenvolvimento de ações que visem a garantia à acessibilidade nos programas nacionais do livro ora implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

8.2.6 Educação Superior

A LDB 9.394/96 trata da educação superior em vários dos seus Artigos (43 ao 57). No Artigo 43, explicita as finalidades desse nível de educação e no Artigo 44 descreve os diferentes cursos e programas que poderão ser ofertados:

- Seqüenciais;
- Graduação;
- Pós-Graduação (mestrado, doutorado, especialização, aperfeiçoamento, etc.);
- Extensão.

Posteriormente, o Decreto 3.860/2001 especificou a classificação das instituições de educação superior no País, por organização acadêmica: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades, institutos superiores ou escolas superiores; institutos superiores de educação.

Os participantes mencionaram algumas instituições de ensino superior existentes, nos municípios do Território Litoral Extremo Oeste: Universidade Vale do Acaraú – UVA, Instituto Nacional de Tecnologias Aplicadas – INTA, dentre outras. Enquanto que cadastradas no E-mec, pode-se constatar conforme o Quadro 13 a seguir.

Micros	Município	Instituições Ensino Superior cadastradas no E-MEC
Micro I	Barroquinha	Não consta cadastro de IES
	Camocim	Universidade Anhanguera UNIDERP (Educação à Distância) Universidade Vale do Acaraú - UVA Universidade Federal do Ceará - UFC Instituto Nacional de Tecnologias Aplicadas - INTA
	Chaval	Não consta cadastro de IES
Micro II	Granja	Instituto Nacional de Tecnologias Aplicadas - INTA
	Martinopole	Não consta cadastro de IES
	Uruoca	Não consta cadastro de IES
Micro III	Acarau	Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA
		Universidade Anhanguera UNIDERP (Educação à Distância)
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
	Cruz	Não consta cadastro de IES
	Jijoca de Jericoacoara	Não consta cadastro de IES
Micro IV	Bela Cruz	Não consta cadastro de IES
	Marco	Não consta cadastro de IES
	Morrinhos	Não consta cadastro de IES

Quadro 13: Instituições de Ensino Superior cadastradas no E-mec do Território Litoral Extremo Oeste

Fonte: E-mec, 2010

9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspectos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, fatos históricos, festejos religiosos, folguedos folclóricos, história econômica, campeonatos esportivos, etc.. Todos estes elementos são indispensáveis no processo de planejamento e vão implicar diretamente na formulação de Políticas Públicas Culturais.

O Território Litoral Extremo Oeste apresenta diversas manifestações culturais. Mas, apesar dessa pluralidade, ainda é insignificante o montante de recursos destinados ao resgate e fortalecimento das tradições e manifestações culturais.

Um dos exemplos de investimento feito no setor cultural se dá no município de Uruoca que conta com um “rico” mapeamento das manifestações culturais existentes. Há em Uruoca festivais de música e de quadrilhas juninas.

Também em Jijoca de Jericoacoara ocorrem anualmente os tradicionais festivais regionais de quadrilhas juninas nos dias 26 e 27 de junho; a festa da padroeira Santa Luzia (dias 04 a 13 de dezembro) e o campeonato de *Wind Surf* de Jericoacoara. Este município tem uma quadra poliesportiva, a Rádio Local Comunitária, o NAEC – *Núcleo de Arte do Município* que dispõe, por sua vez, de aula de dança, oficinas de teatro, há também a orquestra sinfônica municipal, a Biblioteca Pública Municipal.

Um dos mais importantes eventos culturais que atraem muitos visitantes ocorre no município de Marco, trata-se do *chitão maravilha de Marco* – realizado anualmente desde o ano de 1963. Em outros municípios, como Morrinhos, os festivais de quadrilha sempre acontecem resgatando uma antiga manifestação cultural da população.

Bela Cruz conta com programas permanentes de incentivo à leitura, através da biblioteca pública e das escolas municipais por meio de metodologias de estudo da realidade (local e regional) com temas transversais de História, Arte Educação, cultura afro-descendente e indígena, etc..

O município de Uruoca possui um grupo de teatro conhecido como “*Arte de Representar*”, sendo um dos seus destaques o cordel, ferramenta atualmente muito utilizada pelos professores nas salas de aula para tematizar diversos temas.

A infraestrutura cultural de Cruz conta com a Biblioteca Pública Municipal Dra. Maria Inês de Farias, a Biblioteca Comunitária de Monteiro Maria Marques, o Museu de Som e Imagem, a Brinquedoteca Pública Municipal, site da Prefeitura de Cruz, Blog do Selo UNICEF, programas culturais como: Projeto Música na Escola, Festival de Violeiros, Festival Junino nas escolas municipais, Projeto Cultura de Casa, concursos de desenhos e de produção textual, Projeto: Biblioteca Volante, Brinquedoteca Volante, Leitura Conectada, Brincaeróbica, além de programas semanais de rádio que apóiam a cultura e as tradições locais, dentre outros.

9.1 Composição Étnica e Religiosa

A distribuição de etnias variadas existente em todo o País também é percebida no Território Litoral Extremo Oeste, onde a população descende de etnias variadas. A população do Território é composta por negros, mulatos, indígenas, caboclos, etc..

A colonização, a formação dos primeiros povoados e a catequização católica tiveram decisiva contribuição na caracterização da população do Território Litoral Extremo Oeste. Tem-se percebido que o protestantismo e outras vertentes religiosas ganham e conquistam adeptos.

Nesse Território, as cidades foram surgindo quase que simultaneamente através da formação de vilas no entorno das primeiras capelas, fazendas e tribos indígenas. É nesse contexto que as comunidades tradicionais indígenas recebem as primeiras missões da catequese jesuítica. Também compõem a população do Território muitos imigrantes que, fugindo da seca de 1877, sonhavam com condições mais prósperas de trabalho e vida. Municípios como Barroquinha, Uruoca, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, dentre outras, se inserem nesse processo.

A maioria desses municípios apresenta na sua formação social e histórica, a contribuição de tribos indígenas, principalmente os Tremembés que se fixaram, predominantemente, nas comunidades rurais de Queimada e do Córrego das Telhas. Ressalte-se que os indígenas desempenharam significativo papel na formação histórica desse Território, cuja herança é percebida até os dias atuais em atividades como o artesanato e a alimentação.

No território não existem comunidades quilombolas oficiais, mas há o registro da existência de descendentes quilombolas, o que exige, portanto, a necessidade premente do resgate cultural desses habitantes.

9.2 Infraestrutura Cultural

No que concerne à infraestrutura cultural, é possível identificar alguns equipamentos culturais na Tabela 26 descrita abaixo.

Tabela 26 – Equipamentos Culturais do Território Litoral Extremo Oeste

Município	Bandas de Música	Projeto Pró-Bandas	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus
MICROTERRITÓRIO I					
Barroquinha	02	02	02	-	-
Camocim	02	-	02	-	-
Chaval	02	02	02	-	-
Total Micro I	06	04	06	-	-
MICROTERRITÓRIO II					
Granja	02	-	02	-	02
Martinópole	02	-	02	-	-
Uruoca	02	-	02	-	-
Total Micro II	06	-	06	-	02
MICROTERRITÓRIO III					
Acaraú	02	-	02	-	-
Cruz	02	-	02	-	02
Jijoca de Jericoacoara	02	02	02	-	-
Total Micro III	06	02	06	-	02
MICROTERRITÓRIO IV					
Bela Cruz	02	-	02	-	02
Marco	02	-	02	-	-
Morrinhos	02	-	02	-	-
Total Micro IV	06	-	06	-	02
Total Território	24	06	24	-	06

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará (2009).

Ainda é necessário investimento para o setor da infraestrutura cultural dos municípios do Território Litoral Extremo Oeste que, associados às manifestações populares existentes, sem dúvida, permitirá o resgate e a reprodução social da cultura local e territorial.

Quanto às potencialidades culturais, destacam-se:

9.2.1 Camocim

- Igreja Matriz Bom Jesus dos Navegantes: projeto original remonta ao início do século XX, sendo projetado pelo engenheiro José Privat, construída pelos jesuítas no começo do século XX, assentada no mesmo lugar onde já havia uma capela construída no século XIX;
- Mercado Público: localizado na Praça Pinto Martins;
- Terminal de Turismo e Lazer: freqüentado pelos moradores, conta com várias instalações;
- Praça São Francisco: sedia a Igreja de São Francisco;
- Estação Ferroviária: localizada na Praça Murilo Aguiar, construída no século XX, é um importante patrimônio histórico, atualmente é a sede da Prefeitura de Camocim.

9.2.2 Chaval

- Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua
- Mercado Público
- Gruta de Nossa Senhora de Lourdes
- Pólo de Lazer Porto do Mosquito
- Pedra de Nossa Senhora Aparecida
- Regata de Canoas no Dia do Município
- Emancipação Política de Chaval (17 a 26 de novembro)
- Casa Paroquial e a casa do primeiro prefeito de Chaval
- Salinas de Chaval
- Obra de Tadeu Durval (cordelista) e de Washington Teles (poeta popular)

- Fachada – construída há 60 anos que se mantém original – da Escola de Ensino Médio Monsenhor José Carneiro da Cunha

9.2.3 Acaraú:

- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
- Casa do Padre Antonio Tomaz
- Carnaval
- Largo do Poeta
- Ponte sob o braço do rio Acaraú (*fenômeno natural da maior praia seca do mundo*)

9.2.4 Barroquinha:

- Igreja Matriz de Santa Adelaide

9.2.5 Bela Cruz:

- Igreja Nossa Senhora da Assunção
- Casa da Cultura

9.2.6 Morrinhos:

- Praça da Igreja Matriz
- Monte Gargano
- Festividades: Competição de Quadrilhas Juninas do Território Litoral Extremo Oeste, Natal Cultural, Missa do Galo, Grupo de Reisados do Chico Faustino.

9.3 Comunidades Tradicionais

9.3.1 Índios

No Ceará, existem mais de 100 comunidades litorâneas ao longo dos 573 km de costa, além de inúmeras comunidades costeiras mais interioranas. A formação dessas comunidades teve sua origem com a ocupação europeia do território cearense. Antes dos europeus aqui chegarem, havia cerca de 20 povos indígenas, que se dividiam em incontáveis tribos.

No Território Litoral Extremo Oeste, desde remotos tempos da catequização jesuítica, havia muitos índios que desenvolviam atividades de agricultura de subsistência, pesca e caça. O legado cultural desses povos é de suma importância, pois se trata da história da constituição de uma etnia.

No Território, existem 02 (duas) comunidades indígenas localizadas no município de Acaraú, mais particularmente, nas comunidades de Queimadas e Córrego das Telhas.

A comunidade de Queimadas é composta por 36 famílias, sendo 98 homens e 80 mulheres, totalizando 178 habitantes. Em se tratando dos níveis escolares, a população se divide em:

- Analfabetos: 31.
- Educação Infantil: 19.
- Ensino Fundamental I: 64.
- Ensino Fundamental II: 23.
- Ensino Médio: 08.
- EJA: 09.

Do total das casas das famílias, 15 são de alvenaria e 21 são de taipa, isto é, são feitas de barro com estuque de madeira.

Já a comunidade Córrego das Telhas, também localizada em Acaraú, é formada por 30 famílias, sendo 62 homens e 72 mulheres, totalizando 134 pessoas. Partindo de fontes primárias, verificou-se que existem 37 crianças; 31 adolescentes; 56 adultos; 10 idosos.

No que se trata dos níveis escolares, a população se divide em:

- Analfabetos: 28.

- Educação Infantil: 11.
- Ensino Fundamental I: 49.
- Ensino Fundamental II: 33.
- Ensino Médio: 10.
- EJA: 03.

Das principais atividades geradoras de renda, sobressaem: agricultura (30), agente comunitário de saúde (01), aposentadorias (09), professores (03), auxiliar de serviços gerais (01), etc.. A moradia dessas famílias é precária, apesar de que há mais casas de alvenaria (18) que de taipa (09).

9.3.2 Quilombolas

Apesar da inexistência de registro, nas oficinas com os comitês de educação e cultura estes indicaram a existência de descendentes de comunidades quilombolas. Com isso, é de significativa relevância o resgate da identidade sociocultural desse povo.

O Plano Diretor de Cruz identificou um grupo com características de comunidades quilombolas na comunidade de Caiçara de Baixo provenientes de Morrinhos e de municípios pernambucanos. Já em Morrinhos, a comunidade de Junco Manso está em processo de auto-reconhecimento.

9.3.4 Pescadores

Os pescadores se constituem em um importante grupo tradicional. A pesca é desenvolvida nos municípios do Território se destacando como uma atividade geradora de renda e trabalho.

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL DO TERRITÓRIO LITORAL EXTREMO OESTE

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
Análise do Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência em alguns municípios de escolas voltadas às artes musicais 2. Infraestrutura destinada à cultura e ao lazer 3. Presença de construções antigas que contribuem para o resgate da História do Território 4. Realização de eventos esportivos, religiosos e culturais 5. Realização dos jogos entre comunidades quilombolas 6. Maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na representação política em movimentos sociais e ONGs 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa qualidade do ensino básico 2. Número reduzido de matrículas na educação infantil, sobretudo em creches 3. Necessidade de equipamentos de apoio didático que visem contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, como: bibliotecas, salas de multimeios, laboratórios de ciências e informática e refeitórios 4. Carência de escolas de ensino médio na zona rural 5. Evasão escolar 6. Infraestrutura de lazer e de ensino é de má qualidade 7. Falta aplicação da metodologia contextualizada para as escolas do campo (rurais) 8. Presença de substâncias ilícitas (drogas) e violência nas escolas 9. Ausência de equipes interdisciplinares nas escolas de ensino médio (sociólogos, psicólogos, fonoaudiólogos, etc.) 10. Má qualificação do corpo docente e baixa remuneração salarial 11. Escolas despreparadas para ofertar educação infantil em tempo integral 12. Escolas não oferecem condições de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais 13. Currículos escolares não estão bem articulados com a realidade rural 14. Baixa articulação entre a sociedade civil e o Poder Público nos municípios que compõem o Território 15. Carência de ensino universitário e

ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
	<p>técnico</p> <p>16. Frágil intercâmbio de jovens de comunidades tradicionais, principalmente quilombola</p> <p>17. Inexistência de comitês de mulheres, jovens e de comunidades tradicionais</p> <p>18. Reorganização e fortalecimento dos grupos LGBTT</p> <p>19. Extinção da escola rural agrícola de Pacatuba</p> <p>20. Carência de creches</p> <p>21. Pouco apoio às manifestações culturais das comunidades tradicionais</p> <p>22. Ausência de planos de cargos, carreiras e salários para os profissionais do magistério</p> <p>23. Inexistência de órgãos gestores de políticas culturais</p> <p>24. Pouca participação de atores sociais (locais) na implementação de políticas culturais</p>
Análise do Ambiente Externo	
Ameaças	Oportunidades
<p>1. Ineficiência da segurança pública não atende as reais necessidades da população em termos de contingente de policiais, equipamentos, capacitação profissional e observância da legislação pertinente</p> <p>2. Forte presença do tráfico de drogas nas escolas</p> <p>3. Influência negativa da mídia na formação dos jovens (Rádio, TV, Internet)</p>	<p>1. Decreto Nº 7.352, de 04/11/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o PRONERA</p> <p>2. Existência de programas governamentais de apoio à educação</p> <p>3. Organizações nacionais e internacionais voltadas ao fortalecimento do ensino e preservação do patrimônio histórico e cultural</p> <p>4. Iniciativas de prevenção ao uso de substâncias ilícitas (drogas)</p>

Quadro 14- Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Sociocultural Educacional

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Ações Sociais, Saúde, Saneamento e Acesso à Água, Educação e Cultura do Território do Litoral Extremo Oeste, 2010.

Parte II b
DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico da Dimensão Ambiental traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços ambientais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

O Território Litoral Extremo Oeste compreende uma área de 8.666,728 km², estando localizado na região Noroeste do Estado do Ceará e compreendendo, de acordo com as recomendações para definição de territórios, doze municípios, sendo distribuídos em quatro micros territórios. O micro território I abrangendo os municípios de Chaval, Barroquinha e Camocim, o micro território II que abrange os municípios de Granja, Martinópolis e Uruoca, o micro território III abrangendo os municípios de Acaraú, Cruz e Jijoca e por fim o Micro território IV abrangendo os municípios de Marco, Bela Cruz e Morrinhos.

Tais características geográficas privilegiam o território para o desenvolvimento de atividades como o setor pesqueiro e setor aquícola, bem como para implantação de complexos turísticos. Esses interesses econômicos geram conflitos agroambientais, tal como vêm ocorrendo entre as aqüiculturas da região e os pescadores artesanais e bem como conflitos do âmbito da especulação imobiliária, que vêm avançando em áreas preservadas, e áreas habitadas por populações tradicionais.

O Território Litoral Extremo Oeste possui uma riqueza paisagística e devido ao seu valor ambiental tem atraído interesse de diversos setores empresariais, o que tornou a região um pólo turístico. Os habitantes do território demonstram um interesse em preservar tal riqueza, pois existe uma demanda dos mesmos pela criação de novas reservas de proteção e já existem muitas unidades de conservação criadas, tanto de caráter nacional, estadual,

quanto municipal. Há no território, um levantamento da fauna e flora através de estudos realizados pela Universidade Federal do Ceará e outras entidades do governo, como a SEMACE.

A discussão ambiental vem se tornando uma freqüente dentro do território, devido às preocupações que tais conflitos têm desencadeado e da preocupação pela preservação da fauna, flora e áreas de interesses paisagísticos.

O território apresenta como clima predominante o Tropical quente semi-árido com vegetação característica de zonas costeiras, ou seja, com predominância de dunas e mangue na foz dos rios, nas cidades localizadas mais ao interior encontramos caatinga arbustiva aberta e densa e tabuleiros costeiros.

O território apresenta diversas lagoas, riachos e rios, mas um dos principais é o Rio Acaraú.

11.1 Unidades de Conservação por Grupo

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção integral e Unidades de Uso Sustentável. As unidades de Proteção integral são compostas pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular de Patrimônio Natural.

O território apresenta Unidades de Conservação dos dois grupos criados pela SNUC.

No território pode ser apontado como Unidade de Proteção Integral o Parque Nacional de Jericoacoara. Este foi criado através da portaria Nº 159 de 24 de Dezembro de 2002, a partir da recategorização parcial da Área de Proteção Ambiental criada em 1984, e teve seus limites redefinidos em junho de 2007. O objetivo é proteger amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar pesquisa científica, educação e interpretação ambiental e turismo ecológico.

O parque apresenta como representante de sua fauna aquática, o cavalo marinho, que está listado na categoria vulnerável, da lista vermelha de Espécies ameaçadas de extinção da União Internacional para a conservação da natureza (IUCN, 2010).

O Parque Nacional é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A gestão da unidade é participativa junto às comunidades do entorno. Possui um Conselho Consultivo composto por representações da sociedade civil organizada, e instituições governamentais, de forma paritária.

O Parque oferece um considerável e admirável potencial turístico, porém não se pode perder de vista o predomínio do empresariado hoteleiro presente na praia.

Há ainda o Parque Estadual das Carnaúbas, localizado nos municípios de Granja e Viçosa do Ceará, com 10.005 hectares, onde 70% da sua área corresponde ao Bioma caatinga, 30% do bioma cerrado onde há pequena parte de vegetação com savana. Na reserva são encontradas espécies raras tais como Macaco Guaribe, gato maracajá, pintassilgo, beija-flor, siriema, gato pintado, gato peludo, onça e o coati, que já se encontra em extinção. Além dos animais, foram constatadas espécies endêmicas na flora do parque, que não existem em nenhum outro lugar do mundo, como a velociacea orquídeas de várias espécies, como a “Canela-de-Ema”. Destaca-se ainda a rara planta carnívora, chamada Drosera, e a libélula de cor azul (SEMACE, 2006).

Apresenta ainda unidades de conservação de Uso Sustentável tais como:

A APA da Lagoa do Jijoca com 3.995,61 hectares que se localiza entre os municípios de Cruz e Jijoca de Jericoacoara sendo administrada pela SEMACE, a mesma foi criada pelo decreto N°25.975 de 10 de Agosto de 2000, a justificativa para criação de tal área foi à decorrência de peculiaridades que tornam a lagoa um refúgio biológico de grande valor, além de constituir-se um ambiente dotado de um equilíbrio ecológico bastante frágil. A Lagoa de Jijoca é formada pelo barramento dos Córregos do Paraguai e do Mourão o que se deu em face da migração de dunas móveis que ocorrem na planície costeira. A vegetação local é diversificada, desde espécies de gramíneas até componentes arbóreos ou arbustivos, conforme localização na faixa praial, dunas fixas e semi-fixas, tabuleiros pré-litorâneos ou a mata ciliar da lagoa. As formações vegetais dos tabuleiros são caracterizadas por espécies arbóreo-arbustivas, que variam de 2 a 4 metros de altura. Esse tipo de vegetação começa a surgir logo após o complexo dunar em direção ao continente e se sustenta nos sedimentos da formação de barreiras (SEMACE, 2010).

Dentre as diferentes espécies animais, as aves são as que se apresentam mais diversificadas, apesar da existência de várias espécies de mamíferos e répteis. Na fauna aquática da lagoa, há uma diferenciação que se deve ao tipo de ambiente. Entre os invertebrados encontram-se os moluscos e os crustáceos e entre os vertebrados, existem pequenos peixes, dentre eles algumas espécies estuarinas de origem marinha, como as tainhas e o camurupim (SEMACE, 2010).

Ainda existe a APA do Delta do Parnaíba, localizado no município de Barroquinha, com 2.806,2616 hectares, é caracterizado por apresentar o bioma litorâneo, bem como floresta Atlântica e Cerrado. Esta reserva foi criada para proteção dos Rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar, bem como a proteção dos recursos hídricos, melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais, fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental e preservar as culturas e as tradições locais. A unidade foi criada por solicitação de ambientalistas e ecologistas visando proteger o ecossistema costeiro formado por mangues, dunas e restingas. É uma importante área da zona costeira brasileira por formar o único delta em

mar aberto das Américas, com mais de 75 ilhas e ser um santuário de reprodução de diversas espécies de peixes, caranguejos, lagostas e camarões. A unidade protege também estuários onde se reproduzem o peixe-boi marinho. As espécies mais comuns são a onça-pintada, gato maracajá, veado mateiro, guaxinim, raposa, gambá, tatu, paca, jacaré, sucuri, cavalo marinho, garças brancas e parda, guará, socós, galinha d'água, pato selvagem, marrecos, putrião e caranguejo-uçá (VIA RURAL, 2010).

A APA de proteção Ambiental da Praia de Maceió foi criada pela lei Municipal nº629/97 de 19/12/97. Possui uma área de 1.374,1 ha. Localiza-se no litoral oeste do Município de Camocim a 369 km de Fortaleza. O mesmo é composto pelos biomas Costeiro e Complexo Vegetacional Litorâneo.

No território encontra-se ainda a Praia da Tatajuba localizada no lado oeste do município de Camocim, entre Camocim e Jericoacoara, é um dos mais belos paraísos tropicais do Nordeste. É cercada por dunas brancas, coqueiros e vastos manguezais. Possui uma das dunas mais altas do litoral cearense, o Morro Branco. A praia faz parte de uma grande área de preservação ambiental a APA da Tatajuba, localizado no município de Camocim, com 3.775 hectares. Foi criada pela Lei Municipal N°. 559/94.

Em seu ambiente apresenta-se o ecossistema Costeiro a comunidade vive integrada a este ambiente através de seus modos de vida desde o século XIX. Vivem basicamente da pesca, da agricultura e da criação de pequenos animais. Em função das condições de vento e movimentação das areias, são comuns as migrações entre os moradores que sempre procuraram se adequar a esta realidade, fixando-se nos lugares temporariamente mais protegidos. Tatajuba fica às margens da foz do lago grande. Em toda região, há predomínio de dunas que, aliás, já soterraram a vila original (Velha Tatajuba). Também existe no território, o Parque Ecológico de Acaraú criado pela Lei Municipal N° 877/98 de 06 de Março de 1998, localizado no município de Acaraú, composto pelo ecossistema Costeiro/Complexo Vegetacional Litorâneo, o mesmo é gerenciado pelo próprio município.

11.2 Áreas Prioritárias para a Conservação

O território apresenta muitas áreas que por lei devêm ser protegidas, como ocorre com as matas ciliares que exercem um papel fundamental na proteção dos rios, funcionando como uma esponja. A Mata Ciliar não só protege os rios como evita o ressecamento do solo, a erosão e o desbarrancamento, mas também preserva a flora e a fauna que habitam estas áreas, contribuindo para evitar o desaparecimento de espécies. A Mata Ciliar é protegida pela Lei 4.771, Novo Código Florestal. Segundo esta lei, a área de proteção das margens dos rios, varia de acordo com a largura do mesmo. Para rios com 10 metros de largura, a lei estabelece uma área de proteção de 30 metros para cada margem. Para rios que possuem entre 10 e 50 metros de largura, a lei determina 50 metros de área protegida para cada margem. Para rios que possuem de 50 a 200 metros de largura a área protegida deve ser de 100 metros. Para rios com largura entre 200 a 600 metros a área da margem a ser protegida é de 200 metros e para rios com largura superior a 600 metros a faixa de proteção é de 500 metros para cada margem.

As matas ciliares do território estão quase que completamente extintas, tal ação antrópica de degradação vem ocasionando o assoreamento dos rios. É comum a retirada de areia dos leitos dos mesmos para a construção civil, bem como a prática regular da utilização das margens para pastoreio de animais. Próximo às cidades as margens são habitadas por casas que também não respeitam a área proteção permanente.

Podemos ainda observar como patrimônio natural o estuário do Rio Coreau que possui belos manguezais e diversas ilhas, que se estendem por cerca de 20 km. Nos passeios de barco, podemos vislumbrar, entre os manguezais, caranguejos e aves marinhas, além da beleza das salinas. Tal região necessita ser preservada.

As áreas de Preservação Permanente devem ser mantidas para conservação do equilíbrio natural, principalmente as áreas de mangues que servem como berçários naturais de diversas espécies marinhas.

11.3 Terras Indígenas

As comunidades indígenas entram como áreas prioritárias para preservação devido à riqueza cultural que apresentam.

No Território Litoral Extremo Oeste há duas comunidades indígenas localizadas no município de Acaraú: a Comunidade Indígena de Queimadas e a Comunidade Indígena de córrego das telhas.

A comunidade Indígena de Queimadas localiza-se no município de Acaraú. A mesma possui um total de 36 famílias, sendo compostas de 98 homens e 80 mulheres, aproximadamente 178 pessoas. A mesma encontra-se em fase de estudo para reconhecimento pela FUNAI.

Outra Comunidade Indígena do Território é a do Córrego das Telhas que já possui suas terras regularizadas pela FUNAI, também no município de Acaraú. Assim, como a maior parte, as aldeias indígenas sofreram muito com a invasão, tanto de suas terras como de sua cultura, estando à mesma em um trabalho de resgate. A comunidade possui no total 30 famílias, com 62 homens e 72 mulheres, num total de 134 pessoas.

11.4 Comunidades remanescentes de Quilombolas

As comunidades quilombolas são protegidas pelo decreto N° 4.887 de 20 de Novembro de 2003. Tal legislação decreta os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombolas.

O litoral Extremo Oeste não possui comunidades quilombolas registradas. Contudo, mesmo que na informalidade, registramos povos de origem quilombola.

No limite da APA da lagoa de Jijoca existe uma comunidade de pescadores com descendência quilombola. Existe, portanto, a necessidade de um resgate de identidade deste povo.

11.5 Populações tradicionais identificadas no território

O Litoral Extremo Oeste tem como um dos seus principais produtos de economia, a pesca e a aqüicultura. Por isto registramos a existência de algumas comunidades de pescadores. Estas comunidades estão organizadas em associações, colônias e sindicatos

Inseridas nos limites da APA da Lagoa de Jijoca existem dezoito comunidades que sobrevivem diretamente da utilização de seus recursos naturais, basicamente da pesca e da agricultura de subsistência, quais sejam: As Comunidades de Chapadinha, Jijoca dos Lula, Corquinho, Castelhana, Monteiro, Córrego dos Ana, Lagoa do Meio, Córrego das Panelas, Córrego dos Teixeira, Santo Stevam, Paraguai, Santa Rosa, Baixio, Córrego do Mourão, Córrego do Urubu, Coqueiros, Jijoca dos Bento e Caiçara (SEMACE, 2010).

Segunda dados primários a especulação imobiliária vem avançando nas terras habitadas por tais comunidades, bem como a extração de minérios também o faz.

No entanto, vale salientar que a SEMACE vem apoiando tais comunidades e que a mesma tem atuado bastante na região. O Instituto Chico Mendes é outro órgão atuante na região devido à presença da UC de Jericoacoara.

O IBAMA também apresenta fiscalização na região, principalmente no que tange a apetrechos de pesca e período de defeso. Vale no entanto salientar que tais órgãos apresentam um déficit de pessoal contratado o que facilita as ações de degradação.

Tais pescadores no período de defeso recebem o seguro e requisitam o defeso também do caranguejo-uçá que já se encontra em fase de extinção.

11.6 Biomas

O território é formado por muitas dunas fixas e móveis, lagunas, falésias, mangues, lagoas permanentes e lagoas interdunares¹, que em algumas

¹ Entre dunas;

épocas do ano se ligam ao mar. O território ainda apresenta o bioma caatinga em algumas zonas.

Os manguezais ou mangues são biomas litorâneos bastante característicos da região, o mesmo apresenta um solo lodoso e salgado. Encontram-se juntos a desembocaduras de rios e em litorais protegidos da ação direta do mar, tais como baías de águas paradas ou litorais guarnecidos por diques de areia. Durante a maré cheia, o solo do mangue fica coberto por água salobra. (IESAMBI, *on line*, 2010).

Os manguezais se estendem por toda a costa brasileira, com interrupção nas regiões de litoral rochoso. Os Manguezais não se restringem estritamente à orla marítima, mas podem penetrar vários quilômetros no continente, seguindo o curso dos rios cujas águas se misturam com o mar durante as marés cheias. A distribuição tão ampla dos manguezais, em estados do norte e do sul, mostra que esse bioma é pouco afetado pelo clima, e suas características se devem predominantemente a fatores edáficos, isto é, relativos ao solo. (IESAMBI, *on line* , 2010).

Pelo fato de estar constantemente salgado, o solo do mangue é pobre em gás oxigênio, o que determina a sobrevivência apenas de bactérias anaeróbicas produtoras de gás sulfídrico, que lhe confere um cheiro característico. Não há vegetação rasteira nos manguezais, e são poucas plantas epífitas presentes, entre elas algumas orquídeas e bromeliáceas. O *Rhizophora mangle* é um arbusto facilmente identificado por suas raízes de formato arqueado, que apóiam a planta no chão, aumentando sua área de sustentação, uma nítida adaptação ao solo pouco firme do manguezal. A *Avicennia tomentosa*, popularmente chamada "siriúba", ocorre mais freqüentemente nos manguezais próximos à orla marítima. Sua principal característica é apresentar raízes cujas extremidades afloram perpendicularmente ao solo, os pneumatóforos. (IESAMBI, *on line* ,2010).

Outra adaptação curiosa das plantas do manguezal é o alto potencial osmótico de suas células, muito maior do que o das células de plantas que vivem em outras regiões. Nos manguezais vivem diversas espécies de caranguejos e moluscos. Também são encontradas aves aquáticas, entre as quais garças e diversas espécies de pássaros (IESAMBI, *on line* 2010).

As restingas são ecossistemas costeiros presentes no território, e são fisicamente determinados pelas condições edáficas (solos) e pela influência marinha, possuindo origem sedimentar recente, sendo que as espécies que aí vivem possuem mecanismos para suportar os fatores físicos dominantes como a salinidade, extremos de temperatura, forte presença de ventos, escassez de água, solo instável, insolação forte e direta, dentre outros. Nas dunas das praias, a vegetação é formada principalmente por plantas herbáceas com caules longos e flexíveis que se transformam em árvores cada vez mais altas à medida que se afasta do mar. As espécies mais comuns são: A Clúsia, a Caixeta, o Algodoeiro-da-praia, a Taboa, a Sepetiba, a Pitanga, a Figueira, o Angelim, o Murici, a Açucena, a Coroa-de-frade, a Orquídea, a Bromélia e a Massarandubinha. Encontramos aí várias espécies de aves migratórias como: flamingos, maçaricos e batuíras. Também é habitada pelo: Caranguejo, Besourinho-da-praia, Gavião-de-Coleira, Lagarto-branco-da-areia, Gafanhoto-grande, Caramujo terrestre, Sabiá-da-praia, Tiê-Sangue, Perereca, Jacaré-de-papo-amarelo, Pato-do-mato e o Mico-leão-dourado (Trilhas, *on line* 2010).

A caatinga também está presente no Território Litoral Extremo Oeste, esse tipo de formação vegetal tem características bem definidas: árvores baixas e arbustos que, em geral perdem as folhas na estação das secas (caducifólias), além de muitas cactáceas. O aspecto geral da vegetação, na seca, é de uma mata espinhosa e agreste. As plantas da caatinga possuem adaptações ao clima, tais como folhas transformadas em espinhos, cutículas altamente impermeáveis, caules suculentos etc. Todas essas adaptações lhes conferem um aspecto característico denominado xeromorfismo (do grego *xeros*, seco, e *morphos*, forma, aspecto).

Duas adaptações importantes à vida das plantas nas caatingas são a perda das folhas na estação seca e a presença de sistemas de raízes bem desenvolvidos. A perda das folhas é uma adaptação para reduzir a perda de água por transpiração. Raízes bem desenvolvidas aumentam a capacidade de obter água do solo.

Algumas poucas espécies da caatinga não perdem as folhas na época da seca. Entre essas se destaca o juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), uma das plantas mais típicas desse bioma. Ao caírem às primeiras chuvas no fim do

ano, a caatinga perde seu aspecto rude e torna-se rapidamente verde e florida. Além de cactáceas, como *Cereus* (mandacaru e facheiro) e *Pilocereu* (xiquexique), a caatinga também apresenta muitas leguminosas (mimosa, acácia, imburana etc.) (ISEAMBI, *on line*, 2010).

11.7 Características Geoclimáticas

O Litoral Extremo Oeste é caracterizado por duas estações distintas: uma chuvosa que ocorre no período do verão e outra seca. A precipitação média anual é da ordem de 1.000 mm, sendo que de janeiro a abril se concentram 80% das chuvas. A temperatura média anual fica entre 26°C e 28°C. São apresentadas na Tabela 27 as variações climáticas, tais como: pluviosidade média, temperatura média de acordo com cada micro-território, que formam o Território do Litoral Extremo Oeste.

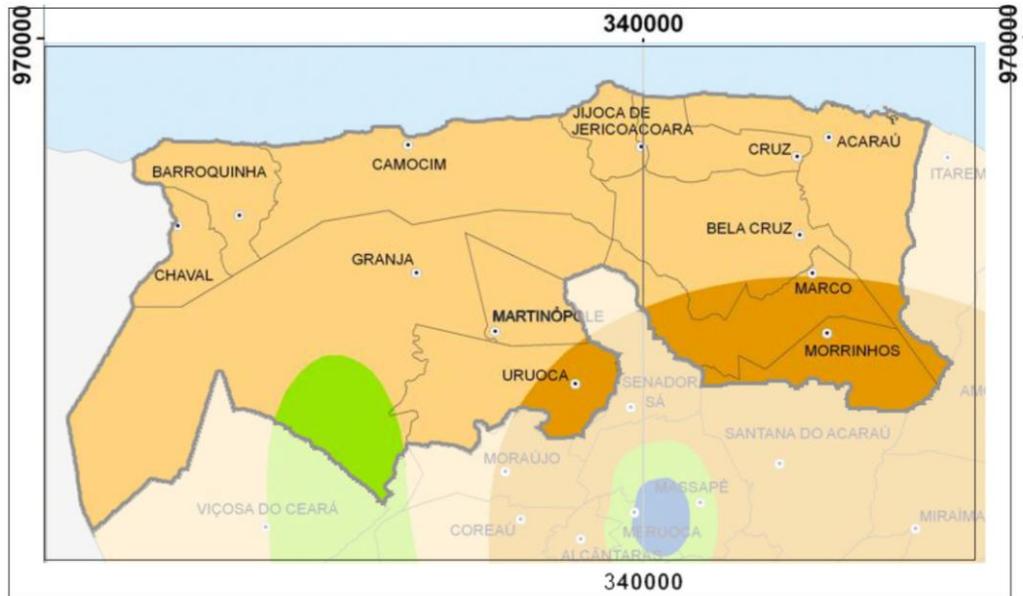
Tabela 27 - Dados climáticos do território

MICRO-TERRITÓRIO I	TEMPERATURA MÉDIA (°C)	PLUVIOSIDADE MÉDIA (mm)	ALTITUDE (m)	PERIODO CHUVOSO
Chaval	26° a 28°	1.030	11,91	Janeiro a maio
Barroquinha		1.030	94,0	
Camocim		1.013	8,09	
MICRO-TERRITÓRIO II	TEMPERATURA MÉDIA (°C)	PLUVIOSIDADE MÉDIA (mm)	ALTITUDE (m)	PERIODO CHUVOSO
Granja	26° a 28°	1.071	10,55	Janeiro a maio
Martinópolis		1.234,6	65,0	Janeiro a maio
Uruoca		926	81,0	Janeiro a Abril
MICRO-TERRITÓRIO III	TEMPERATURA MÉDIA (°C)	PLUVIOSIDADE MÉDIA (mm)	ALTITUDE (m)	PERIODO CHUVOSO
Acaraú	26° a 28°	782,9	13	Janeiro a abril
Cruz	26° a 28°	1.093	18	Janeiro a maio
Jijoca de Jericoacoara	26° a 28°	826,8	22	Janeiro a maio
MICRO-TERRITÓRIO IV	TEMPERATURA MÉDIA (°C)	PLUVIOSIDADE MÉDIA (mm)	ALTITUDE (m)	PERIODO CHUVOSO
Marco	26° a 28°	992	20	Fevereiro a abril
Bela Cruz	26° a 28°	1.093	9	Fevereiro a abril
Morrinhos	26° a 28°	985	35	Janeiro a maio

Fonte: IPECE, 2008.

Os principais tipos de clima presentes no território estão representados a seguir na Figura 8, e identificados como: Tropical Semiárido brando, na maioria do Território, Tropical Quente Semiárido, Tropical Quente Subúmido, e os outros dois muito esporádicos: Tropical Quente úmido e Subquente úmido.

Ceará Território Litoral Extremo Oeste Tipos Climáticos



Localização no Estado



Legendas



Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 8: Representação gráfica do Mapa do Território Litoral Extremo Oeste apresentando os principais tipos de clima
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

11.8 Características Geomorfológicas

As unidades geomorfológicas que compõem o território são os Tabuleiros Pré-Litorâneos, Planície Litorânea e Depressão Sertaneja. A Figura 9 apresenta as principais feições encontradas no território.

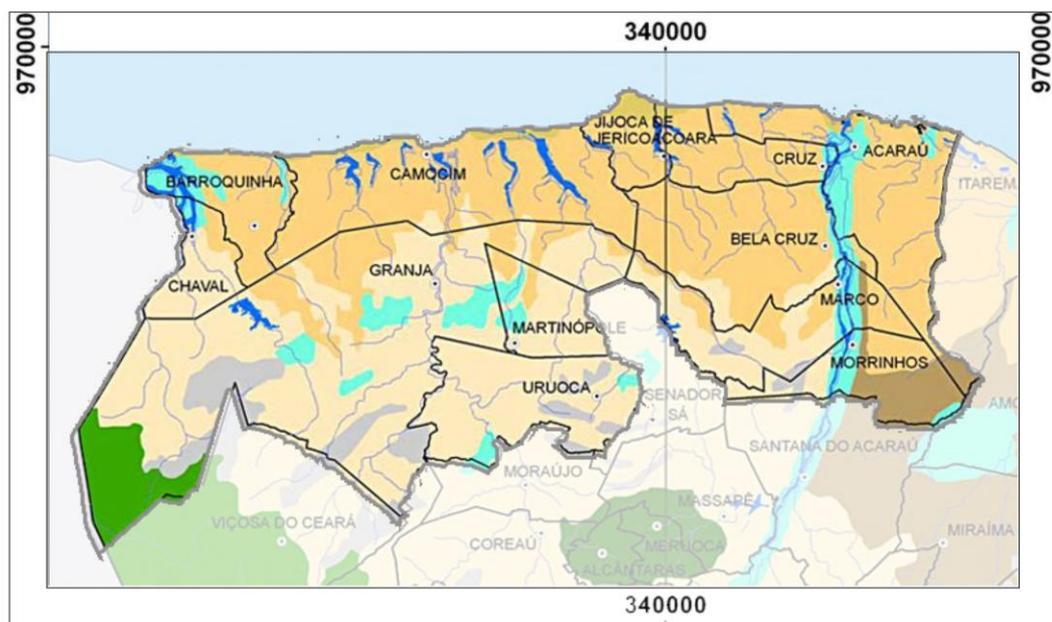
Tabuleiros Pré-Litorâneos constituem a unidade morfológica mais expressiva da área. Trata-se de uma superfície plana com caimento suave em direção a linha da costa. A formação barreiras é composta litologicamente por sedimentos areno-argilosos, de coloração cinza-clara, avermelhada, creme ou amarelada, com granulação variando de fina a média (Monteiro, 2001).

A falésia é um ressalto do tabuleiro que ao sofrer o processo de abrasão recua em direção ao continente ampliando a superfície erodida pelas ondas que é chamada terraço de abrasão. Os sedimentos erodidos são depositados em águas mais profundas e constituem o terraço de construção marinha. Entre o terraço de abrasão e o terraço de construção marinha forma-se um plano de inclinação suave chamado de zona de ação das ressacas e da deriva litorânea (Monteiro, 2001).

A planície Litorânea é caracterizada por apresentar uma drenagem sinuosa de canais largos, dunas que formam cordões quase contínuos ao longo da costa, com notável paralelismo entre si, abrangendo uma faixa em tornos de 2,5 km de largura. Nestas áreas foram identificadas tanto dunas móveis como fixas. (DINIZ et al, 2008).

A Depressão Sertaneja abrange ampla superfície caracterizada por altitudes baixas a médias, onde predominam rochas do embasamento cristalino e solos de pouco a moderadamente desenvolvidos assim como formações vegetacionais diversas, com predomínio das caatingas. O relevo é constituído por uma topografia plana à suavemente inclinada. Esta feição caracteriza a área parcialmente instável, está sujeita as inundações periódicas por ocasião do transbordamento dos leitos naturais dos rios da região. (Diniz et al, 2008).

Ceará Território Litoral Extremo Oeste Compartimentação Geoambiental



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Corpos d' água
- Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Araripe
- Glaciais de acumulação
- Planalto da Ibiapaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental Ibiapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré litorâneo
- Sertão sul ocidental

Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 9: Representação gráfica do mapa do território do Litoral Extremo Oeste apresentando a compartimentação geoambiental

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

11.9 Características Hidrológicas

A cobertura hídrica do Território do Litoral Extremo Oeste alguns municípios apresentam-se banhados pela bacia hidrográfica do rio Acaraú, Coreaú e pelo Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú que merece destaque entre os recursos hídricos disponíveis, além de outros pequenos açudes e lagos.

É possível verificar também no Litoral Extremo Oeste a distribuição da população de acordo com os recursos hídricos existentes. O mesmo é drenado pelas seguintes bacias hidrográficas:

A Bacia do Acaraú compreendendo uma área de 14.500 Km², cercada de 10% da área total do estado e é formada pelo rio do mesmo nome e seus afluentes. É considerada a segunda maior bacia hidrográfica do Ceará. A nascente do rio Acaraú localiza-se na serra da Mata, no município de Monsenhor Tabosa.

Pode-se observar que existem empreendimentos aquícolas instalados dentro das áreas de mangue, e mesmo que tais empreendimentos sigam todas as resoluções e normas legais, as mesmas durante a implantação da área física do projeto já impactam o meio ambiente. Portanto, para que não ocorra um conflito entre aquícultores e os habitantes do entorno das mesmas, faz-se necessário uma divulgação de como tais empresas conseguiram seus licenciamentos, que produtos utilizam dentro do empreendimento para manutenção das instalações e viveiros, e como é feito o tratamento de limpeza da água e dos tanques. Pois existe uma incredulidade por parte dos habitantes de como tais empreendimentos são mantidos e isso pode gerar um conflito desnecessário. Caso, tais empresas hajam dentro da legalidade e haja um conhecimento de suas ações por parte da população, o setor ficaria com uma credulidade maior perante os ambientalistas.

O Quadro 15 apresenta dados sobre as unidades que compõe a paisagem, os afluentes litorâneos que desembocam na Bacia do Rio Acaraú, sobre o uso e ocupação do solo nas proximidades do Rio. O quadro também apresenta os dados sobre as principais ameaças ambientais.

Unidade da Paisagem	Principais Feições Paisagísticas	Afluentes Litorâneos	Uso e Ocupação do Solo	Principais Impactos Ambientais
Complexo estuarino do rio Acaraú	Manguezais, Salinas desativadas, Coqueirais, Carnaubais	Rio Cacimbas e o Córrego S. Félix	Porto, Salinas, Agropecuária, Coqueiral, Pesca	Carcinoculturas ilegais, Poluição hídrica, Desmatamento, Assoreamento e Lixões.

Quadro 15: Aspectos geoecológicos do estuário do rio Acaraú

Fonte: Adaptado de Edson Vicente da Silva. (IBAMA, 2005).

O uso e a ocupação dos municípios do território que ficam ao longo do rio Acaraú, na sua maioria, são feitas por pequenos proprietários. Nos últimos anos têm se observado um crescente número de pequenos latifundiários ligados à produção de coco, e também a ocupação com cultivos diversificados.

A agricultura comercial está representada pelo cultivo de coco, do beneficiamento da castanha de caju e cultivos de fruticulturas diversificadas. A cultura de fruticulturas diversificadas destina-se a abastecer o mercado externo e local. Na agricultura de subsistência em sua grande parte, ainda se conservam as influências nativas, como as roças de milho, mandioca, abóbora, melancia, feijão e macaxeira, geralmente para consumo, com baixos rendimentos, e pouca entrada no circuito de comercialização.

A bacia hidrográfica do rio Coreaú, drena uma área de 10500 Km² e engloba, além dela própria, algumas pequenas bacias que deságuam diretamente no Atlântico, dentre as quais se destacam a dos rios Timonha, Remédio, Pesqueira e a do riacho Parazinho. O Coreaú, rio mais importante da bacia, tem suas nascentes localizadas no planalto da Ibiapaba. Em seu baixo curso, na faixa costeira, existem inúmeras lagoas e lagoas de expressiva beleza. Vários são os açudes construídos na bacia, destacando-se o Gangorra e o Angicos. Grande parcela da demanda da água da região, voltada principalmente para o abastecimento humano, é atendida por lagoas, sendo as principais: a Grande, da Moréia, do Boqueirão e Jijoca.

O território apresenta uma infraestrutura diversificada que compreende: perímetro irrigado, poços profundos, barragens convencionais e barragens subterrâneas, cisternas de placa e cisternas calçadão, ligações de água nos domicílios rurais e urbanos e açudes. As tabelas 28, 29 e 30 mostram dados sobre a infraestrutura hídrica do Litoral Extremo Oeste.

O Perímetro Irrigado Baixo-Acaraú está localizado na região norte do Estado do Ceará, no trecho final da bacia do Rio Acaraú, abrangendo áreas dos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco. A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1983, enquanto os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum, tiveram início no ano de 2001.

Quanto ao relevo da região este é razoavelmente suave. Os solos em geral são profundos, bem drenados, de textura média ou média/leve e muito permeáveis. A fonte hídrica do perímetro irrigado é através do Rio Acaraú, perenizado, no trecho, pelas águas dos Açudes Públicos Paulo Sarasate e Edson Queiroz. O perímetro irrigado produz, atualmente: abacaxi, banana, melão, melancia, feijão e milho. O sistema de irrigação utilizado no perímetro irrigado é por micro-aspersão (50% da área) e por gotejamento (50% da área).

Existe um Convênio PGE Nº. 50/98, celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e o Estado de Ceará, através da Secretaria da Agricultura Irrigada - SEAGRI, tendo como objetivo a transferência, ao Estado da Administração, Operação e Manutenção de toda a infra-estrutura de irrigação, de uso comum, do Perímetro Irrigado Baixo-Acaraú. A SEAGRI, através do Contrato de Nº. 190/01(Processo Nº. 01305340-0), atribui competência ao Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo-Acaraú–DIBAU, para administrar, operacionalizar e manter toda a infraestrutura de irrigação, de uso comum do perímetro, localizado nos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco, no Estado do Ceará, na conformidade do que foi regulamentado em bases legais (Lei orgânica 8.742,1993).

Tabela 28 - Poços profundos, barragens convencionais e barragens subterrâneas, cisternas de placa e cisternas calçadão, ligações de água nos domicílios rurais e urbanos, açudes, no Território Litoral Extremo Oeste

MICRO-TERRITÓRIO I	
Chaval	Açudes Novos e Itaúna (Coreaú), 2 adutoras e 11 poços
Barroquinha	1 adutora e 38 poços
MICRO-TERRITÓRIO II	
Granja	Açudes Gangorra, Chaval, Parazinho, Riachinho e 59 poços
Martinópolis	Açude Martinópole (bacia do rio Coreaú), 1 adutora e 44 poços
MICRO-TERRITÓRIO III	
Acaraú	Açude Olheiros (Acaraú) e 211 poços
Cruz	56 poços
MICRO-TERRITÓRIO IV	
Marco	Poços profundos: 47 unidades; açude: 01 denominado de açude Soares; cisternas de placas: 751; cobertura pelo Rio Acaraú;
Bela Cruz	Poços profundos: 46 unidades; não possui açudes; cisternas de placas: 580; cobertura pelo Rio Acaraú;
Morrinhos	Poços profundos: 34 unidades; não possui açudes; cisternas de placas: 550; cobertura pelo Rio Acaraú;

Fonte: municípios-cearenses/detalhamento, 2009

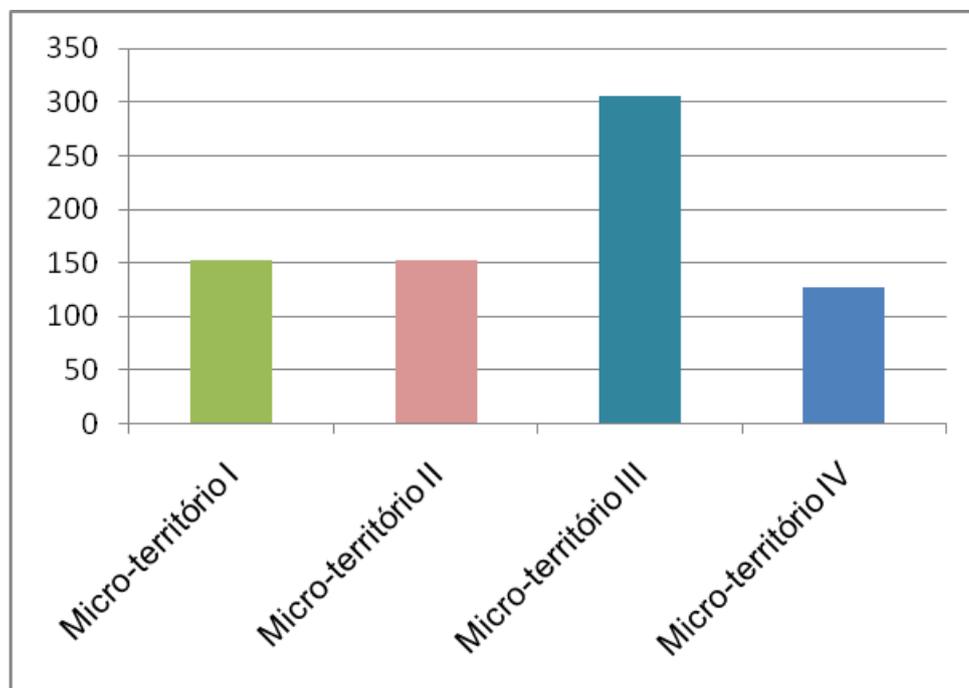


Figura 10: Quantidade de Poços profundos por Micro Território.

Fonte: municípios-cearenses/detalhamento.

Tabela 29 - Principais reservatórios encontrados no território

Municípios	Nome do Açude	Capacidade de Acumulação
Chaval	Itaúna	77.500.000
Granja	Gangorra	62.500.000
Martinópole	Martinópole	23.200.000
Uruoca	Premuoca	5.200.000

Fonte: SRH, 2009.

Vale salientar que o açude Premuoca, no município de Uruoca é monitorado pela COGERH porém não é utilizado para abastecimento humano devido à salinização de suas águas, a cidade é abastecida pelo rio Coreau através da CAGECE.

Outro Açude importante na região é o Tucunduba que tem parte de sua área localizada no município de Marco que abastece algumas comunidades do mesmo.

Tabela 30 - Características de Adutoras presentes no Território Litoral Extremo Oeste

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão	Vazão (km)	População beneficiada
Chaval Barroquinha	Chaval Barroquinha	Açude Itaúna	30,4	56	21937
Martinópole	Martinópole	Açude Martinópole	10,74	16	9678
Senador Sá Uruoca Jordão	Senador Sá Uruoca Jordão	Rio Coreau perenizado pelo Angicos	33,03	17,93	9625

Fonte: SRH, 2009

Tabela 31: Dados de % de domicílios com abastecimento de água e % de domicílios com esgotamento sanitário por município do Território Litoral Extremo Oeste.

Municípios	% Abastecimento de Água	% Esgotamento Sanitário
Chaval	78,5	0
Barroquinha	81,7	18,4
Camocim	98,3	37,3
Granja	59,9	0
Martinópole	91,2	0

Municípios	% Abastecimento de Água	% Esgotamento Sanitário
Uruoca	95,9	34,2
Acaraú	89,7	25,3
Cruz	81,0	0
Marco	88,8	5,7
Bela Cruz	95,6	0
Jijoca de Jericoacoara	100,0	8,2
Morrinhos	-	-

Fonte: Pacto das águas, 2009.

O projeto São José é um Programa de Combate à pobreza Rural. No caso da implantação de sistemas de abastecimento de água, as mesmas são fiscalizadas e executadas pela SOHIDRA. Existem mais de 1400 projetos que já foram realizados pela SOHIDRA dentro do projeto São José. (SOHIDRA, 2010). Tais obras levam a pequenas comunidades uma melhoria de vida e um resgate a dignidade de tais famílias rurais. A Tabela 32 apresenta um levantamento quantitativo dos projetos implantados por município e o número de famílias beneficiadas por tais projetos.

Tabela 32 - Obras de abastecimento do Projeto São José nos municípios do território.

Município	Nº de Obras	Nº de Famílias atendidas
Chaval	1	321
Barroquinha	-	-
Camocim	11	920
Granja	-	-
Martinópolis	2	70
Uruoca	1	53
Acaraú	12	498
Cruz	7	558
Marco	21	1202
Bela Cruz	4	399
Jijoca de Jericoacoara	1	114
Morrinhos	-	-

Fonte: SDA, julho de 2009

Tabela 33 - Participação municipal na etapa regional do Pacto das águas

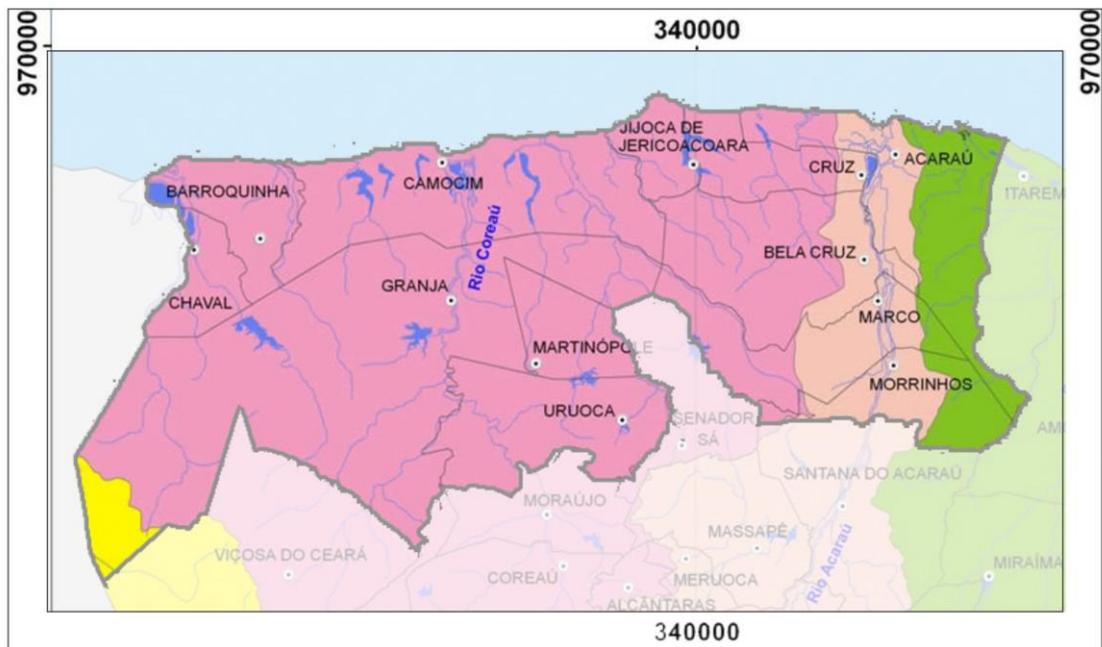
Municípios	Oficina Regional		Diálogo Municipal		Seminário Regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Chaval	02	02	-	-	-	-
Barroquinha	03	05	-	-	01	01
Camocim	10	21	24	38	11	18
Granja	06	07	-	75	04	04
Martinópolis	01	01	-	-	01	01
Uruoca	03	06	09	69	02	02
Acaraú	02	02	23	51	-	-
Cruz	-	-	31	45	05	05
Marco	-	-	-	-	-	-
Bela Cruz	-	-	14	33	04	05
Jijoca de Jericoacoara	03	04	29	53	08	08
Morrinhos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pacto das águas, 2009.

O comitê de bacias da região é composto 30% de usuários das águas, 30% sociedade civil, 20% poder público federal e estadual e 20% poder público municipal.

As bacias hidrográficas do Território Litoral Extremo Oeste estão representadas na Figura 11 a seguir.

Ceará Território Litoral Extremo Oeste Bacias Hidrográficas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
 - Drenagens
 - Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas**
- Acaraú
 - Alto Jaguaribe
 - Baixo Jaguaribe
 - Banabuiú
 - Coreaú
 - Curu
 - Litoral
 - Metropolitana
 - Médio Jaguaribe
 - Parnaíba
 - Salgado

Escala

50 0 50 km
PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 11: Representação gráfica do mapa das bacias Hidrográficas do Território
Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

11.10 Características Edafológicas (solos)

Os solos são conceituados como unidades naturais que sustentam as plantas, dotadas de propriedades e características singulares, cuja origem e evolução resultam, num determinado lugar, da ação conjugada do clima, organismos vivos, material de origem, relevo e tempo (SILVA, 2007).

Diante das condições de formação dos solos do Ceará, há uma variação dos tipos de solos aqui existentes, quanto as suas características e propriedades. O Quadro 16 apresenta os principais tipos de solo presentes no território.

Municípios	Relevo	Solo
Chaval	Glaciais pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares.	Solos Litólicos, Solos Indiscriminados de Mangue, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo, Solonchak
Barroquinha	Planície litorânea, Glacis pré-litorâneo em interflúvios tabulares.	Solonchak, Areias Quartzosas Marinhas, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo, Solos Indiscriminados de Mangue
Camocim	Planície litorânea e Tabuleiros pré-litorâneos.	Areias Quartzosas Marinhas, Solos Indiscriminados de Mangues, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho - Amarelo, Solonchak e Solonetz Solodizado
Granja	Glacis pré-litorâneas e Planície litorânea.	Areias Quartzosas Distróficas, Solos Litólicos, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo, Solonchak e Solonetz Solodizado
Martinópolis	Tabuleiros pré-litorâneos, Depressões sertanejas e Planícies fluviais	Solos Litólicos, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo, Solonetz Solodizado
Uruoca	Depressão Sertaneja	Solos Litólicos Planossolo Solódico Podzólico Vermelho-Amarelo
Acaraú	Planície litorânea e Tabuleiros pré-litorâneos.	Solos Aluviais, Areias Quartzosas Marinhas, Planossolo Solódico, Solonetz

Municípios	Relevo	Solo
		Solodizado, Podzólico Vermelho-Amarelo e Solonchak.
Cruz	Planície litorânea e Glacis pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares.	Solos Aluviais, Areias Quartzosas Marinhas, Solonchak e Podzólico Vermelho Amarelo.
Jijoca de Jericoacoara	Planície litorânea e Glacis pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares.	Areias Quartzosas Distróficas Marinhas, Podzólico Vermelho-Amarelo.
Marco	Tabuleiros pré-litorâneos, Depressões sertanejas e Planícies fluviais.	Solos Aluviais, Solos Litólicos, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo e Solonetz Solodizado
Bela Cruz	Glacis pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares e Depressão sertaneja.	Solos Aluviais, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo
Morrinhos	Tabuleiros pré-litorâneos, Planície fluvial e Depressões sertanejas.	Solos Litólicos, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo

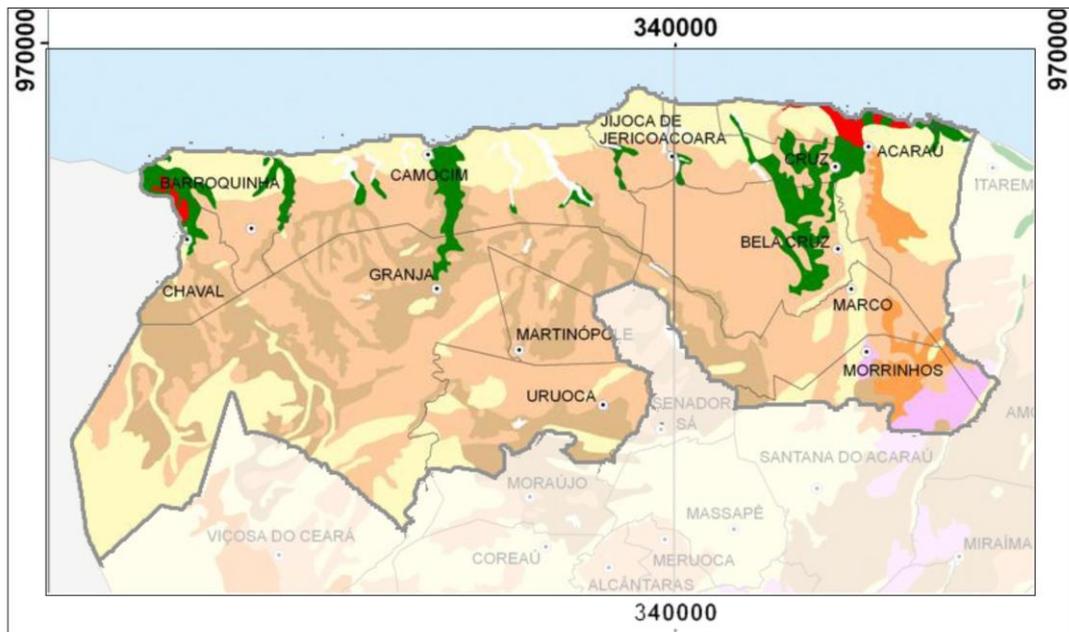
Quadro 16: Tipos de solo encontrados no território

Fonte: IPECE, 2008.

O Território apresenta uma grande variedade de solos e relevo, contribuindo também para a diversificação vegetal, além de ser determinante para a agricultura.

Os principais tipos de solo encontrados no território Litoral Extremo Oeste estão representados na Figura 12 a seguir.

Ceará Território Litoral Extremo Oeste Classes de Solos



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Cleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Necossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintossolos
- Vertissolos

OSR Classificação de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRCS) para o 1º nível categorial.

Escala

50 0 50 km
PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



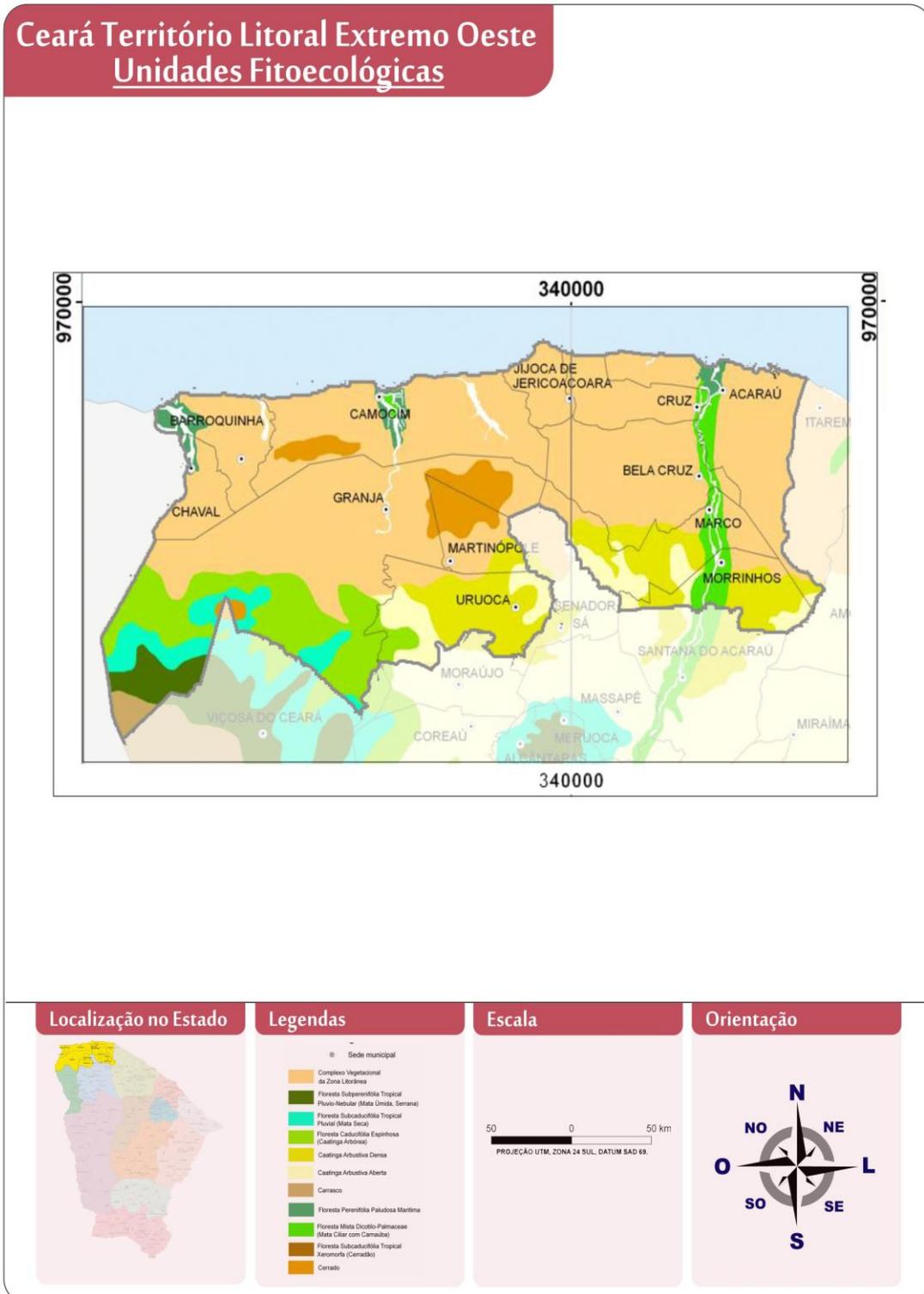
Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 12: Representação gráfica do mapa dos principais tipos de solos encontrados no Território

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

11.11 Características Vegetais



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 13: Representação gráfica do mapa do território do Litoral Extremo Oeste apresentando as principais unidades fitoecológicas

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

Entre as unidades fito ecológicas presentes no território, encontramos: O Complexo Vegetacional da Zona Litorânea, a Floresta SubPerenifólia Tropical Pluvial (Mata Seca), a Floresta Caducifólia Espinhosa (Caatinga arbórea), a Caatinga Arbórea Densa, a Caatinga Arbórea Aberta, o Carrasco, a Floresta perenifólia Paludosa Marítima, a Floresta Mista Dicotio-Palmaceae (Mata Ciliar de Carnaúba), a Floresta Subcaducifólia Tropical Aeromorfa (Cerradão) e o Cerrado de acordo com a Figura 13. Vale salientar que no Território Litoral Extremo Oeste a presença do complexo vegetacional da zona litorânea é bem marcante.

A grande extensão territorial e latitudinal e a diversidade climática do Brasil explicam a extraordinária riqueza vegetal que o país possui. O sistema ecológico vegetal decorre de um clima de temperatura média em torno de 25°C com chuvas torrenciais bem distribuídas durante o ano. No extra-amazônico (área intertropical), o sistema ecológico vegetal responde a dois climas: o tropical com temperaturas médias por volta de 22°C e precipitação estacional, com período seco, e o subtropical com temperatura média anual próxima dos 18°C, com chuvas bem distribuídas.

A grande quantidade de espécies vegetais nativas e exóticas de importância econômica, conhecidas e descritas em trabalhos científicos, representam apenas uma amostra das que provavelmente existem. Não podemos esquecer que grande parte da cobertura vegetal primitiva já foi e continua sendo impiedosamente devastada, criando sérios riscos de acidentes e desequilíbrios ecológicos.

O território apresenta uma vegetação bastante diversificada em função das condições de solo e clima predominantes de acordo com cada município integrante. A vegetação predominante no território é a de Restinga e Manguezal, destacando-se as áreas das formações pioneiras de influência marinha conforme mostram o Quadro 17 para cada micro-território.

MICRO-TERRITORIO I	
Chaval	Complexo vegetacional da zona-litorânea e Floresta perenifólia paudulosa marítima
Barroquinha	Complexo vegetacional da zona litorânea e Cerrado
Camocim	Cerrado, Complexo vegetacional da zona litorânea e Floresta perenifólia paludosa marítima
MICRO-TERRITORIO II	
Granja	Caatinga Arbustiva Densa, Complexo Vegetativo da Zona Litorânea e Floresta Mista Dicótilo-Palmácia.
Martinópolis	Caatinga arbustiva aberta, Caatinga arbustiva densa, Cerrado e Complexo vegetacional da zona litorânea.
Uruoca	Caatinga Arbustiva Densa, Complexo Vegetativo da Zona Litorânea e Floresta Mista Dicótilo-Palmácia.
MICRO-TERRITORIO III	
Acaraú	Complexo vegetacional da Zona Litorânea, Floresta mista dicotillo- palmácea e Floresta perenifólia paludosa marítima
Cruz	Complexo vegetacional da zona litorânea, Floresta mista dicotillo palmácea e Floresta perenifólia paludosa marítima .
Jijoca de Jericoacoara	Complexo vegetacional da zona litorânea.
MICRO-TERRITORIO IV	
Marco	Caatinga arbustiva densa, Caatinga arbustiva aberta, Complexo vegetacional da zona litorânea e Floresta mista dicotillo-palmácea.
Bela Cruz	Complexo vegetacional da zona litorânea e Floresta mista dicotillo - palmácea.
Morrinhos	Caatinga arbustiva aberta, Floresta caducifólia espinhosa e Floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Quadro 17: Vegetação predominante no Território Litoral Extremo Oeste

Fonte: IPECE, 2008.

11.12 Características Geoambientais dos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar

O Sistema Ecológico de Litoral caracteriza-se por ter uma altitude/latitude baixa, um solo com perfil arenoso variado (areia quartzosa marinha, litólicos e planossolo solódico) de fertilidade mediana, presença de unidades fitoecológicas de

complexo vegetacional da zona litorânea e unidades geomorfológicas de sedimentos tabulares pré-litorâneo e dunas. Outra característica é a existência de um potencial hídrico subterrâneo no seu subsolo. Na agricultura é apropriado para exploração da mandioca, feijão, caju e coco, e para a pecuária é mais adequado para criação de bovino, ovino, abelha, aves e a pesca artesanal marítima. Outra atividade relevante nesse sistema é o turismo ecológico e de lazer e o artesanato. Esse sistema ecológico apresenta três tipos de situações ambientais; Subsistema de Praia, Subsistema de Mangues e Subsistema Litorâneo.

O subsistema de Praia corresponde a uma superfície localizada na beira mar, tem solos arenosos, areias quartzosas e dunas, com presença significativa de fontes de água de superfície (lagoas e córregos permanentes), prestando-se para exploração da agricultura de subsistência (mandioca e feijão), de vazante (batata doce, feijão, hortaliças, etc), e para cultura do caju e do coco, além do turismo ecológico comunitário, o artesanato e a pesca marítima. Suas áreas são marcadas pela especulação imobiliária, o turismo predatório, os danos ambientais e o desordenamento do espaço urbano e da gestão costeira.

O Subsistema de Mangue se caracteriza pela composição de diversos elementos; solo, temperatura, pluviosidade e principalmente a vegetação. Localiza-se na beira do mar, mas, resguarda a sua particularidade. A atividade produtiva mais comum desse sistema é a pesca manual do caranguejo e de armadilha do camarão e do marisco, três espécies extremamente apropriadas a esse sistema, tornando-se um potencial importantíssimo para as famílias nativas dessa região. Do ponto de vista ambiental esse ecossistema é um dos mais degradados devido às conseqüências sofridas pela criação do camarão em cativeiro cuja base é fundamentada numa tecnológica modernizante que resguarda uma visão meramente economicista.

O Subsistema Litorâneo consiste num sistema que tem como característica um solo arenoso de fertilidade mediana, vegetação de zona litorânea, presença abundante de água no seu subsolo e uma pluviosidade favorável em torno de 1.100 mm/ano. Para esse sistema é preciso desenvolver um manejo que permita a reposição de matéria orgânica do solo e conseqüentemente dos seus nutrientes e a preservação dos seus ecossistemas locais. Na exploração agrícola presta-se para produção da mandioca, feijão, caju, coco, hortaliças e cana de açúcar, e para a pecuária é mais adequado para criação de bovino, ovino, abelha, aves e suíno de engorda.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

As características antrópicas do território dizem respeito à relação do homem com o meio ambiente, que devido ao crescimento desordenado da população, a falta de planejamento urbano dentre outros, acabam gerando impactos negativos.

A base econômica está na agricultura e pesca. O meio natural é explorado de forma inadequada para o cultivo de áreas, sem a preocupação com a conservação dos recursos naturais. Também a extração de madeira e em alguns municípios a mineração, colaboram com a acentuada devastação causada pelo homem.

Quando se trata de Saneamento Ambiental, a situação é ainda mais agravante, pois é quase inexistente nas cidades e em comunidades rurais e vilarejos. Desta forma todos os dejetos são lançados a céu aberto poluindo rios, riachos, açudes, lagoas, olhos d'água e até mesmo as precárias águas existentes no subsolo. Os dejetos da produção agrícola bem como da própria população que cresce cada vez mais é outro fator preocupante, atingindo inclusive as áreas rurais. A poluição não se restringe a zona rural estando presente de maneira significativa também nas zonas urbanas.

Outras questões como a falta de estradas com boas condições, a grande deficiência quanto à mobilização para a preservação ambiental, são fatores preocupantes do nosso território.

Existe ainda impactos ocasionados pela instalação de usinas eólicas nos municípios de Cruz, Camocim, Barroquinha e Acaraú.

12.1 Desmatamentos e queimadas

Segundo dados da FUNCEME no ano de 2009, um dos municípios do território que apresentou uma maior incidência de focos de calor foi Camocim, com um total de sete incidentes, tal número, no entanto, não caracteriza a região como uma zona propícia a incêndios, isso também se deve ao tipo de solo encontrados e as culturas vegetais desenvolvidas, que não utilizam de queimadas para a limpeza do solo.

Com relação a desmatamentos, as áreas que mais preocupam são as áreas de mangues, por serem berçários naturais de diversas espécies.

A expansão de áreas urbanas para habitação, indústria, portos, a barragem de rios, o desenvolvimento turístico e a agropecuária, incluindo a aqüicultura representam as atividades antrópicas que mais destroem os manguezais (LACERDA, 2002).

Nos últimos 20 anos, mais de 50% dos manguezais do mundo têm sido destruídos, principalmente devido às clareiras para aqüicultura, cultivo de arroz, produção de madeira ou desenvolvimento urbano (PRIMAVERA et al, 2004).

Em alguns casos, no entanto, observa-se um aumento dessas áreas, como vem ocorrendo no nordeste do Brasil (MONTEIRO, 2005).

12.2 Práticas agrícolas e tipos de erosão

A Agricultura praticada no Território ocorre ainda de maneira convencional, pois a mesma não utiliza a rotação de terras e utiliza práticas como desmatamento, queimadas, plantio, esgotamento de solo, abandono e reinício do processo em outra área. Busca-se o aumento da produtividade, utilizando-se máquinas, de forma que não contribuem para que as terras voltem a se regenerar quanto aos seus nutrientes naturais.

Dentre os impactos causados pela agricultura e pecuária podemos citar: desmatamento de áreas nativas e queimadas; erosão dos solos, assoreamento dos cursos d'água, desequilíbrio ecológico; poluição das águas através do uso de grandes quantidades de agrotóxicos; compactação dos solos através da mecanização; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água.

Em estudo da EMBRAPA (maio, 2002) sobre limites de uso de solos do Estado do Ceará por suscetibilidade à erosão, usando-se os critérios de Nulo, Ligeiro, Moderado, Forte e Muito Forte, chegou-se a seguinte conclusão: O Estado do Ceará tem 150.630 km², deduzidos 8,5% de áreas de espelho d'água, obtém-se uma área de solos de ordem de 137.825 km², destes, 9,7%, ou seja, 13.369 km² estão enquadrados no grau de limitação Nulo; 15,6% (21.600 km²) enquadram-se no grau de limitação Ligeiro; 54,1% (74.425 km²)

enquadram-se no grau de limitação Moderado; 6,7% (9.096 km²) são enquadrados como grau de limitação Forte e 13,9% (19.019 km²) são enquadrados como grau de limitação Muito Forte. Os dados apontam que a extensão das áreas com solos enquadrados nos graus Moderado e Muito Forte, 54,1% e 13,9%, respectivamente, requerem a implantação de uma política conservacionista em curto prazo, de maneira a conter o processo erosivo e viabilizar de modo sustentável sua utilização agrícola.

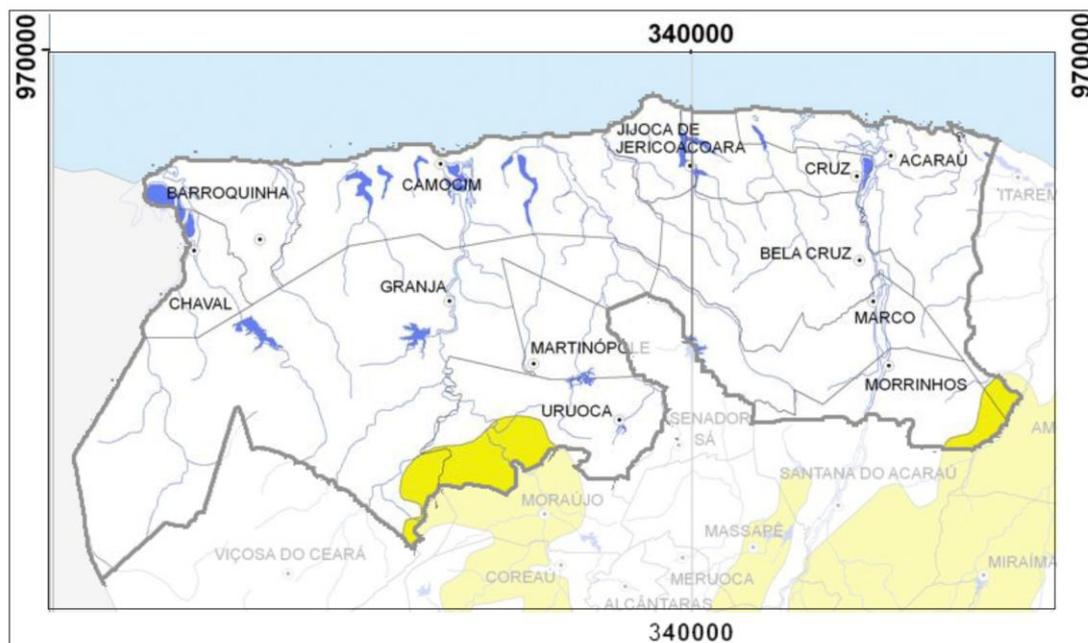
Somadas as áreas dos solos onde a erosão é Forte e Muito Forte, totaliza-se 20,6% do total da área ocupada com solos no Estado do Ceará, atribuindo-se a alta erodibilidade à ocorrência do relevo ondulado e montanhoso que favorece os fenômenos de deslizamento e desmoronamento, com graves perdas à Agricultura.

Tendo em vista as características dos solos do Território, para uma grande preocupação sobre a erodibilidade, principalmente no Semiárido que é suscetível de alta insolação (que oxida rapidamente a matéria orgânica), a ventos fortes e chuvas intempestivas. Quando se verifica a matriz tecnológica de produção dominante do Território, que inclui em seu itinerário técnico desmatamento, queimada e mecanização do solo, infere-se que as perdas de solo são de elevado vulto, corroborando com o quadro de Desertificação.

No território existem dois municípios com áreas susceptíveis a desertificação, os mesmos encontram-se inseridos na região semi-árida, são eles: Uruoca e Morrinhos.

A Figura 14 apresenta as áreas localizadas que atingem sobretudo os municípios de Morrinhos e Uruoca.

Ceará Território Litoral Extremo Oeste Áreas susceptíveis a desertificação



Localização no Estado



Legendas



Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 14: Representação gráfica do mapa das áreas susceptíveis a desertificação no território.

Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

12.3 Tipos de poluição e contaminação

No Território toma ainda especial relevância a geração e acumulação de resíduos sólidos nos espaços urbanos e rurais. Na realidade, o impacto dos resíduos sólidos sobre o ambiente tem assumido, nas últimas décadas, grande importância no debate nacional, em função de diferentes variáveis, pela sua vinculação aos aspectos patogênicos, constituindo-se uma questão de Saúde Pública, pela contaminação dos cursos de água e lençóis freáticos, tomando uma abordagem marcadamente ambiental e pelos problemas sociais relacionados aos catadores, precipuamente pela presença de crianças nos lixões.

O território apresenta coleta sistemática nos 12 municípios e no município de Cruz, segundo fontes primárias, faz-se coleta seletiva. Em tal município iniciou-se uma cooperativa de catadores, mas devido a problemas da gestão a mesma foi inativada, porém existem grupos de trabalhos com os catadores.

O município de Marco apresenta uma associação de catadores de lixo e um grupo de artesãos que reciclam parte do mesmo.

12.4 Desequilíbrio e Destruição Ambiental

Os principais problemas existentes são decorrentes da ação antrópica e ocasionados pela especulação imobiliária, além de desmatamento e queimadas.

A SEMACE realiza fiscalizações semanais. Entretanto, a colaboração da sociedade é imprescindível na gestão desta unidade de conservação, denunciando as agressões ao meio ambiente e adotando atitudes que propiciem o desenvolvimento de uma consciência ecológica na população e nos visitantes.

Uma das grandes preocupações existentes hoje é o que diz respeito aos fatores que acarretam desequilíbrio e destruição ao meio ambiente, uma vez que há uma grande dependência da humanidade para com os recursos naturais e os mesmos estão caminhando para a extinção.

Os fatores de desequilíbrio do território podem ser considerados de dois tipos: Os Naturais e os desencadeados pelos homens. Juntamente com as características naturais do próprio território, são fatores responsáveis pela degradação ambiental existente.

O acelerado desenvolvimento da carcinicultura nacional, em especial na região Nordeste, apoiado por vultosos e crescentes investimentos, coloca em pauta, com destaque, a questão da sustentabilidade ambiental da atividade nos próximos anos e a correta avaliação dos riscos aos quais nossos ecossistemas estão sendo submetidos. Assim sendo, as discussões sobre a questão ambiental vêm assumindo importante dimensão no contexto da carcinicultura nacional, desenvolvendo-se em duas vertentes distintas: o impacto dos problemas ambientais na produtividade e no controle de doenças (sustentabilidade) e a degradação do meio ambiente (ORMOND, et al. 2004).

Esta grave questão faz parte atualmente das discussões sobre os fatores de desequilíbrio ambiental existentes no Litoral Extremo Oeste. Soma-se ainda como um agravante, a falta de mobilização para a solução desta questão. A região destaca-se ainda nacionalmente com a produção de camarão, e para a economia dos municípios a redução ou não produção desta cultura acarretaria grandes prejuízos. Portanto, cabe aos órgãos de gestão ambiental a busca de soluções práticas e viáveis.

12.5 Programas Ambientais no Território

Projetos	Descrição
1. Quintais agroecológicos	1. Convivência com o Semiárido, Desenvolvido junto a agricultores familiares promove a diversificação das unidades familiares com a implantação de fruteiras, plantas medicinais, criação de pequenos animais no ao redor de casa.
2. Programa Um milhão de Cisternas - P1MC	2. Que tem levado através de cisternas de placas a um numero significativos de famílias.
3. Programa Uma Terra e Duas águas – P1+2	3. A mesma tem levado água para produção de alimentos através de tecnologias como: Cisterna Calçadão,

Projetos	Descrição
	Tanque de pedra, Bomba popular.
4. Agenda 21	4. Quase todos os municípios possuem iniciativas de agenda 21, são eles: Chaval, Barroquinha, Uruoca, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Bela Cruz. Vale ressaltar que os municípios não implantaram tais agendas ainda.

Quadro 18 – Programas Ambientais no Território

Fonte: IPECE, 2010

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 19, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pescadores nativos 2. Programa Selo Município Verde 3. Grande quantidade de catadores de lixo 4. Coleta seletiva 5. Boa parte dos municípios conta com o Conselho CONDEMA 6. Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desmatamento e queimadas, agrotóxicos. 2. Degradação dos recursos hídricos (qualidade). 3. Lixão 4. Precariedade da atuação das instituições de fiscalização ambiental (CONDEMA, SEMACE, IBAMA, CONPAM). 5. Precariedade da utilização dos solos e equipamentos, do Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú. 6. Irrigação contaminação de vários espelhos de água com esgotos e agrotóxicos
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Carcinicultura ilegal 2. Especulação imobiliária para a implantação da energia eólica desorganizada espacialmente. 3. Falta de programa de educação ambiental 4. Aeroporto internacional (impacto ambiental através da especulação imobiliária turística) 5. Desrespeito as APP's dos rios Acaraú e Coreaú. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. PRODETUR – Programa de desenvolvimento do Turismo (rota das “emoções”) 2. Comitê de Bacia hidrográfica 3. Experiências agroecológicas (ATER) das ONG's e entidades. 4. APA de Jericoacoara e do delta do Parnaíba 5. Projeto de proteção do peixe-boi (ICMBio + IBAMA) 6. Aeroporto internacional (infra-estrutura de transporte) 7. Órgãos ambientais municipais. 8. Fóruns existentes: semi-árido, dentre outros.

Quadro 19: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático do Meio Ambiente do Território do Litoral Extremo Oeste, 2010.

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Setor Produtivo

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização

Serviços, Turismo, Comércio e Indústria

Infraestrutura, elétrica, hídrica e de estradas

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do Território Rural Litoral Extremo Oeste , apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores na ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão, o foco não foi exclusivo nas questões econômicas, procura-se também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioproductiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos, buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade, tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

14.1 Indicadores Socioeconômicos

14.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Território Litoral Extremo Oeste apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Tabela 34 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

IDH	Classificação
$\leq 0,499$	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
$\geq 0,800$	Alto

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 35 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Território	0,464	-	0,599	-	0,436	-	0,673	-
Acaraú	0,489	120	0,617	121	0,467	127	0,673	143
Barroquinha	0,403	184	0,551	184	0,333	183	0,626	176
Bela Cruz	0,469	150	0,595	155	0,466	130	0,703	94
Camocim	0,483	132	0,629	99	0,475	115	0,715	71
Chaval	0,461	159	0,579	171	0,465	131	0,686	129
Cruz	0,501	100	0,643	61	0,464	132	0,732	41
Granja	0,436	177	0,554	183	0,351	181	0,559	184
Jijoca de Jericoacoara	0,448	173	0,623	108	0,373	177	0,689	124
Marco	0,476	143	0,616	124	0,459	141	0,692	119
Martinópolis	0,469	151	0,583	169	0,486	105	0,667	156
Morrinhos	0,478	140	0,608	134	0,516	70	0,697	107
Uruoca	0,455	166	0,587	165	0,378	176	0,631	173

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 36 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,613	-	0,713	-	0,563	-	0,616	-
Território	0,524	-	0,641	-	0,432	-	0,482	-
Acaraú	0,534	157	0,671	121	0,465	55	0,506	79
Barroquinha	0,493	179	0,570	181	0,382	172	0,457	156
Bela Cruz	0,493	174	0,621	163	0,448	81	0,461	152
Camocim	0,511	170	0,630	159	0,462	61	0,541	36
Chaval	0,493	175	0,570	180	0,424	121	0,480	123
Cruz	0,578	105	0,709	61	0,461	62	0,489	108
Granja	0,531	163	0,660	137	0,425	119	0,442	173
Jijoca de Jericoacoara	0,535	156	0,653	144	0,436	99	0,526	49
Marco	0,531	158	0,654	142	0,438	96	0,502	88
Martinópole	0,493	177	0,621	164	0,427	116	0,462	150
Morrinhos	0,512	168	0,654	143	0,407	142	0,472	136
Uruoca	0,580	92	0,681	109	0,406	146	0,449	163

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Segundo a classificação do PNUD, a maioria dos municípios que compõem o território, apresentaram, em 1991, a classificação de baixo desenvolvimento humano ($IDH \leq 0,499$), com exceção do município de Cruz. Para o ano de 2000, todos os municípios apresentaram classificação de médio desenvolvimento humano. O IDH territorial foi de 0,464 e 0,599, para os anos de 1991 e 2000, logo, com classificação baixo desenvolvimento humano e médio desenvolvimento humano, respectivamente. Para os dois anos o IDH estadual foi superior que o IDH territorial.

Dentre os municípios, o que apresentou melhor classificação no ranking dos municípios do estado foi Cruz em 1991 e 2000, no 100º e 61º lugares, respectivamente. O município que apresentou pior classificação no ranking foi Barroquinha, ocupando o 184º lugar nos anos de 1991 e 2000. Vale ressaltar a subida na classificação do ranking do município de Jijoca de Jericoacoara entre os anos de 1991 e 2000. Em 1991, ocupou o 173º lugar e em 2000 o 108º lugar, ganhando assim 65 posições.

Para o IDH-Educação, pode-se verificar que, em 1991, somente o município de Morrinhos apresentou Índice superior a 0,500. Este mesmo município ocupou nessa ocasião o 70º lugar no ranking. Em 2000, pode-se verificar que os municípios de Bela Cruz, Camocim e Cruz apresentaram o IDH-Educação superior a 0,700, logo, estão bem próximos de alcançarem a classificação alto índice de desenvolvimento para essa dimensão. Ainda em 2000, o município de Cruz saltou da posição 132 (1991) para 41. O IDH-Educação territorial foi de 0,436 em 1991 e de 0,673 em 2000, uma melhora bastante significativa para essa dimensão do IDHM.

Ao analisar o IDH nas dimensões Longevidade e Renda, pode-se verificar que, em 1991, 33% dos municípios do território apresentaram o IDH-Longevidade inferior a 0,500 (municípios de Barroquinha, Bela Cruz, Chaval e Martinópolis), e nenhum município, para esse mesmo ano, apresentou IDH-Renda superior a 0,500. Para o ano de 2000, a melhora no IDH-Longevidade pode ser notada para todos os municípios, inclusive para o Território que saiu de 0,524 em 1991 para 0,641 em 2000. Neste mesmo ano, uma melhora foi verificada para o IDH-Renda, em todos os municípios, com destaque para

Acaraú, Camocim, Jijoca de Jericoacoara e Marco, alcançando valor superior a 0,500 no IDH-Renda. Podemos inferir então que essa dimensão (Renda) tão importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do território não foi decisiva no aumento do IDHM territorial.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Tabela 37 - Classificação da tendência de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Tendência do Recuo	Classificação
< 10 posições	Recuo Fraco
10 a 20 posições	Recuo Médio
> 20 posições	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 38, pode-se verificar que a maior taxa de crescimento do IDH-Global dos municípios foi de Jijoca de Jericoacoara, com 39% de crescimento. O município que apresentou menor taxa de crescimento global foi Martinópolis, com 24% de crescimento. Verifica-se ainda que o crescimento do IDH-Global do território foi superior ao crescimento do estado do Ceará, com 29% de crescimento, contra 17%.

Como o IDH-Global é calculado através de uma média simples dos valores das três dimensões, onde o IDH-Educação obteve uma taxa de crescimento de 54%, o IDH-Longevidade, 22% de crescimento, e, o IDH-Renda, 12% de crescimento. Podemos concluir que a dimensão educação do IDH foi decisiva para o aumento do IDH-Global territorial. Em seguida, as dimensões que foram importantes no crescimento do IDH-global foram a Longevidade e a Renda, respectivamente. Novamente, pode-se verificar que o IDH-Renda apresentou a menor taxa de crescimento, o que reflete diretamente

na qualidade de vida das pessoas do território, isto é, influi de forma significativa no poder de compra das pessoas do território.

Quanto a tendência de recuo das posições do ranking estadual, verifica-se que no IDH-Global, os municípios de Camocim, Cruz e Jijoca de Jericoacoara apresentaram “recuo forte”. Ainda para esse índice, 50 % dos municípios não obtiveram recuo. Para o IDH-Educação, com exceção dos municípios de Acaraú, Granja, Martinópole e Morrinhos que não apresentaram recuo, todos os outros apresentaram “recuo fraco” a “recuo forte”. Já para o IDH-Longevidade, Acaraú, Cruz, Granja e Morrinhos “recuo forte”. No IDH-Renda, dimensão de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas, somente Camocim e Jijoca de Jericoacoara apresentaram “recuo forte”, enquanto que Acaraú, Bela Cruz, Chaval, Granja, Cruz, Martinópole e Uruoca, não obtiveram recuo no ranking.

Tabela 38 - Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, para o período de 1991-2000.

Municípios	Taxa de Crescimento do IDH (%)				Tendência do Recuo			
	Global	Educação	Longevidade	Renda	Global	Educação	Longevidade	Renda
Ceará	17	28	16	9	-	-	-	-
Território	29	54	22	12	-	-	-	-
Acaraú	26	44	26	9	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou
Barroquinha	37	88	16	20	Não Recuou	Recuo Fraco	Não Recuou	Recuo Médio
Bela Cruz	27	51	26	3	Não Recuou	Recuo Forte	Recuo Médio	Não Recuou
Camocim	30	51	23	17	Recuo Forte	Recuo Forte	Recuo Médio	Recuo Forte
Chaval	26	48	16	13	Não Recuou	Recuo Fraco	Não Recuou	Não Recuou
Cruz	28	58	23	6	Recuo Forte	Recuo Forte	Recuo Forte	Não Recuou
Granja	27	59	24	4	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou
Jijoca de Jericoacoara	39	85	22	21	Recuo Forte	Recuo Forte	Recuo Médio	Recuo Forte
Marco	29	51	23	15	Recuo Médio	Recuo Forte	Recuo Médio	Recuo Fraco
Martinópolis	24	37	26	8	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou
Morrinhos	27	35	28	16	Recuo Fraco	Não Recuou	Recuo Forte	Recuo Fraco
Uruoca	29	67	17	11	Recuo Fraco	Recuo Fraco	Não Recuou	Não Recuou

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas Figuras 16, 17, 18 e 19, podemos visualizar as tendências de crescimento dos IDH Global, Educação, Longevidade e renda, e analisá-las:

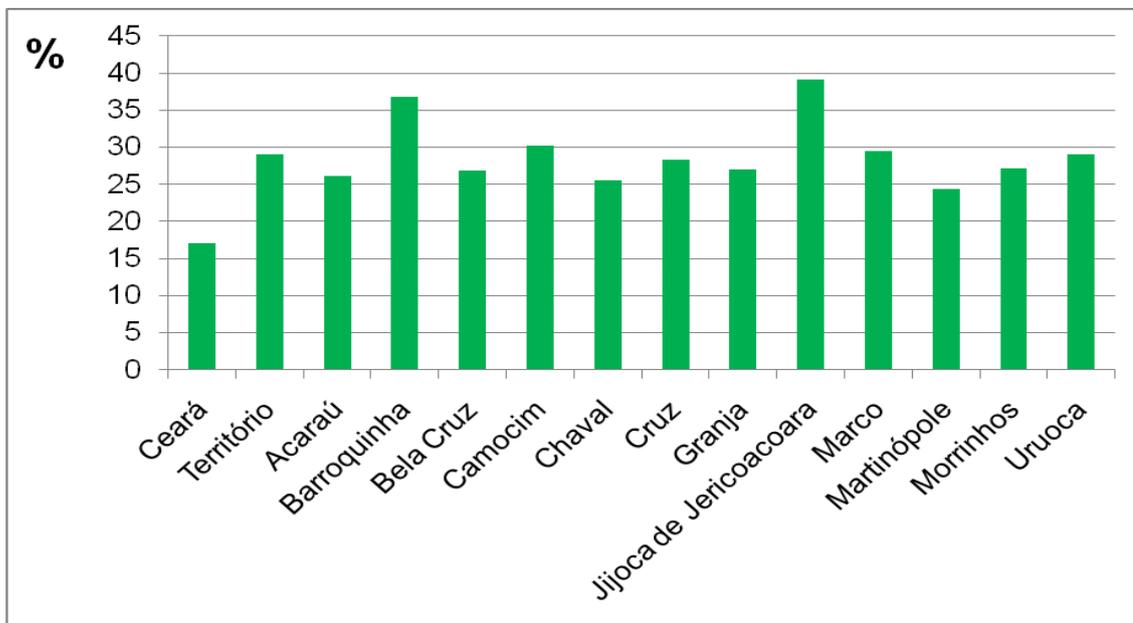


Figura 15: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

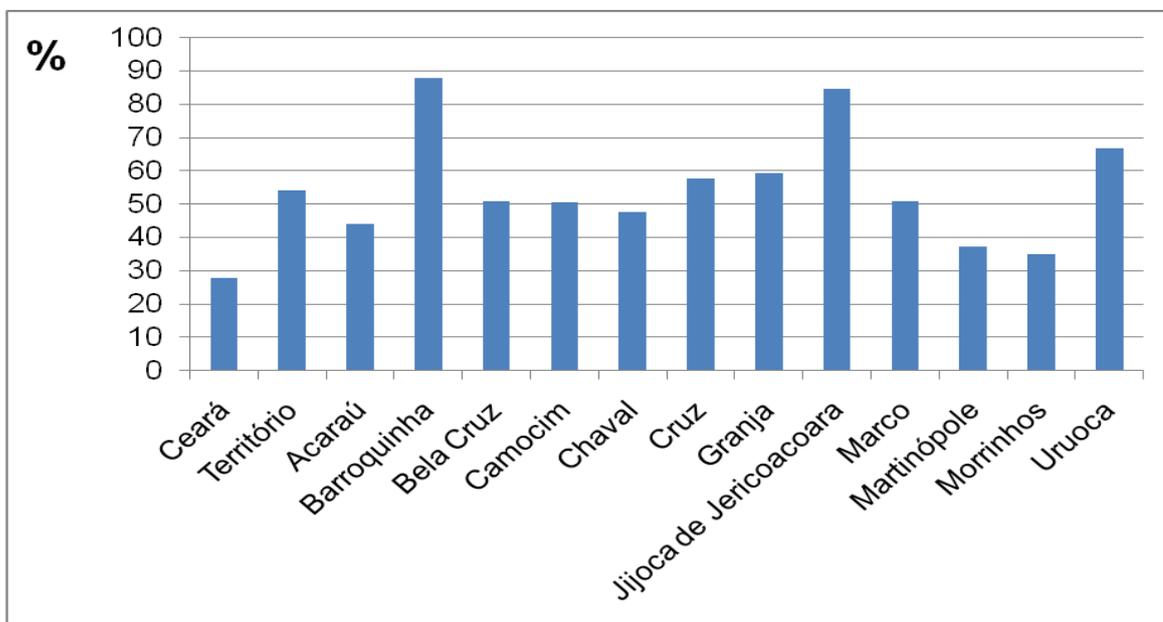


Figura 16: Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

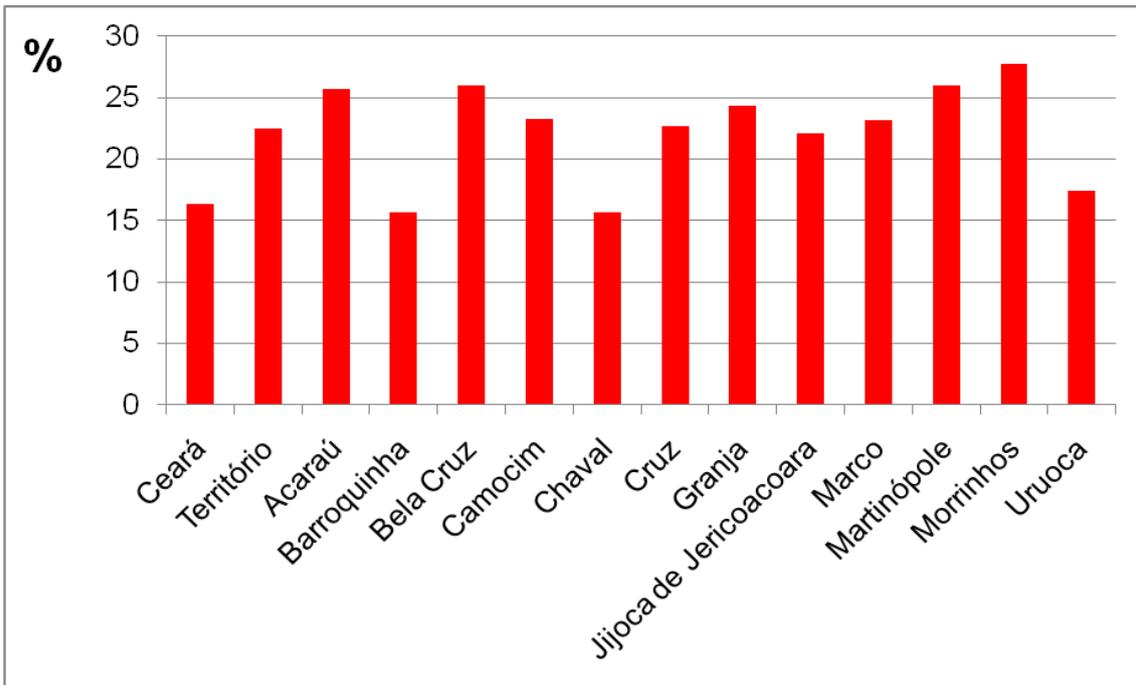


Figura 17. Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

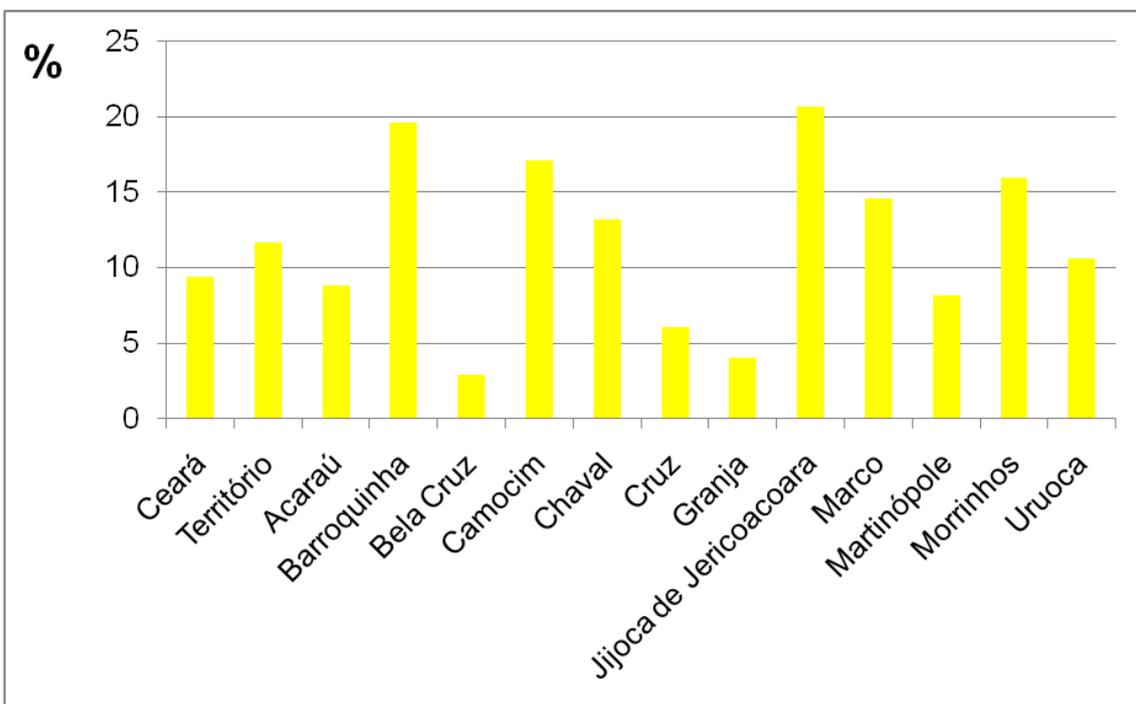


Figura 18. Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 15, verifica-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Global, foi de 29%. O município que merece destaque nesse índice é Jijoca de Jericoacoara com uma taxa de crescimento de 39%. O que apresentou menor crescimento foi Martinópolis com 24%. Essa taxa de crescimento pode ser considerada bastante significativa para o território o que reflete, em termos gerais, a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Figura 16, verifica-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Educação, foi de 54%. O município que merece destaque nesse índice é Barroquinha com uma taxa de crescimento de 88%. O que apresentou menor crescimento foi Morrinhos com 35%. Em termos gerais, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo, o que reflete em possíveis melhores índices globais a longo prazo.

Nota-se que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Longevidade, foi de 22% (Figura 17). Os municípios que merecem destaque nesse índice são Morrinhos com uma taxa de crescimento de 28%, e, Acaraú e Martinópolis, ambos com 26%. Os que apresentaram menor crescimento foram Barroquinha e Chaval com 12% cada um. Em termos gerais, os municípios apresentaram um crescimento significativo nesse índice, refletindo assim numa expectativa de vida da população.

Na Figura 18 é possível perceber que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondente a taxa de crescimento territorial do IDH-Renda, foi de 12%. Os município que merecem destaque nesse índice são Jijoca de Jericoacoara com uma taxa de crescimento de 21%, seguido por Barroquinha com 20%. O que apresentou menor crescimento foi Bela Cruz com 3%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um baixo crescimento nesse índice, refletindo assim num menor poder de compra da população.

14.1.2 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE), posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004, o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, demográficos, econômicos e de infraestrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município. O Índice de Desenvolvimento Municipal do Território Litoral Extremo Oeste foi obtido a partir da média do IDM dos municípios que o compõe.

Esse índice foi incluído também no diagnóstico, com o objetivo de deixar o levantamento de dados mais representativo da realidade atual, já que os IDHM disponíveis dos municípios do território estão bastante defasados (1991-2000).

Nas Tabela 39 e 40, pode-se verificar o IDM-Global e seus indicadores (fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infra estrutura; e, sociais) nos anos de 2006 e 2008 para o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios. Além disso, nessas tabelas podemos visualizar a posição dos municípios que compõem o território no ranking estadual.

Tabela 39 - Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)											
	Global				Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos			
	2006		2008		2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	28,36	-	27,53	-	45,17	-	41,80	-	15,24	-	12,37	-
Acarauá	35,77	38	33,18	50	65,98	18	73,39	11	19,84	62	17,93	54
Barroquinha	29,16	71	33,89	47	51,49	41	45,84	89	14,01	108	14,19	82
Bela Cruz	23,93	115	26,28	106	31,68	113	54,77	54	10,88	135	6,14	167
Camocim	45,84	12	29,94	70	82,60	6	40,32	109	26,58	42	16,99	62
Chaval	28,53	75	28,09	90	45,31	60	35,00	133	17,94	74	11,98	98
Cruz	28,02	80	28,91	81	48,60	49	27,85	161	17,57	78	11,93	100
Granja	20,32	139	17,45	172	50,58	46	45,25	95	6,29	166	4,14	178
Iljoca de Jericoacoara	25,67	100	24,47	120	24,56	145	16,19	181	26,09	45	13,85	83
Marco	31,79	55	35,87	37	25,79	141	63,73	31	27,81	33	19,29	44
Martinópolis	22,05	130	24,97	114	32,91	107	28,17	159	7,32	159	11,36	106
Morrinhos	25,88	99	22,04	145	43,38	65	42,10	102	7,82	157	6,11	168
Uruoca	23,36	121	25,27	111	39,14	80	28,98	153	0,73	182	14,55	74

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 39, verifica-se que o município de Camocim é o que apresenta um maior IDM-Global, de 45,84 para o ano de 2006. O município que apresentou menor índice para esse mesmo ano foi Granja com um valor de 20,32. Em relação ao ranking para esse mesmo ano, pode-se visualizar que Camocim encontra-se na 12^a posição e Granja na 139^a posição. Já para o ano de 2008, pode-se notar que o município que apresentou o melhor índice foi o Marco com 35,87, ocupando a 37^a posição, e o que ficou pior colocado foi Granja com 17,45 na 172^a posição.

Para o IDM – Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, pode-se verificar que, em 2006, Camocim merece papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 6^a posição. Entretanto, esse mesmo município no ano de 2008 caiu para a 109^a posição para esse mesmo índice. Enquanto isso, o município de Marco que se encontrava na posição 141 em 2006, foi para 31^a posição em 2008.

Os municípios mais bem colocados no que se refere ao IDM – Demográficos e Econômicos em 2006 foram Marco e Camocim, na 33^a e 42^a posições, respectivamente. No ano de 2008, o município de Uruoca avançou da 182^a para 74^a posição ganhando assim mais de 100 posições. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Granja, ocupando a 178^a posição, estando entre os últimos classificados no ranking estadual.

Tabela 40 - Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)							
	Infra-estrutura				Sociais			
	2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	20,94	-	22,34	-	32,09	-	41,52	-
Acaraú	26,58	62	22,00	114	30,67	78	32,40	100
Barroquinha	14,86	142	20,09	136	36,26	55	66,00	14
Bela Cruz	13,11	153	11,41	177	40,04	37	46,22	50
Camocim	29,29	52	26,74	68	44,90	27	41,96	65
Chaval	24,52	75	32,21	31	26,34	104	38,55	79
Cruz	16,97	133	20,98	128	28,93	85	61,50	20
Granja	13,60	148	20,43	130	10,82	170	7,91	176
Jijoca de Jericoacoara	23,62	80	26,60	69	28,41	89	42,93	61
Marco	28,97	54	24,28	90	44,57	28	47,77	47
Martinópolis	17,67	127	17,84	147	30,31	79	48,58	43
Morrinhos	30,34	48	25,10	82	21,96	126	22,38	138
Uruoca	11,72	161	20,35	132	41,86	35	42,03	64

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Para o IDM – Infra Estrutura, pode-se verificar que, em 2006, Morrinhos, Camocim, e Marco merecem papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 48ª, 52ª e 54ª posições. Entretanto, para o ano seguinte (2008), os mesmo municípios caíram no ranking, acompanhando o comportamento de 50% dos municípios deste território. O município de Uruoca e Bela Cruz apresentaram os piores índices, posicionando-se em 161ª e 177ª posições, nos anos de 2006 e 2008, respectivamente.

O município mais bem colocado no que se refere ao IDM – Sociais em 2006 foi Camocim, na 27ª posição. No ano de 2008, o municípios de Barroquinha deu um salto na posição e passou a ocupar o 14ª lugar. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Granja, ocupando a 176ª posição, estando assim, mal classificado no ranking estadual. Para esse mesmo índice, Granja ocupava a 85ª posição em 2006 e foi para a 20ª posição no ano de 2008, recuando 65ª posições no ranking estadual.

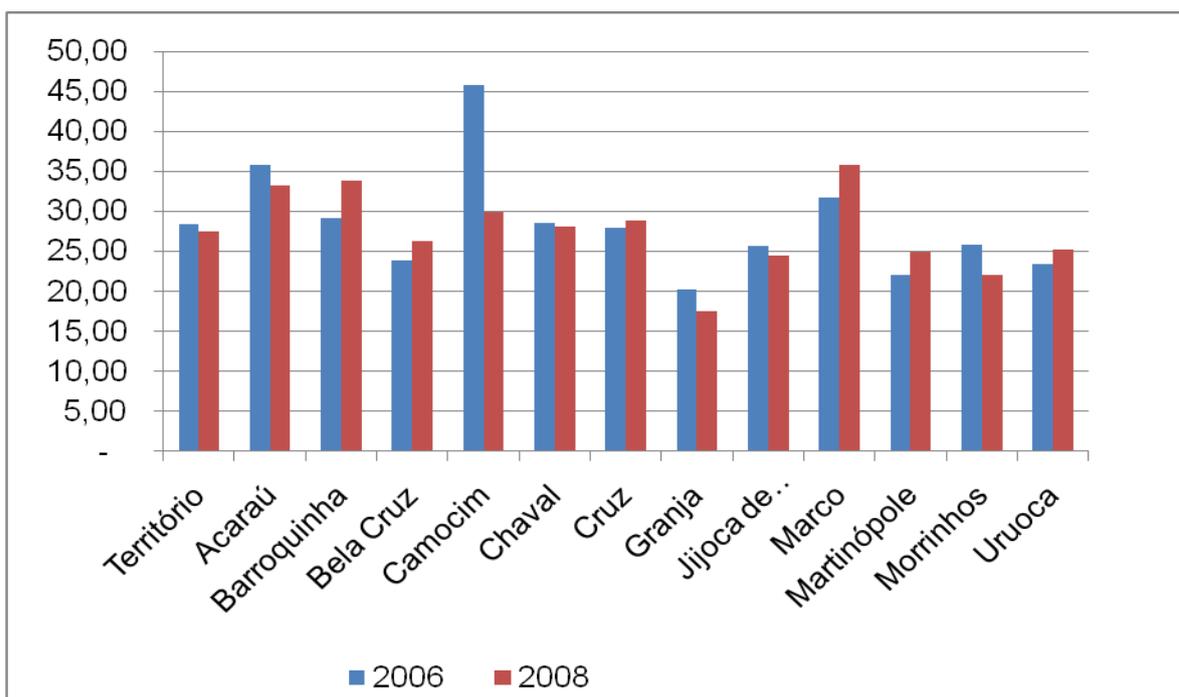


Figura 19: Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008. **Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 19, verifica-se que a tendência dos municípios de Acaraú, Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara e Morrinhos foi de queda dos valores do IDM-Global. Os demais demonstraram uma tendência de

crescimento com o acréscimo dos valores de seus índices. Apesar disso, somente o município de Camocim apresentou um crescimento significativo em seu IDM-Global. Enquanto que o IDM de Cruz praticamente se manteve constante.

14.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, cidade, território), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo, mensurar a atividade econômica de uma região, isto é, com esse indicador, pode-se inferir o crescimento econômico de uma dada região. Vale ressaltar que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia), isso para que esses valores não sejam contabilizados duas vezes.

Na Tabela 41, pode-se verificar o PIB do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 41 - Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto a preços de mercado (R\$ mil)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	36.866.273	40.935.248	46.303.058	50.331.383	60.098.877
Território	730.673	781.341	875.934	946.543	1.148.208
Acaraú	134.321	141.564	157.648	176.054	217.823
Barroquinha	32.266	36.989	42.074	43.194	52.366
Bela Cruz	62.950	65.621	78.813	77.163	98.107
Camocim	177.540	184.258	198.489	213.479	238.820
Chaval	24.882	29.414	32.610	32.282	40.364
Cruz	46.774	52.245	60.141	58.739	77.368
Granja	85.005	90.704	99.287	119.037	144.979
Jijoca de Jericoacoara	32.072	36.544	43.688	45.325	57.720
Marco	59.273	64.635	72.107	82.170	96.188
Martinópolis	16.083	16.915	18.609	20.350	26.692
Morrinhos	38.379	39.674	45.101	48.218	60.214
Uruoca	21.129	22.778	27.366	30.532	37.569

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Pode-se verificar que o PIB territorial saiu de um valor de, aproximadamente, 730 milhões de reais em 2004 para cerca de 1,1 bilhões em 2008. Cresceu cerca de 400 milhões de reais em um período de 4 anos. O crescimento do PIB territorial pode ser considerado tímido se levarmos em conta o crescimento do PIB do estado do Ceará, que praticamente dobrou para o mesmo período, entre os anos de 2004 e 2008.

No ano de 2004, os municípios de Acaraú, Camocim e Granja eram responsáveis por aproximadamente 54% do PIB territorial, um volume muito relevante se considerarmos que o território é composto por 12 municípios. Esses mesmos municípios, em 2008, reduziram sua contribuição percentual no PIB territorial para 52%. No entanto, ao fazer a comparação entre o PIB de 2008 de Acaraú e Granja com o do ano de 2004, percebe-se que o PIB cresceu 62% e 70% respectivamente. O mesmo pode-se verificar para Camocim, no entanto a uma taxa menor, pois nesse mesmo período o seu PIB cresceu 35%. O município que menos contribuiu para o PIB territorial no ano de 2004 foi o município de Martinópolis, com apenas 2,2%. Em 2008, esse mesmo município contribuiu com o mesmo percentual.

Analisando o PIB dos municípios de Bela Cruz, Chaval e Cruz, Verifica-se que houve uma queda no PIB de 2%, 1% e 2%, respectivamente.

Através da Tabela 42, podemos visualizar o PIB do estado do Ceará, do Território Litoral Extremo Oeste e de seus municípios distribuídos nos setores produtivos, e assim, analisá-los quanto seu comportamento na contribuição do PIB. Pode-se verificar que nessa tabela constam valores monetários deflacionados do PIB, isto é, considera-se a inflação no cálculo do PIB. Por isso a divergência nos valores dos PIB's encontrados na Tabela 42, pois esses foram calculados a preços de mercado.

Tabela 42 - Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2007-2008.

Município	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional							
	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Ceará	28.223.377	31.109.189	1.534.015	1.926.349	5.836.870	6.444.271	17.397.050	18.925.959
Território	530.833	594.351	78.354	92.223	77.373	80.143	349.439	393.961
Acaraú	98.727	112.752	14.314	17.808	18.877	22.274	60.556	66.914
Barroquinha	24.243	27.106	5.353	5.921	2.698	2.702	15.531	17.745
Bela Cruz	43.292	50.783	8.439	11.792	4.056	4.467	29.274	32.974
Camocim	119.676	123.621	17.594	17.561	22.020	19.245	72.453	78.857
Chaval	18.112	20.894	2.597	2.760	1.990	2.148	12.905	15.337
Cruz	32.951	40.048	4.534	7.254	3.435	3.832	23.420	27.337
Granja	66.775	75.046	9.961	11.641	7.222	7.348	47.408	53.675
Jijoca de Jericoacoara	25.385	29.878	2.431	3.593	3.192	3.503	18.353	21.197
Marco	46.065	49.790	6.712	5.404	7.675	8.014	28.649	32.885
Martinópolis	11.424	13.817	985	1.159	1.379	1.615	8.665	10.576
Morrinhos	27.050	31.169	2.818	4.549	3.146	3.128	20.025	22.395
Uruoca	17.134	19.447	2.615	2.780	1.684	1.867	12.199	14.069

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

De acordo com a Tabela 42, pode-se verificar que no setor Agropecuária o PIB territorial em 2007 foi de 78 milhões de reais e em 2008 foi para 92 milhões. Para esse mesmo setor, verifica-se que, em 2007, os principais municípios contribuintes para o PIB territorial nesse setor foram Camocim e Acaraú. No ano de 2008 essa tendência se repetiu. Para o ano de 2008, verifica-se que o município de Martinópole foi o que menos contribuiu com o PIB territorial do setor, com apenas 1,2 milhões de reais.

No setor produtivo da Indústria, verifica-se que os valores de setor na contribuição do PIB territorial foram inferiores ao setor da Agropecuária, isso tanto para 2007 quanto para 2008. O principais contribuintes nesse setor são Acaraú e Camocim. Os dois juntos corresponderam, em 2008, por uma fatia de 52% do PIB territorial do setor. Os municípios de Chaval, Martinópole e Uruoca foram os que menos contribuíram para o PIB territorial desse setor, com apenas 8% (somadas as contribuições dos 3 municípios), no ano de 2008.

Finalmente, e como principal contribuinte do PIB territorial total, o setor de Serviços aparece como o setor de grande importância para o território. O município de Camocim é o que mais movimentou valores, chegando em 2008 a movimentar nesse setor mais de 78 milhões de reais. O município que movimentou uma menor quantia nesse setor foi Martinópole com apenas 10,5 milhões, em 2008.

Na Figura 20, pode-se verificar a distribuição percentual dos setores produtivos (Agropecuária, Indústria, Serviços, etc.) na participação da totalização do PIB territorial.

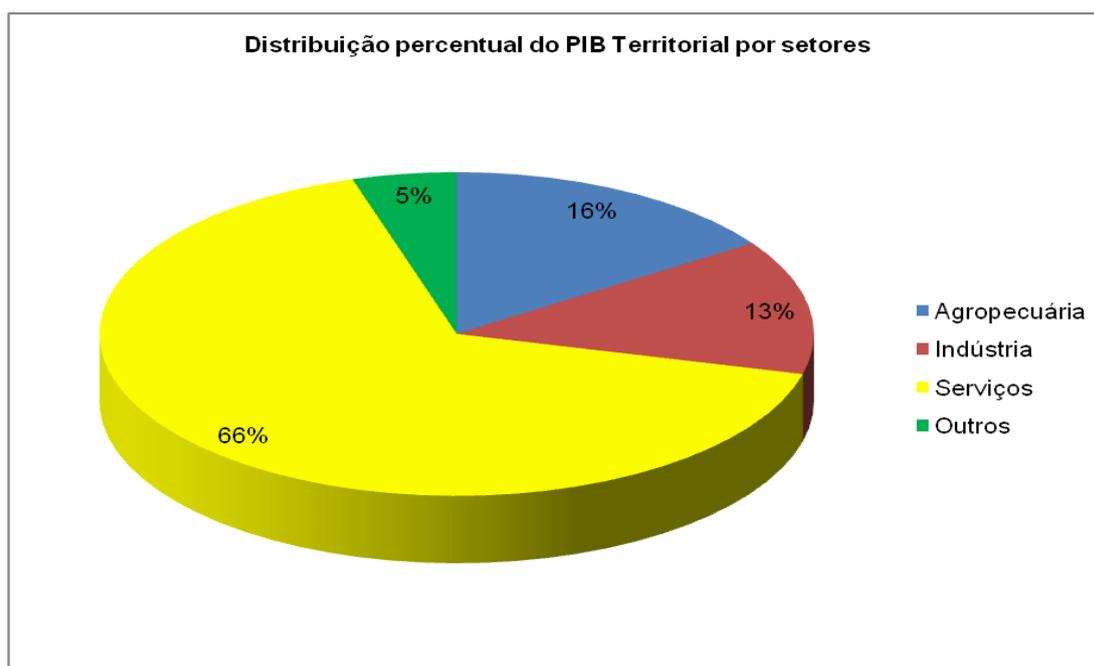


Figura 20: Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Litoral Extremo Oeste , 2008.
Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Verifica-se que, o Setor de Serviços chega a corresponder por uma fatia de 66% do PIB total territorial, levando assim papel de destaque no cenário produtivo territorial. Depois do setor de Serviços, vem a Agropecuária, ocupando o segundo lugar na composição do PIB territorial, respondendo por 16%. O setor Industrial aparece com 13% na composição total do PIB territorial. O PIB *per capita* é um outro indicador bastante utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Sendo que , diferentemente, do PIB, o PIB *per capita* faz referência também ao número de habitantes da região em questão. O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB de uma determinada região dividido pelo número de habitantes da região em questão.

Na Tabela 43, pode-se verificar o PIB *per capita* do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 43 - Produto Interno Bruto *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	4.622	5.055	5.635	6.149	7.112
Território	2.173	2.324	2.597	2.772	3.264
Acaraú	2.647	2.768	3.059	3.378	4.015
Barroquinha	2.236	2.544	2.871	2.916	3.396
Bela Cruz	2.128	2.198	2.616	2.610	3.197
Camocim	3.076	3.165	3.381	3.651	3.929
Chaval	1.916	2.234	2.443	2.643	3.201
Cruz	2.066	2.244	2.516	2.653	3.334
Granja	1.633	1.716	1.851	2.315	2.711
Jijoca de Jericoacoara	2.102	2.289	2.623	2.935	3.509
Marco	2.922	3.191	3.566	3.556	3.967
Martinópole	1.657	1.700	1.825	1.975	2.451
Morrinhos	1.951	1.978	2.206	2.284	2.704
Uruoca	1.743	1.857	2.205	2.354	2.760

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Pode-se notar que o PIB *per capita* do estado do Ceará é bem superior ao do Território Litoral Extremo Oeste em todos os anos do período analisado. O PIB *per capita* territorial foi de R\$ 2.173,00 em 2004 e foi para R\$ 3.264,00 em 2008. O aumento foi de R\$ 1.091,00 em cinco anos, cerca de 50% de crescimento.

Dentre os municípios que compõem o território, Camocim foi o que apresentou maior PIB *per capita* em 2004 e 2007, com valores de R\$ 3.076,00 e R\$ 3.651,00 respectivamente. Marco liderou esse *ranking* nos anos de 2005 com R\$ 3.191,00; 2006 com R\$ 3.566,00 e 2008 com R\$ 3.967,00. Os municípios que apresentaram menor PIB *per capita* foram Martinópole e Granja, isso para todos os anos analisados.

14.1.4 População Economicamente Ativa (PEA)

A População Economicamente ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); e, População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Na Tabela 44, pode-se verificar a PEA por região (urbana e rural) do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios em dois anos 1991 e 2000.

Tabela 44 - População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.

Município	População Economicamente Ativa (PEA)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Território	84.358	108.429	40.105	59.445	44.253	48.984
Acaraú	14029	16687	5499	8664	8530	8023
Barroquinha	3830	4828	1771	3248	2059	1580
Bela Cruz	8805	10914	3752	4626	5053	6288
Camocim	15426	20251	10397	15228	5029	5022
Chaval	2896	3678	1989	2461	907	1217
Cruz	6973	7014	2947	3571	4026	3443
Granja	13896	19153	5535	8635	8362	10518
Jijoca de Jericoacoara	-	4758	-	1416	-	3342
Marco	7598	7902	3328	4901	4270	3001
Martinópole	1995	2373	1341	1852	654	521
Morrinhos	4914	6818	1730	2856	3184	3961
Uruoca	3996	4054	1817	1984	2179	2069

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Pode-se visualizar que o contingente da PEA no território em 1991 foi de, aproximadamente, 84,5 mil pessoas, enquanto em 2000 foi de 108,5 mil, cerca de 24 mil pessoas a mais. Verifica-se também que a PEA urbano foi menor, em 1991, do que a PEA rural, enquanto em 2000, foi maior, isso se considerarmos a PEA territorial. Além disso, verifica-se também que a PEA rural territorial aumentou do ano de 1991 para o ano de 2000. Essa mesma situação pode ser verificada, para os municípios de Bela Cruz, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, e Morrinhos. A PEA urbana aumentou do ano de 1991 para o ano de 2000 em todos os municípios.

Na Tabela 45, pode-se verificar a taxa de participação por gênero da PEA em relação a população total do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, no ano de 2000.

Tabela 45 - Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.

Município	Taxa de Participação (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Território	47,83	63,83	31,70
Acaraú	45,31	62,61	27,88
Barroquinha	46,33	63,73	28,17
Bela Cruz	51,38	66,38	35,85
Camocim	48,38	65,42	31,81
Chaval	39,80	57,40	22,43
Cruz	46,61	60,87	32,78
Granja	54,33	72,54	35,23
Jijoca de Jericoacoara	52,41	66,90	38,03
Marco	52,92	67,03	38,62
Martinópole	37,60	56,19	19,46
Morrinhos	51,53	64,74	37,89
Uruoca	47,41	62,14	32,24

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Analisando a tabela acima, pode-se verificar que a maioria dos municípios apresentam uma taxa de participação superior a 45%. Com exceção dos municípios de Chaval e Martinópole, inclusive o Território Litoral Extremo Oeste (47,83%). Pode-se verificar também que a taxa de participação do homens é maior do que das mulheres, em todos municípios observados. Com exceção de Chaval e Martinópole, todos os municípios apresentaram uma taxa de participação dos homens superior a 62%.

Tabela 46 - Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, extrativa mineral e indústria de transformação, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.

Municípios	Total			Extrativa Mineral			Indústria de transformação		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	1.236.261	679.291	556.970	2.713	2.466	247	236.851	143.852	92.999
Território	22.999	10.573	9.995	2	1	1	1.999	1.449	550
Acaraú	2.621	1.329	1.292	-	-	-	176	128	48
Barroquinha	995	442	1.124	-	-	-	3	2	1
Bela Cruz	1.551	601	610	-	-	-	26	24	2
Camocim	5.235	2.906	706	-	-	-	877	495	382
Chaval	1.694	1.036	842	2	1	1	-	-	-
Cruz	1.526	547	1.362	-	-	-	34	30	4
Granja	2.577	846	1.118	-	-	-	1	1	-
Jijoca de Jericoacoara	1.501	625	738	-	-	-	11	8	3
Marco	2.228	1.110	241	-	-	-	855	746	109
Martinópolis	1.063	399	991	-	-	-	1	1	-
Morrinhos	1.071	404	362	-	-	-	12	11	1
Uruoca	937	328	609	-	-	-	3	3	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 47 - Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, construção civil, comércio, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009

Municípios	Serviços industriais de utilidade pública			Construção civil			Comércio		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	6.874	5.886	988	58.435	54.184	4.251	185.522	113.583	71.939
Território	5	4	1	140	138	2	1.414	813	601
Acaraú	5	4	1	34	32	2	149	103	46
Barroquinha	-	-	-	-	-	-	12	10	2
Bela Cruz	-	-	-	22	22	-	22	13	9
Camocim	-	-	-	5	5	-	759	409	350
Chaval	-	-	-	-	-	-	30	21	9
Cruz	-	-	-	5	5	-	75	42	33
Granja	-	-	-	73	73	-	104	55	49
Jijoca de Jericoacoara	-	-	-	1	1	-	104	43	61
Marco	-	-	-	-	-	-	78	59	19
Martinópolis	-	-	-	-	-	-	10	6	4
Morrinhos	-	-	-	-	-	-	43	30	13
Urucá	-	-	-	-	-	-	28	22	6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 48 - Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, administração pública, agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009

Municípios	Serviço			Administração pública			Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	334.959	193.511	141.448	386.474	144.527	241.947	24.433	21.282	3.151
Território	2.758	1.828	930	15.885	5.589	10.296	796	751	45
Acaraú	183	76	107	1.729	669	1.060	345	317	28
Barroquinha	1	-	1	915	368	547	64	62	2
Bela Cruz	53	21	32	1.428	521	907	-	-	-
Camocim	1.076	725	351	2.188	956	1.232	330	316	14
Chaval	714	608	106	937	395	542	11	11	-
Cruz	69	39	30	1.329	417	912	14	14	-
Granja	60	25	35	2.326	679	1.647	13	13	-
Jijoca de Jericoacoara	445	236	209	940	337	603	-	-	-
Marco	121	79	42	1.157	210	947	17	16	1
Martinópolis	3	2	1	1.049	390	659	-	-	-
Morrinhos	28	13	15	988	350	638	-	-	-
Uruoca	5	4	1	899	297	602	2	2	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas Tabelas 47 e 48, pode-se verificar o número de empregos formais por setores de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária-Extrativismo Vegetal-Caça e Pesca) e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, no ano de 2009.

De acordo com as mesmas tabelas, pode-se ainda verificar que a administração pública seguida do setor de serviços são os setores de atividades econômicas que mais ocupam pessoas, isto é, que possuem o maior número de empregos formais, com 15.885 e 2.758, respectivamente, para o Território Litoral Extremo Oeste. Na magnitude do estado do Ceará, a leitura segue a mesma tendência, onde os setores de administração pública e serviços são os maiores empregadores.

14.1.5 Renda *per capita*

A Tabela 49 fornece informações sobre renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, para o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos.

A taxa de crescimento da renda *per capita* territorial (40%) acompanhou a tendência de crescimento desse mesmo parâmetro em nível estadual (40%). A renda *per capita* territorial saiu de 57,40 reais, em 1991, para 80,37 reais em 2000, aumentou 22,97 reais.

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* baixa, variando de R\$ 38,53 no município de Granja a R\$ 63,05 no município de Acaraú, em 1991. Em 2000, a renda *per capita* variou de R\$ 55,09 a R\$ 99,73 para os municípios de Granja e Camocim, respectivamente. A renda *per capita* territorial foi inferior a renda estadual em R\$ 1,19 em 1991 e R\$ 1,67 em 2000. Dentre os municípios, o que apresentou uma maior taxa de crescimento da

renda *per capita* foi Jijoca de Jericoacoara, com 71%. O que apresentou menor crescimento foi o município de Bela Cruz com 8% de crescimento.

Os baixos valores de renda *per capita* dos municípios, geralmente, refletem os elevados níveis de pobreza da população.

Tabela 49 - Renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Renda per capita - R\$ de 2000		Taxa de Crescimento (%)
	1991	2000	
Ceará	58,59	82,04	40,04
Território	57,40	80,37	40,01
Acaraú	63,05	80,60	27,85
Barroquinha	38,53	60,17	56,17
Bela Cruz	57,27	61,87	8,03
Camocim	62,14	99,73	60,49
Chaval	49,57	69,09	39,36
Cruz	61,63	73,03	18,50
Granja	49,80	55,09	10,62
Jijoca de Jericoacoara	53,26	91,19	71,23
Marco	53,67	78,87	46,96
Martinópole	50,46	62,25	23,38
Morrinhos	44,72	66,06	47,72
Uruoca	44,42	57,31	29,00

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

15 SETOR PRODUTIVO

15.1 Setor Agropecuário

No Território Litoral Extremo Oeste o setor agropecuário responde por aproximadamente 16 % do PIB. O setor agropecuário fica atrás apenas do setor do serviços, com 66 % do PIB. A produção agropecuária do território é bastante diversificada. Várias são as cadeias produtivas encontradas, indo da cajucultura até a carcinicultura. No entanto, as cadeias produtivas da agricultura familiar que se destacam são as seguintes: cajucultura, mandiocultura, carnaúba e a pesca artesanal.

15.1.1 Sistemas de produção agrícola

15.1.1.1 Agricultura de sequeiro

A agricultura de sequeiro é um sistema de produção agrícola totalmente dependente das condições pluviométricas. Como sabemos, o nordeste brasileiro apresenta uma condição de alta irregularidade pluviométrica, tanto em quantidade quanto na sua freqüência, o que torna esse sistema muito frágil e resulta muitas vezes em quedas de produção e em casos mais drásticos, até mesmo em não produção das culturas.

15.1.1.2 Agricultura irrigada

A agricultura irrigada utiliza-se da tecnologia da irrigação. A irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação. Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes.

Esse sistema de produção não é dependente da pluviosidade, pois aplica água as planta de forma artificial, no entanto, exige um certo nível tecnológico e grande parte dos agricultores de base familiar não possuem recurso financeiro suficiente para implantá-lo em suas propriedades.

15.1.2 Produção Agrícola

15.1.2.1 *Culturas permanentes*

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Normalmente são cultivadas após a broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área após preparada é utilizada por vários anos com a monocultura implantada, onde anualmente, realiza-se apenas roço ou um gradeamento nas entrelinhas das plantas.

15.1.2.2 *Culturas Temporárias*

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replantio após cada colheita.

Normalmente são cultivadas nos sistemas conhecidos como no toco ou itinerante, também conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente.

Na Tabela 50, pode-se verificar a evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, período de 2006 a 2009.

Se considerarmos a área de produção, em disparado a cajucultura ocupa o primeiro lugar, com 88 mil hectares de área colhida, muito maior que a cultura que ocupa o segundo lugar em área colhida que foi o feijão com 27 mil hectares a área de cajucultura cresceu 2,1 mil hectares entre os anos de 2006 e 2009. Já sua produção caiu se considerarmos esse mesmo período, saindo de aproximadamente 33 mil toneladas em 2006 para 25,5 mil toneladas em 2009. O valor da produção de castanha de caju também apresentou uma tendência de queda, isso muito por conta da queda na produção.

Outra cultura que merece destaque é a mandioca, ocupando o terceiro lugar no valor da produção em 2009. Sua área colhida saiu de, aproximadamente, 15,5 mil hectares em 2006 para 18 mil hectares em 2009, no entanto sua produção caiu de 144 mil toneladas em 2006 para 92,5 mil toneladas em 2009. Comportamento inverso pode ser verificado no que se refere ao valor da produção que aumentou de 12,6 milhões de reais em 2006 para 15,7 milhões em 2009.

A cultura do arroz , que mais que duplicou sua área colhida de 2006 a 2009, e o coco, também apresentam papel de importância na economia do setor agropecuário do território.

Tabela 50 - Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Litoral Extremo Oeste , 2006-2009.

Produto	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacaxi (2)	26	54	8	25	1.124	2.870	208	750	1.496	4.098	171	750
Arroz (em casca) (2)	635	1.373	1.386	1.576	643	1.393	1.407	1.472	293	1.058	1.057	1.106
Banana (cacho) (1)	292	288	282	309	5.245	4.644	4.593	4.848	2.034	1.828	1.752	1.969
Batata-doce (2)	159	164	170	179	957	1.000	1.054	1.154	318	367	365	315
Cana-se-açúcar (2)	74	79	79	83	2.960	3.160	3.239	3.403	101	119	123	133
Castanha de caju (1)	86.442	87.118	88.279	88.539	32.901	10.679	28.612	25.535	27.788	8.982	24.977	23.442
Coco-de-baia (1)	6.780	6.897	6.939	7.013	35.715	27.921	36.399	37.224	15.200	9.703	12.935	15.618
Feijão (em grão) (2)	24.175	26.633	27.239	27.284	8.172	6.947	8.503	4.771	9.183	7.645	13.823	7.481
Goiaba (1)	-	-	12	12	-	-	72	75	-	-	68	75
Laranja (1)	37	35	35	34	364	335	344	341	88	82	82	84
Mamão (1)	34	62	58	236	1.733	3.453	3.146	13.656	436	874	1.224	7.990
Mamona (2)	-	-	-	26	-	-	-	4	-	-	-	4
Mandioca (2)	15.550	15.411	16.415	18.017	144.125	110.702	154.495	92.538	12.638	13.574	19.867	15.701
Melancia (2)	160	175	187	188	6.429	7.005	7.704	7.786	1.396	1.755	1.852	1.947
Melão (2)	28	22	-	-	700	570	-	-	537	257	-	-
Milho (em grão) (2)	23.165	25.759	26.467	25.619	13.864	11.683	16.469	12.241	5.155	4.158	7.959	5.482
Total	157.557	164.070	167.556	169.140	254.932	192.362	266.245	205.798	76.663	54.500	86.255	82.096

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Pode-se notar, ainda na Tabela 50, que culturas como melão e abacaxi apresentam-se como culturas de alto valor econômico, e por isso deve ser esclarecido que são culturas que exigem do produtor um alto nível tecnológico empregado. Além do mais, são culturas de alto risco. Qualquer variação climática pode resultar em perda total da produção, principalmente nas condições climáticas do Território Litoral Extremo Oeste.

A Cultura milho do é bastante cultivada em todo território, por isso apresentam uma elevada área plantada, cerca de 25 mil hectares (em 2009), respectivamente. A agricultura familiar é quem cultiva essas cultura no território, com função principal de subsistência. Essas culturas são cultivadas em quase sua totalidade em sistema de produção de sequeiro, ficando a mercê da pluviosidade.

Na Figura 21, pode-se verificar a distribuição do valor da produção das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, período de 2006 a 2009.

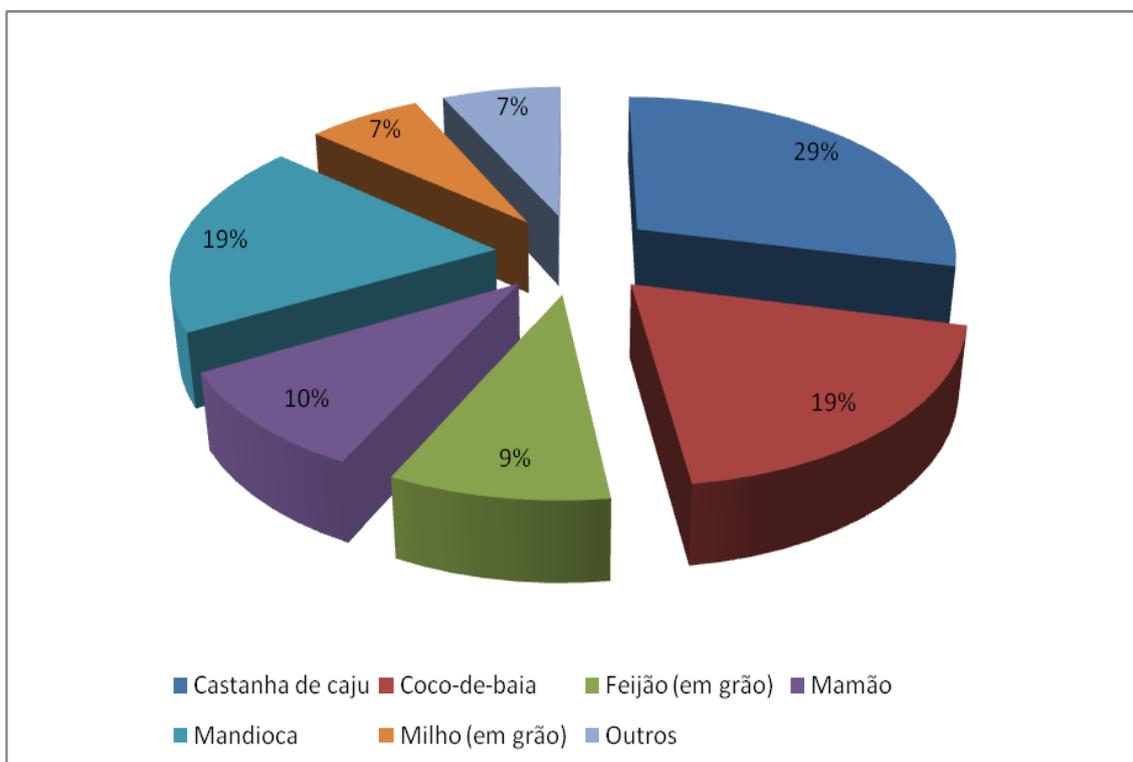


Figura 21:- Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Litoral Extremo Oeste , 2010.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Como falado anteriormente, a cajucultura ocupa o primeiro lugar, com 29% na composição do valor total das culturas temporárias e permanentes. A mandiocultura ocupa o segundo lugar no valor da produção de castanha de caju, com uma fatia de 19% do valor total das culturas temporárias e permanentes.

Em terceiro lugar vem a cultura do feijão, com 9% do valor total da produção de lavouras temporárias e permanentes. Produção típica da agricultura familiar, disseminada por praticamente todo o território brasileiro, o feijão exibe, ao lado dessa importância econômica, um lado cultural. Uma outra face é a de estar associada a baixos níveis de produtividade e de remuneração dos produtores, resultando em desestímulo para a cadeia produtiva.

15.1.3 Sistemas de Produção Animal

15.1.3.1 *Pecuária Extensiva*

A pecuária extensiva é aquela que é desenvolvida em grandes extensões de terras, com gado solto, geralmente sem grandes aplicação de recursos tecnológicos, investimentos financeiros nem recursos veterinários importantes.

15.1.3.2 *Pecuária Intensiva*

A pecuária intensiva é aquela que é praticada utilizando-se recursos tecnológicos avançados, tais como: confinamento, reprodução através de inseminação artificial, ração com altos níveis nutricionais; controle via satélite etc.

15.1.4 Produção Animal

Nas Tabelas 51, 52 e 53 pode-se verificar os efetivos dos rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de aves do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Pode-se verificar que o rebanho bovino do território praticamente se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Essa mesma tendência pode ser observado para os municípios que compõem o território. Dentre os municípios, o que apresenta maior rebanho bovino é Granja com 21.661 cabeças no ano de 2009. Em seguida, vem o município de Jijoca de Jericoacoara com um efetivo bovino de 1.232 cabeças. O Território Litoral Extremo Oeste totaliza um efetivo bovino de, aproximadamente, 78.000 cabeças, respondendo apenas por 3,1% do rebanho total do estado do Ceará.

Ao analisarmos o rebanho suíno, verifica-se que o efetivo bovino aumentou. Saiu de 122.353 cabeças em 2008 para 125.040 em 2009 no Território Litoral Extremo Oeste . O mesmo aconteceu com a maioria dos municípios do território, excetuando-se Granja e Uruoca que tiveram um decréscimo de 1,5% e 2,2%, respectivamente. O município com maior efetivo é Granja com 50.193 cabeças em 2009. Em seguida vem Camocim com 13.602 cabeças. O município com menor rebanho é Jijoca de Jericoacoara com apenas 3.373 cabeças em 2009. O rebanho do território é pequeno se considerarmos o efetivo estadual, chegando a apenas 10,8% do total estadual.

Tabela 51 - Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Bovinos		Suínos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	2.460.523	2.494.482	1.152.598	1.160.410
Território	77.385	78.098	122.353	125.040
Acaraú	6.088	6.192	8.027	8.206
Barroquinha	2.732	2.813	9.606	10.076
Bela Cruz	6.185	6.289	3.525	3.609
Camocim	8.174	8.498	13.109	13.602
Chaval	2.614	2.710	5.511	5.748
Cruz	3.720	3.628	5.565	5.649
Granja	21.239	21.661	50.966	50.193
Jijoca de Jericoacoara	1.263	1.232	3.357	3.373
Marco	9.148	8.775	7.109	7.292
Martinópolis	2.646	2.492	2.645	4.494
Morrinhos	6.264	6.428	3.819	3.880
Uruoca	7.312	7.380	9.114	8.918

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 52 - Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Caprinos		Ovinos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Território	70.741	74.725	82.782	86.140
Acaraú	2.225	2.358	7.991	8.550
Barroquinha	3.364	3.510	4.483	4.589
Bela Cruz	6.385	6.800	15.136	15.892
Camocim	5.755	5.890	10.821	11.292
Chaval	3.744	3.843	1.857	1.935
Cruz	1.438	1.540	7.970	8.328
Granja	27.960	28.322	15.251	15.603
Jijoca de Jericoacoara	1.452	1.520	2.615	2.740
Marco	4.592	4.775	6.215	6.476
Martinópolis	2.756	4.833	2.048	2.068
Morrinhos	3.620	3.765	4.909	5.130
Uruoca	7.450	7.569	3.486	3.537

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O rebanho de caprinos do Território Litoral Extremo Oeste aumentou em 3.984 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. O maior efetivo caprino no território é do município de Granja, com 28.322 cabeças, correspondendo a 38% do rebanho do território. O menor rebanho é do município de Jijoca de Jericoacoara, com apenas 1.520 no ano de 2009. O rebanho de caprinos do território chega a 7,4% do total estadual.

Pode-se verificar que o rebanho de ovinos é superior ao de caprinos em 13,2%. O rebanho de ovinos cresceu, aproximadamente, 3.300 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. Dentre os maiores rebanhos, temos o do município de Bela Cruz com mais de 15.000 cabeças, somente no ano de 2009. O município com menor rebanho de ovinos é Chaval, com pouco menos de 2.000 cabeças no ano de 2009.

Tabela 53 - Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	7.914.552	8.014.121	16.655.602	16.607.399
Território	154.008	157.484	309.792	316.322
Acaraú	32.225	32.708	54.978	55.968
Barroquinha	7.758	8.105	11.238	11.800
Bela Cruz	15.945	16.232	36.602	37.298
Camocim	21.327	22.393	25.535	26.811
Chaval	3.208	3.324	4.217	4.386
Cruz	15.428	15.660	17.715	18.070
Granja	18.245	18.427	85.996	86.845
Jijoca de Jericoacoara	8.366	8.535	16.135	16.458
Marco	12.118	12.421	13.741	14.155
Martinópolis	2.250	2.295	5.210	5.314
Morrinhos	8.978	9.142	20.245	20.852
Uruoca	8.160	8.242	18.180	18.365

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Como podemos ver, o efetivo de galinhas do território responde por 1,97% do total estadual (ano de 2009). O mesmo pode-se verificar para o

efetivo de galos, frangas e pintos, onde o território responde por 1,9% do efetivo total estadual.

Os maiores rebanhos de galinha encontram-se nos municípios de Acaraú, Camocim e Granja, correspondendo juntos a 47% do rebanho territorial. O município que apresenta menor efetivo de galinhas é Martinópolis, com apenas 2.295 cabeças.

Quanto ao efetivo de galos, frangas e pintos, os municípios de Acaraú e Granja despontam na frente sendo responsáveis por 45% do rebanho do território.

Nas Tabelas 54, 55 e 56 pode-se verificar a quantidade produzida e o valor da produção de leite, ovos de galinha e mel do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Tabela 54 - Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite			
			Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	516.353	524.314	425.210	432.537	321.427	337.943
Território	11.844	12.170	8.528	8.874	8.316	8.900
Acaraú	1.078	1.095	923	933	923	933
Barroquinha	303	318	188	192	188	231
Bela Cruz	1.166	1.172	989	996	989	996
Camocim	1.157	1.215	810	842	810	1.011
Chaval	297	312	193	198	183	238
Cruz	740	755	630	643	630	643
Granja	3.148	3.302	2.030	2.129	1.929	1.916
Jijoca de Jericoacoara	166	169	126	135	126	162
Marco	1.124	1.132	852	950	852	950
Martinópolis	402	410	217	224	195	268
Morrinhos	1.028	1.042	779	834	779	834
Uruoca	1.235	1.248	791	798	712	718

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Pode-se verificar que a quantidade produzida de leite nos anos de 2008 e 2009 no Território Litoral Extremo Oeste, foi de 8.5 e 8.9 milhões de litros de leite, respectivamente. Praticamente, a produção se manteve constante nesses

anos. Já o valor da produção, teve um aumento de 7%, saindo de 8,3 milhões de reais para 8,9 milhões de reais.

O município de Granja aponta como o maior produtor de leite do território, com 2,1 milhões de litros de leite, 24% da produção total do território. Jijoca de Jericoacoara aparece como o menor produtor de leite do território com menos de 150 mil litros e com um valor da produção de 162 mil reais.

A produção de ovos de galinha acompanha a tendência do efetivo de galinhas, onde os maiores produtores são os municípios de Acaraú e Camocim, com um total de 303 mil dúzias de ovos, o que resulta num valor total de 909 mil reais.

A produção do território não alcança 1% da produção estadual. O mesmo acontece quando avaliamos o valor da produção, o que reflete que o preço praticado no território é semelhante ao do estado do Ceará.

Tabela 55 - Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de ovos (Galinha)			
	Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	117.923	123.281	251.884	284.810
Território	855	873	2.263	2.617
Acaraú	191	191	477	573
Barroquinha	39	40	116	121
Bela Cruz	93	95	234	285
Camocim	107	112	320	336
Chaval	16	18	48	53
Cruz	92	94	230	281
Granja	91	92	274	276
Jijoca de Jericoacoara	49	51	124	152
Marco	72	74	180	221
Martinópolis	11	11	27	33
Morrinhos	53	54	133	162
Uruoca	41	41	100	124

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No ano de 2008, a produção de mel do território chegou a 0,6% do total do estado do Ceará. No ano seguinte, em 2009, manteve-se no mesmo patamar. A produção de mel no estado do Ceará apresentou um tímido crescimento dos anos de 2008 para 2009, crescendo 16%. Já o valor da produção do estado do Ceará saiu de 13 milhões de reais (2008) para 17 milhões (2009), houve um acréscimo de 4 milhões de reais em apenas uma ano.

O mesmo ocorreu com o território. Do ano de 2008 para 2009, houve uma aumento tanto na quantidade produzida quanto no valor da produção, a segunda variável provavelmente acompanhou a primeira. Isso foi observado em todos os municípios do território com produção, com destaque para o município de Marco que aumentou sua produção em mais de dez vezes do ano de 2008 para o ano de 2009. Este município responde por 20% pra produção territorial. Vale ressaltar também a importância de um outro município, o de Camocim, responsável por quase 40% da produção do território.

Tabela 56 - Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de mel de abelha			
	Quantidade (kg)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	4.072.702	4.734.959	13.186	17.044
Território	24.731	31.993	141	163
Acaraú	1.644	1.890	8	7
Barroquinha	-	-	-	-
Bela Cruz	3.068	3.315	15	12
Camocim	12.127	12733	73	83
Chaval	261	380	2	2
Cruz	491	520	2	2
Granja	3.566	3.611	23	23
Jijoca de Jericoacoara	-	-	-	-
Marco	554	6.400	3	22
Martinópolis	-	-	-	-
Morrinhos	2.608	2.736	13	10
Uruoca	412	408	2	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A cadeia da pesca também apresenta um alto valor econômico para o território, ocupando um papel de destaque entre as cadeias produtivas. A mesma está relacionada diretamente com a localização geográfica do território, isto é, os municípios de Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Barroquinha, estão localizados na costa marinha oeste do estado. Além disso, esta cadeia está bem vinculada ao hábito alimentar da população, contribuindo assim para que seja considerada como uma das principais cadeias relacionadas ao desenvolvimento econômico do território.

O pescado do Território Litoral Extremo Oeste é desembarcado, principalmente, nos seguintes municípios, e respectivas comunidades pesqueiras de maior produção: Bitupitá, no município de Barroquinha; Porto de Camocim, no município de Camocim; e, Porto de Acaraú, no município de Acaraú.

A produção anual de pescado marinho e estuarino do Estado do Ceará oscilou de 14,2 a 18,9 mil toneladas/ano, entre 1996 e 2005, sendo evidenciada uma evolução no desempenho da pesca de pequena escala, que captura, principalmente, peixes, haja vista que sua participação relativa na produção, estadual cresceu de 49% para 58%, no mesmo período. Entre os municípios de maior produção, destacaram-se aqueles localizados a oeste de Fortaleza, no caso Camocim com 33,3% da captura estadual, Acaraú com 9,6%, Itarema com 8,0% e Barroquinha com 7,3%. Seguem-se Fortaleza (capital do estado), representando 8,6%, e Beberibe (5,1%), este último localizado no litoral leste. Assim, somente os três municípios do território (Camocim, Acaraú e Barroquinha), respondem por, aproximadamente, 50% da produção total de pescado do estado do Ceará.

A produção da cadeia produtiva do pescado no Território Litoral Extremo Oeste representa, aproximadamente, 52,7 % do total do estado do Ceará. O valor da produção da cadeia produtiva do pescado no Território Litoral Extremo Oeste é de R\$ 57,1 milhões, o que corresponde a 39,5 % do valor total da produção do estado do Ceará que é de R\$ 144,6 milhões. Entretanto, o Território Litoral Extremo Oeste não apresenta um número tão grande na frota de embarcações pesqueira. A frota total do estado do Ceará é constituída por 7.431 embarcações, enquanto que desse total, o território possui uma frota de

1.317 embarcações, representando, aproximadamente, 17,7 % da frota do estado (IBAMA, 2010). Isso, reflete a realidade pesqueira do território, onde, a base da cadeia produtiva da produção de pescado envolve grandes empresas de pesca industrial, em maior proporção, e os pescadores artesanais. O segmento de pescadores artesanais absorve mais mão-de-obra, sendo, também, responsável pela exploração dos estoques pesqueiros de espécies variadas utilizadas para o abastecimento alimentar das famílias e a comercialização em comércios locais.

O setor pesqueiro no Território Litoral Extremo Oeste conta com o comitê da pesca, o setor pesqueiro é organizado pelas colônias de pescadores a Z-22 com sede em Acaraú e a Z-45 - localizada na cidade de Granja, este trata da regulamentação dos pescadores, inclusive dos continentais. A região integra o território da pesca que discute e monitora as políticas para o setor vinculado ao Ministério da Pesca e Aquicultura, no Ceará, a SEAP-Superintendência da Pesca e Aquicultura. Quem articula o referido território é a SEAP, e conta com uma assessoria técnica com ponto de apoio na cidade de Cruz. O território da pesca integra todo o litoral cearense.

Na Tabela 57, verifica-se a produção de pescado marítimo e estuarino do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2007 e 2008.

Tabela 57 - Produção do pescado marítimo e estuarino, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2007-2008

Municípios	Produção do pescado marítimo e estuarino (t)	
	2007	2008
Ceará	17.920	20.538
Acaraú	2.589	3.130
Barroquinha	1.245	1.751
Camocim	4.681	5.080
Cruz	301	390
Jijoca de Jericoacoara	134	172

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

15.2 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas no território e tem um papel importante em sua economia.

A extração da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente, pois sem um manejo racional, isto é, agroflorestal, não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado em sua exploração.

No caso da carnaúba, a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente adaptada ao extrativismo, não sofre conseqüências tão grave no seu processo de extração. Torna-se grave quando a retirada da espécie é com finalidade de desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera), que em vez de ser utilizada como cobertura morta em cultivos agrícolas, tornando um sistema de cultivo mais sustentável, na maioria das vezes, é queimada.

Na Tabela 58, pode-se verificar a produção e o valor da produção dos principais produtos extrativos vegetais do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008 e 2009.

Dentre os produtos do extrativismos vegetal, o que possui maior valor da produção no território é, sem dúvidas, a carnaúba, com 2,3 milhões de reais para a cera, 9,1 milhões de reais para o pó, e, 169 mil reais em fibra, resultando em 11,5 milhões de reais somente para essa cadeia no território.

Tabela 58 - Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção extrativa vegetal			
	Quantidade (t)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Carnaúba (cera)				
Ceará	2.478	2.294	15.616	14.705
Território	345	347	1.900	2.358
Granja	345	347	1.900	2358
Carnaúba (pó)				
Ceará	5.492	5.497	17.464	18.026
Território	2.730	2.751	8.857	9.126
Acaraú	46	48	182	197
Barroquinha	43	42	124	125
Bela Cruz	178	181	714	737
Camocim	744	756	2.158	2.344
Chaval	41	40	122	119
Cruz	43	46	172	189
Granja	879	882	2.637	2645
Jijoca de Jericoacoara	12	14	48	56
Marco	160	167	641	678
Martinópole	72	66	216	190
Morrinhos	302	298	1.213	1212
Uruoca	210	211	630	634
Carnaúba (fibra)				
Ceará	1.423	1.454	861	975
Território	234	244	140	169
Acaraú	22	23	16	22
Bela Cruz	17	20	13	18
Camocim	1	1	0	1
Chaval	1	1	0	0
Cruz	4	5	3	4
Granja	92	93	50	56
Jijoca de Jericoacoara	6	7	5	6
Marco	6	7	4	6
Martinópole	22	21	11	10
Morrinhos	32	33	24	30
Uruoca	31	33	14	16
Carvão vegetal				
Ceará	11.499	11.340	3.593	3.952
Território	823	829	349	444
Acaraú	41	45	14	18
Barroquinha	66	63	33	41
Bela Cruz	19	23	7	9
Camocim	27	25	15	18
Chaval	61	58	30	35
Cruz	23	27	8	11
Granja	360	357	180	214
Jijoca de Jericoacoara	8	9	3	4
Marco	13	15	4	6
Martinópole	36	43	10	22
Morrinhos	21	24	7	10
Uruoca	148	140	38	56
Lenha (1)				
Ceará	4.550.237	4.525.309	33.933	35.212
Território	409.098	425.848	2.329	2.711
Acaraú	40.130	43.740	201	262
Barroquinha	20.020	19.546	130	127
Bela Cruz	93.380	98.049	467	588
Camocim	61.044	59.050	397	413
Chaval	3.256	3.179	21	21
Cruz	10.768	12.706	54	76
Granja	81.207	80.020	528	544
Jijoca de Jericoacoara	14.053	16.160	70	97
Marco	24.020	28.350	120	170
Martinópole	19.000	19.190	114	138
Morrinhos	26.920	30.958	135	186
Uruoca	15.300	14.900	92	89

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Chamamos atenção para dois municípios, em específico, produtores de cera e pó de carnaúba no território, são eles: Granja e Camocim. Esses municípios apresentam tradição na exploração extrativista da carnaúba e a

renda adquirida por essa cadeia, reflete de forma significativa na qualidade de vida das famílias de agricultores familiares. Somente em Granja, cerca de 2,6 milhões de reais são movimentados nessa cadeia produtiva de pó da carnaúba. É um valor considerável se consideramos que é apenas praticada parte do ano e de forma extrativista.

Como a carnaubeira predomina nos ambientes com solos argilosos, aluviões, de margens de rios, suporta lugares alagados e com elevados teores de salinidade (CUNHA, 1994), características estas comum a alguns municípios do Território Litoral Extremo Oeste , esta cadeia produtiva apresenta um elevado potencial de produção, ocupando assim papel de destaque ao pensar em desenvolvimento rural do território.

Com a finalidade de estimular e conscientizar os diferentes segmentos da cadeia produtiva desta cultura no Território Litoral Extremo Oeste , e para que a mesma ganhe competitividade no mercado, faz-se necessário a racionalização dos sistemas de produção vigentes, contribuindo para o aumento da renda do agricultor familiar e melhoria da qualidade do pó cerífero, da cera e de seus derivados.

No Território Litoral Extremo Oeste, os empreendimentos da agricultura familiar produzem a cera em pequenas casas de cera, localizadas no quintal da própria moradia. Em alguns empreendimentos, a cera é produzida em casas de cera que são adaptações de casas de farinha, tendo o espaço dupla funcionalidade de acordo com as safras da carnaúba ou mandioca.

A comercialização é realizada pelos agricultores familiares através de corretores de exportação e industriais exportadores, que reúnem a produção de cera de carnaúba e realizam seu processamento e comercialização para compradores internacionais e nacionais.

No que se refere à comercialização, principalmente para exportação da cera de carnaúba, o Estado do Ceará já ocupou lugar de destaque entre os Estados do nordeste, no entanto, vem gradativamente, ao longo dos anos, diminuindo a sua participação na pauta de exportação, devido entre outros fatores, a desorganização da cadeia produtiva em todos os seus segmentos, o baixo índice tecnológico do sistema de produção, e falta de apoio creditício.

Quanto aos municípios produtores de cera de carnaúba, verifica-se que Granja é o único produtor respondendo por 100% da produção do território.

O carvão vegetal não tem uma grande importância econômica para o território, assim como, para o estado do Ceará, sendo Granja o município responsável por quase 50% do valor da produção do território. No entanto, se considerarmos a lenha, verifica-se que é um produto extrativista de alto valor econômico para o estado e território, com 35 milhões de reais e 2,7 milhões, respectivamente. Dentre os maiores produtores, os municípios de Bela Cruz e Granja despontam nessa atividade. Vale ressaltar que essa atividade não tem nada a se vangloriar, pois a mesma é uma das maiores degradadoras no meio ambiente, resultando em prejuízos muito sérios para a fauna e flora de um bioma muito sensível como a caatinga, onde se encontra maior parte dos municípios do território.

16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Na Tabela 59, pode-se verificar o número de imóveis rurais por tamanho do imóvel e classificação de áreas do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2005.

Tabela 59 - Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2005.

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Território	5.336	482.005	65	136.401	373	141.621	1.404	140.663	3.302	63.226	192	94
Acaraú	925	44.914	5	5.311	41	14.616	151	15.477	691	9.438	37	72
Barroquinha	87	17.497	4	4.525	19	8.357	34	3.797	29	818	1	0
Bela Cruz	669	41.432	12	11.558	41	11.280	189	12.915	366	5.679	61	0
Camocim	430	68.136	13	24.415	52	20.757	163	18.066	197	4.898	5	0
Chaval	88	10.806	1	957	15	5.754	34	2.944	35	1.140	3	10
Cruz	573	17.019	-	-	10	3.547	76	6.347	474	7.125	13	0
Granja	781	146.239	17	64.806	109	42.370	266	29.883	342	9.180	47	0
Jijoca de Jericoacoara	152	8.689	1	5.111	1	545	15	1.574	135	1.458	-	-
Marco	635	54.959	6	11.221	43	17.841	211	18.818	361	7.079	14	0
Martinópolis	55	7.080	2	2.503	5	1.827	20	2.118	27	632	1	0
Morrinhos	434	27.171	2	3.714	16	5.594	93	10.727	315	7.124	8	12
Uruoca	507	38.064	2	2.281	21	9.133	152	17.996	330	8.654	2	0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 59, nota-se que o número total de imóveis do território é de 5.336 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 482 mil hectares. Deste número de imóveis, a grande maioria é classificada como minifúndios, que reflete de certa forma o padrão da agricultura familiar do território.

Pode-se verificar na Tabela 65 propriedades do território ocupam uma área de 136 mil hectares, sendo assim classificadas como grandes propriedades. Outras 373 propriedades ocupam uma área de 141,6 mil hectares, classificadas como médias propriedades. As propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 140,6 mil hectares em um número total de 1.404 propriedades. Finalmente, as propriedades classificadas como minifúndios, ocupam 63 mil hectares, em um número total de 3.302 propriedades.

Vale ressaltar que no município de Cruz, nenhuma propriedade foi classificada como grande propriedade. Nos municípios de Chaval e Jijoca de Jericoacoara somente uma propriedade foi classificada dessa maneira e nos municípios de Martinópolis, Morrinhos e Uruoca apenas duas propriedades foram consideradas grandes.

Nas Figuras 23 e 24, verifica-se a distribuição percentual do número e área de imóveis de acordo com a classificação de áreas dos municípios do Território Litoral Extremo Oeste , em 2005.

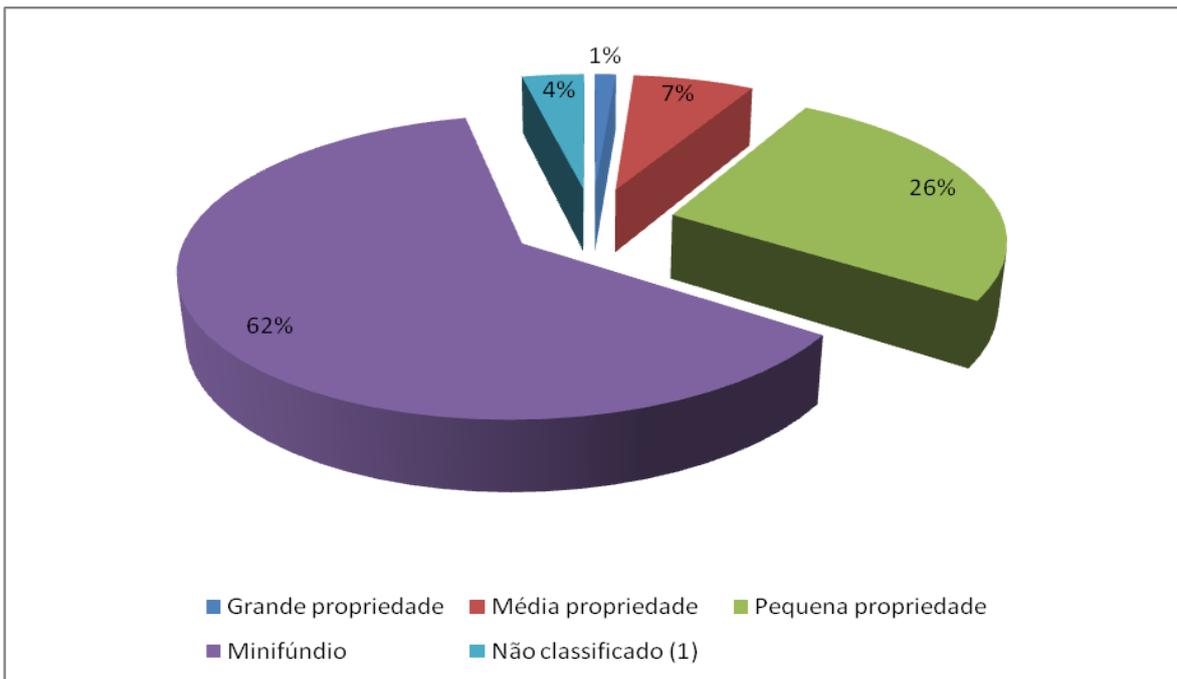


Figura 22. Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Extremo Oeste , 2008.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

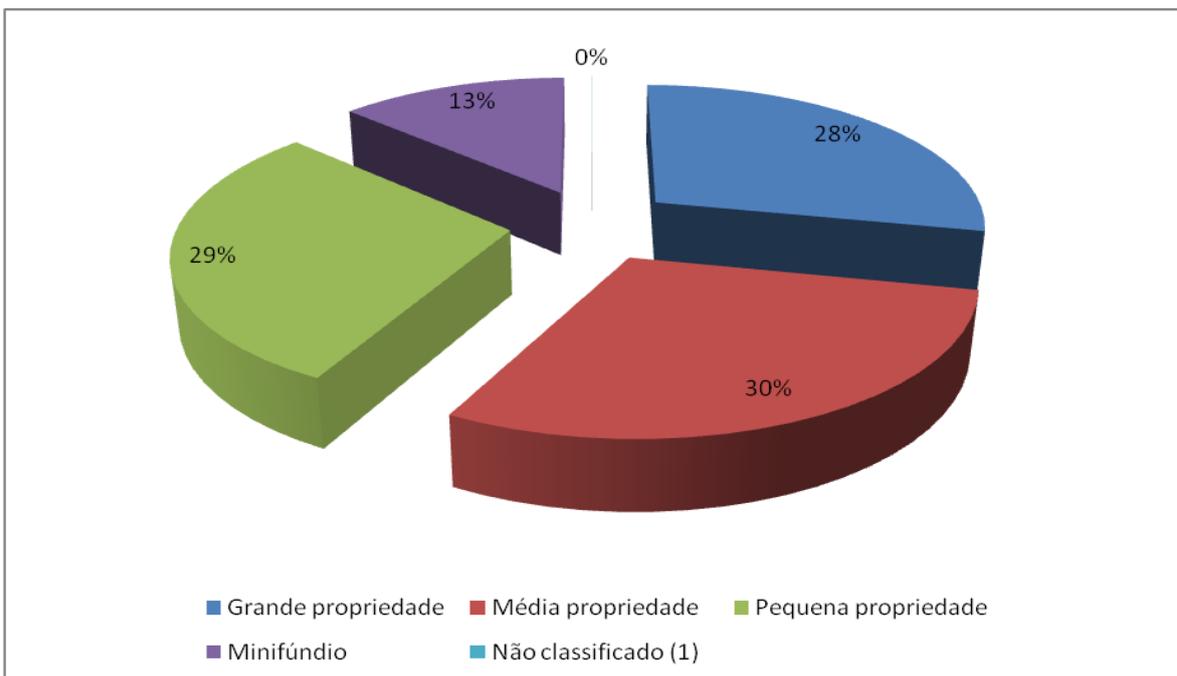


Figura 23. Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Litoral Extremo Oeste , 2008.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Verifica-se que 62% das propriedades são classificadas como minifúndios, refletindo que a estrutura fundiária territorial tem como base a

agricultura familiar. O que chama atenção também é que 26% das propriedades são classificadas como pequenas propriedades. Logo, se somarmos o percentual de minifúndios e pequenas propriedades, perceberemos que 88% das propriedades estão nas mãos de agricultores de base familiar. Esse número é bastante significativo e deve dar subsídios as políticas públicas do território.

Ainda analisando a distribuição do número de propriedades no território, verifica-se que somente 7% encontram-se classificados como média propriedade e somente 4% como grande propriedade.

Quando fazemos a análise da distribuição da área dos imóveis rurais de acordo com sua classificação, notamos que o inverso acontece, onde 28% da área dos imóveis está ocupada por propriedades classificadas como grande propriedade. Nas classes média, pequena e minifúndios, a distribuição percentual é de 30%, 29% e 13%, respectivamente. Isso reflete a má distribuição de terras no território, que é reflexo de todo um contexto histórico. Esses dados subsidiam ao território a importância e a necessidade de uma política de reforma agrária mais igualitária e efetiva para o Brasil, Ceará, Território Litoral Extremo Oeste .

Na Tabela 60, verifica-se que no Território Litoral Extremo Oeste não foram realizados cadastros e nem foram regularizados imóveis rurais no ano de 2008 e no ano de 2009 essa quantidade foi mínima. No entanto, sabemos que desde o ano de 2010 o IDACE vem realizando cadastro e regularizando imóveis rurais em todo estado do Ceará, porém, esses dados ainda não se encontram disponíveis.

Tabela 60 - Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Imóveis rurais							
	Cadastrados				Regularizados			
	Programado		Realizado		Programado		Realizado	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	18.470	39.433	15.390	34.746	12.776	18.202	10.682	18.301
Território	-	70	-	61	-	70	-	61
Granja	-	70	-	61	-	70	-	61

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

16.1 Número de assentamentos e assentados/as da reforma agrária

Tabela 61 - Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.

Municípios(2)	Assentamento de trabalhadores rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias beneficiadas	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	42	73	9.165,08	13.240,94	340	566
Território	1	-	211	-	14	-
Uruoca	1	-	211,26	-	14	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

17.1 Comercialização da produção de base familiar e artesanal

17.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Dos 12 municípios que compõem o Território Litoral Extremo Oeste , apenas dois deles acessam o programa, dentre eles: Acaraú e Jijoca de Jericoacoara. Há a necessidade de discutir a importância para os municípios juntamente com seus gestores. A situação demonstra a falta de sensibilidade das autoridades locais bem como a falta de informação por parte dos agricultores sobre esse processo de dinamização econômica que remete ao acesso aos programas institucionais. Essa falta de acesso às informações demonstra o não envolvimento dos gestores com o programa. O PAA, dessa forma, verifica-se no território alguns entraves.

Em Acaraú a implantação do PAA se deu através de doze projetos na modalidade CPR-Doação, com recursos do MDS, com as seguintes associações e valores contratados:

Tabela 62 - Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território Litoral Extremo Oeste , implantados no município de Acaraú, em 2010.

Instituição proponente	Valor de recursos R\$
Ass. Comunitária dos Produtores e agricultores do Córrego dos Agostinhos	108.500,00
Associação Comunitária dos Agricultores de Caboclinhos	71.989,20
Associação Comunitária dos Produtores e Agricultores de Celsolândia	67.488,00
Conselho dos Índios Tremembé do Córrego das Telhas	66.475,20
Associação Comunitária de Agricultores e Pescadores de Curral Velho	157.478,50
Ass. Comunitária dos Produtores e Agricultores e Agricultores de Curral Velho	116.980,00
Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores de Lagoa Dantas	111.964,00
Ass. Comunitária dos Produtores e Agricultores de Lagoa Dantas	83.960,00
Associação Comunitária dos Produtores de Mirindiba	62.964,00
Conselho dos Índios Tremembé de Queimadas	87.466,00
Ass. do Desenvolvimento Comunitário de Tucunzeiros	121.479,00
Associação Comunitária de Santos Reis	94479,00
Total	1.151.223,54

Fonte: MDS, 2010.

Os projetos de compra e venda contratados nesse município totalizaram em R\$ 1.151.223,54. Os consumidores dos produtos são associações, escolas, paróquias, institutos, centros de referência, comunidades, cooperativas e conselhos.

Em Acaraú a implantação do PAA se deu através de doze projetos na modalidade CPR-Doação, com recursos do MDS, com as seguintes associações e valores contratados:

Tabela 63 - Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território Litoral Extremo Oeste , implantados no município de Jijoca de Jericoacoara, em 2010.

Instituição proponente	Valor de recursos R\$
Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores Familiares de Baixo	107.956,00
Total	107.956,00

Fonte: MDA, 2010

Os projetos de compra e venda contratados nesse município totalizaram em R\$ 107.956,00. Os consumidores dos produtos são associações, escolas, paróquias, institutos, centros de referência, comunidades, cooperativas e conselhos.

17.2 Crédito no apoio a agricultura familiar

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos anos. Entretanto, há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo, aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Nas Tabelas 64 e 65, verificam-se financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e pecuária por finalidades (custeio, investimento e comercialização) do estado do Ceará, do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008.

Verifica-se que, em 2008, foram fechados 3,7 mil contratos, sendo concedido um montante de 18,9 milhões de reais no Território Litoral Extremo Oeste . Desse total, 62% dos contratos foram da Agricultura e 38% da Pecuária, no entanto, o montante de recurso financiados na agricultura foi bem superior, cerca de 2,3 milhões, enquanto que na pecuária, cerca de 1,7 milhões de reais.

Se compararmos com o estado do Ceará, verifica-se que o Território Litoral Extremo Oeste correspondeu por uma fatia de 3,5% do total financiado no estado do Ceará. Se analisarmos o número de contratos, notamos que 2,7% do número total de contratos foram concedidos no território, isso no ano de 2008. Se fizermos essa análise para o ano de 2009, percebemos que o número de contratos no território aumentou para 4.186, e o valor total de financiamentos foi para 38,3 milhões, cerca de 18,3 milhões a mais do que o ano anterior. Desse total, foram concedidos 32,5 milhões para a agricultura e 5,7 milhões de reais para a pecuária, sendo o valor concedido para agricultura bem maior que o concedido para pecuária.

Tabela 64 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2008							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Total								
Ceará	137.243	542.354.509	20.881	110.950.971	116.231	278.000.097	131	153.403.442
Território	3.724	18.989.469	895	7.944.749	2.829	11.044.720	-	-
Acarauá	309	8.500.723	224	2.679.912	85	5.820.812	-	-
Barroquinha	66	192.136	9	93.620	57	98.516	-	-
Bela Cruz	99	285.120	72	237.297	27	47.822	-	-
Camocim	317	1.957.773	37	1.206.519	280	751.254	-	-
Chaval	81	326.568	10	182.893	71	143.676	-	-
Cruz	233	304.647	-	-	233	304.647	-	-
Granja	1.074	3.012.562	275	1.705.604	799	1.306.957	-	-
Jijoca de Jericoacoara	270	518.155	12	54.365	258	463.789	-	-
Marco	126	994.820	75	523.793	51	471.027	-	-
Martinópolis	272	677.411	25	300.022	247	377.388	-	-
Morrinhos	362	1.118.785	15	621.920	347	496.864	-	-
Uruoca	515	1.100.771	141	338.803	374	761.967	-	-
Agricultura								
Ceará	49.466	288.262.071	16.780	74.304.380	32.577	77.661.614	109	136.296.077
Território	2.319	12.282.766	880	7.744.918	1.439	4.537.848	-	-
Acarauá	301	4.246.710	223	2.659.912	78	1.586.798	-	-
Barroquinha	44	156.822	8	83.624	36	73.198	-	-
Bela Cruz	77	252.860	72	237.297	5	15.562	-	-
Camocim	209	1.575.761	37	1.206.519	172	369.242	-	-
Chaval	60	151.853	8	37.908	52	113.945	-	-
Cruz	41	75.428	-	-	41	75.428	-	-
Granja	778	2.553.272	275	1.705.604	503	847.667	-	-
Jijoca de Jericoacoara	237	468.223	12	54.365	225	413.858	-	-
Marco	99	907.150	72	519.343	27	387.807	-	-
Martinópolis	162	517.573	25	300.022	137	217.550	-	-
Morrinhos	64	690.996	10	613.320	54	77.676	-	-
Uruoca	247	686.120	138	327.003	109	359.117	-	-
Pecuária								
Ceará	87.777	254.092.438	4.101	36.646.591	83.654	200.338.482	22	17.107.365
Território	1.405	6.706.702	15	199.831	1.390	6.506.871	-	-
Acarauá	8	4.254.014	1	20.000	7	4.234.014	-	-
Barroquinha	22	35.314	1	9.996	21	25.318	-	-
Bela Cruz	22	32.260	-	-	22	32.260	-	-
Camocim	108	382.011	-	-	108	382.011	-	-
Chaval	21	174.716	2	144.985	19	29.731	-	-
Cruz	192	229.219	-	-	192	229.219	-	-
Granja	296	459.290	-	-	296	459.290	-	-
Jijoca de Jericoacoara	33	49.932	-	-	33	49.932	-	-
Marco	27	87.670	3	4.450	24	83.220	-	-
Martinópolis	110	159.838	-	-	110	159.838	-	-
Morrinhos	298	427.789	5	8.600	293	419.189	-	-
Uruoca	268	414.651	3	11.800	265	402.851	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Verifica-se que o Território Litoral Extremo Oeste correspondeu por uma fatia de 6,9% do total financiado no estado do Ceará, um pouco superior ao

ano de 2008. Enquanto isso nota-se que o número de contratos também subiu em relação ao ano anterior, ficando com um percentual de 3,7%.

A respeito da finalidade dos investimentos, em 2008, pode-se notar que, no Território Litoral Extremo Oeste , a distribuição foi a seguinte: 7,9 milhões de reais para o custeio; 11 milhões em investimento; e, para comercialização nenhum valor foi concedido. Dos 7,9 milhões utilizados em custeio, 7,7 milhões de reais foram na agricultura e 200 mil na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 4,5 milhões foram concedidos para a agricultura e 6,5 milhões para a pecuária.

Tabela 65 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2009							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Total								
Ceará	113.618	551.363.361	14.298	117.129.449	99.179	284.011.763	141	150.222.149
Território	4.186	38.273.741	701	5.813.855	3.485	32.459.886	-	-
Acarauá	219	21.075.837	57	795.568	162	20.280.269	-	-
Barroquinha	80	206.332	6	60.827	74	145.505	-	-
Bela Cruz	112	368.846	84	271.643	28	97.203	-	-
Camocim	480	2.168.608	31	1.412.034	449	756.574	-	-
Chaval	56	88.595	3	8.243	53	80.352	-	-
Cruz	11	32.095	-	-	11	32.095	-	-
Granja	1.294	8.736.213	260	1.725.746	1.034	7.010.467	-	-
Jijoca de Jericoacoara	818	1.522.570	35	109.342	783	1.413.227	-	-
Marco	49	549.952	48	476.752	1	73.200	-	-
Martinópolis	233	755.508	22	372.721	211	382.787	-	-
Morrinhos	141	1.212.042	7	164.011	134	1.048.031	-	-
Uruoca	693	1.557.143	148	416.968	545	1.140.175	-	-
Agricultura								
Ceará	40.342	310.181.889	11.096	71.715.634	29.117	110.522.402	129	127.943.852
Território	2.961	32.547.015	695	5.730.654	2.266	26.816.361	-	-
Acarauá	163	20.882.101	56	783.397	107	20.098.704	-	-
Barroquinha	62	187.127	6	60.827	56	126.299	-	-
Bela Cruz	89	302.277	84	271.643	5	30.634	-	-
Camocim	400	2.042.688	31	1.412.034	369	630.654	-	-
Chaval	44	73.211	3	8.243	41	64.967	-	-
Cruz	9	29.819	-	-	9	29.819	-	-
Granja	969	5.635.306	260	1.725.746	709	3.909.560	-	-
Jijoca de Jericoacoara	685	1.273.828	35	109.342	650	1.164.485	-	-
Marco	47	519.910	46	446.710	1	73.200	-	-
Martinópolis	162	609.467	22	372.721	140	236.747	-	-
Morrinhos	10	170.432	5	124.831	5	45.601	-	-
Uruoca	321	820.850	147	415.159	174	405.691	-	-
Pecuária								
Ceará	73.276	241.181.472	3.202	45.413.815	70.062	173.489.361	12	22.278.297
Território	1.225	5.726.726	6	83.202	1.219	5.643.524	-	-
Acarauá	56	193.735	1	12.170	55	181.565	-	-
Barroquinha	18	19.206	-	-	18	19.206	-	-
Bela Cruz	23	66.569	-	-	23	66.569	-	-
Camocim	80	125.920	-	-	80	125.920	-	-
Chaval	12	15.385	-	-	12	15.385	-	-
Cruz	2	2.275	-	-	2	2.275	-	-
Granja	325	3.100.907	-	-	325	3.100.907	-	-
Jijoca de Jericoacoara	133	248.742	-	-	133	248.742	-	-
Marco	2	30.042	2	30.042	-	-	-	-
Martinópolis	71	146.040	-	-	71	146.040	-	-
Morrinhos	131	1.041.610	2	39.180	129	1.002.430	-	-
Uruoca	372	736.293	1	1.809	371	734.484	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No ano de 2009, verifica-se que, no Território Litoral Extremo Oeste, a distribuição foi a seguinte: 5,8 milhões de reais para o custeio; 32,4 milhões em investimento; e, assim como em 2008, nenhum valor foi concedido para comercialização. Dos 5,8 milhões utilizados em custeio, 5,7 milhões de reais foram na agricultura e 85 mil na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca

de 26,8 milhões foram concedidos para a agricultura e 5,6 milhões para a pecuária.

Dentre os municípios, Acaraú seguido de Granja e Camocim foram os que acessaram mais créditos para financiamento, com 8,5; 3 e 2 milhões de reais, respectivamente, isso no ano de 2008. Para o ano de 2009, a situação continuou a mesma, sendo os mesmo municípios agraciados com 21; 8,7 e 2 milhões de reais, respectivamente.

18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

18.1 Serviços

18.1.1 Serviços no meio rural

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas do território como, o extrativismo da Carnaúba, o processamento da castanha de caju, a pesca, e a extração do mel. Na cadeia da carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território alcançou no ano de 2009 um valor de produção em torno de 11,6 milhões de reais. Outra cadeia é a cajucultura, onde o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro. Nessa atividade participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, embora o território tenha uma produção de 25,5 mil toneladas e um valor de produção de 23,4 milhões de reais. Apesar disso, há um potencial muito maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto que acaba por ser desperdiçado. A cadeia produtiva da apicultura ocorre no período da colheita do mel, de maio a julho, com uma safra de 31,9 toneladas de mel e 163mil reais. A pesca acontece durante o ano inteiro, com exceção do período de defeso, e é uma cadeia produtiva de grande valor econômico, com 20,5 milhões de reais.

18.1.2 Serviços no meio urbano

Os serviços se configuram como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o empurram para um patamar que representa mais de 65% do PIB territorial.

Em 2008, são 260 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 181 empresas, correspondendo a 69% do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 47 empresas e

correspondendo a 18% do total. O município de Jijoca de Jericoacoara aponta como o que apresenta maior número de empresas dos setores de alojamento e alimentação, com 84 empresas, isso pela importância deste município no contexto turístico. Barroquinha é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 3 empresas, sendo as três na área de administração pública, defesa e seguridade social. O quadro de 2008 praticamente não se alterou no ano seguinte.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 1,5%; comunicação, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 3,5%; serviços sociais, 0,4%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 3,5%.

Tabela 66 - Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.

Municípios	Empresas de serviços									
	2008									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.219	890	316	5.570	33	834	899	65	132	480
Território	260	4	9	181	-	9	47	-	1	9
Acaraú	39	-	1	29	-	-	5	-	1	3
Barroquinha	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Bela Cruz	8	1	-	2	-	2	3	-	-	-
Camocim	47	1	5	28	-	4	6	-	-	3
Chaval	9	-	-	1	-	1	6	-	-	1
Cruz	16	-	-	12	-	-	3	-	-	1
Granja	14	-	-	10	-	1	3	-	-	-
Jijoca de Jericoacoara	88	-	1	84	-	-	3	-	-	-
Marco	15	1	1	7	-	1	5	-	-	-
Martinópole	8	-	1	3	-	-	3	-	-	1
Morrinhos	6	1	-	1	-	-	4	-	-	-
Uruoca	7	-	-	4	-	-	3	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Em 2009, são 257 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 181 empresas, correspondendo a 70% do total; e o de administração pública, defesa e

seguridade social, com 47 empresas e correspondendo a 18% do total. O município de Jijoca de Jericoacoara aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Barroquinha é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 3 empresas, sendo as três na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 0,2%; comunicação, 3,5%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 4,7%; serviços sociais, 0,4%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 1,1%.

Tabela 67 - Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.

Municípios	Empresas de serviços									
	2009									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.199	895	334	5.582	32	907	895	65	154	335
Território	257	4	9	181	-	12	47	-	1	3
Acaraú	37	-	1	29	-	-	5	-	1	1
Barroquinha	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Bela Cruz	8	1	-	2	-	2	3	-	-	-
Camocim	46	1	5	28	-	5	6	-	-	1
Chaval	9	-	-	1	-	2	6	-	-	-
Cruz	16	-	-	12	-	-	3	-	-	1
Granja	14	-	-	10	-	1	3	-	-	-
Jijoca de Jericoacoara	88	-	1	84	-	-	3	-	-	-
Marco	15	1	1	7	-	1	5	-	-	-
Martinópole	8	-	1	3	-	1	3	-	-	-
Morrinhos	6	1	-	1	-	-	4	-	-	-
Uruoca	7	-	-	4	-	-	3	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Tabela 68, pode-se verificar as cooperativas ativas por classes do estado do Ceará, do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008 e 2009.

O território possuía 3 cooperativas em 2008 e no ano de 2009 esse número caiu para 2. Em 2008, as cooperativas estavam distribuídas nos seguintes setores: 1 no setor de infraestrutura e 2 no de transporte. Com a queda no número de cooperativas, isto é, em 2009 ficaram assim distribuídas: 1 no de infraestrutura e 1 no de transporte.

Tabela 68 - Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios(1)	Cooperativas ativas																							
	Total		Classes																					
			Agropecuária		Produção		Infra-estrutura		Educativa		Crédito		Habitacional		Consumo		Mineração		Trabalho		Transporte		Saúde	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	201	154	30	23	4	2	7	7	3	2	12	10	-	-	1	1	-	-	57	22	47	55	40	32
Território	3	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-
Acarau	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Granja	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morrinhos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Uruoca	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

18.2 Turismo

Longe dos grandes centros urbanos, as praias desse território são ideais para quem procura tranquilidade de dia e diversão à noite. A costa possui um recorte singular, formado por enseadas e foz de rios. A praia mais conhecida é a de Jericoacoara, verdadeiro cartão postal que ainda conserva o ar primitivo de seus primeiros colonizadores, os pescadores. A orla também favorece a prática de esportes náuticos. São 190 quilômetros de costa, onde sobressaem a presença de dunas móveis, coqueirais e a pesca da lagosta. As cidades abrigam pousadas charmosas e algumas

Os turistas podem apreciar a culinária especializada em lagosta e os passeios entre as dunas e as fontes de água doce.

Na Tabela 36, pode-se verificar a oferta nos meios de hospedagem do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008 e 2009.

O número de estabelecimentos para hospedagem no território, em 2008, foi de 130 e no ano de 2009 aumentou para 133. Dentre os municípios que possuem uma maior oferta, encontra-se Jijoca de Jericoacoara, muito por conta da importância turística da Praia de Jericoacoara. Somente esse município respondeu em 2009 por 62% do número total de estabelecimentos hoteleiros do território.

Tabela 69 - Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Território	130	133	1.693	1.828	4.473	4.812
Acaraú	5	5	75	77	161	164
Barroquinha	5	6	24	24	63	63
Bela Cruz	1	1	25	25	38	50
Camocim	16	18	312	360	759	873
Cruz	19	18	160	178	436	474
Granja	2	2	29	37	85	97
Jijoca de Jericoacoara	82	83	1.068	1.127	2.931	3.091

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Os principais atrativos turísticos do Território Litoral Extremo Oeste se encontram na Tabela 70 a seguir.

Tabela 70 - Atrativos turísticos, segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios.

Municípios	Atrativos turísticos
Acaraú	Praias, dunas, restingas, porto de barcos, colônias de pescadores, lagoas interdunares; Rio Acaraú com ilhas e manguezais abrigando aves e fauna características.
Barroquinha	Praia, manguesal, pesca de caranguejo, dunas, mata de coqueiros; Lagoas interdunares; Planície de inundação do rio Timonha; Ilhas fluviais.
Camocim	Praias apropriadas para o turismo ecológico, áreas de proteção ambiental (Praia da Tatajuba); Falésias elevadas, grandes mantos de dunas, coqueirais e manguezais; Concentra grande número de lagoas; Estuário de rio, manguezais e diversas ilhas.
Cruz	Praias, dunas e vegetação densa; Lagoas interdunares e em tabuleiros; Rio tendo por cenário matas de carnauba.
Granja	Vasta planície coberta de belo carnaubal interrompida por serrotes e outeiros.
Jijoca de Jericoacoara	Praia, cordões de dunas móveis, coqueirais, mangues, restingas, serrotes; Concentra várias lagoas, uma delas, a lagoa de Jijoca é a 2ª maior do Ceará; Riachos; Foz do Rio Guriú.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

18.3 Comércio

Sabemos que o comércio é um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, logo, também dentro de um território. No Território Litoral Extremo Oeste não é diferente. Nas Tabelas 71 a 74, pode-se verificar os estabelecimentos comerciais varejistas do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008 e 2009.

Tabela 71 - Atrativos turísticos, segundo o Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Total		Automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas		Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas		Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios		Pneumáticos e câmaras de ar		Combustíveis, lubrificantes e gas liquefeito de petróleo (GLP)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	82.808	82.806	929	929	3.975	3.975	976	976	333	333	1.930	1.930
Território	3.343	3.344	13	13	119	119	56	56	1	1	74	74
Acarauá	487	487	7	7	17	17	7	7	-	-	10	10
Barroquinha	94	94	-	-	4	4	4	4	-	-	2	2
Bela Cruz	237	237	1	1	10	10	6	6	-	-	7	7
Camocim	669	670	3	3	26	26	10	10	1	1	16	16
Chaval	128	128	-	-	-	-	1	1	-	-	2	2
Cruz	300	300	1	1	12	12	4	4	-	-	6	6
Granja	479	479	-	-	17	17	12	12	-	-	11	11
Jijoca de Jericoacoara	260	260	-	-	13	13	3	3	-	-	2	2
Marco	278	278	1	1	11	11	4	4	-	-	8	8
Martinópolis	126	126	-	-	1	1	2	2	-	-	2	2
Morrinhos	166	166	-	-	8	8	1	1	-	-	6	6
Uruoca	119	119	-	-	-	-	2	2	-	-	2	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 72 - Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Mercadorias em geral (1)		Lojas de departamentos, magazines e lojas de variedades		Produtos de gêneros alimentícios		Bebidas		Tecidos, vestuário e artigos de armarinho		Calçados, artigos de couro e de viagem	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	28.100	28.095	392	392	3.239	3.238	1.313	1.313	14.875	14.871	1.358	1.356
Território	1.517	1.517	8	8	94	94	51	51	642	642	32	32
Acarauá	223	223	1	1	20	20	16	16	89	89	6	6
Barroquinha	54	54	1	1	1	1	2	2	6	6	1	1
Bela Cruz	84	84	-	-	5	5	2	2	65	65	3	3
Camocim	311	311	2	2	27	27	6	6	110	110	2	2
Chaval	80	80	-	-	-	-	1	1	18	18	1	1
Cruz	109	109	-	-	12	12	2	2	74	74	4	4
Granja	253	253	2	2	11	11	10	10	65	65	5	5
Jijoca de Jericoacoara	77	77	-	-	7	7	7	7	78	78	1	1
Marco	97	97	-	-	3	3	-	-	61	61	7	7
Martinópolis	79	79	2	2	1	1	1	1	18	18	-	-
Morrinhos	71	71	-	-	4	4	3	3	43	43	1	1
Uruoca	79	79	-	-	3	3	1	1	15	15	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 73 - Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Ótica, relojoaria e joalheria		Artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanato		Perfumaria e produtos farmacêuticos		Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais		Máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos-eletrônicos de uso doméstico e pessoal		Máquinas, equipamentos e materiais de informática e comunicação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	1.377	1.377	974	974	3.313	3.313	1.127	1.128	1.191	1.191	1.991	1.991
Território	30	30	21	21	111	111	26	26	63	63	38	38
Acaraú	7	7	3	3	12	12	3	3	8	8	6	6
Barroquinha	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	2	2
Bela Cruz	1	1	-	-	6	6	2	2	3	3	4	4
Camocim	7	7	-	-	26	26	2	2	13	13	10	10
Chaval	2	2	-	-	4	4	2	2	-	-	-	-
Cruz	2	2	2	2	4	4	3	3	9	9	6	6
Granja	3	3	2	2	24	24	4	4	9	9	2	2
Jijoca de Jericoacoara	2	2	13	13	10	10	1	1	7	7	-	-
Marco	3	3	-	-	6	6	6	6	6	6	5	5
Martinópolis	1	1	-	-	7	7	1	1	-	-	1	1
Morrinhos	1	1	1	1	3	3	1	1	6	6	1	1
Uruoca	1	1	-	-	4	4	1	1	2	2	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 74 - Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas													
	Artigos fotográficos e cinematográficos, instrumentos musicais e acessórios, discos e fitas		Artigos de decoração e utilidades domésticas		Madeira e seus artefatos		Material para construção		Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas		Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos		Outros	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	462	462	3.157	3.157	457	457	6.498	6.499	1.548	1.548	385	385	2.908	2.916
Território	9	9	73	73	28	28	219	220	46	46	16	16	56	56
Acarauá	-	-	14	14	2	2	19	19	7	7	2	2	8	8
Barroquinha	-	-	2	2	-	-	8	8	2	2	-	-	-	-
Bela Cruz	2	2	4	4	2	2	22	22	5	5	1	1	2	2
Camocim	4	4	13	13	4	4	43	44	10	10	1	1	22	22
Chaval	-	-	2	2	2	2	11	11	1	1	-	-	1	1
Cruz	1	1	8	8	3	3	25	25	4	4	5	5	4	4
Granja	-	-	11	11	4	4	21	21	6	6	2	2	5	5
Jijoca de Jericoacoara	1	1	9	9	3	3	16	16	3	3	4	4	3	3
Marco	1	1	6	6	7	7	32	32	4	4	-	-	10	10
Martinópolis	-	-	1	1	-	-	8	8	1	1	-	-	-	-
Morrinhos	-	-	3	3	1	1	7	7	3	3	1	1	1	1
Uruoca	-	-	-	-	-	-	7	7	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Vale ressaltar que o número de estabelecimentos comerciais praticamente se manteve constante no período observado, onde, em 2009, foi de 3.344 estabelecimentos comerciais varejistas, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de mercadorias em geral, com 1.517 estabelecimentos, correspondendo a 45% do total; o de tecidos e vestuário, com 642 estabelecimentos e correspondendo a 19% do total; o de material para construção, com uma fatia de 6,6%; . Os municípios de Acaraú e Camocim despontam como os que apresentam maior número de estabelecimentos em quase todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Barroquinha é o município que possui o menor número de estabelecimentos comerciais, com apenas 94 estabelecimentos.

As outras atividades que merecem destaque são: produtos de gênero alimentícios, com 2,8%; peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas, 3,5%; perfumaria e produtos farmacêuticos, 3,3%; e, artigos de decoração e utilidades domésticas, com 2,1%.

18.4 Indústria

A indústria costuma ser um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, no entanto, o mesmo não ocorre para municípios do Território Litoral Extremo Oeste .

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense.

Na Tabela 75, pode-se verificar as empresas industriais do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008 e 2009. O território possuía 298 indústrias no ano de 2008 e foi para um número de 299 em 2009. As indústrias do território correspondem por uma fatia de apenas 1,9% do total estadual. As indústrias do setor de transformação do território somam 254, tanto para 2008 como para 2009, responde por cerca de 85% do

número total do território. Da mesma forma, no Ceará, as indústria de transformação corresponde por 82%, logo, o território acompanha essa mesma tendência.

Tabela 75 - Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	15.431	15.431	218	222	2.381	2.439	111	111	12.660	12.659
Território	298	299	26	26	14	15	4	4	254	254
Acaraú	34	34	2	2	2	2	2	2	28	28
Barroquinha	7	7	4	4	-	-	-	-	3	3
Bela Cruz	27	27	-	-	2	2	-	-	25	25
Camocim	44	45	7	7	2	3	2	2	33	33
Chaval	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-
Cruz	25	25	-	-	1	1	-	-	24	24
Granja	30	30	2	2	2	2	-	-	26	26
Jijoca de Jericoacoara	12	12	-	-	1	1	-	-	11	11
Marco	52	52	-	-	3	3	-	-	49	49
Martinópolis	7	7	1	1	-	-	-	-	6	6
Morrinhos	43	43	-	-	1	1	-	-	42	42
Uruoca	7	7	-	-	-	-	-	-	7	7

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

19 INFRAESTRUTURA: ELÉTRICA, HÍDRICA E DE ESTRADAS

19.1 Energia Elétrica

O Território Litoral Extremo Oeste está bem assistido no que se refere a infraestrutura de energia elétrica. Nas Tabelas 76 e 77, pode-se verificar o consumo e o número de consumidores de energia elétrica por classes de consumo do estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, em 2008 e 2009.

O consumo de energia elétrica, praticamente, se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Em 2009, o total consumido foi de 157,8 mil Mwh, sendo que os principais consumidores do território são os de uso residencial, rural e comercial, sendo responsáveis por quase 73% do consumo territorial. 40% do consumo de energia do território é feito pelo uso residencial.

Ao analisar o número de consumidores do território em 2008, verifica-se que o número total é de, aproximadamente, 91,5 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 71,5 mil consumidores, responde por uma fatia de 78% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 13 mil consumidores, respondendo por cerca de 14% do número total no território.

Tabela 76 - Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumo de energia elétrica (mwh)									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.526.045	2.456.488	1.958.270	1.424.163	687.137	385.245	367.578	236.177	10.987	-
Território	151.328	58.106	13.496	15.212	35.474	9.103	15.071	4.657	208	-
Acaraú	36.412	8.940	5.320	2.846	14.823	1.459	2.297	649	77	-
Barroquinha	5.426	2.563	297	210	1.338	277	649	92	-	-
Bela Cruz	8.830	4.073	218	738	2.136	513	852	299	-	-
Camocim	32.304	12.887	4.927	3.767	4.505	2.210	2.723	1.206	80	-
Chaval	4.811	2.345	25	338	712	388	529	473	-	-
Cruz	9.094	3.831	158	736	2.097	978	1.118	175	-	-
Granja	13.214	7.117	127	1.039	1.186	946	2.284	492	24	-
Jijoca de Jericoacoara	10.107	4.438	11	3.199	697	624	940	197	-	-
Marco	17.044	4.709	2.298	1.223	6.462	539	1.440	352	19	-
Martinópolis	3.707	1.823	40	134	127	390	993	199	-	-
Morrinhos	6.342	3.405	62	671	876	407	621	292	8	-
Uruoca	4.038	1.974	13	310	513	373	626	230	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 77 - Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumo de energia elétrica (MWh)									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.823.070	2.607.762	1.985.871	1.510.511	694.377	399.644	380.339	233.101	11.466	-
Território	157.894	62.541	13.841	16.963	35.340	9.089	15.295	4.612	213	-
Acaraú	36.844	9.697	5.315	3.273	14.044	1.545	2.309	610	51	-
Barroquinha	5.666	2.768	303	241	1.412	258	592	90	0	-
Bela Cruz	9.360	3.974	188	736	2.516	615	1.021	309	0	-
Camocim	33.990	13.819	5.067	4.305	4.325	2.232	2.966	1.198	78	-
Chaval	4.883	2.484	20	374	644	344	517	500	0	-
Cruz	9.403	4.113	160	893	2.220	769	1.078	171	0	-
Granja	14.243	7.887	127	1.100	1.232	976	2.398	493	30	-
Jijoca de Jericoacoara	10.915	4.960	11	3.525	730	595	916	178	0	-
Marco	17.654	5.094	2.544	1.264	6.566	570	1.253	313	51	-
Martinópolis	3.866	1.943	39	170	185	362	962	204	0	-
Morrinhos	6.728	3.645	58	774	864	458	626	300	3	-
Uruoca	4.343	2.157	10	307	601	366	657	245	0	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Ao analisar o número de consumidores do território em 2008, verifica-se que o número total é de, aproximadamente, 91,5 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 71,5 mil consumidores, responde por uma fatia de 78% do total.

Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 13 mil consumidores, respondendo por cerca de 14% do número total no território.

Dentre os município com maior número de consumidores, temos Camocim, Acaraú e Granja, com 17,7; 14 e 11,7 mil consumidores, respectivamente.

Tabela 78 - Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.629.661	2.132.492	5.943	151.276	303.994	28.400	5.697	1.634	225	-
Território	91.580	71.565	157	4.835	13.248	1.406	290	68	11	-
Acaraú	14.198	10.398	24	776	2.731	213	32	22	2	-
Barroquinha	4.275	3.551	5	181	451	68	13	6	-	-
Bela Cruz	7.898	4.906	17	379	2.441	134	18	3	-	-
Camocim	17.776	15.098	16	1.020	1.378	207	42	12	3	-
Chaval	3.459	3.021	4	178	182	55	17	2	-	-
Cruz	7.178	4.733	12	368	1.912	130	17	6	-	-
Granja	11.751	10.107	14	489	939	148	50	1	3	-
Jijoca de Jericoacoara	5.097	3.992	3	430	560	81	24	7	-	-
Marco	7.270	5.675	26	480	959	108	18	2	2	-
Martinópole	3.085	2.648	9	92	232	68	33	3	-	-
Morrinhos	5.655	4.586	17	263	685	92	9	2	1	-
Uruoca	3.938	2.850	10	179	778	102	17	2	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 79 - Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.739.086	2.219.849	5.874	154.746	320.736	29.308	6.615	1.727	231	-
Território	97.528	75.238	154	5.172	15.062	1.445	374	72	11	-
Acaraú	15.325	10.956	23	847	3.191	243	41	22	2	-
Barroquinha	4.408	3.695	6	176	449	63	13	6	-	-
Bela Cruz	8.405	4.982	16	379	2.866	135	23	4	-	-
Camocim	18.344	15.464	16	1.072	1.507	216	54	12	3	-
Chaval	3.644	3.147	3	189	223	56	24	2	-	-
Cruz	7.547	4.922	13	413	2.049	125	20	5	-	-
Granja	13.390	11.381	16	515	1.242	153	79	1	3	-
Jijoca de Jericoacoara	5.464	4.233	5	480	619	82	34	11	-	-
Marco	7.722	5.969	27	526	1.066	109	21	2	2	-
Martinópole	3.254	2.722	8	107	307	71	36	3	-	-
Morrinhos	5.876	4.752	16	277	728	89	11	2	1	-
Uruoca	4.149	3.015	5	191	815	103	18	2	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Verifica-se nas Tabela 78 e 79 que, do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um crescimento significativo no número de consumidores do território, saindo de 91,5 mil para 97,5 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 75,2 mil consumidores, responde por uma fatia de 77% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 15 mil consumidores, respondendo por cerca de 15% do número total no território.

19.2 Hídrica

Essencial à vida, a água é um elemento fundamental ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, inclusive, é indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Além de constituir componente básico da biomassa, da paisagem e do ambiente. Numerosos são os exemplos de sucesso nos países relativamente mais desenvolvidos, cujos programas de abastecimento hídrico, tornaram-se prioridade e fizeram parte de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O Território Litoral Extremo Oeste está bem assistido no que se refere a infra estrutura hídrica. Na Tabela 80, pode-se verificar as principais fontes de abastecimento hídrico do Território Litoral Extremo Oeste e seus municípios, isso, tanto para abastecimento humano, como para suas mais diversas finalidade (dessedentação animal, irrigação, balneabilidade, etc.).

Abaixo, podemos visualizar um dos açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais. A barragem de Itaúna é abastecida pelo riacho Timonha. Está localizado no município de Chaval, e é uma importante fonte de abastecimento hídrico do município. Assim como, sua água é utilizada também com fins de produção agropecuária.

Tabela 80 - Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Litoral Extremo Oeste , agosto de 2010.

Bacias hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m³)	Cota (m)				Volume (mil m³)		
			Sangria	Estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	Final da estação chuvosa passada	Início do ano	Atual
-	Território	168.400	-	-	-	-	168.400	119.602	98.346
Gangorra	Granja	62.500	38	38	36,91	36	62.500	49.392	44.022
Itaúna	Chaval	77.500	33	32,5	30,47	30	77.500	45.452	40.580
Martinópole	Martinópole	23.200	99	99	98,66	97	23.200	21.068	11.150
Premuoca	Uruoca	5.200	88	88	86,73	86	5.200	3.689	2.594

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Visualizamos na Tabela 81, mais uma vez o barramento do Riacho Timonha, dando origem a uma barragem que foi construída ainda em 2001, localizada no município de Chaval. Essa barragem tem uma capacidade volumétrica de 78 milhões de m³. Verifica-se também que existe uma nova barragem a ser construída no município de Marco que está com as obras paralisadas, chama-se Diamantino, com uma capacidade de 17 milhões de m³. São importantes fonte de abastecimento hídrico dos municípios. Assim como, sua água é utilizada também com fins de produção agropecuária.

Tabela 81 - Barragens construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Extremo Oeste , 1996-2009.

Barragens	Capacidade (milhões de m³)	Município	Rio barrado	Ano de conclusão/ Situação
-	157	Território	-	-
Construídas				
Gangorra	63	Granja	Riacho Gangorra	1999
Itaúna	78	Chaval	Riacho Timonha	2001
Em construção				
Diamantino	17	Marco	Inhanduba	obra paralisada

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No território existe uma adutora construída em 2002, a Adutora Barroquinha/Chaval, que tem como fonte hídrica o Açude Itaúna no município de Chaval. Essa adutora beneficia uma população de 21.936 pessoas.

Tabela 82 - Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Litoral Extremo Oeste , 1996-2008.

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
Construídas						
Barroquinha/Chaval	Chaval	Açude Itaúna	30,4	56	21.937	2002

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a SOHIDRA, foram construídos três poços no território em 2009. Um no Assentamento Jatobá em Camocim, e os outros dois na localidades de Formosa e Sítio Prata em Cruz.

Tabela 83 - Poços construídos pela SOHIDRA no Território Litoral Extremo Oeste , 2009.

Municípios	Localidades	Coordenadas (1)		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte (N)	Leste (E)		
Camocim	Assentamento Jatobá	9670950	284766	60,00	30.000
Cruz	Formosa	9687984	345449	54,00	30.000
Cruz	Sítio Prata	9676724	356726	59,00	30.000

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

19.3 Estradas

O Território Litoral Extremo Oeste está bem assistido no que se refere a infraestrutura de estradas. Sua principal rodovia é a BR-222, uma rodovia federal que corta todo o território e liga vários municípios do território a Fortaleza. Praticamente passa por todos os municípios que compõem o território.

Na Tabela 5 no início do documento apresenta-se as principais vias de acesso aos municípios do Território Litoral Extremo Oeste .

20 ANÁLISE TERRITÓRIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA DO TERRITORIO LITORAL EXTREMO OESTE

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 20, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do Setor Produtivo, Estrutura Fundiária, Sistemas de Financiamento e Comercialização, Serviços, Turismo, Comércio e Indústria e Infraestrutura elétrica, hídrica e de estradas, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
1. Terras de vazantes não aproveitadas por questões fundiárias	1. Atividades econômicas diversificadas
2. Prática de desmatamento queimada e uso indiscriminado de agrotóxico	2. Condições edafoclimáticas
3. Mão-de-obra com pouca qualificação	3. Oferta hídrica/perímetro irrigado
4. Perda das identidades do homem e mulher do campo	4. Litoral extenso
5. Escolas desvinculadas da realidade do campo	5. Terras de vazantes com pouco aproveitamento e sem questionamento fundiário
6. Processo de comercialização desvantajosa para o produtos	6. Energias renováveis
7. Relação oprimido versus opressor anda presente no campo	7. Cobertura vegetal ainda presente
8. Nível organizativo deficiente para acessar às políticas públicas, em particular no crédito, beneficiamento e comercialização	8. Potencial aquícola
9. Capacitação em artesanato deficiente	9. implantação da carcinocultura sustentável
10. Pesca predatória	10. Potencial turístico
11. Implantação da carcinocultura praticada com efeitos danosos	11. Artesanato diversificado com disponibilidade de matéria prima
12. Exploração intensiva de jazidas e	12. Praia arpoeira(a segunda maior praia seca do mundo)
	13. Gastronomia regional
	14. Agroindústrias (ex. casas de farinha)
	15. Pequenos e médios empreendedores turísticos
	16. Potencial para práticas de esporte radical
	17. Terras produtivas
	18. Disponibilidade hídrica
	19. Zona litorânea
	20. Perímetro Irrigado e assentamentos
	21. Cadeias - Carnaúba, mandioca, caju,

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA	
<p>areia</p> <p>13. Efeitos negativos dos fenômenos naturais potencializados pelas práticas agrícolas, de pesca e aqüicultura inadequadas ou por não efetivação de ações do poder público municipal</p> <p>14. Turismo sexual</p> <p>15. Energia eólica mal localizada</p> <p>16. Pouca organização dos produtores</p> <p>17. Deficiência na comercialização da produção e na manutenção dos mercados públicos</p> <p>18. Infraestrutura de turismo deficiente</p> <p>19. Rede hoteleira insuficiente</p> <p>20. Rota turística estruturada de forma incipiente</p> <p>21. Sazonalidade da atividade turística</p> <p>22. Centros de venda de artesanato inexistentes ou mal utilizado.</p>	<p>turismo, apicultura, bovinocaprinocultura, artesanato e pesca</p> <p>22. Riquezas naturais Ex. Jericoacoara enquanto Parque Nacional</p>
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>1. Organizações criminosas voltadas ao tráfico de drogas e a prostituição</p> <p>2. Alternativas para convivência com a estiagem e enchentes</p> <p>3. Especulação imobiliária</p> <p>4. Efeitos negativos dos fenômenos naturais por não efetivação de ações governamentais, em particular, voltados aos efeitos das enchentes para os pescadores</p> <p>5. Especulação imobiliária</p> <p>6. Impacto ambiental por práticas agrícolas, pesca ou mineral praticadas em outros territórios e por empreendimentos imobiliários</p> <p>7. Aumento de turismo sexual</p> <p>8. Grilagem de terras</p> <p>9. Política pública deficiente na</p>	<p>1. Parcerias pontuais</p> <p>2. Programas governamentais</p> <p>3. Organizações nacionais e internacionais voltadas ao desenvolvimento rural/territorial</p> <p>4. Programas governamentais voltados à promoção da cultura e ao artesanato</p> <p>5. Território da Pesca e Turismo e Energias alternativas (eólica e solar)</p> <p>6. Energia eólica</p> <p>7. Linhas de crédito, editais para captação de recursos</p> <p>8. Aproximação do Porto de Pecém e</p> <p>9. Construção de galpão de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos</p> <p>10. Comercialização em feiras territorial e estadual da Agricultura Familiar com selo dos produtos.</p>

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

captação e distribuição de recursos hídricos	
10. Uso indiscriminado de agrotóxicos e destino inadequado para as embalagens e Cultura de criação de suínos nos lixões.	
11. Descontinuidade das políticas públicas	
12. Oscilação dos preços no mercado	

Quadro 20 - Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica.

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático Organização Sustentável da Produção, Ações Fundiárias, Infraestrutura do Território, 2010.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Pública
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção.

Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a

dependem da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 20 a 25 dimensionam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 1993-1996 a 2009-2012 a), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

Assim, o primeiro elemento destacado no diagnóstico diz respeito à estrutura do poder local e territorial, sintetizado nos quadros que retratam o desenho político-partidário do território, nos últimos dois mandatos, tendo como referência a representação do poder executivo e a representação das câmaras municipais.

21.1.1 Poder Executivo

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1992	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1993/1996		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
MICRO TERRITÓRIO I				
Chaval		PDT	X	
Barroquinha		PSDB	X	
Camocim		PRN	X	
MICRO TERRITÓRIO II				

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1992	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1993/1996		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
Granja		PSDB	X	
Martinópolis		PFL	X	
Uruoca		PSDB	X	
MICRO TERRITÓRIO III				
Acaraú		PMDB	X	
Cruz		PSDB	X	
Jijoca de Jericoacoara		PDC	X	
MICRO TERRITÓRIO IV				
Marco		PSDB	X	
Morrinhos		PMDB	X	
Bela Cruz		PSDB	X	

Quadro 21: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ [site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)

Nota: na fonte pesquisada não foram disponibilizadas informações acerca do número de eleitores neste período.

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1997/2000		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
MICRO TERRITÓRIO I				
Chaval	9.470	PTB	X	
Barroquinha	10.523	PFL	X	
Camocim	33.196	PSDB	X	
MICRO TERRITÓRIO II				
Granja	24.635	PSD		X
Martinópolis	6.550	PDT	X	
Uruoca	7.325	PMDB	X	
MICRO TERRITÓRIO III				
Acaraú	27.420	PSD	X	
Cruz	12.680	PSDB	X	
Jijoca de Jericoacoara	6.281	PSD	X	
MICRO TERRITÓRIO IV				
Marco	14.640	PSDB	X	
Morrinhos	10.544	PFL/PSDB	X	
Bela Cruz	15.800	PSD		
TOTAL				

Quadro 22 : Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997- 2000

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ [site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2001/2004		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
MICRO TERRITÓRIO I				
Chaval	7.511	PTB	X	
Barroquinha	10.474	PSDB	X	
Camocim	29.355	PPS	X	
MICRO TERRITÓRIO II				

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2001/2004		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
Granja	26.785	PSD		X
Martinópolis	5.316	PFL	X	
Uruoca	8.191	PPS	X	
MICRO TERRITÓRIO III				
Acaraú	30.322	PSD		X
Cruz	14.693	PSDB	X	
Jijoca de Jericoacoara	7.473	PSD	X	
MICRO TERRITÓRIO IV				
Marco	13.067	PSDB	X	
Morrinhos	11.821	PSDB	X	
Bela Cruz	17.548	PSDB		X
TOTAL				

Quadro 23: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2001-2004

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ site tse.gov.br

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2005/2008		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
MICRO TERRITÓRIO I				
Chaval	9.113	PTB		X
Barroquinha	10.261	PSDB	X	
Camocim	36.331	PP	X	
MICRO TERRITÓRIO II				
Granja	30.517	PSDB	X	
Martinópolis	6.364	PT	X	
Uruoca	8.912	PPS	X	
MICRO TERRITÓRIO III				
Acaraú	31.881	PMDB	X	
Cruz	15.714	PSDB	X	
Jijoca de Jericoacoara	8.385	PSDB	X	
MICRO TERRITÓRIO IV				
Marco	15.760	PSDB	X	
Morrinhos	12.825	PSDB	X	
Bela Cruz	19.132	PMDB	X	
TOTAL				

Quadro 24: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005-2008

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ site tse.gov.br

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2009/2012		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
MICRO TERRITÓRIO I				
Chaval	10.100	PDT		X
Barroquinha	10.360	PTB	X	
Camocim	41.045	PP	X	
MICRO TERRITÓRIO II				
Granja	33.892	PSDB	X	
Martinópolis	7.410	PR	X	
Uruoca	10.102	PTB	X	
MICRO TERRITÓRIO III				
Acaraú	37.427	PT	X	
Cruz	17.876	PSDB	X	
Jijoca de Jericoacoara	10.571	PMDB	X	
MICRO TERRITÓRIO IV				
Marco	15.999	PP	X	
Morrinhos	12.059	PT	X	
Bela Cruz	20.503	PSDB	X	
TOTAL				

Quadro 25: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009-2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ site tse.gov.br

Partido	Nº de Mandatos	%	Nº de Gestores	
			HOMEM	MULHER
PSDB	23	38,33	22	01
PSD	07	11,67	05	02
PMDB	06	10,00	06	-
PTB	05	8,33	04	01
PDT	03	5,00	01	02
PPS	03	5,00	03	-
PP	03	5,00	03	-
PT	03	5,00	03	-
PFL	02	3,33	02	-
PFL/PSDB	02	3,33	02	-
PRN	01	1,67	01	-
PDC	01	1,67	01	-
PR	01	1,67	01	-
TOTAL	60	100,00	54	06

Quadro 26: Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012.

Fonte: Consolidação das informações analisadas dos cinco mandatos - 1993 a 2012

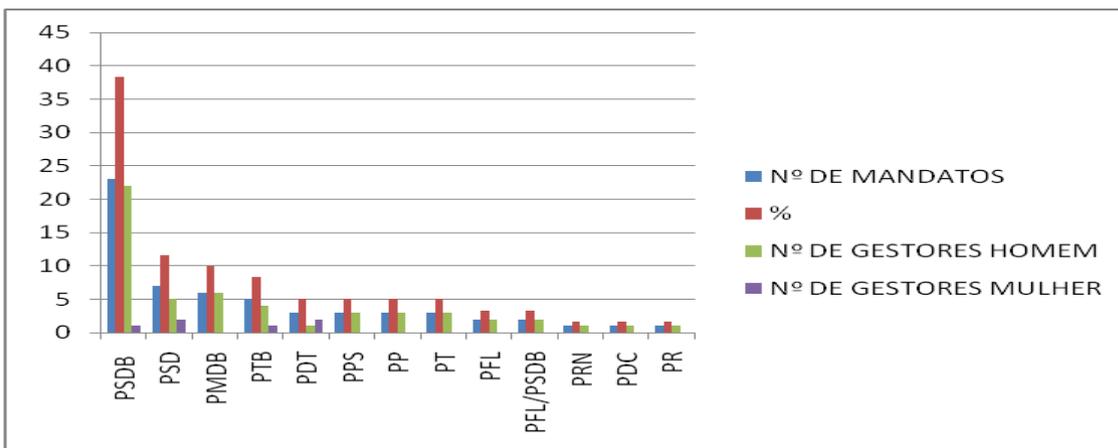


Figura 24: Comparativos entre os partidos e entre os gestores homens e mulheres.
Fonte: Consolidação das informações analisadas dos cinco mandatos - 1993 a 2012

Diante do exposto o partido com maior nº de mandato foi o PSDB com 38,33%, em seguida vem o PSD com 11,67%, seguido do PMDB com 10%, do PTB com 8,33, do PDT, PP E PT com 5%. Os demais partidos ficaram na faixa de 1 a 3%.

Conforme números, dois aspectos nos chama a atenção, a hegemonia do PSDB durante cinco mandatos e a pouca participação das mulheres na gestão pública, apenas quatro municípios do território conseguiram eleger cinco mulheres. Os municípios que tiveram mulheres como gestoras foram Granja com dois mandatos, Chaval com dois mandatos e Acaraú e Bela Cruz com um mandato. Durante o processo de implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial, os gestores públicos têm se mantidos bastante ausentes, são raros os eventos em que os prefeitos do território comparecem, e quando acontece ficam apenas para os momentos de abertura.

Percebe-se que a presença, ausência, ou apoio na implementação da estratégia, independe da cor partidária. Não conseguimos visualizar nos gestores uma proposta de unidade partidária, na verdade, o que prevalece são as oportunidades criadas em função das conjunturas nacional ou estadual, por esta razão é que há sempre troca de partidos, conforme quadro acima dos cinco mandatos, o território contou com a participação de treze partidos diferentes.

21.2 Mandatos Poder Legislativo Período 1997/2012

Municípios	Nº Eleitores 1996	Vereadores/as 1997/2000			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
Chaval	9.470	PPB	2	1	1
		PSDB	5	5	-
		PTB	2	2	-
Barroquinha	10.523	PFL	5	3	2
		PSDB	4	3	1
Camocim	33.196	PFL	4	4	-
		PL	4	4	-
		PSD	2	2	-
		PSDB	6	6	-
MICRO I	53.189		34	30	4
Granja	24.635	PMDB	2	2	-
		PSC	1	1	-
		PSD	4	4	-
		PSDB	8	8	-
Martinópolis	6.550	PFL	4	3	1
		PSDB	3	2	1
Uruoca	7.325	PMDB	2	1	1
		PSD	1	1	-
		PSDB	2	1	1
		PTdo B	1	1	-
		PT	1		1
MICRO II	38.510		29	24	5
Acarauá	27.420	PDT	1	1	-
		PL	2	2	-
		PMDB	5	4	1
		PSC	1	1	-
		PSD	2	2	-
		PSDB	2		2
Cruz	12.680	PDT	1	1	-
		PMDB	1	1	-
		PPB	2	1	1
		PSB	1	1	-
		PSDB	7	6	1
Jijoca de Jericoacoara	6.281	PSD	5	4	1
		PSDB	4	4	-
TOTAL MICRO III	46.381		34	28	6
Marco	14.640	PFL	1	1	-
		PMDB	2	1	1
		PSDB	5	4	1
Morrinhos	10.544	PDT	1	1	-
		PSB	2	2	-
		PSD	1	1	-
		PSDB	5	5	-
Bela Cruz	15.800	PDT	4	3	1
		PMDB	1	1	-
		PSD	1	1	-
		PSDB	4	4	-
		PT	1	1	-

Municípios	Nº Eleitores 1996	Vereadores/as 1997/2000			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
TOTAL MICRO IV	40.984		28	25	3

Quadro 27: Predominância de mandatos de vereadores, período 1997 a 2000.

Fonte: TSE, *on line*, 2011

Municípios	Nº Eleitores 2000	Vereadores/As 2001/2004			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
Chaval	7.511	PP	1	1	-
		PPS	4	4	-
		PSD	1		1
		PSDB	3	3	-
		PTB	1	1	-
Barroquinha	10.474	PPS	2		-
		PSDB	8	5	3
Camocim	29.355	PFL	1	1	-
		PL	3	3	-
		PP	2	2	-
		PPS	8	8	-
		PSDB	2	2	-
		PTB	1	1	-
MICRO I	47.340		37	31	4
Granja	26.785	PMDB	1	1	-
		PPS	4	4	-
		PSD	4	4	-
		PSDB	3	2	1
Martinópole	5.316	PFL	5	4	1
		PMDB	1	1	-
		PSDB	2	2	-
Uruoca	8.191	PCdoB	1	1	-
		PPS	3	2	1
		PSD	1	1	-
		PSDB	3	2	1
MICRO II	40.292		28	24	4
Acarauá	30.322	PMDB	5	4	1
		PSB	1	1	-
		PSD	8	7	1
		PDT	1	1	-
Cruz	14.693	PFL	3	3	-
		PMDB	2	2	-
		PPS	1	1	-
		PSD	1	1	-
		PSDB	3	3	-
		PT	1	1	-
		PTB	1	1	-
Jijoca de Jericoacoara	7.473	PPS	2	2	-
		PSD	7	2	5
TOTAL MICRO III	52.488		36	29	7
Marco	13.067	PFL	2	2	-
		PMDB	2	1	1
		PPS	1	1	-
		PSD	1	1	-

Municípios	Nº Eleitores 2000	Vereadores/As 2001/2004			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
Morrinhos	11.821	PSDB	4	3	1
		PFL	1	1	-
		PSB	1	1	-
		PSD	3	3	-
		PSDB	5	5	-
Bela Cruz	17.548	PFL	3	3	-
		PMDB	2	2	-
		PPS	1	1	-
		PSD	1	1	-
		PSDB	3	3	-
		PT	1	1	-
		PTB	1	1	-
TOTAL MICRO IV	42.436		32	30	2

Quadro 28: Predominância de mandatos de vereadores, período 2001 a 2004.

Fonte: TSE, *on line*, 2011

Municípios	Nº Eleitores 2004	Vereadores/as 2005/2008			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
Chaval	9.113	PL	1	1	-
		PMN	1	1	-
		PP	2	1	1
		PRP	2	1	1
		PSDB	2	2	-
Barroquinha	10.261	PPS	1	1	-
		PSDB	4	3	1
		PT	2	1	1
		PTB	1	-	1
Camocim	36.331	PDT	1	1	-
		PPS	3	3	-
		PSDB	2	2	-
		PTB	2	2	-
MICRO I	55.705		24	19	5
Granja	30.517	PMDB	1	1	-
		PPS	2	2	-
		PSDB	6	6	-
Martinópole	6.364	PPS	4	3	1
		PRP	1	1	-
		PT	3	2	1
Uruoca	8.912	PCdoB	1	1	-
		PPS	5	4	1
		PSDB	1	-	1
		PT	1	1	-
MICRO II	45.793		25	21	4
Acarau	31.881	PMDB	4	4	-
		PP	1	1	-
		PSDB	3	2	1
Cruz	15.714	PMDB	1	1	-
		PSB	1	1	-
		PSDB	5	5	-
Jijoca de Jericoacoara	8.385	PPS	1	1	-

Municípios	Nº Eleitores 2004	Vereadores/as 2005/2008			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
		PSB	1	1	-
		PSDB	6	4	2
TOTAL MICRO III	55.980		23	20	3
Marco	15.760	PFL	1	1	-
		PMDB	1	1	-
		PSDB	5	5	-
		PT	1	1	-
Morrinhos	12.825	PFL	1	1	-
		PRP	1	-	1
		PSDB	4	4	-
		PT	2	1	1
Bela Cruz	19.132	PMDB	1	1	-
		PP	2	1	1
		PPS	1	1	-
		PSDB	3	3	-
		PT	1	1	-
TOTAL MICRO IV	47.717		24	21	3

Quadro 29: Predominância de mandatos de vereadores, período 2005 a 2008.

Fonte: TSE, *on line*, 2011

Municípios	Nº Eleitores 2008	Vereadores/as 2009/2012			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
Chaval	10.100	PCdoB	1	1	-
		PSDB	1	1	-
		PMDB	5	5	-
		DEM	1	1	-
		PSB	1	1	-
		PHS	1	1	-
Barroquinha	10.360	PR	1	1	-
		PSB	4	2	2
		PTB	4	3	1
Camocim	41.045	PSB	2	2	-
		PSDB	3	3	-
		PR	2	2	-
		PPS	1	1	-
		PMN	1	-	1
		PP	1	1	-
MICRO I	61.505		29	25	4
Granja	33.892	PTB	1	1	-
		PSDB	6	5	1
		PSB	3	2	1
Martinópolis	7.410	PR	4	3	1
		PV	2	2	-
		DEM	1	1	-
		PPS	1	1	-
		PRP	1	1	-
Uruoca	10.102	PSB	5	4	1
		PTB	1	1	-
		PSC	1	1	-
		PSDB	2	-	2

Municípios	Nº Eleitores 2008	Vereadores/as 2009/2012			
		Partidos	Nº	Homem	Mulher
MICRO II	51.404		28	22	6
Acarauá	37.427	PCdo B	1	1	-
		PSDB	1	1	-
		PMDB	5	5	-
		DEM	1	1	-
		PSB	1	1	-
		PHS	1	1	-
Cruz	17.876	DEM	2	2	-
		PRB	2	2	-
		PSB	2	2	-
		PSDB	3	3	-
Jijoca de Jericoacoara	10.571	PMDB	3	3	-
		PSDB	4	4	-
		PT	1	1	-
		PRB	1	-	1
TOTAL MICRO III	65.874		28	27	1
Marco	15.999	DEM	1	-	1
		PP	2	2	-
		PMDB	1	1	-
		PSB	1	1	-
		PT	1	1	-
		PSDB	3	3	-
Morrinhos	12.059	DEM	1	1	-
		PRP	2	-	2
		PSDB	3	3	-
		PSB	1	-	1
		PCdoB	1	1	-
		PDT	1	1	-
Bela Cruz	20.503	PMDB	4	3	1
		PSDB	2	2	-
		PV	1	1	-
		PRB	1	1	-
		PSL	1	1	-
TOTAL MICRO IV	48.561		27	22	5

Quadro 30: Predominância de mandatos de vereadores, período 2009 a 2012.

Fonte: TSE, *on line*, 2011

21.3 Predominância dos Mandatos de Vereadores no Período 1996/2012

Partidos	Nº de Vereadores	%	Vereadores/as	
			Homem	Mulher
PSDB	118	27,90	99	19
PMDB	52	12,29	46	6
PPS	45	10,64	42	3

Partidos	Nº de Vereadores	%	Vereadores/as	
			Homem	Mulher
PSD	42	9,93	34	8
PFL	32	7,57	27	5
PSB	27	6,38	22	5
PT	16	3,78	12	4
PTB	15	3,55	14	1
PP	11	2,60	9	2
PL	10	2,36	10	-
PDT	10	2,36	9	1
PRP	7	1,65	4	3
PR	7	1,65	6	1
DEM	7	1,65	6	1
PCdoB	5	1,18	5	-
PPB	3	0,71	1	2
PSC	3	0,71	3	-
PV	3	0,71	3	-
PRB	3	0,71	2	1
PMN	2	0,47	1	1
PHS	2	0,47	2	-
PTdoB	1	0,24	1	-
PRB	1	0,24	1	-
PSL	1	0,24	1	-
TOTAL	423	100,00	360	63

Quadro 31: Predominância de mandatos dos vereadores, período 1996 a 2012.

Fonte: Consolidação das informações dos cinco mandatos - 1996 a 2012

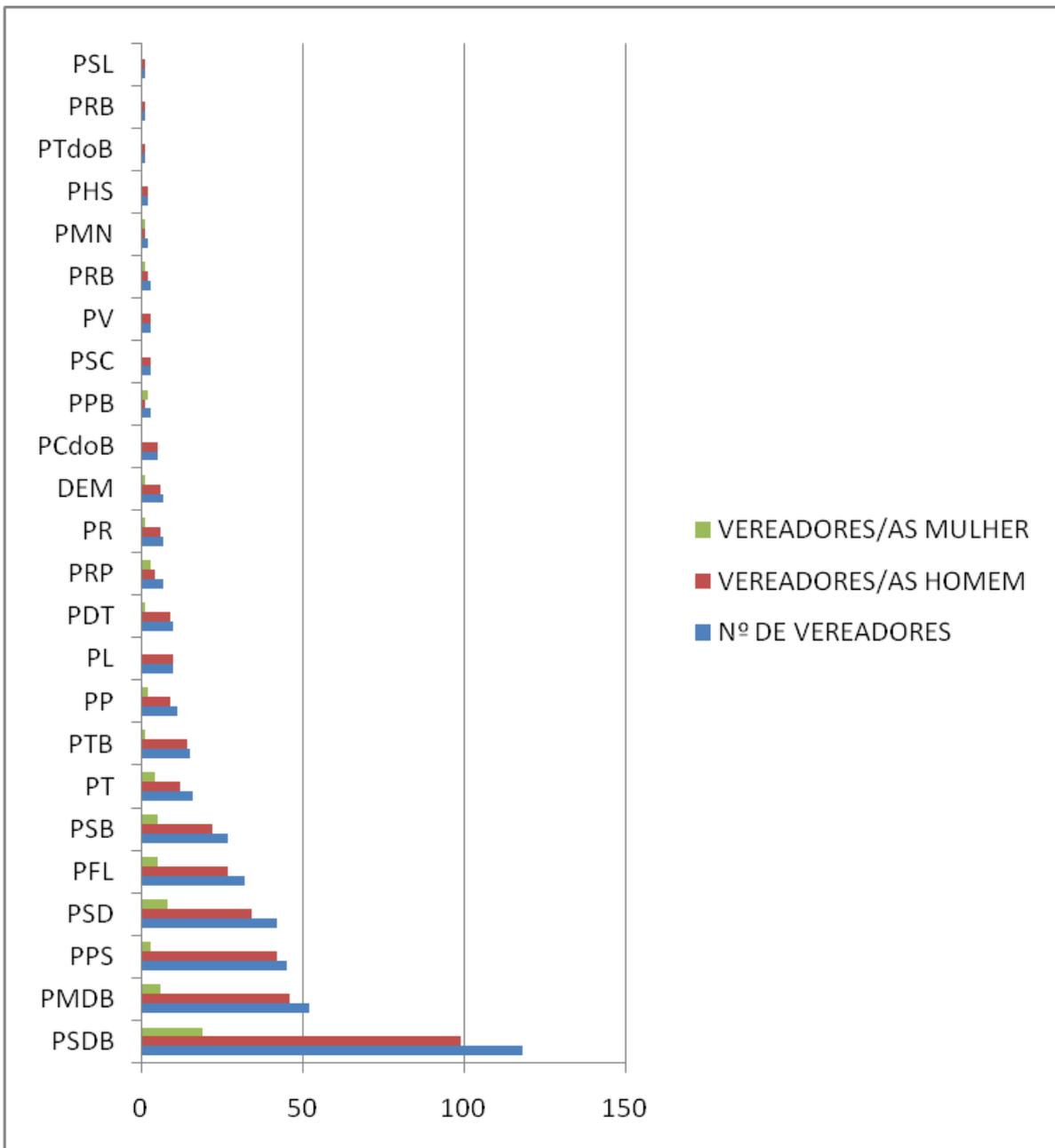


Figura 25: Consolidação dos mandatos dos vereadores, período 1996 a 2012.

Fonte: Análise dos Quadros anteriores, 2010

Conforme Quadro 31 e a Figura 25, os números demonstram a mesma tendência constatada nos quadros dos mandatos do poder executivo, ou seja: predominância do PSDB no período, o partido teve 27,90%, em seguida vem o PMDB com 12,29%, seguidos dos partidos PPS com 10,64%, do PSD com 9,93%, do PFL com 7,57%, do PSB com 6,38% e dos demais variando na faixa de 0,24 a 3,78%. Também demonstram que a participação

feminina nas câmaras de vereadores, no período de vinte anos, quatro mandatos, ainda é muito baixa, apenas 14,89% ocuparam a casa.

Assim como nos cargos do executivo, os números demonstram não haver fidelidade partidária, durante os quatro mandatos 19 partidos contaram com vereadores eleitos, isso demonstra que a troca de partidos vai se dando partir das conjunturas nacional e estadual.

Durante a realização dos eventos territoriais constata-se que a participação dos vereadores é muito reduzida. Quanto ao funcionamento das Câmaras de Vereadores algumas utilizam audiências públicas, porém esta prática ainda é muito tímida, referidas audiências acontecem quando os municípios sofrem problemas graves, a exemplo de secas, e muito raramente quando solicitadas por iniciativas populares.

21.4 Estrutura administrativa e atuação das instituições públicas e da sociedade civil no território com potencial de integração

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o quadro abaixo procura destacar no Território a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

21.5 Governos Federal e Estadual

O Território do Litoral Extremo Oeste conta com atuação de diversas instituições públicas ofertando uma variedade de serviços. Como o Plano tem uma abrangência territorial, este passa a exigir destas instituições um maior nível de integração de suas ações, razões pelas quais, priorizamos destacar os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entra as instituições.

Tipos de Serviço	Instituições e Ações com Potencial de Integração
1. Acesso ao Crédito	<p>Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Atividades do DRS priorizadas em parte dos municípios do território: Artesanato, Apicultura, Cajucultura e Mandiocultura.</p> <p>Banco do Nordeste do Brasil Atividades priorizadas em parte dos municípios do território: Extrativismo (carnaúba), turismo e fruticultura, com destaque para a cajucultura, galinha caipira, apicultura, bovinocultura e piscicultura</p>
2. Assessoria/ Assistência Técnica e Capacitação	<p>SEBRAE – Sede em Sobral. Atividades priorizadas no território: a) Artesanato; b) Comércio Varejista;</p>

Tipos de Serviço	Instituições e Ações com Potencial de Integração
	c) Ovinocaprinocultura; d) Apicultura; e) Turismo; f) Fruticultura irrigada; g) Cajucultura; h) Mandiocultura; i) Agroindústrias (caju e mandioca) j) Setor Moveleiro (município de Marco) EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/NCRA Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social para o fortalecimento da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.
3. Infraestrutura	DNOCS Manutenção e Gestão dos Perímetros Irrigados Caixa Econômica Federal Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal. FUNASA Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos de saneamento básico no território, controle de endemias, abastecimento
4. Meio Ambiente	IBAMA Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação. SEMACE Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação ICMBIO – Administra o parque de Jijoca de Jericoacoara
6. Abastecimento e Comercialização	CONAB Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA. SDA/MDS Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA LEITE.
8. Reforma Agrária	INCRA e PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO Fortalecimento e recuperação de áreas de assentamentos de reforma agrária IDACE Acompanhamento ao processo de regularização fundiária no território.
9. Certificação de produtos de origem animal	Superintendência do Ministério da Agricultura SFA Serviços de Inspeção Federal – SIF ADAGRI Serviços de Inspeção Estadual – SIE Prefeituras Municipais Serviços de Inspeção Municipal – SIM
10. Acompanha as políticas de Desenvolvimento	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA – CEARÁ Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA

Tipos de Serviço	Instituições e Ações com Potencial de Integração
Agrário	
Outros.	Cogerh – Gestão de águas; bacias hidrográficas de Acaraú e Coreaú e secretaria os Comitês de Bacias

Quadro 32: Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração

Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Instituições com atuação no Território.

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, vamos constatar que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizaram em comum a atividade da cajucultura. Além destas três instituições que por natureza da atividade se faz necessário a integração de ações, outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, as quais podemos citar: CONAB e Bases de Serviços no apoio ao acesso aos mercados; ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS e ATES/INCRA na prestação de serviços de assistência técnica.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui num grande desafio, haja vista, que a vivência das instituições é de desenvolver suas ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas, e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania, vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade. Vale destacar que apesar do CAE ter sido constituído para articular ações do Programa Territórios da Cidadania- PTC, este comitê também vem articulando ações para os territórios rurais que ainda não fazem parte do PTC.

21.5.1 Governo Municipal

Tipos De Serviços	Instituições	Localização
Infraestrutura	Secretaria de Obras e ou Infra estrutura	Cruz, Camocim, Jijoca de Jericoacoara, Morrinhos; Granja com pasta junto a SMAA;
Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Cruz, Jijoca de Jericoacoara; Morrinhos, Marco, Chaval, Barroquinha, Camocim, Martinópolis têm pasta junto à SEMA
Educação	Secretaria de Educação	Todos os municípios
Assistência Técnica e Desenvolvimento rural sustentável; Recursos Hídricos	Secretaria de Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;	Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca; Chaval tem pasta ligado a SEMA; Camocim tem pasta ligado ao SMDS; Granja com pasta junto a SMAA; Acarau e Bela Cruz têm pasta ligada a SADE; Barroquinha tem pasta com a SETUMA; Granja com pasta junto a SMAA;
Comunicação	Secretaria de Comunicação	Todos tem assessoria de comunicação
Saúde	Secretaria de Saúde	Todos os municípios
Assistência Social	Secretaria de Ação Social; Desenvolvimento Social e Cidadania	Todos os municípios
Gestão e controle	Secretaria de finanças	Todos os municípios
Emprego e renda	Secretaria de Ação Social, Trabalho e Empreendedorismo	Acarau e Cruz
Cultura esporte e lazer	Secretaria Cultura e Desporto	Camocim,
Turismo	Secretaria de Turismo	Camocim, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Barroquinha tem pasta com a SETUMA; Chaval tem pasta ligado a SEMA
Administração e Finanças	Secretaria de Administração	Todos os municípios
Aqüicultura e Pesca	Secretaria de Aqüicultura e Pesca	Acarau, Cruz, Chaval tem pasta ligado a SEMA; Barroquinha tem pasta com a SETUMA; Camocim tem pasta com o SMDS;
Indústria e Comércio	Secretaria de Indústria e Comércio	Morrinhos; Camocim tem pasta com o SMDS;
Agronegócios	Secretaria de Agronegócios	Acarau, Bela Cruz

Quadro 33: Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território

Fonte: Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais.

A análise deste quadro não é muito diferente da análise anterior, ou seja, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que tem em comum.

Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

21.6 Estrutura Socioorganizativa e Política da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacamos aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial:

Tipos de Ações e Serviços	Entidades e Organizações
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF
	Sindicato Patronal
	Sindicato dos Produtores de Sal
	Sindicato dos Estivadores
	Sindicatos dos Servidores Públicos
Reforma Agrária	Movimento dos Sem Terras
	Fórum dos Assentados/as
	CPT
	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Convivência com o Semi Árido	Fórum Cearense pela Vida no Semi Árido
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental Condemas
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Cooperativa de Pequenos Produtores.
Assessoria Técnica	CAPACIT -. Convênio INCRA. Atende a 18 Assentamentos de Reforma Agrária com 912 famílias a 6 municípios; Instituto Carnaúba Ceat

Tipos de Ações e Serviços	Entidades e Organizações
	- TERRA AZUL, TERRA TRÊS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social	Conselho da Assistência Social
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.	Conselho de Educação, Conselho de Alimentação Escolar
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes	Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
Pescadores	Colônias de pescadores
Outras Artesanato	Associação de Artesãos Centro de Arte Solidária do Acaraú – CASA
Agricultores Familiares	Associações Comunitárias

Quadro 34: Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração.

Fonte: Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil

22 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL

22.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia–conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

22.1.2 Finanças públicas dos municípios

As finanças públicas dos municípios correspondem à Receita orçamentária arrecadada pelos municípios; Receita tributária arrecadada pelos municípios; Transferências governamentais aos municípios e despesa orçamentária empenhada pelos municípios.

22.1.2.1 Construção do Orçamento Público Municipal

22.1.2.1.1 Transferências Governamentais

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

Os Quadros 34, 35 e 36, detalham as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

O orçamento destinado à saúde nos no Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS está sintetizado no quadro 9 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

Municípios	2004-2005	2006-2007	2008-2009
MICRO I			
Chaval	8.091.000	12.291.903	13.334.075
Barroquinha	9.935.140	12.616.693	16.975.975
Camocim	-----	34.522.329	43.239.245
SUB-TOTAL	18.026.140	59.430.925	73.549.295
MICRO II			
Granja	-----	33.754.847	39.920.731
Martinópole	-----	9.933.735	12.438.303
Uruoca	-----	11.744.003	16.750.622
SUB-TOTAL	-----	55.432.585	69.109.656
MICRO III			
Acaraú	23.885.484	34.450.438	49.976.904
Cruz	13.932.084	19.650.524	23.638.142
Jijoca de Jericoacoara	9.719.563	12.304.261	16.248.694
SUB-TOTAL	47.537.131	66.405.223	89.863.740
MICRO IV			
Bela Cruz	14.549.858	19.338.153	26.468.934
Marco	15.720.939	19.930.403	25.174.203
Morrinhos	10.660.222	13.774.572	17.750.622
SUB-TOTAL	40.931.019	53.043.128	69.393.759
TOTAL	106.494.290	234.311.861	301.916.450
TOTAL GERAL	642.722.601,00		

Quadro 35: Transferências governamentais – 2005-2009

Fonte: IPECE/ Anuário Estatístico Do Ceará 2004-2009

As transferências governamentais para o território no período 2004 a 2009 corresponderam ao montante de mais de R\$ 642 milhões significando um aporte de recursos importante para a execução das políticas públicas e atendimento das necessidades da população. O aumento desses repasses tem se dado de forma significativa de cada período, o que representou 45,45% de 2004-2005 a 2006-2007 e de 22,39% para o período seguinte 2008-2009.

Micro	2004-2005	2006-2007	2008-2009	TOTAL
Micro I	18.026.140	59.430.925	73.549.295	151.006.360
Micro II	-	55.432.585	69.109.656	124.542.241
Micro III	47.537.131	66.405.223	89.863.740	203.806.094
Micro IV	40.931.019	53.043.128	69.393.759	163.367.906
TOTAL	106.494.290	234.311.861	301.916.450	642.722.601

Quadro 36: Comparativo das transferências governamentais entre os Micros Territórios – 2005 - 2009

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

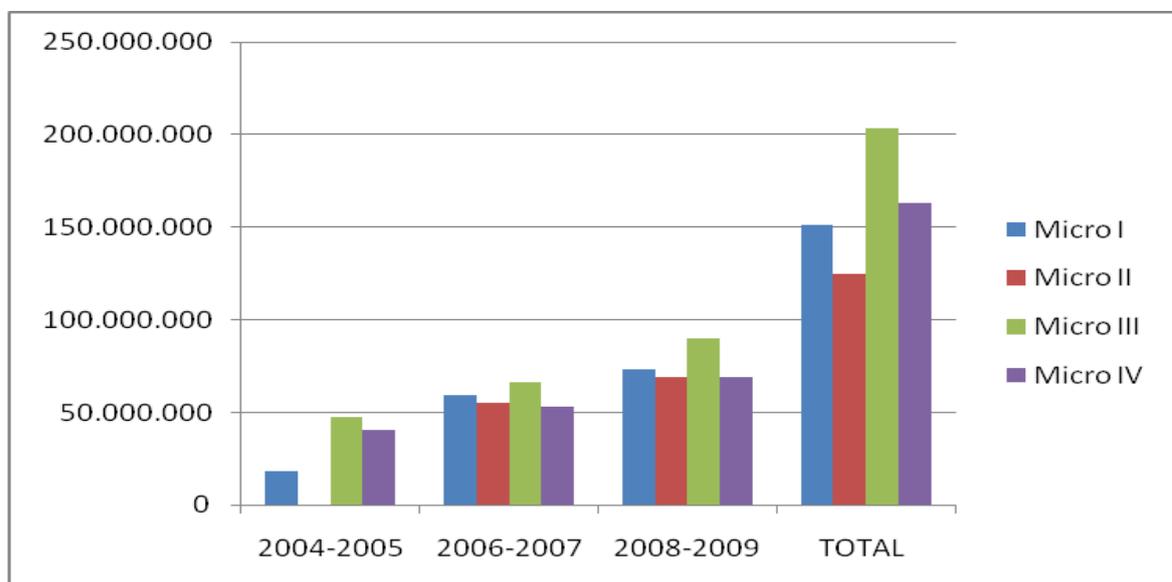


Figura 26: Comparativo entre os micros territórios

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

De acordo com os números acima, constatamos que a distribuição dos recursos com as transferências governamentais entre os micros territórios apresenta a seguinte situação: Micro III recebe o maior volume de recursos

31,7%, em seguida vem o Micro IV com 25,41%, seguidos dos Micro I com 23,49% e II com 19,57%. Entre os municípios de cada Micro destacamos: na Micro I o município de Camocim com 58,79% , na Micro II o município de Granja com 57,76%, na Micro III o município de Acaraú com 55,61% e na Micro IV basicamente não há grandes diferenças entre os municípios, o município de Bela Cruz aparece com 38,14% e Marco com 36,27%.

22.1.2.2 Receita orçamentária arrecadada pelos municípios

A receita orçamentária arrecadada é totalizada pelas receitas correntes e receitas de capital, sendo que as receitas correntes correspondem à receita tributária, receita de contribuições, receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras.

Municípios	2005-2006	2006-2007	2007-2008
MICRO I			
Chaval	8.777.439	10.685.740	13.122.000
Barroquinha	10.409.529	11.732.738	13.168.301
Camocim	-		38.289.244
SUB-TOTAL	19.186.968	22.418.478	64.579.545
MICRO II			
Granja	-	28.358.760	34.778.085
Martinópole	-	8.503.511	10.861.431
Uruoca	-	13.772.360	12.627.071
SUB-TOTAL		50.634.631	58.266.587
MICRO III			
Acaraú	25.367.648	33.633.233	37.392.320
Cruz	14.544.686	18.475.687	20.667.122
Jijoca de Jericoacoara	10.597.356	13.119.577	13.249.304
SUB-TOTAL	50.509.690	65.228.497	71.308.746
MICRO IV			
Bela Cruz	15.389.787	19.021.162	21.185.024
Marco	16.702.629	16.904.568	20.567.414
Morrinhos	11.188.439	13.991.757	14.546.885
SUB-TOTAL	43.280.855	49.917.487	56.299.323
TOTAL	112.977.513	188.199.093	250.454.201

Quadro 38: Receita orçamentária arrecadada pelos municípios- 2005 - 2008

Fonte: IPECE/Anuário Estatístico do Ceará – 2009-2008-2007

Micro	2004-2005	2006-2007	2008-2009	TOTAL
Micro I	19.186.968	22.418.478	64.579.545	106.184.991
Micro II	-	50.634.631	58.266.587	108.901.218
Micro III	50.509.690	65.228.497	71.308.746	187.046.933
Micro IV	43.280.855	49.917.487	56.299.323	149.497.665
TOTAL	112.977.513	188.199.093	250.454.201	551.630.807

Quadro 37: Comparativo entre os Micros Territórios da Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010

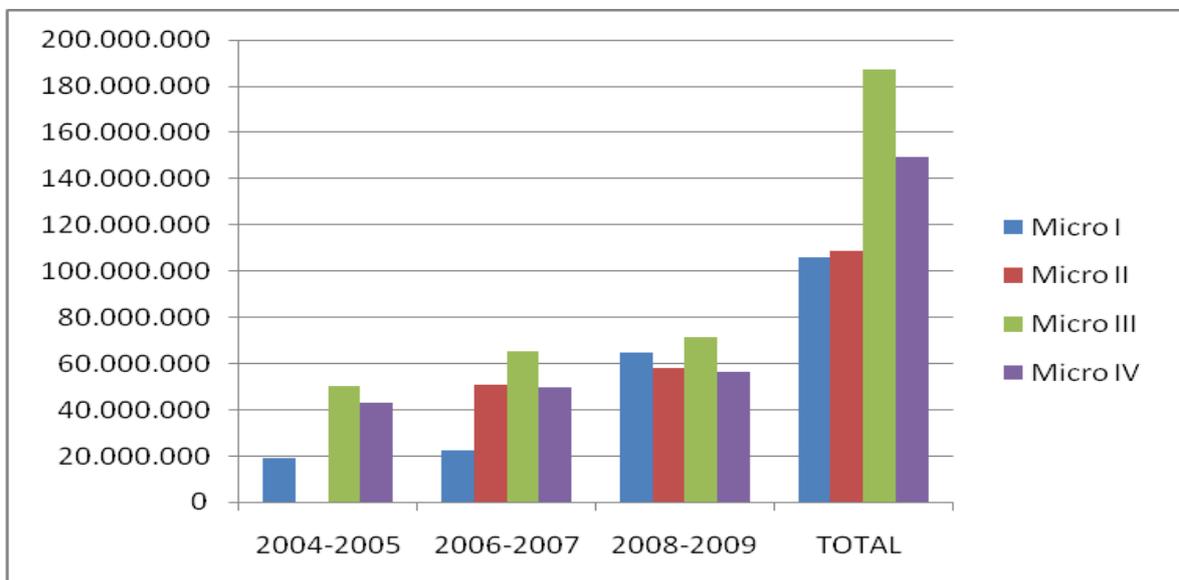


Figura 27: Comparativo entre os Micros Territórios da Arrecadação Orçamentária dos Municípios – 2005-2009

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010

De acordo com os números acima, constatamos que a arrecadação entre os micros territórios apresenta a seguinte situação: Micro III arrecada o maior volume de recursos 33,91%, em seguida vem o Micro IV com 27,10%, seguidos dos Micros II com 19,74% e I com 19,25%. Entre os municípios de cada Micro destacamos: no Micro I o município de Camocim com 59,29%, na Micro II o município de Granja com 59,68%, na Micro III o município de Acaraú com 52,43% e na Micro IV basicamente não há grandes diferenças entre os

municípios, o município de Bela Cruz aparece com 37,62% e Marco com 36,53%.

22.1.2.3 Receita tributária arrecadada pelos municípios

As receitas tributárias dos municípios são compostas dos impostos por ele arrecadados, que são: Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxas diversas e Contribuição de Melhorias.

Estes impostos complementam a receita do município, já que maior parte destas vem dos repasses acima especificados. Abaixo descreveremos nos dados das tabelas como estes se comportam na série de três anos e serão descritos em mil reais.

Municípios	2005-2006	2006-2007	2007-2008
MICRO I			
Chaval	248.138	232.810	302.360
Barroquinha	182.026	198.915	184.825
Camocim	-	991.051	1.198.262
SUB-TOTAL	430.164	1.422.776	1.685.447
MICRO II			
Granja	-	791.033	760.271
Martinópolis	-	431.509	548.111
Uruoca	-	603.192	564.844
SUB-TOTAL		1.825.734	1.873.226
MICRO III			
Acaraú	896.744	948.832	1.302.568
Cruz	507.349	595.660	634.391
Jijoca de Jericoacoara	639.608	546.151	704.816
SUB-TOTAL	2.043.701	2.090.643	2.641.775
MICRO IV			
Bela Cruz	279.157	381.345	728.072
Marco	601.628	728.619	557.715
Morrinhos	249.695	320.238	259.610
SUB-TOTAL	1.130.480	1.430.202	1.545.397
TOTAL	3.604.345	6.769.355	7.745.845

Quadro 39: Receita tributária arrecadada pelos municípios- 2005 - 2008

Fonte: IPECE/Anuário Estatístico do Ceará – 2009-2008-2007

Micro	2005-2006	2006-2007	2008-2009	TOTAL
Micro I	430.164	1.422.776	1.685.447	3.538.387
Micro II		1.825.734	1.873.226	3.698.960
Micro III	2.043.701	2.090.643	2.641.775	6.776.119
Micro IV	1.130.480	1.430.202	1.545.397	4.106.079
TOTAL	3.604.345	6.769.355	7.745.845	18.119.545

Quadro 40: Comparativo entre os Micros Territórios da Receita Tributária dos Municípios – 2005 - 2008

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010

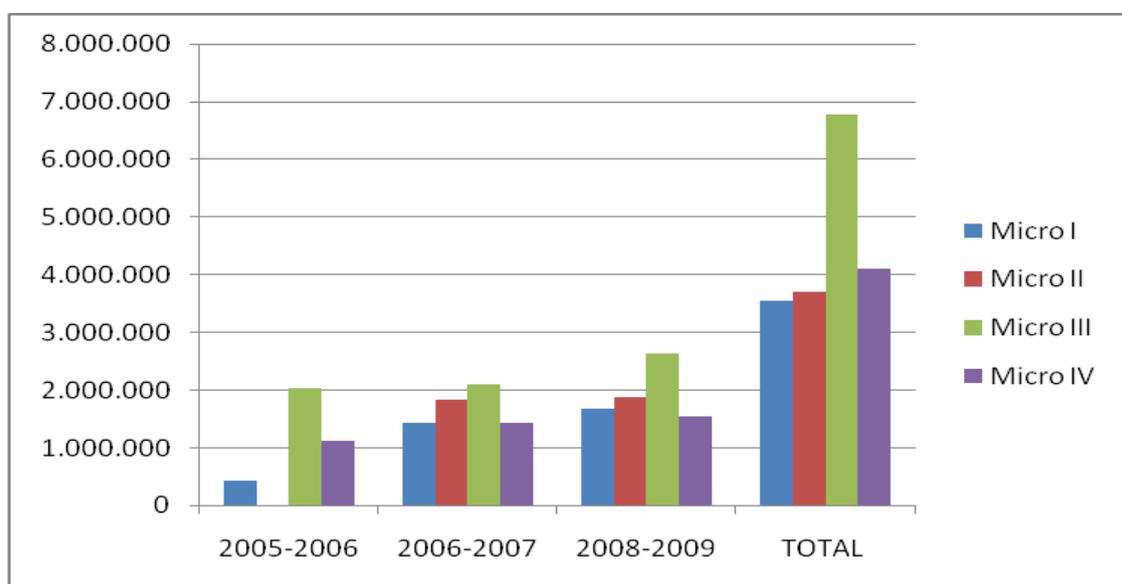


Figura 28: Comparativo entre os Micros Territórios da Receita Tributária dos Municípios – 2005 - 2008

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010

As receitas aqui apresentadas são inerentes aos tributos arrecadados apenas pelos municípios. De acordo com os números acima, constatamos que com relação à receita tributária arrecadada entre os micros territórios apresenta a seguinte situação: Micro III arrecada o maior volume de recursos 37,40%, em seguida vem o Micro IV com 22,66%, seguidos dos Micros II com 20,41%% e Micro I com 19,53%. Entre os municípios de cada Micro destacamos: no Micro I o município de Camocim com 70,44%, na Micro II

o município de Granja com 41,94%, na Micro III o município de Acaraú com 46,46% e na Micro IV o município de Marco com 45,98%.

Assim com no item das transferências, as arrecadações têm relação direta com o número de habitantes de cada município, portanto, a liderança dos municípios entre os micros está relacionada diretamente com esta questão, uma vez que os municípios citados como maiores recebedores e arrecadadores de recursos são os que têm maior número de habitantes. Porém, isso não significa que municípios de menor população não possam ampliar o seu nível de arrecadação, por exemplo, ampliando a capacidade de prestação de serviços; maior consciência da sua população para o pagamento do IPTU, enfim, existem possibilidades reais dos municípios ampliarem a sua capacidade de arrecadação.

Município	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. %			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Chaval	5.713.081	6.561.638	8.236.660	8.233.882	1.407.003	1.497.473	1.886.463	1.764.551	105	122	149	139
Barroquinha	7.037.932	7.853.982	9.922.911	9.429.128	971.093	854.194	1.358.332	1.374.204	66	57	88	88
Camocim	17.706.562	19.457.244	22.599.207	24.747.814	2.180.678	2.657.499	6.039.089	7.783.703	37	45	99	127
Micro I												
Granja	14.772.432	16.668.308	20.994.334	20.528.054	2.168.825	2.307.823	2.113.000	3.053.593	40	44	39	56
Martinópolis	5.308.730	7.241.233	8.852.361	8.746.729	845.164	815.035	1.041.224	991.983	82	79	95	89
Uruoca	6.180.302	6.758.336	8.475.459	9.924.376	1.126.911	1.027.129	1.243.313	1.397.090	90	79	91	101
Micro II												
Acaraú	17.605.548	19.010.940	23.938.206	22.595.419	2.888.206	3.245.484	5.874.754	7.015.010	56	62	108	128
Cruz	8.874.642	10.290.978	12.146.838	13.486.148	2.941.427	2.744.284	3.619.862	3.957.607	123	123	155	168
Jijoca de Jericoacoara	7.594.064	8.510.326	10.840.188	11.548.552	1.045.608	927.919	1.298.375	1.751.138	62	60	78	103
Micro III												
Bela Cruz	9.823.617	11.441.336	14.168.816	14.912.576	1.866.166	2.240.855	2.544.196	3.468.952	61	75	82	112
Marco	9.896.763	10.306.024	12.952.605	15.257.903	2.484.105	3.042.822	2.912.319	3.727.240	122	131	120	151
Morrinhos	8.387.865	9.496.867	11.789.739	11.381.681	945.998	1.008.988	1.271.838	1.977.127	46	47	57	87
Micro IV												
Total	189.574.325	202.561.144	268.942.455	265.050.289	45.334.776	56.069.538	67.877.521	74.083.983	1573,5	1907,7	2289,89	2497,53

Quadro 41: Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

Micro Território	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Micro I		30.457.575	33.872.864	40.758.778	42.410.824	4.558.774	5.009.166	9.283.884	10.922.458	208	224	336
Micro II		26.261.464	13.999.569	38.322.154	39.199.159	4.140.900	4.149.987	4.397.537	5.442.666	212	202	225
Micro III		34.074.254	37.812.244	46.925.232	47.630.119	6.875.241	6.917.687	10.792.991	12.723.755	241	245	341
Micro IV		28.108.245	31.244.227	38.911.160	41.552.160	5.296.269	6.292.665	6.728.353	9.173.319	229	253	259
TOTAL	118.901.538	116.928.904	164.917.324	170.792.262	20.871.184	22.369.505	31.202.765	38.262.198	890	924	1.161	1.349

Quadro 42: Comparativo dos Repasses e Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009por Micro Território

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

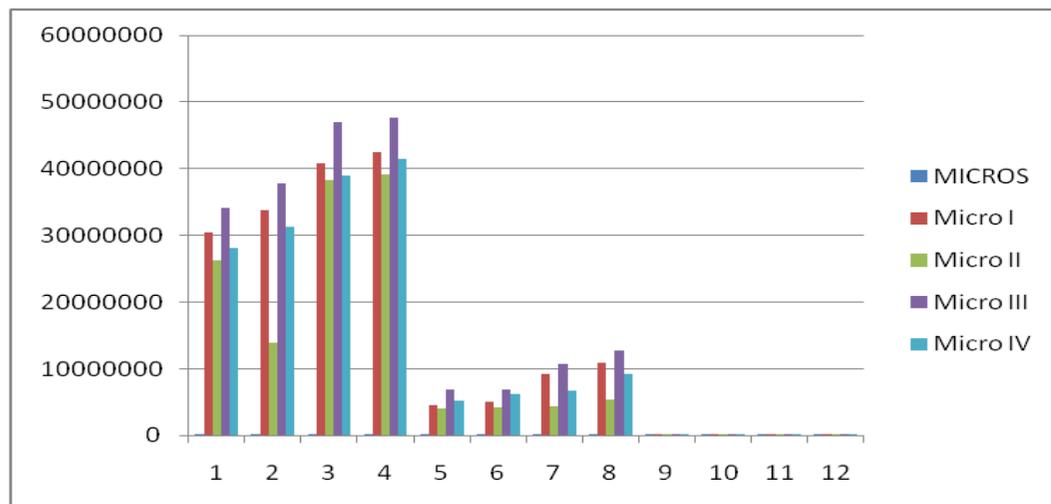


Figura 29: Comparativo dos Repasses e Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009 por Micro Território

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011

22.2 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território do Litoral Extremo Oeste.

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma iniciativa importante quanto ao Plano Plurianual, trata-se de promover debates junto a população com vistas à priorização de ações, bem como para prestações de contas das ações implementada pelo PPA, para tanto vem promovendo este debate de forma participativa envolvendo representantes das oito macro regiões de planejamento em conjunto com os territórios de identidades. A seguir as ações ofertadas por macro regiões e por territórios de identidades para o exercício 2010.

22.2.2 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Estadual

Secretarias e Conselhos	Valor	%
Secretaria de Infra- estrutura - SEINFRA	23.937.290,00	9,9%
Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	8.537.695,00	-
Otimização de Segurança do trânsito	62.500,00	-
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	-
Aeroportoviário	4.403.187,00	-
Rodoviário do Estado do Ceará	6.848.980,00	-
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energias Elétricas	2.184.928,00	-
Modernização da Gestão Pública	1.490.000,00	-
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	11.646.831,00	4,81%
Ronda	718.000,00	-
Defesa Civil Permanente	9.000,00	-
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	592.000,00	-
Segurança Moderna e com inteligência	9.783.079,00	-
Valorização do Servidor	50.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	494.752,00	-
Secretaria da Justiça e Cidadania	1.597.000,00	0,66%
Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará - INFRAPEN	865.000,00	-
Gestão do Sistema Penitenciário – GESPEN	720.000,00	-
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso - PROATIVOS	12.000,00	-
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	23.808.735,00	9,85%
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	32.000,00	-
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	10.975.821,00	-
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	3.626.575,00	-
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – SÃO JOSÉ III	2.344.428,00	-
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	3.367.993,00	-
Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – Projeto SÃO JOSÉ II	2.030.130,00	-
Ação Fundiária	1.431.788,00	-
Secretaria de Educação – SEDUC	54.897.769,00	22,70%
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	17.207.997,00	-
Qualidades da Educação Básica Nas Zonas Rural e Urbana	1.219.356,00	-
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	443.410,00	-
Cooperação Entre Estado e Município	14.924.545,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	187.869,00	--
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	58.276,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	1.347.522,00	-
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de juventude	17.964.800,00	-
Valorização do Servidor	272.553,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	1.271.441,00	-
Secretaria da Saúde - SESA	27.454.770,00	11,35%
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	7.124.820,00	-
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada – Empréstimo BID	1.853.943,00	-
Fortalecimento da Atenção e Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	18.004.607,00	-
Gestão, Controle Social e Institucional do SUS	3.300,00	-
Vigilância em Saúde	468.100,00	-
Secretaria da Cultura - SECULT	1.365.914,00	0,56%
Biblioteca Cidadã	250.334,00	-
Programa de Incentivo às Artes e Culturas do Ceará	1.074.500,00	-

Secretarias e Conselhos	Valor	%
Memória Cultural	41.080,00	-
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH Adicional	27.875.189,00	-
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	420.000,00	-
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	28.295.189,00	11,70%
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos - PROGERIRH	27.875.189,00	-
Suprimento Hídrico para Centro Urbanos e Rurais	420.000,00	-
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	10.017.382,00	4,14%
Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	317.050,00	-
Ceará Digital	87.428,00	-
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	2.396.387,00	-
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	7.216.517,00	-
Secretaria do Esporte	2.475.772,00	1,02%
Esporte Educacional	1.475.772,00	-
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	1.000.000,00	-
Secretaria das Cidades	13.522.555,00	5,59%
Estruturação e Requalificação Urbana	220.000,00	-
Habitacional	2.613.629,00	-
Desenvolvimento e Integração Regional	1.247.282,00	-
Saneamento Ambiental do Ceará	9.441.644,00	-
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	10.976.654,00	4,53%
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará – PROARES – FASE II	6.040.000,00	-
Segurança Alimentar Nutricional	41.550,00	-
Proteção Social Básica	1.153.851,00	-
Trabalho Competitivo, Alcançado a Empregabilidade	1.727.160	-
	1.396.661,00	-
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	461.000,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com deficiência	50.000,00	-
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	-
Desenvolvimento a Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	-
Proteção Social Especial	53.892,00	-
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE	20.000.000,00	8,27%
Gestão do fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	20.000.000,00	-
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente- CONPAM	108.000,00	0,09%
Programa de Gestão Ambiental Estratégica	108.000,00	-
Secretaria do Turismo- SETUR	11.680.000,00	4,83%
Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE	11.680.000,00	-
TOTAL	241.783.861,00	100%

Quadro 43: Recursos Plano Plurianual - 2010

Fonte: SEPLAG, *on line*, 7/10/2010.

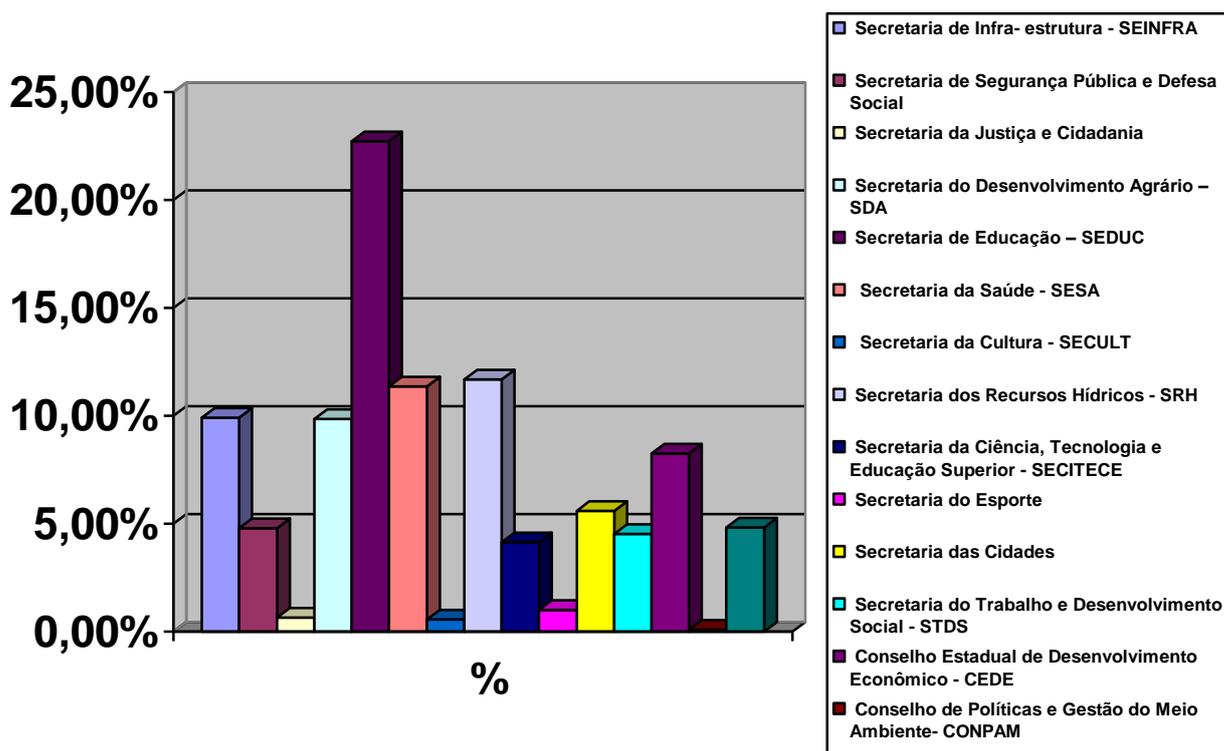


Figura 30: Percentual de Recursos Plano Plurianual as Secretarias e Conselhos - 2010

Fonte: SEPLAG, *on line*, 7/10/2010.

No debate do PPA tomou-se como referência a Macrorregião de Planejamento Litoral Oeste que compreende dois Territórios: o do Litoral Extremo Oeste, que abrange os 12 municípios e o dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

Destaca-se que os recursos previstos no orçamento de 2010 são alocados para a Macrorregião de Planejamento Litoral Oeste, mas o debate sobre o orçamento estadual ocorreu nos dois territórios, de forma ampliada, com a participação dos colegiados territoriais e outras representações.

Com relação à destinação dos recursos para as Secretarias Estaduais, as áreas que mais receberam recursos foram as de Educação (22,70%), recursos hídricos (11,70%) Saúde (11,35%) e as que receberam menos recursos foram as áreas de esporte (1,02), justiça e cidadania (0,66%), cultura (0,56%) e meio ambiente (0,09%).

22.2.3 Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
3º CREDE – Acaraú	-	Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos.	Itarema
4ª CREDE – Camocim	-	Camocim, Martinópolis, Granja, Uruoca, Barroquinha e Chaval.	-
12ª CRES – Acaraú	-	Acaraú, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Bela Cruz, Marco e Morrinhos.	Itarema
16ª CRES - Camocim	-	Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja e Martinópolis.	-
-	11ª CRES – Sobral	Uruoca.	Senador Sá, Santana do Acaraú, Moraújo, Massapé, Meruoca, Coreáú, Alcântara, Sobral, Freicherinha, Forquilha, Irauçuba, Groairas, Cariré, Mucambo, Pacujá, Graça, Varjota e Reriutaba, Catunda, Hidrolândia, Santa Quitéria, Ipu e Pires Ferreira.
Banco do Nordeste do Brasil – Granja	-	Barroquinha, Camocim, Chaval, Jijoca de Jericoacoara, Martinópolis e Uruoca.	-
-	Banco do Nordeste do Brasil – Itapipoca	Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Marco e Morrinhos.	Itapipoca, Amontada, Itapajé, Itarema, Maraima, Paraipaba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.
-	SEBRAE – Escritório Regional de Sobral	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca.	Alcântara, Amontada, Cariré, Coreáú, Forquilha, Graça, Groairas, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Massapé, Meruoca, Miraíma, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá,

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
			Sobral e Varjota.
EMATERCE – Regional de Acaraú	-	Acaraú e Marco	-
EMATERCE – Regional de Camocim	-	Camocim e Granja.	-
INSS – Camocim	-	Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis, Uruoca e Barroquinha.	Senador Sá.
-	INSS - Acarau	Acaraú, Bela Cruz, Marco, Jijoca de Jericoacoara e Cruz e Itarema	Itapipoca, Trairi, Uruburetama, Amontada, Tuturu e Miraíma.
-	INSS – Sobral	Morrinhos	Alcântaras, Cariré, Freicherinha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Mucambo, Pacujá, Santana do Acaraú, Sobral, Varjota, Forquilha e Graça.
-	SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA Macrorregião de Planejamento	Chaval, Barroquinha, Camocim, Granja, Uruoca, Martinópolis, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Bela Cruz, Acaraú Marco e Morrinhos.	Amontada, Miraíma, Itapipoca, Tururu, Itapajé, Tejuçuoca, Apuiarés, Pentecoste, Umirim, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Luis do Curu e Uruburetama.
-	Regional da FETRAECE – Sobral	Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Acaraú, Bela Cruz, Marco, Morrinhos, Martinópolis, Uruoca e Barroquinha.	Território:Sobral Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota. Território Inhamuns: Hidrolândia Território Será da Ibiapaba: Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
			do Norte e Croata.
-	Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú – Sede Sobral	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Cruz, Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Uruoca.	Alcântaras, Coreaú, Frecheirinha, Ibiapina, Massapê, Moraújo, Mucambo, Senador Sá, Sobral, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará
-	Comitê de Bacia do Litoral – Sede Pentecoste.	Acaraú	Amontada, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Santana do Acaraú, Sobral, Trairi, Tururu e Uruburetama
-	Comitê de Bacia do Parnaíba	Granja e Chaval	Ararendá, Carnaubal, Crateús, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Independência,. Ipaporanga, Ipueiras, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito, Tamboril, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará
-	Comitê de Bacia do Acaraú – Sede Sobral	Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Marco, Morrinhos.	Alcântaras, Cariré, Catunda, Forquilha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Massapê, Meruoca, Monsenhor Tabosa, Mucambo, Nova Russas, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Santa Quitéria, Sobral, Tamboril e Varjota.

Quadro 44: Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: Pesquisa junto às instituições e aos sites e documentos oficiais, 2011

De acordo com o Quadro 43 detectamos a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

Entidades com sede no território e que atendem apenas municípios do território: 4ª CREDE – Camocim , 16ª CRES - Camocim, Banco do Nordeste do Brasil – Granja, EMATERCE – Regional de Acaraú, EMATERCE – Regional de Camocim.

Entidades com sede no território e que atendem municípios do e fora do território: 3º CREDE – Acaraú, 12ª CRES – Acaraú e INSS – Camocim.

Entidades com sede em outros territórios e que atendem municípios do e fora do território: 11ª CRES – Sobral, Banco do Nordeste do Brasil – Itapipoca, SEBRAE – Escritório Regional de Sobral, INSS – Itapipoca, INSS – Sobral, **SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA** Macrorregião de Planejamento, **Regional da FETRAECE** – Sobral, **Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú** – Sede Sobral, **Comitê de Bacia do Litoral** – Sede Pentecoste, **Comitê de Bacia do Parnaíba e Comitê de Bacia do Acaraú** – Sede Sobral.

23. GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território Litoral Extremo Oeste um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já

existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

Como instrumento concreto de gestão social no território do Litoral Extremo Oeste, dois macro processos vêm sendo desenvolvidos de forma articulada e simultânea: a constituição e funcionamento do colegiado de desenvolvimento de desenvolvimento territorial, e o processo de planejamento territorial tendo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável como ferramenta de gestão importante para o próprio colegiado.

23.1 Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao

processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



Figura 31: Elementos do Processo da Gestão Social
Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território do Litoral Extremo Oeste um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

23.2 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

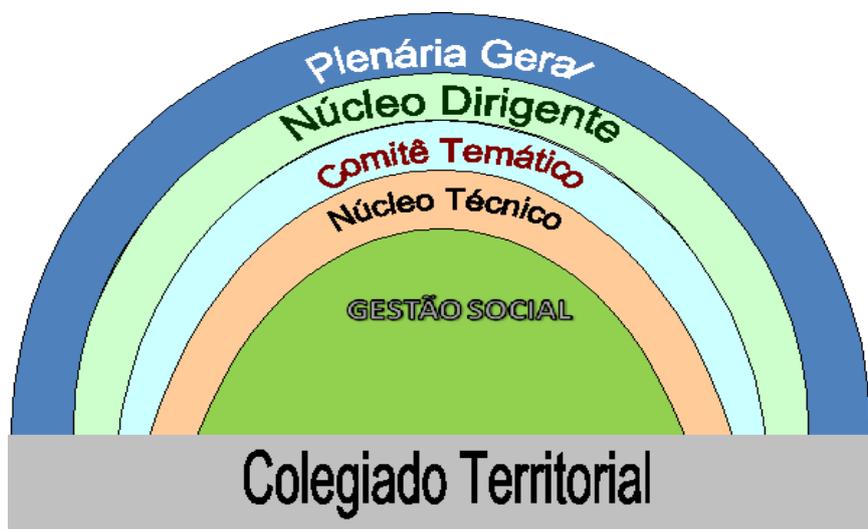


Figura 32: Instancias Colegiadas
Fonte: Adaptado Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

A constituição e atuação do colegiado territorial esta organizada de acordo com a Figura 32 representada, e definida conforme a seguir.

A. PLENÁRIA GERAL: Instância de decisão e deliberação sobre os rumos estratégicos do desenvolvimento do território. No PTDRS tem papel fundamental em acompanhar a implementação do plano, com atenção especial no alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

B. NÚCLEO DIRIGENTE: Instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da Plenária Geral. No PTDRS exercerá função fundamental na negociação de recursos e no acompanhamento do processo de implementação das ações e dos projetos.

C. COMITÊS TEMÁTICOS: Instância de proposições de ações e de projetos a serem deliberadas pela Plenária Geral do Colegiado

Territorial. No PTDRS atua no acompanhamento ao processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais.

D. NÚCLEO TÉCNICO: instância composta por representantes dos comitês temáticos, neste sentido, cada comitê indica dois técnicos para compor este núcleo. A partir do levantamento do número de técnicos que atuam no território propomos a inclusão de outros técnicos que não são dos comitês temáticos, mas que desenvolvem ações estratégicas no território. O ideal é que este núcleo não ultrapasse o número de vinte componentes.

O colegiado territorial vem se consolidando como uma institucionalidade fundamental para a construção da gestão social do território. Constituído a partir de um processo participativo e de um amplo debate com os mais diversos segmentos da sociedade civil, a sua composição obedeceu aos critérios definidos pela paridade de representantes da sociedade civil e do Poder Público, ficando, portanto, assim formatado:

23.2.1 Plenária Geral

A Plenária Geral é composta de representação do Poder Público em número de 52 (cinquenta e dois) assentos e representantes da Sociedade Civil com 73 (setenta e três) assentos, conforme o Quadro 44, perfazendo o total de 125 (cento e vinte e cinco) assentos.

COMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA			
REPRESENTAÇÕES MUNICIPAIS			
Representações do Poder Público		Representações da Sociedade Civil	
Instituições	Assentos	Instituições	Assentos
Prefeituras	12	STTR	12
Câmara de Vereadores	12	Fórum /Federações de Associações	12
CMDS	12	CMDS	12
-	-	Igrejas	12
Total	36	Total	48
REPRESENTAÇÕES MICRO TERRITORIAIS			
Representações do Poder Público		Representações da Sociedade Civil	
Instituições	Assentos	Instituições	Assentos
-	-	Comitês de Bacias	02
-	-	Sindicato Rural	04
-	-	Pescadores	04

COMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA			
-	-	Total	10
REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL			
Representações do Poder Público		Representações da Sociedade Civil	
Instituições	Assentos	Instituições	Assentos
BNB	01	FETRAECE	01
BB	01	MST	01
CAIXA	01	CEAT	01
EMATERCE	01	FETRAF	01
FUNASA	01	FORUM DE CONVIVÊNCIA PELA VIDA NO SEMI ARIDO	01
IBAMA	01	FÓRUM SETORIAL APICULTORES	01
SEMACE	01	FORUM DOS ARTESÃOS	01
IDACE	01	JUVENTUDE	01
IDT	01	COMITÊ DOS INDIGENAS	01
ADAGRI	01	CAPACIT	01
COGERH	01	COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES	01
CAGECE	01	INSTITUTO CARNAUBA	01
CREDE	01	SISAR	01
COMDEC	01	COMITÊ DA PESCA	01
IFCE	01	INSTITUTO AGROPOLOS DO CARÁ	01
PODER JUDICIARIO	01		-
TOTAL	16		15
TOTAL GERAL	52		73

Quadro 45: Constituição da Plenária Geral do Colegiado Territorial

Fonte: Oficina do território Litoral Extremo Oeste, 2010

Os comitês temáticos estão divididos em 8 (oito) temas, seus representantes são constituídos pelo Poder Público e Sociedade Civil, conforme o Quadro 46. Já estão em fase de formação os Comitês Setoriais que são constituídos por comunidades específicas, no caso do Litoral Extremo Oeste, já despontam como instâncias: os pescadores e os indígenas.

COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS		
Comitês Temáticos	Poder público	Sociedade civil
Educação, Cultural, Esporte e Lazer.	Crede 3 e 4; Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Centec; Uva (Universidade do Vale do Acaraú)	Sindicato dos Professores e Servidores públicos; STTRs
Saúde e Saneamento	Cagece; Funasa; SAAE (Camocim, Granja); CREAS (Centro Regional	SISAR

COMITÊS TEMPORÁRIOS E SETORIAIS		
	de Referência da Saúde da Família); Secretarias Municipais de Saúde, Pastoral da Criança	
Infraestrutura e Meio Ambiente	CMDS; COMDEMA; COMTUR; Cogeh; Secretarias Municipais de Meio Ambiente: Sec. de Infraestrutura; IBAMA; Semace; Ematerce; C.E.F	Comitês de Bacias do Coreaú e Acaraú (CBH); ICMBio/Instituto Chico Mendes;
Segurança Pública e Cidadania	CRAS; CREAS; Conselhos Tutelares; Fóruns (Ministério Público); Delegacias de Polícia; Conselho de Defesa Social e Cidadania; Secretarias Municipais de Ação Social	Pastoral Carcerária
Agricultura Familiar e Agroecologia	Ematerce; Secretarias Municipais de Agricultura: Secretaria do agronegócio de Bela Cruz; Instituto Agropolos do Ceará; Adagri; CMDS; Banco do Nordeste do Brasil; Banco do Brasil; C.E.F;	CEAT; Fetraece; Cáritas; Instituto Carnaúba; Fóruns Municipais de Convivência com o Semiárido
Turismo e Artesanato	SETUR; Sec. Mun. Turismo; UVA; SEBRAE; SENAR; Ematerce;	Instituto Chico Mendes; Ass. de Bugueiros e de Condutores Turísticos; Associação de Artesãs, de hoteleiros, Coop. de artesanato (Camocim).
Ações Fundiárias	INCRA, IDACE, e Ematerce	MST; Associação de Assentados; STTRs; Capacit, Fórum dos Assentados
Gestão de Políticas públicas	Núcleo Dirigente, Prefeitos/as; Vereadores/as; CMDS; Secretaria das Cidades; Comissão Permanente do Regimento Interno (retirar)	-
Comitês Setorial	Poder público	Sociedade civil
Comitê Setorial de Pescadores	Secretarias de Pesca de Cruz Acaraú e Camocim; MPA; Ematerce; IBAMA; Semace; Codep/DAS; Cogeh; Capitania dos Portos; SINE/STDS	Colônias de Pescadores Z 1, Z 2, Z 45, Z 30, Z 22, Z 23 e Z 24; Associações comunitárias do Preá, Mangue seco, Curral Velho e de Chaval; Conselhos comunitários e Sindicatos de Pescadores/as Artesanais;

COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS		
Comitê Setorial dos Indígenas	CRAS de Acaraú; NAL-CE Núcleo de apoio local do Ceará	Instituto Carnaúba, Conselho dos indígenas de Acaraú,

Quadro 46: Constituição dos Comitês Temáticos do Colegiado Territorial

Fonte: Oficina do território Litoral Extremo Oeste, 2010

24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 46, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fragilidade das Instituições que atuam no âmbito da Fiscalização propiciando a pesca predatória. 2. Nível organizativo deficiente para acessar às políticas públicas, em particular no crédito, beneficiamento e comercialização 3. Associações irregulares e alto grau de inadimplência. 4. Criações de Suínos nos Lixões 5. Pouca participação das outras secretarias nas discussões do território; 6. Pouco envolvimento dos prefeitos; 7. Falta de técnicos capacitados em elaboração de projetos 8. Falta de uma sede própria estruturada com recursos humanos e personalidade jurídica; 9. Dificuldades operacionais para o núcleo dirigente trabalhar; 10. Não constituição do Núcleo técnico; 11. Falta de envolvimento dos municípios de Uruoca e Martinópolis na vida do território; 12. Pouca participação do poder Legislativo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A constituição do colegiado territorial 2. A dinâmica do território abriu o canal de articulação entre as instituições. 3. Integração entre os municípios do território 4. A construção do PTDRS
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Política pública deficiente na captação e distribuição de recursos hídricos. 2. Drogas, exploração infantil e aculturação 3. Uso indiscriminado 4. de agrotóxicos e destino inadequado para as embalagens 5. Cultura de criação de suínos nos lixões 6. Descontinuidade das políticas públicas 7. Oscilação dos preços no mercado 8. Inexistência de leis municipais que protejam o meio ambiente (Criação de APAs) e atuação efetiva dos diversos Conselhos. 9. Lixo como entulho 10. Descontinuidade políticas públicas 11. Contaminação da bacia hidrográfica por ocasião da usina de urânio 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Linhas de crédito, editais para captação de recursos 2. Investimentos em educação do campo, hotéis e no Aeroporto Internacional em Cruz 3. Território da Pesca e Turismo 4. Aproximação do porto do Pecem 5. Construção de galpão de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos 6. Comercialização em feiras territorial e estadual da Agricultura Familiar com selo dos produtos 7. Regulamentação da Lei de ATER 8. Recursos para construção de abatedouros 9. Consórcios Micro Territoriais de Aterros Sanitários

Quadro 47: Análise do Ambiente Interno e Externo Dimensão Político Institucional

Fonte: Reunião Comitês Temáticos e Registros PTDRS, 2010.

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

25 VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro do Território Litoral Extremo Oeste é compartilhada com todos os municípios integrados para realizarem ações, projetos e investimentos, no sentido de que esses se desenvolvam com sustentabilidade de modo a contribuir para a consolidação de uma identidade forte e ativa de todos que pertencem a ele

26 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, Quadro 48, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
SOCIOCULTURALEUCACIONAL	1. Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas de saúde e saneamento através da implantação de infraestrutura e qualificação dos profissionais - Cultura - Educação - Assistência Social
AMBIENTAL	1. Melhoria na qualidade de vida, garantir a sustentabilidade dos municípios das famílias e gerações futuras, atuação contínua dos órgãos de fiscalização e agilidade nos processos de fiscalização
SOCIECONÔMICA	1. Melhorar as condições sociais e fortalecer a identidade da agricultura familiar, respeitando e considerando os saberes e a universalização do conhecimento e da ATER/ATES, articulação entre poder público e sociedade civil organizada, através do acesso a renda, a melhoria da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente, promovendo assim a produção sustentável. 2. Agregar valor a produção via processamento da produção.
POLÍTICO INSTITUCIONAL	1. Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território. 2. Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial 3. Promover a capacitação do Núcleo Dirigente em gestão social e apoio logístico, além de dotar o território com personalidade jurídica

Quadro 48: Objetivos Estratégicos

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

27 AS DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçaram-se treze grandes linhas:

1. Convivência com o semiárido e preservação do Meio Ambiente
2. Integração das políticas públicas
3. Educação de qualidade e contextualizada com a realidade do território;
4. Inclusão e fortalecimento de comunidades tradicionais, mulheres, jovens e pessoa idosa;
5. Inclusão social e produtiva priorizando a agricultura familiar e empreendimentos solidários;
6. Enfrentamento dos índices de pobreza do território com a efetivação de políticas sociais;
7. Gestão social ampliada, democrática e participativa;
8. Diminuir as desigualdades;
9. Fortalecer ações intersetoriais;
10. Propor programas e projetos de forma integrada;
11. Garantir a acessibilidade;
12. Valorização da cultura local;
13. Assegurar o acesso à saúde.

28 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos quatro eixos: Educação e Cultura, Esporte e Lazer, Saúde e Saneamento e Segurança Pública e Cidadania apresentados nos Quadros 48, 49, 50 e 51, a seguir.

28.1 Eixo Educação e Cultura

Neste eixo levou-se em conta quanto ao objetivo estratégico traçado a organização de três Programas, o primeiro de Promoção de Ações Educativas e Culturais, o segundo de Modernização da Infraestrutura e Equipamentos para o Sistema Educacional e Cultural do Território e o terceiro de Capacitação continuada dos profissionais da área de Educação e Cultura. O primeiro gerou cinco projetos, o segundo nove e o terceiro outros cinco, relacionados no Quadro 49 a seguir:

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL		
EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas de educação e cultura através da implantação de infraestrutura e qualificação dos profissionais	Programa 1. Promoção de ações educativas e culturais	1. Fortalecimento da Educação Básica e Profissional contemplando a construção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura das escolas rurais e indígenas do Território; 2. Promoção do Festival de Talentos do Território. 3. Implantação do projeto de integração família e escola priorizando os laços. 4. Realização de um estudo para identificação do patrimônio histórico natural, imaterial e material.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL		
EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p>Programa 2. Modernização da infraestrutura e a aquisição de equipamentos modernos para o sistema educacional e cultural do território.</p>	<p>5. Construção de espaço cultural multiuso nas aldeias.</p>
		<p>1.Revitalização da frota de transporte escolar 2.Capacitação de lideranças comunitárias em negociação, elaboração, gestão, monitoramento e avaliação de projetos. 3. Criação e /ou revitalização das Escolas Agrícolas; 4.Construção de Escolas Família Agrícolas; 5.Criação de espaços culturais (fixos e itinerantes) devidamente equipados em bairros, comunidades rurais e aldeias indígenas, incentivando à realização de eventos artísticos e culturais. 6.Aquisição de biblioteca, de videoteca, de cine e circos itinerantes para a Zona rural. 7.Ampliação, modernização e adequação (acessibilidade) da infraestrutura das escolas de Ensino Fundamental e Médio. 8.Estruturação e expansão de escolas para comunidades tradicionais. 9.Reforma e implantação de infraestruturas para o esporte e lazer nas sedes dos municípios, zonas rurais e comunidades indígenas. Qualificação de profissionais da área esportiva em metodologias de jogos cooperativos;</p>
	<p>Programa 3. Capacitação continuada para os profissionais da área de educação e cultura</p>	<p>1. Ampliação do programa caminhos da escola; 2. Reativação, fortalecimento e continuidade dos Programas PROARES e Segundo Tempo; 3. Trabalho com teatro, a dança, a música e o artesanato nas escolas como forma de atividades complementares nos contra turnos; 4. Propiciar formação continuada aos profissionais que atuam com alunos portadores de necessidades educacionais especiais; 5. Capacitação dos gestores públicos e lideranças comunitárias em elaboração de projetos e captação de recursos.</p>

Quadro 49 - Eixo Educação e Cultura

28.2 Eixo Esporte e Lazer

Os objetivos estratégicos relativos a este eixo levou em consideração a organização de dois Programas, um de Capacitação continuada cós profissionais da área de Esporte e Lazer e o outro de **Promoção das ações de integração de Eventos de Esporte e Lazer Comunitário**. O primeiro gerou dois projetos e o segundo quatro, relacionados no Quadro 50 a seguir:

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURA-EDUCACIONAL		
EIXO: ESPORTE E LAZER		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Contribuir para a melhoria dos serviços prestados nas áreas de esporte e lazer e da cultura.	Programa 1. Capacitação continuada para os profissionais da área de esporte e lazer.	1. Qualificação de profissionais na área esportiva e com metodologia de jogos cooperativos; 2. Projetos de incentivo às práticas esportivas respeitando a diversidade cultural.
2. Implantação de infraestrutura na promoção de eventos e qualificação dos profissionais da área.	Programa 2. Promover ações de integração através de eventos de esporte e lazer comunitário.	1. Promoção do Campeonato territorial esportivo (várias modalidades) com intuito de integração (ex. pipa, peteca); 2. Promoção da Olimpíada dos Jogos das Comunidades Tradicionais 3. Implantação de um projeto que favoreça a integração entre a família e escola ("Professor da Família" criado em Cruz); 4. Realização de campeonatos esportivos no Território

Quadro 50 - Eixo Esporte e Lazer

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.3 Eixo Saúde e Saneamento

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de três Programas, um de Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados nas áreas de Saúde e Saneamento na Implantação de Infraestruturas e Serviços, o segundo de Capacitação e Qualificação dos profissionais da área de Saúde. O primeiro gerou oito projetos, e o segundo treze, relacionados no Quadro 51 a seguir:

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL		
EIXO: SAÚDE E SANEAMENTO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	PROJETOS
1. Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas de saúde e saneamento através da implantação de infraestrutura e qualificação dos profissionais	<p>Programa 1. Melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas de saúde e saneamento através da implantação de infraestrutura e serviços.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Saúde básica voltada para a juventude 2. Criação do CAPS 1 e AD (Saúde básica) municípios que ainda não sejam atendidos, 3. Criação de um Centro de Atendimento Especializado às Pessoas com necessidades especiais 4. Articulação com os órgãos competentes para a readequação dos projetos técnicos de saneamento 5. Ampliação do número de profissionais nas diversas especialidades mais demandadas pelo território na área da saúde. 6. Articulação para agilizar a conclusão das obras inacabadas de saneamento básico 7. Construção ou modernização de abatedouros municipais ou intermunicipais e aterros sanitários intermunicipais que atenda as exigências sanitárias 8. Incentivar a reciclagem do lixo
	<p>Programa 2. Capacitação e qualificação dos profissionais da área de saúde.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do SAMU equipado (por micro territórios) 2. Aquisição e/ou reposição de equipamentos de infraestrutura hospitalar, laboratorial e médica. 3. Campanha territorial de promoção da saúde desenvolvendo ações articuladas entre a assistência social, turismo e a educação para a prevenção e combate da exploração sexual infantil e prevenção as drogas 4. Estruturação da rede de atenção a saúde das mulheres e idosos 5. Articulação em prol da elaboração de legislação e regulamentação sobre grau de responsabilidade dos órgãos e entidades que gerenciam o sistema de abastecimento de água no meio rural. 6. Apoiar e incentivar os municípios a elaborar seus planos municipais de recursos hídricos 7. Adaptação dos sistemas de abastecimento de água na zona rural para adicionar flúor. 8. Instalação de equipamentos para o Laboratório de Análise em Águas, Solos e Alimentos em processo de implantação no campus do IFCE - Acaraú

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL		
EIXO: SAÚDE E SANEAMENTO		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	PROJETOS
		9. Hospitais equipados com Sala de Estabilização para atendimento de primeiros socorros de alta complexidade 10. Criação de Centros para à Saúde das Mulheres 11. Construção de um espaço para reabilitação de usuários de drogas. 12. Promoção de Cursos de educação de trânsito nas escolas e Campanhas educativas sobre segurança no trânsito 13. Formação para os profissionais de saúde em terapia comunitária e fitoterapia.

Quadro 51 - Eixo Saúde e Saneamento

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.4 Eixo de Segurança Pública e Cidadania

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de dois Programas o primeiro de Modernização da InfraEstrutura e qualificação Dos profissionais da área e o segundo de Formação continuada dos conselheiros. O primeiro programa gerou seis projetos e o segundo um, relacionados no Quadro 52 a seguir:

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL		
EIXO: SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	PROJETOS
1. Modernizar a infraestrutura	Programa Modernização da InfraEstrutura e qualificação dos profissionais da área.	1. Implantação de uma Delegacia Territorial de Atendimento especializado para as Mulheres; 2. Construção de um espaço para prevenção, combate e reabilitação de usuários de drogas, estabelecendo programas de redução de danos estratégicos. 3. Construção e modernização das Delegacias do Território, especialmente as regionais. 4. Melhorar as condições de segurança na locomoção das pessoas, principalmente as com deficiência física, nas vias de acesso e prédios públicos. 5. Promoção de Cursos de educação de

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL		
EIXO: SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	PROJETOS
		trânsito nas escolas e Campanhas educativas sobre segurança no trânsito; 6. Criação de Guarda Municipal nos moldes do Programa Pro- Cidadania nos municípios que ainda não existem .
	Programa 2. Formação continuada dos conselheiros	1. Formação continuada dos Conselheiros/as (Conselhos de Direitos e Tutelares) e apoio logístico.

Quadro 52 - Eixo Segurança Pública e Cidadania

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.5 Eixo de Meio Ambiente

O objetivo traçado para a Dimensão Ambiental gerou o eixo: Meio Ambiente, a partir do mesmo foram gerados dois Programas: Promoção de ações de sensibilização de gestores e sociedade civil sobre as dimensões da sustentabilidade ambiental e articulação interinstitucional visando implantação de projetos produtivos respeitando o meio ambiente. com dez projetos, e o segundo Programa de Apoio ao Turismo Sustentável, com seis projetos conforme o Quadro 53, a seguir

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: MEIO AMBIENTE		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Melhoria na qualidade de vida, garantir a sustentabilidade dos municípios das famílias e gerações futuras, atuação contínua dos órgãos de fiscalização e agilidade nos processo de fiscalização	1. Promoção de ações de sensibilização de gestores e sociedade civil sobre as dimensões da sustentabilidade ambiental e articulação interinstitucional visando implantação de projetos produtivos respeitando o meio ambiente.	1. Implantação de infra-estrutura de saneamento ambiental (aterro, coleta seletiva, reciclagem, controle de uso e ocupação de solo, coleta e tratamento de esgoto, posto de coleta de embalagens de agrotóxicos, etc.).

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: MEIO AMBIENTE		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>2. Educação Ambiental voltados para a sustentabilidade das atividades produtivas da região (agricultores, extrativistas, pescadores, profissionais do turismo);</p> <p>3. Formação Profissional (Cursos Superiores e técnicos) para o desenvolvimento do potencial da região e a conservação de seus ecossistemas.</p> <p>4. Recuperação das áreas degradadas.</p> <p>5. Capacitação para o reaproveitamento de materiais recicláveis e dotação de equipamentos;</p> <p>6. Projeto de incentivo à produção orgânica;</p> <p>7. Ação voltada para educação e fiscalização do uso indiscriminado de agrotóxicos e o destino de suas embalagens;</p> <p>8. Controle mais rigoroso na compra e venda das terras da União e no licenciamento para a implantação de atividades econômicas;</p> <p>9. Implantação do projeto de biodigestor nos municípios por meio de incentivo econômico às unidades produtivas;</p> <p>10. Avaliação de impacto dos parques eólicos no território.</p>
	2 - Programa de Apoio ao Turismo Sustentável	<p>1 Diagnóstico dos municípios turísticos da região: infra-estrutura, ambiental, cultural, religioso;</p> <p>2 Definição de um mapa turístico do território: potencialidades, paisagens, etc;</p> <p>3 Capacitação profissional da comunidade local;</p>

DIMENSÃO AMBIENTAL		
EIXO: MEIO AMBIENTE		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>4 Criação e acesso aos programas específicos de Educação Ambiental de abrangência da população e contínuo, voltado para as características locais e que atendam as necessidades do turismo ecológico, sustentável com Manutenção da atividade;</p> <p>5 Articulação institucional. Fomento a criação das Secretarias de Meio Ambiente/ Selo Verde e Secretarias de Turismo e fortalecimento dos COMDEMAS;</p> <p>6 Criação de grupos setoriais de turismo do território, envolvendo Sindicatos, universidades, etc.</p>

Quadro 53: Eixo Meio Ambiente

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.6 Eixo de Agricultura Familiar e Agroecologia e Organização Sustentável da Produção

Os objetivos traçados para a Dimensão Socioeconômica geraram quatro eixos: Agricultura Familiar e Agroecologia e Organização Sustentável da Produção; Ação Fundiária; Infraestrutura; e, Turismo e Artesanato.

O primeiro eixo gerou dois Programas, o primeiro Fortalecimento da agricultura familiar através da ATER que gerou 10 projetos e o segundo Programa de Estruturação de agroindústrias das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar gerou outros 16 projetos, conforme o Quadro 54, a seguir.

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
EIXO: AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA/ ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Fortalecer a identidade da agricultura familiar, respeitando e considerando os saberes	Programa 1 Fortalecimento da agricultura familiar através da ATER	1. Consolidação do sistema de ATER de quantidade e qualidade suficiente e adequada as necessidades das famílias rurais e

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
EIXO: AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA/ ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
e a universalização do conhecimento e da ATER/ATES, articulação entre poder público e sociedade civil organizada, através do acesso a renda, a melhoria da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente, promovendo assim a produção sustentável.		<p>urbanas de baixa renda de acordo com a PNATER</p> <p>2.Incentivar a gestão compartilhada dos produtores, fortalecendo as finanças solidárias através do cooperativismo de crédito, dos fundos rotativos solidários e bancos comunitários.</p> <p>3. Fortalecimento das bases de serviço de apoio ao sistema de comercialização da agricultura familiar e empreendimentos solidários (SECAFES – ACAFES).</p> <p>4.Implementar projetos que promovam a criação de redes articuladas entre instituições/ organizações voltadas as atividades da agricultura familiar e a pesca, apoiando o processo de comercialização e organização da produção.</p> <p>5. Implantação de complexo da economia solidária familiar.</p> <p>6. Construção da Central de comercialização da agricultura familiar/camponesa.</p> <p>7. Desenvolvimento de pesquisas sistêmicas e participativas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.</p> <p>8.Incentivar o envolvimento da sociedade civil no planejamento e acompanhamento das políticas públicas, com formação de lideranças comunitárias voltadas para a agroecologia, gestão participativa, cooperativismo, associativismo, empreendedorismo e manejo ambiental sustentável.</p> <p>9. Ampliação do acesso ao crédito oficial e renegociação da dívida da agricultura familiar.</p> <p>10. Ampliação do projeto de restaurantes populares familiares.</p>
2. Agregar valor a produção via processamento da produção. Com foco na	Programa 2. Estruturação de agroindústrias das Cadeias Produtivas	<p>1: Fortalecimento da cadeia produtiva da cajucultura, mandiocultura, e apicultura;</p> <p>2: Fortalecimento na atividade</p>

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
EIXO: AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA/ ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
geração de oportunidades de trabalho e renda.	da Agricultura Familiar	<p>agropecuária (bovinocultura, ovinocaprinocultura, apicultura, aqüicultura, pesca e agricultura irrigada e de sequeiro).</p> <p>3: Desenvolvimento do Artesanato;</p> <p>4: Projeto 5: Formação e assessoria técnica apropriada para os diversos atores em cada segmento produtivo, desde a gestão à comercialização.</p> <p>5: Apoio ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos e solidários, melhorando a participação da sociedade civil através de audiências públicas, objetivando o repasse de royalties para compensação dos danos causados nas comunidades e gerenciado por um comitê misto com a sociedade civil.</p> <p>6: Implementação do sistema de certificação e inspeção (SIM, SIE, SIF e SUASA), articulando órgãos competentes nas principais cadeias produtivas do Território.</p> <p>7: Fortalecimento da Cadeia produtiva da Fruticultura</p> <p>8: Modernização do extrativismo da carnaúba;</p> <p>9: Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura</p> <p>10: Desenvolvimento da agricultura irrigada</p> <p>11: Desenvolvimento da apicultura (contemplando as espécies nativas)</p> <p>12: Implantação de Núcleos de Avicultura Caipira</p> <p>13: Desenvolvimento da agricultura de sequeiro</p> <p>14: Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura Mista (corte e leite)</p> <p>15: Fortalecimento Organização da Cadeia Produtiva da Piscicultura e aqüicultura, incluindo zoneamento das áreas de cultivo para o camarão.</p>

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
EIXO: AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA/ ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		16: Incentivo a Horticultura

Quadro 54 : Eixo Agricultura Familiar ,Agroecologia e Organização Sustentável da Produção

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.7 Eixo de Ações Fundiárias

O eixo Ações Fundiárias elegeu um Programa: Programa: Avanço na regularização fundiária, redistribuição de terras e nos serviços públicos de ATER que gerou oito projetos, conforme o Quadro 55, a seguir.

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
EIXO: AÇÕES FUNDIÁRIAS		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Regularização fundiária e serviços públicos de ATER, para capacitação do Núcleo Dirigente em gestão social e apoio logístico; além de dotar o território com personalidade jurídica e fortalecer o processo de articulação entre as instituições do poder público e sociedade civil para consolidar as ações territoriais.	Programa 1. Avanço na regularização fundiária, redistribuição de terras e nos serviços públicos de ATER.	1: Incentivo ao desenvolvimento da Agroindústria, observando as potencialidades de cada município. 2. Agilização do Programa de Regularização Fundiária. 3. Extensão do Programa de Regularização Fundiária aos pescadores e pescadoras. 4. Ampliação da ATER pública com profissionais qualificados. 5. Esclarecimento sobre as propriedades confinantes nos leitos do rio. 6. Agilizar a articulação para criação das Bases de Serviço de Comercialização no Território. 7. Fortalecer o processo de articulação entre as instituições do poder público e sociedade civil para consolidar as ações territoriais. 8. Realização de concurso público para reestruturação da EMATERCE

Quadro 55 : Eixo Ações Fundiárias

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.8 Eixo de Infraestrutura

O eixo de Infraestrutura I gerou dois Programas, o primeiro de Integração Viária no Território com um projeto e o segundo de Infraestrutura Hídrica que conta com três projetos, conforme o Quadro 56, a seguir.

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
EIXO: INFRAESTRUTURA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETOS
1. Garantir a infraestrutura básica como suporte para o desenvolvimento social e produtivo do território.	Programa 1. Integração Viária no Território	1. Infraestrutura: Projeto de ampliação e construção de estradas vicinais em todos os municípios;
2. Melhoria nas vias de acesso do território e promover maior integração territorial	Programa 2. Infraestrutura Hídrica	1. Manutenção de pontes existentes e construção de pontes e passagem molhada nos municípios onde se estendem os rios Acaraú e Coreaú e alguns afluentes. (Município de Bela Cruz-Sede Bahia). 2. Infraestrutura: Projeto de água potável para todos. 3. Construção de barragens subterrâneas e cisternas de placa.

Quadro 56 – Eixo de Infraestrutura

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.9 Eixo de Turismo e Artesanato

O eixo de Turismo e Artesanato gerou três Programas: Promoção do artesanato como uma das alternativas de trabalho e renda, inclusão social, agroecologia, sócio economia solidária, gestão compartilhada, preço justo, respeito valorização e fortalecimento da identidade cultural., com quatro projetos, o segundo Promoção da sustentabilidade do turismo e o fortalecimento da identidade cultural, assim como modernizar infraestrutura existente e qualificação de profissionais, com seis projetos e o terceiro Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato, com 11 projetos, conforme o Quadro 57 , a seguir

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
.EIXO: TURISMO E ARTESANATO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Potencializar o Turismo e o Artesanato do Território	<p>Programa 1.Promoção do artesanato como uma das alternativas de trabalho e renda, inclusão social, agroecologia, sócio economia solidária, gestão compartilhada, preço justo, respeito valorização e fortalecimento da identidade cultural.</p>	<p>1. Desenvolver ações educativas para os campos de turismo no território ou projetos nos campos da Agroecologia\Aqüicultura (Secretaria Meio Ambiente; Agricultura e Pesca; Educação, turismo e Cultura; Ação Social, com o apoio da EMATERCE, SEMACE, SENAR, IFCE, CVT, EMBRAPA, SEBRAE, INSTITUTO TERRA MAR, PERÍMETRO IRRIGADO) 2. Realização de Oficinas, Intercâmbios no estado, fora do estado e entre municípios. 3. Promoção de intercâmbios turísticos e socioculturais no território com acompanhamento técnico. 4.Organização e fortalecimento da cadeia do artesanato, a partir da experiências dos artesãos (Ex.: renda, biojóia, crochê, bordado, tucum, escama de peixe e palha da carnaúba, derivados da pesca, argila etc).</p>
	<p>Programa 2. Promoção da sustentabilidade do turismo e o fortalecimento da identidade cultural, assim como modernizar infraestrutura existente e qualificação de profissionais.</p>	<p>1. Criação de um Centro de Artesanato para o Território na perspectiva do Comércio Justo. 2. Mapeamento da culinária regional e das embarcações para potencializar o turismo no território. 3. Envolvimento de todos os municípios do Território nos eventos culturais realizados (Ex. Festival de Quadrilhas). 4. Cada secretaria ter seu próprio orçamento. 5. Criar um site turístico para o território. Criação de um selo de que identifique o artesanato do território.</p>

DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA		
.EIXO: TURISMO E ARTESANATO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
2. Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território.	Programa 3. Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção de feiras de artesanato na perspectiva da economia solidária. 2. Continuidade das Feiras Culturais nos municípios e promovê-las territorialmente, com características itinerantes. 3. Promoção de rotas com valorização à cultura local e destaque aos pontos turísticos no território, respeitando a sustentabilidade ambiental, com base na agricultura familiar e no turismo comunitário. 4. Criação e revitalização de espaços culturais no Território. 5. Identificação e promoção de Festivais de Talentos da Terra no Território. 6. Implantação de curso de Turismo para o território, incluindo cursos de línguas, informática e habilitação – CNH. 7. Mapeamento e divulgação das experiências de turismos comunitário da agricultura familiar . 8. Capacitação, credenciamento e padronização de guias turísticos existentes 9. Apoio a projeto de desenvolvimento do ecoturismo, turismo rural e solidário.(8) 10. Tombamento e restauração do patrimônio cultural material (casas, edifícios, etc.) e imaterial (festejos, etc).(9) 11. Aproveitamento de Infraestruturas existentes (CAMPUS DA UVA).

Quadro 57 - Eixo: Turismo e Artesanato

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.10 Eixo de Gestão Social

Os objetivos traçados para a Dimensão Político Institucional gerou o eixo: Gestão Social, a partir do mesmo foram gerados três Programas: Estruturação e Fortalecimento dos Colegiados Territoriais, Municipais e dos Comitês e Fóruns Setoriais com oito projetos; o segundo Programa de Melhoria dos serviços Prestados ao Território com três projetos e o terceiro Programa de Criação de um Sistema de Gestão das Ações Territoriais com três projetos, conforme o Quadro 58 ,a seguir

DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL		
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETOS
1. Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território.	Programa 1. Estruturação e Fortalecimento dos Colegiados Territoriais, Municipais e dos Comitês e Fóruns Setoriais.	1: Estruturar a sede do colegiado territorial.
		2: Garantir apoio logístico e financeiro para o núcleo dirigente, núcleo técnico e comitês temáticos no acompanhamento das ações territoriais;
		3: Viabilizar o funcionamento da Fábrica escola para o apoio a cajucultura e a piscicultura;
		4: Reestruturação e fortalecimento dos Comitês Temáticos
		5: Estruturação e fortalecimento do Núcleo Técnico
		6: Fortalecer o processo de articulação entre as instituições do poder público e sociedade civil para consolidar as ações territoriais
		7: Fortalecimento do Comitê setorial da cajucultura
		8: Dotação do Colegiado do Território com personalidade jurídica
2. Assegurar serviços ao desenvolvimento das ações territoriais	Programa 2: Melhoria dos Serviços Prestados ao Território	1. Agilizar a articulação para criação da Base de Serviço de Comercialização no Território

DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL		
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETOS
		<p>2: Formação continuada para os agricultores familiares focado em gestão e manutenção dos projetos estratégicos do território.</p> <p>3: Apoiar a instalação de bancos comunitários, fomentando o microcrédito</p>
3. Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial	Programa 3. Criar um Sistema de Gestão das Ações Territoriais	<p>1: Criar um sistema de acompanhamento e monitoramento das ações territoriais .</p> <p>2: Implantar um sistema de acompanhamento e monitoramento dos projetos implantados no território.</p> <p>3. Apoio e fortalecimento aos fóruns e comitês representativos do território</p>

Quadro 58- Eixo de Gestão Territorial

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

29 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

O Colegiado Territorial em sua plenária de validação resolveu dar prioridade a alguns projetos e ações estratégicos para a implementação do plano, discutidas conforme descrito no Quadro 59 a seguir:

EIXOS/AREAS	PROJETOS
Educação	Projeto 1: Fortalecimento da educação básica e profissionais, contemplando a construção e modernização do Parque Tecnológico e da Infraestrutura das escolas rurais e indígenas do território
Meio Ambiente	Projeto 2: Implantação de infraestrutura de saneamento ambiental (aterro, coleta seletiva, reciclagem, controle de uso e ocupação do solo, coleta e tratamento de esgoto, posto de coleta de embalagens e etc)
Organização Sustentável da Produção	Projeto 3: Fortalecimento da cadeia produtiva da mandiocultura, cajucultura e apicultura

Quadro 59- Projetos Priorizados pelo Território

Fonte: Plenária Estadual, 2011.

Parte IV

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

Proposição

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às

mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas de saúde e saneamento através da implantação de infraestrutura e qualificação dos profissionais de Cultura, Educação e Assistência Social.

A Melhoria na qualidade de vida, garantir a sustentabilidade dos municípios das famílias e gerações futuras, atuação contínua dos órgãos de fiscalização e agilidade nos processos de fiscalização.

Melhorar as condições sociais e fortalecer a identidade da agricultura familiar, respeitando e considerando os saberes e a universalização do conhecimento e da ATER/ATES, articulação entre poder público e sociedade civil organizada, através do acesso a renda, a melhoria da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente, promovendo assim a produção sustentável.

Agregar valor a produção via processamento da produção. Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território. Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial e Promover a capacitação do Núcleo Dirigente em gestão social e apoio logístico, além de dotar o território com personalidade jurídica.

Para tanto, caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

E, por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais. Para tanto, caberá as instancias colegiadas dentro de

seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ, Fortaleza, 2010.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, PNUD, 2000.

BANCO DO NORDESTE. Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Litoral Extremo Oeste cearense. Francisco Mavignier Cavalcante França (Coord.). Ricardo Lima de Medeiros Marques. (Org.). Fortaleza: BNB, 2001. Disponível: <[http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20de%20Desenvolvimento%20Integrado%20Litoral Extremo Oeste%20Cearense.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20de%20Desenvolvimento%20Integrado%20Litoral%20Extremo%20Oeste%20Cearense.PDF)>. Acesso em: 21 nov. 2009.

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em:< www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

_____. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fio cruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA,M.J.N; SANTOS,S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto , Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:
<www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em:
<www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

CONDIRC – Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Litoral Extremo Oeste/CE. Disponível em: <[http://www.Litoral Extremo Oeste.org.br/arranjos.jsp](http://www.LitoralExtremoOeste.org.br/arranjos.jsp)>. Acesso em: 21 nov. 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (LEI).

IBGE, Estatísticas, Censos, Sínteses, on line, 2010

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HISSA, I. A. Análise da realidade da fonte batateira no Litoral Extremo Oeste - CE: Aspectos econômicos e legais do mercado de água. Fortaleza: UFC/ PRODEMA, 2005.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPECE, PERFIL BÁSICO MUNICIPAL, MAPAS, *on line*.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998.
Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< www.cogerh.com.br> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

REGIÃO DO LITORAL EXTREMO OESTE. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%B5es_do_ Cear%C3%A1>. Acesso em: 14 nov. 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações. ce.html>. Acesso em: 23 out. 2009.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < www.semace.ce.gov.br> Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < servicos.ibama.gov.br/cogeq> Acesso em: Novembro de 2010.

WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio005/sitio005.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.